

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

LUCIANO BUENO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE NO BRASIL:
razões para o predomínio do alto rendimento.**

SÃO PAULO

2008

LUCIANO BUENO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE NO BRASIL:
razões para o predomínio do alto rendimento.**

**Tese apresentada à Escola de Administração
de Empresas de São Paulo da Fundação
Getúlio Vargas, como requisito para
obtenção do título de Doutor em
Administração Pública e Governo**

**Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e
Transformações do Estado**

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Abrucio

SÃO PAULO

2008

Bueno, Luciano.

Políticas Públicas do esporte no Brasil : razões para o predomínio do alto rendimento / Luciano Bueno - 2008

200 f.

Orientador: Fernando Luiz Abrucio.

Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Esportes e estado - Brasil. 2. Esportes – Brasil - Legislação. 3. Brasil – Ministério do Esporte. I. Abrucio, Fernando Luiz. II. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 796(81)

LUCIANO BUENO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE NO BRASIL:
razões para o predomínio do alto rendimento.**

Tese apresentada à Escola de Administração
de Empresas de São Paulo da Fundação
Getúlio Vargas, como requisito para
obtenção do título de Doutor em
Administração Pública e Governo

Linha de Pesquisa: Linha de Pesquisa:
Políticas Públicas e Transformações do
Estado

Data de aprovação: 19 de maio de 2008

Banca examinadora:

Prof. Dr. Fernando Luiz Abrucio (Orientador)

FGV-EAESP

Prof. Dr. Mário Aquino Alves

FGV-EAESP

Prof. Dr. Francisco José Fonseca

FGV-EAESP

Prof. Dr. Dante de Rose Junior

USP-LESTE

Prof. Dr. Luiz Henrique de Toledo

SÃO PAULO

2008

Dedico esta tese a memória de meu pai Oswaldo Bueno, que embora apreciasse e praticasse muito o esporte em geral não teve a oportunidade de atingir seu sonho juvenil de ser professor de Educação Física. Ele sempre me chamava de “doutor Luciano” o que poderá fazê-lo com mais propriedade.

Agradecimentos:

Agradeço: ao meu orientador Fernando Luiz Abrucio por sua conduta cordial e segura ao longo do desenvolvimento no trabalho e por sua gentileza na revisão; aos professores Peter Spink e Marta Farah que endossaram minha entrada no programa; aos meus amigos do mestrado e doutorado pelo companheirismo e apoio constante ao longo de todo o trajeto; à FGV-EAESP, seus funcionários e ex-funcionários. Ao P. E. Á minha família e a todos que de uma forma ou outra me ajudaram a alcançar esta importante meta em minha vida. Também agradeço aos professores da banca: Mário Aquino Alves, Francisco José Fonseca, Dante de Rose Junior e Luiz Henrique de Toledo pelas considerações e sugestões para a melhoria deste trabalho.

Resumo:

Esta tese tem por tema o estudo da evolução da Política Pública do Esporte no Brasil. Seu objeto de estudo é o predomínio do esporte de alto rendimento. Para tanto, define as três categorias de manifestação esportiva com as quais trabalha: esporte de alto rendimento, esporte educacional e esporte participativo. Igualmente apresenta a estrutura teórica a ser utilizada, a *Advocacy Coalition Framework – ACF*, que se utiliza de estrutura de crenças e valores formatada pelo autor para o estudo do campo esportivo, tratado pela ACF com um subsistema ou área específica de política pública.

Procurando melhor embasar o estudo, a tese resgata os principais conceitos históricos e sociológicos relacionados ao campo do esporte e reforça a interação deste com os aspectos sociais, econômicos e políticos. Em seguida, aborda a gênese do esporte e sua vinda ao Brasil, no início do século passado, passando pela criação das entidades desportivas e apresentando as razões de seus conflitos de interesses. Ainda nesta parte, aborda a discussão sobre os valores e contra valores que permearam a discussão entre intelectuais a favor e contra o desenvolvimento do esporte.

No período do Estado Novo a tese discute as razões que levaram o Estado a intervir no setor esportivo e a estruturá-lo institucionalmente com o Decreto Lei 3.199, de 1941. Com já apontado por outros autores, este decreto representou acentuada ação do Estado em favor do esporte de alto rendimento, fortalecendo propositadamente sua coalizão de atore, aqui chamada de pró-EAR, bem como reflete seu desejo de implementar valores higienistas e eugenistas que permeavam a sociedade intelectualizada de então. A tese aborda o caráter autoritário e corporativista do Decreto e como estas características foram usadas no período populistas para desenvolver bases clientelistas na estrutura formal do esporte.

Na fase do regime militar, a tese discute o projeto de transformar o Brasil em uma potência olímpica nos moldes do futebol e como tal ideal determinou ação deliberada de incorporação do setor esportivo educacional aos princípios e valores do esporte de alto rendimento, o denominado como modelo piramidal. O estudo contempla a reação de parte da comunidade acadêmica e da prática educacional da área esportiva e também o surgimento do movimento do esporte para todos. O que é assumido pela tese como o início da coalizão contrária ao alto rendimento, aqui chamada de pró-EPE (esporte participativo e educacional).

Na sequência, analisa o importante período da constitucionalização do esporte, que implicou no embate entre as duas coalizões dentro do processo constituinte, quando, a despeito da supremacia da pró-EAR, redundou em importantes conquistas para a pró-EPE ao se estabelecer o esporte como um direito social e ao se dar prioridade ao esporte educacional na ação do Estado. Ainda como parte do processo de liberalização do esporte analisa o papel da Lei Zico na reestruturação do subsistema esportivo.

No período mais recente a tese se concentra, por um lado, na evolução institucional do esporte dentro de Estado, significando a passagem do nível de secretaria para o de ministério. Por outro lado, o esforço legislativo para aprimorar a legislação, acentuadamente a favor da modernização do futebol e do esporte de alto rendimento. É também o período

em que a tese faz sua real contribuição ao abordar a distribuição desproporcional de recursos público e a representação no órgão de aconselhamento nacional do esporte entre as três categorias de manifestação esportiva. Em função das evidências apresentadas, a tese conclui pelo fortalecimento da coalizão pró-EAR e seu o efeito no aumento do predomínio do alto rendimento.

Abstract:

This dissertation aims to study the evolution of the public policy of Sports in Brazil. The subject of study is the prevalence of elite sports (EAR, *esportes de alto rendimento*). It defines the three categories of sport activities analyzed in this work: elite sports, educational sports, and participatory sports. It also presents the theoretical framework of the study—the Advocacy Coalition Framework (ACF)—, which draws from a structure of beliefs and values adapted by the author for the study of the field of sports, dealt by ACF as a subsystem or specific area of public policy.

In order to provide a background, this dissertation revisits the main historical and sociological concepts related to the field of sports, and reinforces the interaction between those and the social, economical, and political aspects. It then presents the genesis of sport and its arrival in Brazil, in the beginning of the last century, including the creation of sport organizations, and presenting the rationale of its conflicts of interest. It also presents the discussion regarding the values and counter-values that permeated the discussion among intellectuals both in favor of and opposed to the development of sport.

In the Estado Novo (“New State”) period, this dissertation discusses the reasons that led the State to intervene in the Sports sector and to institutionally structure it by the Decree-Law n. 3,199, from 1941. As already pointed by others, this decree represented a profound movement by the State in favor of the elite sport, purposefully enabling its coalition of actors, referred to here as *pró-EAR* (“pro elite sport”), as well as reflecting its desire to implement hygienic and eugenic values that permeated the intellectual society then. The dissertation shows the authoritarian and corporativist nature of the decree, and how those characteristics were used in the populist periods in order to develop clientelistic bases in the formal structure of sport.

With regards to the authoritarian regime, the dissertation discusses the project to transform Brazil in an Olympic power, as it was in soccer, and how such ideal determined a deliberate action of incorporating the sport sector to the principles and values of elite sport, known as the pyramidal model. This study comprises the reaction from part of the academic community and from the educational practice of sport, and also the rise of the movement “sports for all,” which is assumed by this dissertation as the beginning of the coalition contrary to elite sport, referred to here as *pró-EPE* (*Esporte Participativo e Educacional*, “pro participatory and educational sport”).

It then analyzes the important period of constitutionalization of sport, which involved the struggle between the two coalitions in the constitutional process, when, despite the *pró-EAR* supremacy, resulted in important accomplishments for the *pró-EPE*, establishing the sport as a social right, and giving priority to the educational sport in the State service provision. Also as part of the process of sport liberalization, it analyzes the role of the Zico Act in the restructuring of the sports subsystem.

In the more recent period, the dissertation focus, on one hand, in the institutional development of sport within the State, which meant the passage from a Department status to a Ministry status; on the other hand, the legislative efforts to improve the legislation,

markedly in favor of the modernization of soccer and of elite sports. It is also the period in which the dissertation makes its real contribution by dealing with the disproportional distribution of public resources and of representation in the organ of national counseling of sport between the three categories of sport activities. In light of the evidences presented, the dissertation concludes for the strengthening of the pró-EAR coalition and its effect over the increase in the prevalence of elite sports.

Lista de figuras, gráficos, quadros e tabelas:

Figura 1 - Visão geral da estrutura da ACF.....	22
Figura 2 - Camadas de crenças.....	29
Figura 3 - A dinâmica de <i>policy-oriented learning</i>	35
Figura 4 - Estruturação do Sistema Esportivo	119
Figura 5 - Modelo de Alocação de Recursos.....	142
Figura 6 - Modelo Piramidal.....	142
Figura 7 - Reestruturação do Sistema Esportivo Nacional.....	149
Figura 8 - Fluxo do processo constitucional.....	182
Figura 9 - Sistema Esportivo Nacional (Lei Zico).....	196
Figura 10 - Sistema Brasileiro do Desporto – Lei Pelé.	206
Figura 11 - Organograma do Ministério do Esporte.....	227
Figura 12 - Transformação de modelo.....	230
Figura 13 - Atuais fontes de recursos para o esporte.	238
Gráfico 1 - Evolução dos custos dos Jogos Olímpicos em bilhões de dólares americanos – 1972 a 2012.	65
Gráfico 2 - Evolução do número de recursos humanos envolvidos nos Jogos Olímpicos – 1984 a 2004.	66
Gráfico 3 - Destinação de recursos do MEC entre 1983 e 1987.....	175
Gráfico 4- Gastos realizados no esporte entre 2003 e 2008.....	240
Gráfico 5 - Evolução dos gastos do ME.	240
Gráfico 6 - Evolução dos gastos reais com o EAR e Lei Agnelo-Piva.....	241
Gráfico 7 - Evolução dos gastos por ano e por categoria esportiva.....	258
Quadro 1 - Estrutura do sistema de crenças das elites de políticas públicas	28
Quadro 2 - Camadas de crenças e áreas de conflito	30
Quadro 3 - Estrutura de crenças e valores para o subsistema do esporte.....	38
Quadro 4 - Comparativo das razões da ação do Estado no setor esportivo	48
Quadro 5 - Críticos e Apologistas do Esporte entre 1890 e 1930.....	83
Quadro 6 - Correntes eugenistas.....	87
Quadro 7 - Críticos e Apologistas do Esporte entre 1930 e 1947.....	99
Quadro 8 - Coalizões: amadorismo - profissionalismo.....	101
Quadro 9 - Comparativo da ordem corporativista.	117
Quadro 10 - Comparativo de ordem esportiva e dominante.	118
Quadro 11- Estrutura de crenças e valores para o subsistema do futebol	250
Tabela 1 – População participante no esporte.	64
Tabela 2 - Institucionalização das modalidades esportivas.	88
Tabela 3 - Orçamento para o PNED entre 1976 e 1979 (em 1.000 de Cruzeiros).....	152
Tabela 4 - Recursos da SEED/MEC por área de execução.....	158
Tabela 5 - Destinação de recursos MEC/SEED entre 1983 e 1988.....	176
Tabela 6 - Países e ano de constitucionalização do esporte.....	179
Tabela 7 - Composição do Conselho Superior de Desportos.....	193

Tabela 8 - Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDDB	205
Tabela 9 - Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDDB.	209
Tabela 10 - Propostas da Câmara Setorial do Esporte.....	211
Tabela 11 - Conselho Nacional do Esporte – CNE.....	212
Tabela 12 - Usos dos recursos para o desporto educacional pelo COB.....	215
Tabela 13 - Gastos realizados no esporte entre 1995 e 2002.	217
Tabela 14 - Resumo das proporções de gastos realizados entre 1995 e 2002.....	218
Tabela 15 - Programas e recursos orçamentários executados - 1995 – INDESP.....	219
Tabela 16 - Conselho Nacional do Esporte (2003 – 2008).....	225
Tabela 17- Gastos realizados no esporte entre 2003 e 2008.	239
Tabela 18 - Gastos entre categorias de manifestação esportiva para o período de 2003-2008 (janeiro-março), incluindo recursos ao Pan-2007 e Lei Agnelo-Piva (valores a 1995)	242
Tabela 19 - Comparativo de gastos entre governos e categorias esportivas	258
Tabela 20 – Evolução da representatividade no órgão superior de aconselhamento	259

Glossário de termos da ACF (estrutura teórica):

Aspectos centrais (policy core). Posições fundamentais de política pública relacionadas às estratégias básicas para atender aos axiomas normativos do centro profundo.

Centro profundo. Normas fundamentais e axiomas ontológicos.

Aspectos secundários. Decisões e informações instrumentais necessárias para implementar as políticas públicas dos aspectos centrais.

Enlightenment function. Função esclarecedora operada pelo acúmulo de conhecimento, ao longo do tempo, proporcionado por estudos e pela ação prática em políticas públicas.

Policy-oriented learning. Processo de produção de política pública por meio do embate político entre propostas embasadas em conhecimento técnico e teórico.

Fair play. Comportamento justo, tido como próprio de um cavalheiro.

Mainstream. Corrente principal de pensamento, ideologia ou interesse.

Teste-makers. Produtores e testadores de gostos

Sumário:

Introdução.....	2
Capítulo 1 - Definições, estrutura teórica e o problema de pesquisa.....	9
Definição dos conceitos	9
Esporte e Lazer	10
Esporte, Educação Física e Atividade física (ginástica).....	12
Definição das três categorias de esporte: Rendimento, Lazer, Escolar.	14
Esporte escolar, esporte educacional ou esporte-educação	16
Esporte de alto rendimento (AER), esporte de alta competição ou esporte-performance	17
Esporte participação, esporte de lazer ou esporte recreativo ou de tempo livre	18
Estrutura teórica - <i>Advocacy Coalition Framework</i>	18
A ACF e a superação dos estágios heurísticos.....	19
Premissas da ACF.....	20
A Estrutura analítica da AFC.....	21
Fatores externos que afetam as mudanças de políticas dentro dos subsistemas.....	22
Parâmetros relativamente estáveis	23
Sistema dinâmico de eventos.	24
Subsistemas: atores, coalizões e mediadores	24
<i>Advocacy Coalitions</i> e Políticas Públicas	26
O sistema de crenças.....	27
Conjunto de hipóteses internas da ACF	30
A dinâmica de <i>policy-oriented learning</i> (aprendizagem por política pública orientada)....	32
Cenário para o uso da análise e do processo de <i>policy-oriented learning</i>	34
Predomínio e Hegemonia.....	35
Valores e contra-valores do esporte	36
Estrutura de crenças e valores para o subsistema do esporte	37
O problema em questão	38
Questões/hipóteses a serem testadas	41
Capítulo 2 - O campo esportivo e seu contexto	42
Razões para o envolvimento do Estado no setor esportivo.....	42
A importância do esporte como fenômeno social.....	49
Principais teorias históricas e sociológicas do esporte	49
Eric Hobsbawm.....	50

Norbert Elias e Eric Dunning	51
Pierre Bourdieu	53
Jean-Marrie Brohm	60
Ciência dos esportes.....	62
A expansão da dimensão social.....	62
O aspecto econômico do esporte.	63
O aspecto Político.....	67
As grandes competições e a política	68
Mídia esportiva e política	71
Capítulo 3 - A gênese do esporte no Brasil	73
O surgimento do esporte moderno	73
A antiguidade e renascimento	73
A Inglaterra burguesa e as <i>Public Schools</i>	74
Do império até Vargas.....	77
Intelectuais: aficionados e opositores.....	78
Apologistas	79
Críticos.....	80
O movimento higienista e eugenista	83
O esporte na República Velha	87
A gênese do Astro Rei Futebol e a criação da Confederação Brasileiro do Desporto - CBD	89
O elitismo e racismo das práticas esportivas	90
Ação do Estado versus autonomia social	93
O início da Era Vargas.....	97
A evolução do debate sobre o esporte nos anos 1930	98
O Profissionalismo e nova divisão no futebol	100
A reação das demais modalidades olímpicas.....	102
O nascimento da mídia esportiva nacional	103
O que concluir do período?.....	103
Capítulo 4 - A Implantação da política pública de esportes.....	105
O Estado Novo e a estatização do esporte	106
A Educação Física nos planos do Estado	107
O peso do futebol.....	110
O DL 3.199	111

Resultados como política pública	119
Oposições?	123
Síntese do período Vargas.....	124
O período democrático corporativista do esporte (1945-1964).....	125
O que ficou do populismo?	130
Síntese para o período	131
Capítulo 5 - O período militar (1964/85): a ampliação do modelo hegemônico pró-EAR.....	133
A reestruturação tecnoburocrática do setor esportivo (1969-1974)	133
Centralização de recursos	135
O início da “esportivização” da escola	137
O movimento do Esporte Para Todos	138
O modelo piramidal.....	140
O Plano de Educação Física e Desporto – PED	143
A Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo – CNED.....	144
As tensões entre técnicos e dirigentes	145
A primeira Lei para o Esporte.....	146
A tentativa de cooptação política na base esportiva	150
O Plano Nacional de Educação Física e Desportos - PNED.....	151
O movimento Esporte para Todos - EPT no Brasil	153
A SEED e a pseudo-crítica ao modelo piramidal	154
A entrada das empresas no EAR	158
E o futebol?	159
A “crise de identidade” na comunidade acadêmica de Educação Física	162
O início da democratização no setor esportivo	163
Síntese para o período	165
Capítulo 6 - O esporte como direito social na letra da lei: a Constituição de 1988.....	167
A Comissão de Reformulação do Esporte	168
A atuação do CND na nova conjuntura política	172
A SEED e o CND	174
Incapacidade de outros setores se representarem	176
A Constitucionalização do esporte.....	178
O processo constituinte e o Artigo 217 da CF	179
A exegese	185
O período pós constitucional	188

Lei Zico.....	189
Interesses envolvidos, setores excluídos	197
Síntese para o período	199
Capítulo 7 - Do Ministro Extraordinário ao Ministério do Esporte	201
A era FHC.....	201
A Lei Pelé	203
As reestruturações organizacionais e as mutações na Lei Pelé	208
Lei Maguito e a novela do Bingo	208
CPIs do Futebol e adições à legislação esportiva	213
Lei Agnelo-Piva	213
Empresas estatais.....	215
Os gastos com o esporte na era FHC.....	217
A era Lula e o Ministério do Esporte	220
A volta do Bingo	221
Novas leis para o esporte (futebol)	222
Missão do ME e o novo Conselho	223
Comissões.....	226
Programas do atual Ministério.....	226
Secretaria Nacional de Alto Rendimento - SNAR	227
Olimpíadas Escolares e Olimpíadas Universitárias.....	227
Jogos da Juventude	228
Rede Cenesp.....	228
Descoberta do talento esportivo	229
Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Lazer - SNDEL	229
Conferências Nacionais de Esporte	231
Programa Esporte e Lazer da Cidade	232
Jogos dos povos indígenas	233
Rede Cedes.....	233
Cedime	234
Secretaria Nacional de Esporte Educacional - SNEE.....	234
Segundo Tempo	234
Projetos esportivos sociais	234
Recentes Leis para o esporte	234
Bolsa Atleta	234

Lei de Incentivo Fiscal.....	235
Timemania.....	237
Uso de recursos	238
A evolução dos gastos para todo o período (1995-2007)	240
O legado do Pan de 2007	242
Síntese para o período 1995-2007	243
O futebol	243
A evolução institucional	244
Como ficaram as coalizões no período?.....	245
Considerações finais.....	247
A aderência da ACF.	247
Considerações sobre novo subsistema: o futebol.	248
A criação	250
A ampliação e hegemonia	252
Constitucionalização	253
A “ministerialização”	255
A evolução organizacional.....	256
Questões a serem respondidas	256
Bibliografia	262
Livros e artigos:	262
Internet:	271
Apêndice I – Figuras da evolução institucional do esporte.....	292

Política Pública do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento

Introdução

Por que uma tese de doutorado de aluno da FGV-EAESP em Administração Pública e Governo, tradicionalmente dedicada a questões de economia, política e políticas públicas em temas como finanças, saúde, educação, governo local, federalismo, entre outros, deveria abordar o esporte? Mais especificamente, por que o esporte como objeto de política pública? A resposta a esta questão está na simples consideração do fenômeno esportivo nas últimas décadas e de como isto afetou e envolveu políticas governamentais específicas para o setor.

A expansão do esporte é considerada fenômeno mundial. Os grandes eventos esportivos como os Jogos Olímpicos, Copa do Mundo, Formula1, finais de campeonatos internacionais e nacionais passaram a ser acompanhados por bilhões de expectadores por todo o mundo. Grande parte deste público passou igualmente a despertar para a necessidade e o direito de participação na prática esportiva.

Tais fatos fazem do esporte irresistível vitrine para finalidades políticas e/ou promoção de ideologias, bem como torna inevitável o envolvimento dos Estados na regulação, promoção e mesmo “exploração” dos recursos e diversos tipos de dividendos do setor esportivo. Tanto é assim que, a partir dos anos de 1960, diversos países centrais passaram a constituir secretarias e ministérios destinados especificamente ao desenvolvimento do esporte e de suas subdivisões.

A despeito do crescimento da importância do esporte como fenômeno social ao longo do século XX, seu estudo no Brasil ficou, durante muitas décadas, relegado aos profissionais de Educação Física preocupados com a historicidade e desenvolvimento de sua ciência, bem como a jornalistas dedicados a uma ou outra modalidade, em geral, o futebol.¹ Os estudos de caráter sociológico e a interface do Estado com o esporte ficou limitado aos estudos do direito esportivo. Apenas nos anos 1990 em diante, profissionais da área de Educação Física e de outras ciências sócias que também

¹ Gilmar Mascarenhas de Jesus tem a seguinte observação sobre a carência de estudos sobre o esporte: “Considerado como uma faceta ‘menor’ da totalidade social, o esporte foi sistematicamente relegado a segundo plano durante décadas de investigação acadêmica, seja pela corrente da ‘história oficial’ de matriz positivista, seja pela via de um marxismo pretensamente ortodoxo, fundado no economicismo.” (JESUS, 1999).

elegeram o tema do esporte, mostraram-se preocupados e interessados na ação estatal e se propuseram a desenvolver estudos tendo por objeto as ações e omissões do Estado na área esportiva. Ações e omissões que fazem lembrar a definição de Thomas Dye sobre política pública: “[...] *is whatever governments choose to do or not to do.*” (DYE, 2002, p. 1).

A área de política pública para o esporte é ainda incipiente e procura por seu lugar e legitimidade dentro das diversas disciplinas que orbitam entorno ao fenômeno esportivo. Evidência disso se encontra neste apontamento de Melo sobre o aumento de artigos de política pública, mas em encontros dedicados à história da Educação Física e do esporte:

“O número de trabalhos publicados ligados a política pública tem sido bastante significativo, o que para nós não se justifica em um evento científico dedicado a discutir aspectos históricos. A não ser que o estudo seja dedicado a uma análise histórica de políticas públicas [...] Sem dúvida, os estudiosos de política pública em Esporte, Educação Física e Lazer ainda não tem um espaço específico para suas discussões.” (MELO V. A., 2004, p. 48).

O envolvimento do Estado para o desenvolvimento do esporte se configura em rico objeto de análise de políticas públicas, podendo ser abordado sob variadas perspectivas: uso ideológico de apoio ao sistema político, propaganda governamental, avaliação da atuação institucional de órgãos dedicados, regulamentação do mercado esportivo, *accountability*² sobre recursos públicos aplicados nos três níveis governamentais e para os destinados a confederações, federações e ligas esportivas, e também pela ótica da transparência dos modelos e das práticas de gestão destas entidades.

A ênfase do governo federal em reconhecer a necessidade de formular uma sólida política nacional para o Esporte, assegurando maior participação e representatividade dos atores envolvidos em sua produção, o esforço de reestruturar a gestão e o

² A tradução comum de *accountability* para o português é responsabilização. Contudo, o termo traduzido não é fiel ao significado mais amplo que perpassa a responsabilização legal, abrangendo sanções e procedimentos que aferem objetivos e resultados da ação e/ou omissão de agentes (indivíduos e organismos) estatais e mesmo sociais por seus pares e superiores, definido modernamente por Guillermo O'Donnell como *accountability* horizontal e vertical (O'DONNELL, 1998).

financiamento do esporte dando-lhe maior *accountability* e o esforço de estender o acesso às práticas esportivas à maior parte da população não são recentes, embora sejam recorrentes de governo para governo, e mesmo assim, tais tópicos são objetos de raros estudos acadêmicos.

No Brasil, literatura recente tem expressado a preocupação com a constituição de mecanismos de controle e de *accountability* para enfrentar antigos problemas: a concentração de poder nas mãos do executivo e a fragilidade nos mecanismos de representação e participação da sociedade (ABRUCIO & LOUREIRO, 2004, p. 100). O setor esportivo estatal deve fazer parte deste esforço de modernização, especialmente na medida em que aumentam os recursos públicos destinados a esta área diretamente pelo orçamento da união, por meio de recursos de loterias ou mesmo pelo patrocínio de empresas estatais às entidades de administração do esporte em seus vários níveis.

Parte da literatura esportiva que trata das relações do Estado com o esporte ressalta antigo problema no modelo de desenvolvimento do esporte no Brasil: o fato do mesmo ser centrado no esporte de alto rendimento, o que o torna excluyente das demais categorias de manifestação esportiva: o esporte participativo e o esporte educacional. O debate em torno ao tema vem se aprofundando e se especializando desde meados dos anos 1970, quando teve início a produção de literatura mais crítica sobre o assunto.

Outro aspecto levantado é a preponderância do futebol sobre as demais modalidades e a forma como o Estado vem respondendo com legislação centrada nesta modalidade.

Outra parte da literatura trata o esporte sob a ótica da prática esportiva como atividade de integração social, lúdica, de lazer e como atividade educacional. Desta forma, o Esporte é abordado pela área da sociologia sob a questão da inclusão e exclusão social, e como fator de expansão da cidadania. A psicologia estuda os aspectos lúdicos, o comportamento competitivo, o lazer por meio do esporte e seu uso como atividade terapêutica, abordando fatores como a motivação e a ansiedade nas práticas esportivas. A área da Educação se dedica às questões de metodologia de ensino e de aplicação das práticas esportivas nas escolas, bem como nas questões pertinentes à reforma educacional onde a disciplina de Educação Física sempre teve destacado papel.

O Esporte também fascina os sociólogos e antropólogos por prover um rico e vasto material para estudos sobre o conflito estruturado e a competitividade em ambiente controlado, raramente reproduzidos em outros aspectos da vida social. Outros campos de estudo contemplados são o da dinâmica de grupo, organizações sociais, subculturas, processos comportamentais, agrupamentos sociais, desigualdades, socialização e redes organizacionais (FREY & EITEZN, 1991).

Parte da pretensão deste trabalho é contribuir para que as análises de políticas públicas encontrem seu lugar junto aos estudos históricos e atuais sobre o esporte em seus variados aspectos. Especialmente sobre qual foi e está sendo o papel do Estado no nível federal, e de como isto foi e é influenciada e/ou determinada pelas circunstâncias históricas sob fortes interesses de grupos estabelecidos no setor.

No primeiro capítulo, são definidos os principais conceitos a serem utilizados ao longo do trabalho, especialmente para as três categorias de manifestação do esporte: rendimento, participativo (lazer) e escolar. Também abordo a interação do esporte com sua ciência principal, a Educação Física, e suas relações com o conceito de lazer. Aspecto importante, já que o estudo envolve quase um século, é a explicação sobre o critério de periodização.

Em seguida apresento a estrutura teórica da *Advocacy Coalition Framework* - *ACF* como instrumento privilegiado de análise. Desde sua formulação inicial, em 1993, a *ACF* vem tendo grande utilização nos EUA, Europa e Oceania, para os mais diversos temas de políticas públicas e em todos os níveis governamentais.³ Já há estudos internacionais sobre política pública do esporte utilizando a *ACF* (GREEN & HOULIHAN, 2004). A *ACF* procura explicar a produção de política pública, considerando mudanças no espaço de tempo de mais de uma década, como consequência da interação entre coalizões opostas que se realizam e se estabelecem em diferentes níveis ou anéis centrais e periféricos de crenças. Em tal estrutura há um subsistema de interações condicionadas por parâmetros: atributos do problema, distribuição de recursos, valores culturais, estrutura social e regras legais, bem como por

³ Os mais recentes estudos tratam até de sua aplicação para estudos organizacionais e mesmo sobre estruturas religiosas e seus efeitos sobre a produção de política pública (IKE, 2006).

eventos externos, ou seja, mudanças socioeconômicas, alterações no sistema de coligação governamental e transformações produzidas pelo subsistema.

Em seguida exponho o problema a ser tratado pela tese e as questões/hipóteses a serem respondidas/testadas. Para tanto, procedo à estruturação das crenças e valores que servem de base para a definição das coalizões segundo os pressupostos teóricos.

No segundo capítulo, abordo as razões para o envolvimento do Estado no setor esportivo, procurando atender a questões utilitaristas como o preparo para a atividade militar e prestígio internacional, por meio de conquistas esportivas de seus atletas, ou por razões mais meritórias, visando ao lazer e à saúde da população. Também exploro três aspectos de profunda interação com o esporte: o social, o econômico e o político. Dedico especial atenção ao social, procurando resgatar as idéias dos grandes pensadores desta interação com o esporte.

O terceiro capítulo desenvolve um pequeno histórico do desenvolvimento do esporte moderno. Originário da Inglaterra, ganha o mundo num processo de expansão poucas vezes visto em outras áreas da atividade humana. Chegou ao Brasil, no início do século passado, encontrando solo fértil a seu desenvolvimento e gerou expressivo debate entre a intelectualidade que se dividiu entre contra e a favor o seu desenvolvimento, debate que segue até a revolução de 1930, quando Getúlio Vargas já sinaliza o apoio do Estado, especialmente ao futebol. O contexto higiênico-eugênico e a face elitista-racista também são mencionados como parte das crenças e valores que permearam a elite esportiva e governamental de então. Obviamente, o tema da política pública para o esporte como o de tantas outras áreas econômica e sociais começa em Vargas e a partir de estruturação inicial bastante autônoma e pluralista que caracterizou o ambiente das primeiras associações e clubes.

O quarto capítulo trata do início da intervenção estatal no esporte que se seguiu à implantação do Estado Novo. O herói e vilão do período foi o famoso Decreto 3.199, de 1941, que estruturou, de cima para baixo e contrariando a descentralização inicial, todo o setor esportivo com base no modelo rígido e hierarquizado do movimento olímpico, tendo por órgão fiscalizador o Conselho Nacional do Desporto. Nada mais apropriado para ao regime que instituiu o corporativismo estatal como modelo de governo para

regular as relações estado e sociedade, inclusive para o setor esportivo. O capítulo ainda aborda a fase da volta à democracia, em 1945, o chamado de período populista, no qual a tônica foi a continuidade do corporativismo atrelado ao clientelismo das elites políticas com os dirigentes de federações.

O desenvolvimento da política esportiva no regime militar é o objeto do quinto capítulo, fase de forte uso da visão tecnoburocrática, sintetizada na realização do Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos no Brasil. Do Diagnóstico resultou a eleição do setor educacional como base alternativa para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento, o que segundo aquele projeto, levaria o País a se tornar uma “potência olímpica”. Esta fase é conhecida como a da “esportivização escolar”. O Departamento Educação Física e Desportos teve destacado papel na centralização das ações e dos recursos do governo federal. A centralização ajudou e controlou a estrutura do esporte (clubes, federações e confederações), especialmente o futebol, de acordo com a orientação do regime.

Foi também neste período que surgiu na Europa o movimento do Esporte para Todos, se colocando como alternativa ao esporte de alto rendimento. O modelo implementado pelos militares na escola passou a ser chamado de modelo da lógica piramidal e teve sua crítica realizada pela comunidade acadêmica de educação física. Os planos produzidos não redundaram no sucesso esperado, cabendo ao futebol a salvação da reputação do projeto esportivo militar como a conquista do Tri no México, em 1970. Todo o sistema esportivo foi reformulado em 1975 e permaneceu intocável até 1993.

O sexto capítulo analisa o contexto de redemocratização do país, com ênfase nas mudanças produzidas pela Constituição de 1988 – em particular por meio do artigo 217. O esporte ganhou um novo status e passou a demandar política pública condizente com essa situação. Também foi importante no período a Comissão de Reformulação do Esporte, que conseguiu estabelecer uma agenda de mudanças. Em seguida, opera-se a modificação infraconstitucional com a Lei Zico. Em contexto de enxugamento do Estado, a Lei foi apresentada como a salvação para o esporte de alto rendimento pela utilização de mecanismos de mercado. Contudo, foi combatida pelo setor do futebol por avançar demais na estrutura institucional dos clubes.

O sétimo capítulo retrata a evolução institucional recente de Ministério Extraordinário ao Ministério do Esporte. O período é de grande produção legislativa, iniciando se com a Lei Pelé, que modificou a estrutura esportiva formal sem alterar a primazia do apoio estatal ao esporte de alto rendimento. As maiores atenções estiveram, novamente, com o futebol, quando sucessivas leis desfizeram parte do avanço da Lei Pelé. Marcante foram as CPIs do futebol, em 2001, que estabeleceram nova agenda legislativa para o setor, parte dela já efetuada com a aprovação, em 2003, da Lei de Moralização dos Clubes e com o Estatuto do Torcedor.

O trabalho tem por tema a evolução da Política Pública do Esporte. Seu objeto de estudo é a predominância e/ou hegemonia do esporte de alto rendimento sobre as demais categorias de manifestação esportiva – esporte de participação (lazer) e esporte educacional. Seu objetivo é a verificação da alteração ou não deste padrão, analisando a evolução dos gastos do governo federal no período de 1995 a 2007 e a proporcionalidade de representação no órgão máximo de aconselhamento do esporte nacional como resultado da ação de coalizões dentro do subsistema esportivo.

Capítulo 1

Definições, estrutura teórica e o problema de pesquisa

Definição dos conceitos

Procuro nesta parte inicial definir os principais conceitos a serem trabalhados ao longo do texto. Em primeiro lugar, o conceito de desporto ou esporte. No Brasil, o uso é indiferente, contudo, a predominância é de *esporte*. Lira Filho faz famosa discussão desta variação. Diz que na França usavam *desport* significando prazer, descanso, esparecimento, recreio etc. Termo que e foi posteriormente transformado para *sport* e depois incorporado ao inglês na mesma grafia. Já espanhóis usavam *deporte*; italianos *deport*; portugueses, *desporto*. A despeito de consulta a Antenor Nascente que justificou o uso do termo *esporte*, Lira Filho preferiu o arcaísmo e ficou com *desporto* (LYRA FILHO, 1973). Desporto é, alias, o termo mais usados nos textos de leis, decretos e a própria Constituição Federal, mas acompanhado a tendência geral, sempre que possível usarei o termo esporte.

Outro aspecto importante é a periodização. Há variações nas periodizações utilizadas para o estudo da história da Educação Física e do esporte no Brasil. Por exemplo, as utilizadas por Castellani Filho, Guiraldelli Junior, Linhales, Venonês, Malhães e Tubino entre outros, obedecem aos grandes ciclos políticos-administrativos da história brasileira (CASTELLANI FILHO L. , 1988; GUIRALDELLI JÚNIOR, 1988; TUBINO M. J., 1996).⁴ Porem, alguns críticos ressaltam que este tipo de periodizações, focada no aspecto político, apresenta o problema de estarem deslocadas de seu principal objeto de estudo.

“History of Physical Education whatever its particular subject matter can be shaped by political history, but it is essential, even when studying a particular subject, to organize in a comprehensive way some causal uniformity [...]The adoption of a periodization centralized in a political and institutional framework is, in fact, submerging the peculiarity of the History of Physical Education and the selection and interpretation of

⁴ Tubino usa a seguinte periodização: Brasil Colônia ao Estado Novo (1500-1930); Estado Novo à Nova República (1945-1985); Nova Republica (1985, 1989); Período Collor (1990 a 1992) (TUBINO J. M., 1996, p. 10).

the facts are directed by another subject matter rather than that which we are focusing.”
(GEBARA A. , 1995).

Victor Andrade de Melo argumenta na mesma linha de Gebara:

“A periodização continua a se submeter a especificidades exteriores ao objeto, além de referendarem uma impressão de continuidade e linearidade, sempre tão presente em todas as fases anteriores; a história é entendida como responsável por explicar linearmente o presente, fato agravado por uma compreensão que parte do presente com hipóteses traçadas já basicamente confirmadas, o que praticamente faz forjar no passado os elementos necessários para provar a hipótese inicial; a exasperação da crítica ao caráter documental-factual das obras anteriores findou por muitas vezes no dispensar de datas, fatos e nomes, tão importantes em qualquer estudo historiográfico.” (MELO V. A., 2007).

Também Bourdieu tem na periodização importante questão: “a história do esporte é uma história relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem seu próprio tempo, suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua cronologia específica.” (BOURDIEU, 1984).

Procurou fugir a este problema justificando que o foco desta tese é justamente o aspecto político-administrativo traduzido em política pública para o esporte. Assim, por este critério, tenho como natural e própria a seguinte divisão de períodos: República Velha (1889-1930), Período Vargas (1930-1945), Populismo (1945-1964), Ditadura Militar (1964-1985), Redemocratização (1985 a 2008).

Esporte e Lazer

Há profunda inter-relação entre esporte e lazer, o que dificulta a identificação de quando estão juntos ou separados. Nem sempre o esporte é lazer e o lazer não se resume absolutamente ao esporte. Em realidade, são categorias que apresentam áreas em comum, o que dificulta a conceituação segundo os bons preceitos de categorização, medição e de cuidado em não “esticar o conceito” (*conceptual stretching*). Ou seja,

quanto mais vaga a definição do que seja o esporte e o lazer, enquanto categorias de atividades, mais se pode alargar o conceito e permitir sobreposições (SARTORI, 1970).

A importância do lazer para a qualidade de vida e sua função de consumo na sociedade moderna é hoje inquestionável e por razões similares é também abarcado pela mesma estrutura teórica do esporte: o uso do tempo livre ou de não-trabalho assim definido como: “uma ocupação escolhida livremente e não remunerada – escolhida, antes de tudo, porque é agradável para si mesmo” (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 107).

Como fenômeno social, é comumente definido como produto do processo urbano-industrial do século XIX, na Europa, especialmente na Inglaterra, em função de demandas individuais e coletivas dos trabalhadores, por maior tempo de “folga”. A separação entre tempo de trabalho e tempo livre trouxe a necessidade de organizar práticas e vivências em tempo e locais apropriados.

Na esfera do trabalho, a seriedade e a disciplina não admitia “passatempos” e o tempo livre foi justificado como necessário ao repouso para a manutenção e reprodução da força de trabalho. No ambiente social, ter “passatempo” passou a significar poder e distinção, próprios aos burgueses que dispunham de recursos para inúmeras atividades em seu tempo de lazer (WERNECK, 2003). Como sintetiza Gutierrez: “O lazer, como instância distinta e específica da vida social, só é percebido com o advento da Revolução Industrial e a separação dos espaços familiares, comunitários e profissionais, ou seja, existe no objeto lazer um aspecto histórico de “não-trabalho” (GUTIERREZ, 2001, p. 6).⁵

Diversos estudos apontam que o estabelecimento formal do direito ao tempo livre pela classe operária gerou polêmica e apreensão no mundo burguês, pois nada garantia que esse tempo seria preenchido por atitudes socialmente aceitas pela burguesia. O receio era que fosse destinado a atividades degradantes ou pior, para tramar contra a própria burguesia. Daí a tentativa desta, no início do século XX, de exercer maior controle

⁵ Conforme Rodrigues (2006, p. 15), também no Brasil, desde o século XIX as preocupações com o lazer aparecia nos discursos dos engenheiros e sanitaristas responsáveis pelas reformas urbanas em algumas cidades do País, contudo sua efetivação deu-se a partir das conquistas sociais da década de 1930, depois sedimentadas com o desenvolvimento econômico na década de 1970, momento em que a palavra se incorpora ao vocabulário comum.

sobre o “tempo livre” dos trabalhadores (RODRIGUES M. A., 2006, pp. 71-72). Neste aspecto a burguesia teve o auxílio dos governos de regimes autoritários como no Brasil com Getúlio Vargas (ALMEIDA M. A., 2006).

A despeito destes controles, o lazer se configura como conquista social do trabalho, cujo desenvolvimento, atrelado ao crescimento do tempo livre, o desenvolvimento do esporte guarda correlação.

Esporte, Educação Física e Atividade física (ginástica)

Educação Física, a atividade física e o esporte são conceitos que possuem elementos interligados e o modo de definição de um repercute sobre a forma de definir os outros dois e vice-versa, principalmente quando se leva em consideração os aspectos subjetivos, tanto da motivação para as práticas quanto da matriz teórica utilizada.

No percorrer das leituras sobre o esporte é recorrente a menção e inter-relação deste com o a Educação Física e a atividade física. Esta, em muitos textos, citada como ginástica, no sentido de fazer exercício físico. Daí o grande uso da citação de Bracht: “É claro que o esporte, assim como a ginástica, é um fenômeno polissêmico, ou seja, apresenta vários sentidos/significados e ligações sociais. (BRACHT, 1999, p. 75)”. A polissemia e o polimorfismo são também compreendidos como o “pluralismo do esporte” (GAYA, 2007, p. 2).

Há variadas definições segundo a época e correntes teóricas, próprias da ciência da Educação Física, cujo aprofundamento vai além dos objetivos desta tese. Vale o alerta de que a falta de clara conceitualização do que seja Educação Física, atividade física e esporte, fez com que em muitos estudos tais elementos fossem tomados de forma misturada, onde o rigor conceitual deu lugar ao senso comum (GEBARA A. , 1995).

Apesar das diferenças conceituais há grande dificuldade da população e mesmo dos alunos em distinguir as duas áreas. Pesquisa de Lovisolo perguntando a alunos sobre qual a diferença entre a Educação Física e o Esporte indica que 47,5% responderam não existir qualquer diferença entre a Educação Física e o Esporte; 34,7% não foram

capazes de emitir qualquer opinião e somente 12,8% responderam existir diferenças, mas não foram capazes de dizer quais são. O que levou o autor a concluir pela perda da especificidade da Educação Física e pelo compartilhamento de sua identidade com o esporte (LOVISOLO, 1993).

Tendo tais alertas em mente, procuro dar delimitação própria (pessoal) e mínima, mas suficientemente clara para os objetivos deste trabalho, cujo objeto não é a atividade física ou a educação física ou mesmo esporte, mas a **política pública para o esporte, produzida na esfera federal**, e que para tanto demandara, em muitas passagens, abordar aspectos e circunstâncias destes conceitos.

Embora temor antigo e em desuso, defino por **Ginástica** a execução de grupo de exercícios corporais realizados apenas com o corpo ou com o auxílio de aparelhos, cuja ordem de execução e frequência foram sistematizados pelas chamadas escolas ou métodos como o alemão, sueco e francês. O termo é também traduzido como “exercício físico”.⁶ A **atividade física** é termo mais amplo que engloba a ginástica e outros modos formais e informais de movimentação corporal que procuram prover o corpo humano com flexibilidade, agilidade, força muscular e capacidade aeróbica. Envolve tanto atividades esportivas quanto recreacionais e mesmo brincadeiras e atividades culturais como a dança.

Já **Esporte** é freqüentemente entendido como conjunto específico de atividades físicas vigorosas, normatizadas (institucionalizadas) praticadas individualmente ou em grupo, com a finalidade simultânea ou dissociada da busca do lúdico, do prazer, do condicionamento físico e, sobretudo, da competição.⁷

⁶ O Atlas do Esporte (2004, p. 14.17), no verbete Educação Física Escolar, cita o uso de exercícios ginásticos, tendo o termo Ginástica se originado no século XVIII. Já Barbante (1994, p. 129) dá ao termo o mesmo significado de exercício e estabelece sua origem etimológica a partir dos antigos gregos.

⁷ Esta definição, no aspecto lúdico, contraria Huizinga que em sua obra seminal sobre o *Homo Ludens*. Ele afirma que o esporte corrompe uma das principais características do jogo, isto é, sua espontaneidade, substituindo o aspecto lúdico pela tecnicidade e racionalidade. Huizinga define o jogo como: “uma atividade livre, conscientemente tomada como ‘não-séria’ e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total. É uma atividade desligada de todo e qualquer interesse material, com a qual não se pode obter lucro, praticada dentro de limites espaciais e temporais próprios, segundo uma certa ordem e certas regras” (HUIZINGA, 1992, p. 16).

A definição de **Educação Física** é bem mais complexa. Foi inicialmente definida como “educação do físico” pelo uso da ginástica e do esporte, depois ampliou para “educação pelo físico”, envolvendo aspectos do desenvolvimento moral (por envolver valores sociais), cerebral (dada a reflexão necessária à coordenação e precisão do movimento) e mesmo intelectual (ao abordar criticamente as funções e usos do esporte).

Assumo a definição mais ampla de ciência da motricidade humana, qual seja: conhecimentos sistematizados e empregados com a finalidade de entender e educar os movimentos do corpo, de forma individual ou coletiva e de discutir seus significados e efeitos sobre o físico, psicológico, social e cultural.⁸ A mesma idéia é expressa na seguinte passagem:

“As metas traçadas pelo professor poderiam ser desenvolver o preparo físico dos alunos (aspecto biológico), aumentar sua auto-estima através da realização do movimento (aspecto psicológico), melhorar sua socialização (aspecto sociológico), realizar atividades conhecidas e aceitas naquela região (aspecto cultural) e, por último, relacionar esses aspectos, lembrando que todos serão trabalhados praticamente ao mesmo tempo.” (E.EDUCACIONAL, 2007).

Há uma disputa no meio acadêmico sobre qual vem primeiro, ou qual é maior, se a educação física ou o esporte. Em geral, profissionais de educação física tendem a colocar sua disciplina em destaque. Todavia, para sociólogos ou aqueles que percebem o uso da educação física como instrumento do esporte, principalmente para o de alto rendimento, tendem a colocar o fenômeno esportivo em primeiro plano. Ressalto que a ginástica, atividade física e o esporte foram aqui definidos como atividades, ao passo que a Educação Física é tratada como ramo científico e componente curricular.

Definição das três categorias de esporte: Rendimento, Lazer, Escolar.

Entre muitas definições sobre o esporte, as mais comuns o vinculam à prática do jogo, e como já dito anteriormente, devido à presença do exercício físico, do caráter competitivo, da função lúdica e do efeito psicossomático, este último usado para

⁸ Esta definição, bastante divulgada no meio profissional acadêmico da Educação Física, encontra raiz na tradição racionalista ocidental, a partir de Immanuel Kant que divide o processo educacional em três partes: a educação física ou corporal, por outro a educação intelectual e por fim a educação moral (BRACHT, 1999).

justificar sua função higiênica. Segundo Tubino (1987, p. 25), tal referencial competitivo vem do francês Roger Caillois, para quem o esporte é a forma socializada de competição.⁹

Nos anos de 1960 surge, na Europa, movimento produzido por alguns intelectuais em oposição ao predomínio do esporte de extrema competição. Tal movimento ajudou também a promover a sociologia do esporte. Muitos estudiosos se ocuparam da caracterização do termo, tanto no sentido individual como coletivo (ANTONELLI, 1963; DIEM, 1966; BOUET, 1968; MAGNANE, 1969; EPPENSTEINER, 1973). Bracht observa que diversos estudos citam a década de 1960 como o momento mais importante dessa inflexão (BRACHT, 1999, p. 74). A crítica a predominância da competição seguiu pela década de 1970 com outros autores enfatizando aspectos do esporte escolar e de participação (FEIO, 1978; CAGIGAL, 1979; PIETRO CARZOLA, 1979).

Além deste movimento, órgãos internacionais importantes produziram documentos que orientaram as reflexões da comunidade internacional sobre o esporte. O *Conseil Internationale d'Education Physique Et Sport – CIEPS*, vinculado à UNESCO divulgou em 1964 o documento “Manifesto Mundial do Esporte” que o conceituou e o dividiu em três grandes áreas para as quais dedica capítulos específicos: **a) esporte na escola, esporte escolar, esporte educacional ou esporte-educação; b) esporte participação, esporte de lazer ou esporte de tempo livre; c) esporte de alto rendimento (EAR), esporte de alta competição ou esporte-performance.**¹⁰ Os dois primeiros itens são a novidade, pois até então só o terceiro compreendia todo o espectro do fenômeno esportivo. Contudo, o mesmo documento atribui ao esporte escolar função de desenvolver o talento esportivo, o que vinculou o esporte escolar ao de alto rendimento.

⁹ Roger Caillois deu sequência ao trabalho de Huizinga sobre o papel dos jogos na sociedade embora divergindo deste em alguns aspectos. Para Caillois, as categorias de jogo são estabelecidas a partir das sensações e experiências que proporcionam, classificou os jogos em: a) *agon* (jogos de competição), *alea* (jogos de azar); *mimicry* (jogos de mímica); *iimix* (jogos de vertigem) ((CAILLOIS, 1994).

¹⁰ Há outras categorizações como, por exemplo, a de Carzola Pietro (1979) que divide o esporte em: a) esporte como instrumento de saúde física e mental; b) esporte de entretenimento ou de lazer; c) esporte espetáculo ou profissional; d) esporte de alta competição; e) esporte-educação ou Educação Física. Dentro da categorização adotada para este trabalho, entendo o item “a” como parte do “b”, o item “d” como variação do “c” e o item “e” como base para os quatro primeiros. Já nos anos 1930, no Brasil, Tomas Mazzoni propôs a seguinte categorização: a) espetacular, dividida entre profissional e amador; b) esporte diversão, dividido em recreativo e turístico (SANTOS J. A., 2000, p. 181). Já Manhães prefere as categorias: a) desporto seletivo, b) desporto participativo.

Está, portanto, neste documento, a origem da categorização do esporte que desde então perdura na maior parte do mundo, inclusive no Brasil desde sua institucionalização pelo regime militar. Razão pela qual, tal divisão, será também adotada neste trabalho.

Esporte escolar, esporte educacional ou esporte-educação

O esporte educacional é voltado majoritariamente a crianças e adolescentes nas escolas de 1º e 2º grau, com a finalidade de desenvolvê-las física, moral e mentalmente. Ele está diretamente relacionado à aplicação da educação física como instrumento científico de orientação, controle e desenvolvimento das capacidades e habilidades dos alunos. Contudo, outras atividades físicas como danças e jogos estão também sendo utilizadas dentro do conceito de esporte educacional. A vertente adulta do esporte educacional aparece nas universidades, as quais, apesar das dificuldades em sua implementação, passaram recentemente por reestruturação e reativação. Nesta categoria, o esporte é praticado dentro de escolas e percebido como instrumento educativo, operacionalizado pela educação física.

Deve-se ressaltar que os termos esporte educacional e esporte-educação englobam outras formas de educação pelo esporte, externo às escolas, como nas atividades desenvolvidas em academias, clubes e escolinhas de esporte, majoritariamente as de futebol. Neste contexto, do esporte como instrumento de educação, vem sendo aplicado por governos e ONGs como forma de atender às populações carentes que tenham crianças e jovens fora da escola ou escolas sem estrutura para a prática esportiva.

Normativamente, no esporte escolar procura-se desenvolver prioritariamente, desde cedo, o hábito para a prática esportiva, a consciência de sua importância para a saúde e o convívio social e o uso do esporte como meio de formação do caráter. Entretanto, como consequência natural do ambiente esportivo escolar, há o surgimento de atletas de grande potencial para o alto rendimento, sendo estes conduzidos ao sistema esportivo formal dos clubes, associações e federações, para desenvolvimento paralelo e complementar do esporte amador, de onde os com maior destaque seguem para a carreira esportiva de atletas profissionais. A grande crítica que se faz ao esporte escolar,

a ser discutida posteriormente no trabalho, é a inversão da prioridade do educar e despertar pelas atividades físicas para a lógica do alto rendimento.

Esporte de alto rendimento (AER), esporte de alta competição ou esporte-performance

O esporte de alto rendimento (EAR) compreende todas as atividades esportivas fundamentadas na competição sob regras gerais. Seu propósito fundamental é a busca da superação, do recorde e da vitória. Exige alto grau de dedicação, o que implica a busca do profissionalismo, contando geralmente os atletas com remuneração direta por contrato com entidades esportivas e/ou formas de patrocínio. No estágio anterior de semi-profissionalismo os atletas contam com patrocínio e/ou provisionamento de bolsas ou outra forma de renda alternativa que lhes permitam iniciarem e permanecerem em regime de dedicação compatível com o nível de rendimento esperado.

O EAR tem como sustento o espetáculo comercial produzido pelos atletas nas mais diversas formas de competições em datas específicas anuais e em campeonatos e torneios sazonais. Está baseado, portanto, no mercado e no mundo privado. Como tal, é seletivo e excludente, tanto em termo de sua prática como em seu consumo. O fetiche da competitividade do alto rendimento é entendido como maior fator responsável pela expansão do fenômeno esportivo e de sua crescente popularização em todo o mundo.

O esporte de alto rendimento é produzido, gerenciado, organizado e desenvolvido por estruturas internacionais e nacionais, hierarquizadas em comitês, confederações, federações e ligas que juntas constituem o sistema esportivo dos países, regiões, estados e mesmo municípios. O movimento olímpico é o mais completo paradigma desta categoria esportiva. Por sua importância política na esfera das relações internacionais, muitos países optaram por modelos de forte apoio estatal para o desenvolvimento do EAR, seja de forma indireta, financiando organizações não governamentais e quase governamentais dedicados ao seu desenvolvimento, como na maioria dos países ocidentais, seja por direção direta do Estado.

Diegel apresenta os seguintes elementos gerais do EAR: a) aparato de procura, desenvolvimento e financiamento de talentos bancados pelo Estado; b) pequeno número

de atletas que vivem do esporte-espetáculo; c) massa de consumidores que financiam parte do esporte; d) meios de comunicação de massa que são também organizadores do esporte-espetáculo; e) sistemas de gratificação que varia de acordo como o sistema político-societal (DIEGEL, 1986, apud BRACHT, 1997, p. 13).¹¹ Na análise de linha marxista, o EAR é aquilo que o apelo da competição transforma em mercadoria.

Esporte participação, esporte de lazer ou esporte recreativo ou de tempo livre

De modo geral, a literatura faz tanto referência ao esporte recreativo como também esporte de lazer. Não obstante, a expressão utilizada pela legislação é esporte de participação. Ele engloba a participação em atividades tidas como esportivas, com características formais ou informais, pela população em geral, sem o compromisso da competição ou com esta sendo limitada ao aspecto lúdico. Está diretamente relacionado ao uso do tempo livre e ao conceito de bem estar físico e psicológico, sendo defendido por várias categorias profissionais como importante componente para a saúde pública. Tem, portanto, como objetivo a diversão, o relaxamento, a desconcentração, a interação social e mais recentemente a interação com a natureza, despertando a consciência ecológica na população.

Obvio que há interação entre o esporte participação com características de mercado próprias do esporte de alto rendimento, pois este estabelece o modelo para o consumo de equipamento, material, vestuário e mesmo as práticas em moda como no caso das academias de ginástica ou musculação.

Estrutura teórica - *Advocacy Coalition Framework*

Paul A. Sabatier e Hank C. Jenkins-Smith argumentam que as teorias funcionam como lentes, instrumentos para melhor enxergar o processo de produção de políticas públicas. É com esta recomendação que procurarei utilizar a estrutura teórica da *Advocacy*

¹¹ DIEGEL, H. Über den Wandel der Werten in Gesellschaft, Freizeit und Sport In: DSB (Hrsg.) Die Zukunft des Sports. Materialien zum Kongress "Menschen im Sport 2000". Schorndorf: Karl Holfmann, 1986, p. 14-43.

Coalition Framework (ACF), proposta por estes autores em 1993 para o estudo da produção e modificação das políticas públicas (SABATIER & HANK, 1993).

Como estratégia argumentativa, ao longo dos capítulos, à medida que discorrer sobre **a evolução, em nível federal, da política pública para o esporte no Brasil**, estruturarei progressivamente a problemática central da Tese: **a predominância e/ou hegemonia histórica do esporte de alto rendimento e os embates recentes, a partir da Constituição de 1988, para mudar esta situação**. Ao percorrer as diversas fases de implementação do tema, destacarei os pontos de aderência da teoria com a realidade apresentada, para resgatá-los, na conclusão do trabalho, juntamente com a apreciação das questões e hipóteses iniciais do trabalho.

Tenho nesta estratégia dois propósitos: primeiro, utilizar instrumento teórico central que ilumine todo o processo de construção do objeto de estudo. Segundo, apreciar a aderência deste instrumento à área específica de política pública do esporte no Brasil, uma vez que este veio analítico foi inicialmente desenvolvido para o contexto político dos EUA. Ou seja, pretendo avaliar a portabilidade da estrutura teórica ao contexto brasileiro e para a política pública do esporte.

A ACF e a superação dos estágios heurísticos

O estudo das políticas públicas é um subcampo da Ciência Política. Seu desenvolvimento se deu sobretudo nos EUA, a partir do trabalho inicial de Harold Lasswell (1951) e David Easton (1965)¹², que dividiram o *policy process stream* (correntes do processo de política pública) em subprocessos funcionais e temporais. Motivado pela proliferação dos programas federais americano da década de 1960 (*The Great Society programs*, da administração L. B. Johnson), o campo deu um grande salto nas décadas seguintes, estabelecendo o uso metafórico de estágios de políticas públicas, teorizados principalmente por Charles Jones (1977), James Anderson (1979) e B. Guy Peters (1986).

¹² David Easton foi o primeiro a adaptar ao estudo das políticas públicas o modelo sistêmico de input, processamento, output e feedback.

O paradigma dos estágios enfatiza o conceito de “padrão de atividade” ou processo que é desagregado em estágios específicos que representam grupos de atividades: identificação de problemas, estabelecimento da agenda, formulação de política pública, legitimação ou adoção, implementação e avaliação (DYE, 2002, p. 15). Para estes teóricos, tais estágios interagem num amplo ambiente que é moldado pelo federalismo, instituições políticas e governamentais, cultura política, opinião pública e por uma série de outros constrangimentos.

Sabatier (1993) adjetiva os estágios de “heurísticos” por proverem grande ajuda ao entendimento do processo, mas ressalta seus limites metodológicos, tais como: a) não se constituem realmente em uma teoria causal; b) não possuem um conjunto de pressupostos que especifique as forças que dirigem o processo de um estágio para o outro; c) não dispõem de número razoável de hipóteses falseáveis. Por essas deficiências, o autor defende a substituição dos estágios heurísticos e metafóricos por novas alternativas de estruturas teóricas. Uma delas é a de *Policy Streams* (Correntes de Políticas Públicas) desenvolvida por John Kingdon (1995) e outra, a própria *Advocacy Coalition Framework - ACF* (Estrutura de Coalizões Advocatícias).

Premissas da ACF

Os autores estruturam a *ACF* com base em quatro premissas:

1ª. Considerar um espaço de tempo de uma década ou mais. Uma razoável estrutura teórica sobre políticas públicas deve abordar o espaço de uma década ou mais, pois, as análises de curto tempo subestimam a influência da produção de pesquisa aplicada e o papel do debate técnico sobre críticos aspectos de políticas públicas. A *ACF* salienta que a informação técnica altera, no tempo, a percepção e os conceitos dos *policy makers* (fazedores de política pública) através da *enlightenment function* (função esclarecedora). Portanto, o efeito cumulativo de estudos e conhecimentos tem grande influência no redirecionamento das políticas públicas.

2ª. Estabelecer o conceito de subsistema como a mais útil unidade de análise para entender mudanças em políticas públicas. Um subsistema é composto e

delimitado por grupo de atores (instituições e órgãos governamentais, empresas, ONGs, pesquisadores, jornalistas, personalidades, demais indivíduos) de uma comunidade que estão ativamente envolvidos em um específico problema ou área de política pública, tais como: poluição ambiental, produção de energia, saúde mental, controle de armas, esporte etc.

3ª. Os subsistemas têm natureza ampla e intergovernamental. Os subsistemas são compostos por atores formados a partir das mais variadas organizações sociais, governamentais e privadas. Seu escopo deve incluir vários níveis governamentais ativos na formulação e implementação da política pública e deve considerar centenas de instituições, dezenas de eleições e de “triângulos de ferro”.¹³

4ª. As políticas públicas são conceituadas como sistemas de crenças (*belief systems*). Políticas públicas incorporam teorias sobre como atingir determinados objetivos, portanto envolvem valores, prioridades, relações causais e percepções da magnitude dos problemas e da eficácia dos instrumentos de intervenção. A possibilidade de relacionar crenças e políticas públicas oferece melhor condição de análise da influência de vários atores no tempo.

A Estrutura analítica da AFC

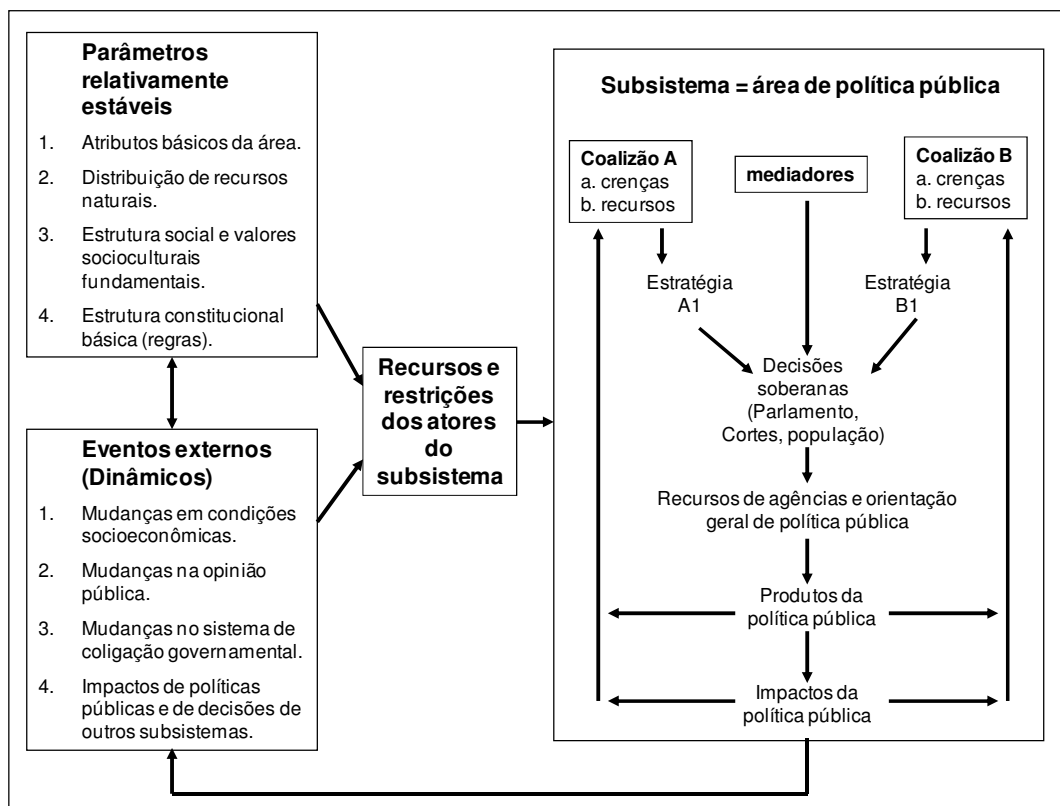
Há na estrutura dois conjuntos de variáveis exógenas, um bastante estável e outro mais dinâmico. Ambos afetam a área de recursos (oportunidades) e de restrições aos atores. Dentro do subsistema operam as *advocacy coalitions*,¹⁴ compostas por atores que agem em unidade por compartilharem conjunto de crenças normativas e causais. Cada coalizão adota estratégias específicas que visam manter o *status quo* ou estabelecer inovações institucionais de acordo com seus interesses e objetivos.

¹³ A literatura de Ciência Política define “triângulo de ferro” como a interação promíscua existente entre agência administrativa governamental, comitê legislativo e um específico grupo de interesse afetado pela regulação e controle governamental.

¹⁴ Quando não usarmos o termo em inglês, o traduziremos por coalizão, em vez de coligação, para não dar o mesmo sentido atribuído comumente à coligação de partidos políticos.

As mediações e decisões geram programas governamentais expressos por políticas públicas que produzem efeitos no nível operacional, realimentando interna e externamente os parâmetros do problema em questão. A percepção da adequação das decisões governamentais avaliadas com base nos impactos resultante da política pública, bem como as novas informações que chegam da dinâmica dos eventos externos, força as coalizões a reverem suas estratégias e metas ou mesmo a alterar suas crenças. A figura 1 esquematiza a estrutura da *ACF*.

Figura 1 - Visão geral da estrutura da *ACF*



Fonte: (SABATIER & HANK, 1993, p. 18 2 224).

Fatores externos que afetam as mudanças de políticas dentro dos subsistemas

A *ACF* pressupõe a existência de inúmeros subsistemas inter-relacionados compondo um sistema político maior em que os fatores estáveis devem ser distinguidos dos mais dinâmicos ou não tão estáveis. Os parâmetros relativamente estáveis podem se manter

inalterados por décadas, o que desencoraja os atores a torná-los objeto de suas estratégias. Esses fatores podem limitar a amplitude de alternativas possíveis ou podem afetar os recursos e crenças dos atores dentro do subsistema.

Parâmetros relativamente estáveis

Os seguintes parâmetros, relativamente estáveis, constroem significativamente as opções disponíveis para os atores de um subsistema.

1. Atributos básicos da área problemática (bens). A teoria da escolha pública tem mostrado como várias características dos bens, como a excludência, afetam as opções institucionais de políticas. Ostrom (1990) tipificou a “tragédia dos comuns” sobre áreas de exploração de recursos naturais em que o mercado não consegue regular eficientemente e necessita o apoio do Estado.

2. Distribuição básica de recursos naturais. A abundância ou carência de recursos naturais disponíveis em uma sociedade condicionam suas possibilidades de desenvolver diferentes setores econômicos e determinam a viabilidade das opções de políticas públicas.

3. Estrutura social e valores culturais fundamentais. Significativas mudanças no poder, na influência e nos recursos financeiros de vários grupos sociais normalmente requerem diversas décadas. Para muitos grupos de interesse, os recursos políticos, ou mesmo a falta deles, mudam muito lentamente no tempo e os atores dentro de um subsistema devem levar isso em conta na formulação de suas estratégias de curto e de médio prazo.

4. Estrutura constitucional. Na maioria dos sistemas políticos a estrutura legal mais profunda é muito resistente a mudanças. É o caso da Constituição dos EUA. As tradições legais como as regras dos tribunais e as normas fundamentais que regem os atos administrativos também tendem a permanecer estáveis por longos períodos.

Mudar profundamente estes parâmetros não é impossível, porém é difícil, pois requerem um esforço concentrado de uma coalizão por ao menos uma década.

Sistema dinâmico de eventos.

Há mudanças em fatores que podem ocorrer em um espaço de uma década ou menos. Tais mudanças afetam profundamente os recursos e oportunidades dentro de um subsistema e representam desafio constante aos atores pela necessidade de antecipá-las e de responder a elas de maneira consistente com as crenças e interesses que os coligam. Por vezes os atores em uma *advocacy coalition* operam por anos para obter alguma vantagem comparativa frente aos seus competidores e, repentinamente, podem ver seus esforços comprometidos por eventos externos sobre os quais não têm controle. São os seguintes os fatores dinâmicos do sistema:

1. **Condições socioeconômicas e tecnológicas.** Alterações nessas áreas podem afetar substancialmente um subsistema a ponto de enfraquecer os pressupostos causais que justificam a atual política pública ou podem alterar o suporte político à determinada coalizão.

2. **Sistema de coligação de governo.** Mudanças nos padrões políticos partidários são fundamentais no desenho das coalizões.

3. **Decisões e impactos de outros subsistemas.** Os subsistemas são somente parcialmente autônomos. De fato, as decisões e impactos de outros subsistemas são elementos dinâmicos que afetam um específico subsistema.

Subsistemas: atores, coalizões e mediadores

Um conjunto de atores políticos, também chamado de elite política, envolvido em específico problema, tende a se constituir num subsistema relativamente autônomo. A mais provável razão para o aparecimento de um subsistema é a insatisfação de um grupo de atores devido à negligência de um determinado problema pelo subsistema atual. Os insatisfeitos podem então romper com o atual subsistema e constituir um novo. Um

novo subsistema pode também nascer, de forma menos radical, da especialização de subsistema maior.

Considerando o grande número e a amplitude de atores envolvidos, Sabatier (1993) preferiu agregá-los em categorias menores, teoricamente mais significativas e que possibilitam melhor foco de análise, as *advocacy coalitions*. Seus componentes, provenientes de vários setores, são: representantes eleitos, funcionários públicos, líderes de grupos de interesse, pesquisadores e tantos outros que compartilham determinado sistema de crenças: valores, percepções, pressupostos causais e demonstram acentuada capacidade de coordenação de atividades ao longo do tempo.

O número de coalizões num subsistema é pequeno devido à dificuldade de formá-las e mantê-las. Em geral, vão de duas a quatro. Como forma de angariar novos atores, as coalizões usam metodologia de rede para identificar atores ativos e os potenciais atores que poderão se envolver na questão ou problema quando dispuserem das informações e estímulos necessários.

A complexidade das sociedades modernas, a expansão das funções governamentais e a natureza técnica de muitos dos problemas de políticas públicas gera enorme pressão por especialização. Tal fenômeno torna extremamente difícil a pessoas e organizações reterem razoável profundidade de conhecimento em todos os campos, o que naturalmente força as *advocacy coalitions* a se tornarem especializadas para melhor competirem.

Nem todos os atores de um subsistema pertencem necessariamente a uma ou outra *advocacy coalition* ou mesmo compartilham um mesmo sistema de crenças. Muitos são pesquisadores que oferecem suas habilidades e serviço ou burocratas exercendo suas funções com "neutralidade de competência".

Em adição às coalizões, há a categoria dos *policy brokers* (mediadores) constituída por burocratas, parlamentares, juízes de cortes, e mesmo o conjunto de cidadãos no exercício do voto. Os *brokers* têm por papel principal manter ou reduzir o conflito

dentro de um subsistema, possibilitando meio termo ou compromisso razoável que permita alguma solução para o problema.¹⁵

A distinção entre *advocate* e *broker* não é rígida. Alguns mediadores apresentarão inclinação para uma das coalizões e alguns *advocaters* se preocuparão com a manutenção do sistema. A *ACF* pontua que a ação dos *brokers* é um fato empírico que pode ou não ter correlação com a filiação institucional: enquanto altos funcionários podem ser mediadores, eles também podem ser atores, particularmente quando as agências em que são lotados possuem um papel claro e definido na política pública.

***Advocacy Coalitions* e Políticas Públicas**

Advocacy coalitions procuram traduzir suas crenças em ações governamentais. Muitos dos programas ou políticas públicas freqüentemente incorporam elementos ou princípios defendidos por diferentes coalizões. A estratégia básica de qualquer coalizão é a de influenciar os responsáveis (ou a indicação destes) por programas nas unidades governamentais em que possuam maior controle e autoridade (SCHATTSCHNEIDER, 1960).

Os sistemas de crenças determinam a direção que uma coalizão procurará dar a um programa ou política pública. Contudo, sua habilidade para fazer isto dependerá criticamente de seus recursos financeiros, da *expertise* de seus membros, do número de afiliados e da autoridade legal que possuam. A *ACF* incorpora uma assertiva do modelo institucional: as regras criam autorização para agir de uma determinada maneira. Entretanto, a *ACF* difere das teorias institucionais por entender essas regras como produto da competição entre coalizões e porque toma os membros institucionais como provedores de recursos para específicas coalizões.

Os recursos das coalizões mudam com o passar do tempo. Muitas procuram aumentar seus orçamentos, recrutar novos membros, especialmente aqueles com autoridade legal, com conhecimento técnico e prático e os que possuem vastos recursos financeiros. As

¹⁵ Nos EUA esta é uma função tradicional de alguns cargos eletivos; na França e Grã-Bretanha é exercida por certos funcionários públicos. Cortes judiciais e outros atores podem também executar este papel.

coalizões procuram colocar seus membros em posições de autoridade e empregar uma variedade de outros meios amplamente identificados pelos teóricos dos “grupos de interesse” (TRUMAN, 1951; BERRY, 1977). Os grupos com menores recursos econômicos sempre enfrentam maiores dificuldades em seus esforços para se manterem ativos (GOODWIN, 1981).

Algumas coalizões têm maior dificuldade do que outras em manter presença efetiva na área de atuação e para aumentar seus recursos ao longo do tempo. Isso é particularmente verdade para as áreas de proteção ambiental e dos direitos do consumidor, nas quais os grupos que originalmente obtiveram vitórias no campo da regulação têm maior dificuldade do que as indústrias reguladas para encontrar recursos organizacionais suficientes para investir no processo de implementação e de monitoração.

O sistema de crenças

A *ACF* incorpora os trabalhos de Pressman e Wildavsky (1979) e Majone (1980), os quais argumentam que as políticas públicas podem ser conceitualizadas da mesma maneira que o sistema de crenças políticas. O sistema de crenças orienta os membros da uma *advocacy coalition* sobre os problemas que devem receber as mais altas prioridades, os fatores causais que necessitam ser examinados mais atentamente e sobre quais instituições governamentais mais provavelmente serão favoráveis a esposarem os pontos de vista da coalizão. Assim, as coalizões procuram, ao longo do tempo, alterar o comportamento das instituições para alcançar seus objetivos.

O modelo da *ACF* usa o conceito de sistema de crenças (*belief system*) antes que o sistema de interesses porque o primeiro é mais inclusivo e verificável do que o segundo. Sistemas de interesses precisam identificar conjunto de meios e indicadores de performance necessários para a obtenção de metas. No sistema de crenças, ao conjunto de interesses e metas soma-se a crença em relações causais e a percepção do status dos parâmetros relacionados ao problema. Os modelos de sistema de crenças incorporam

tanto o auto-interesse como também os interesses organizacionais. A ACF trabalha com a estrutura de crenças apresentada no quadro 1.¹⁶

Quadro 1 - Estrutura do sistema de crenças das elites de políticas públicas

	Centro profundo	Aspectos centrais	Aspectos secundários
Características definidoras	Normas fundamentais e axiomas ontológicos.	Posições fundamentais de política pública relacionadas às estratégias básicas para atender aos axiomas normativos do centro profundo.	Decisões e informações instrumentais necessárias para implementar as políticas públicas dos aspectos centrais.
Escopo	Aplicada a uma área de política pública (vários subsistemas)	Específico a uma política pública (um subsistema)	Específico a uma política pública (um subsistema)
Suscetibilidade de mudança	Muito difícil, semelhante à conversão religiosa.	Difícil, mas pode ocorrer se a experiência revelar sérias anomalias entre realidade e crença.	Moderadamente fácil; em geral são questões administrativas e mesmo legislativas dos <i>policymakings</i> .
Componentes ilustrativos	<p>1. A natureza do homem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • intrinsecamente mau versus socialmente redimível, • parte da natureza versus domínio sobre a natureza, • Egoísta/individualista versus contractualista. <p>2. relativa prioridade de valores: liberdade, segurança; poder, conhecimento, saúde, amor, beleza, etc.</p> <p>3. Critérios básicos de distribuição de justiça: para quem o bem estar conta? Peso relativo do ser, grupos primários, todo o povo, gerações futuras, demais seres vivos.</p>	<p>Preceito normativo fundamental (difíceis de mudar)</p> <p>1. Orientação sobre prioridades de valores básicos.</p> <p>2. Identificação de grupos ou outras entidades que com grande preocupação com seu bem estar.</p> <p>Preceitos com substancial componente empírico (pode ser afetado pela função esclarecedora do conhecimento produzido - <i>enlightenment function</i>)</p> <p>3. Seriedade geral do problema.</p> <p>4. Apropriada distribuição de autoridade entre governo e mercado.</p> <p>5. Apropriada distribuição de autoridade entre níveis de governo.</p> <p>6. Prioridades segundo vários instrumentos de políticas públicas (regulação, seguros, educação, pagamentos diretos, créditos de impostos).</p> <p>7. habilidade da sociedade de resolver problemas nas seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • competição soma zero versus potencial 	<p>1. Seriedade de específico aspecto do problema em específicos locais.</p> <p>2. Importância de várias ligações causais em diferentes locais no tempo.</p> <p>3. Maior parte das decisões relativas a regras administrativas, orçamento, alocação de recursos, disposição de casos, interpretações estatutárias e mesmo revisões estatutárias.</p> <p>4 . Informações relativa a performance de programas e a seriedade do problema.</p>

¹⁶ A base da estrutura de crenças da ACF possui três pontos de partida: primeiro, a teoria da ação racional; segundo, que atores têm racionalidade limitada antes que perfeita; terceiro, o sistema de crenças interno é complexo e consistente com área de política pública em questão.

		para mutua acomodação, • otimismo tecnológico versus pessimismo.	
--	--	---	--

Fonte: (SABATIER & HANK, 1993, p. 31 e 221. tradução minha).

Pode-se visualizar a tabela, como na figura 2, sendo composta por três camadas sobrepostas em uma circunferência na qual o centro é ocupado pela camada normativa fundamental e pelos axiomas ontológicos que definem a filosofia dos indivíduos. Na camada mediana residem as estratégias básicas e as posições de políticas públicas para se atingir os objetivos da camada central. Na terceira camada, mais externa, residem os aspectos secundários, ou seja, instrumentais decisórios e de busca de informações necessárias para a implementação de políticas públicas. A resistência à mudança diminui na direção do centro para a periferia.

Figura 2 - Camadas de crenças



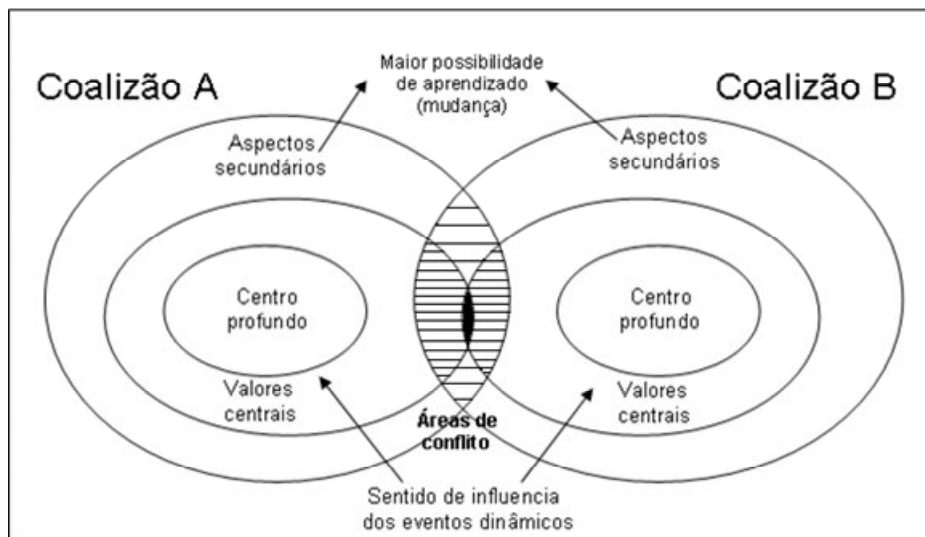
Fonte: Inspirado em (SABATIER & HANK, 1993). Obs. PP = Política Pública.

A ACF valoriza o papel da ideologia ao assumir que o compartilhamento de crenças é a principal força de união dos atores. Assume-se que a coalizão irá resistir a informações que sugerem que suas bases de crenças podem ser inválidas ou inatingíveis. Por esse pressuposto, a coalizão usará estudos, pesquisas e outras informações para sustentar suas crenças e atacar as dos oponentes.

As mudanças nos valores centrais de uma coalizão requerem gradual acumulação de evidências, por longo período de tempo, através do que os autores chamam de *enlightenment function*, operacionalizada pelas análises técnicas e estudos científicos.

Diferentemente da noção tradicional de “triângulos de ferro” que assume que o conflito entre os participantes internos é relativamente restrito, a sustenta que o nível de conflito em um subsistema varia conforme as divergências entre os atores se estabeleçam em aspectos secundários ou centrais de suas crenças conforme apresentado no quadro 2.

Quadro 2 - Camadas de crenças e áreas de conflito



Fonte: Inspirado em (SABATIER & HANK, 1993).

Conjunto de hipóteses internas da ACF

A teoria opera com um conjunto de cinco hipóteses internas básicas que visam a medir a aderência da teoria aos casos específicos estudados. A grande resistência do sistema de crenças dos atores conduz a formulação da hipótese mais crítica de toda a estrutura.

Hipótese 1: Quando há grandes controvérsias dentro de um subsistema, em que as crenças centrais estão em disputa, a linha de separação entre aliados e oponentes tende a ser bastante estável por um período de uma década ou mais.

Por consequência, a *ACF* rejeita a idéias de que os atores têm primariamente motivações de curto prazo e de auto-interesse e que "coalizões de conveniência", formadas por uma ampla e variada composição de atores, possam dominar a produção de políticas públicas no longo tempo.

Hipótese 2: Atores dentro de uma *ACF* mostrarão consenso sobre problemas pertinentes aos valores centrais (*policy core*), embora menos nos aspectos secundários.

Nem todos os membros de uma coalizão compartilham do mesmo e preciso sistema de crenças. Contudo, baseado na suposição de que os sistemas de crença são hierárquicos, pode se assumir que as crenças abstratas são mais resistentes a mudanças do que as crenças mais específicas. A *ACF* tem por hipótese que muitos membros de uma coalizão irão mostrar uma substancial concordância nos problemas centrais. Resumindo: as posições sobre as crenças centrais demorarão mais para mudar do que aquelas concernentes aos aspectos secundários.¹⁷

Hipótese 3: Um ator ou coalizão irá desistir dos aspectos secundários do sistema de crenças antes de reconhecer fraquezas nos valores e crenças centrais.

Enquanto este argumento não deixa claro o nível de consenso necessário sobre os valores centrais de crença para se poder afirmar que existe uma *advocacy coalition*, sua força e sentido se fazem claros. A *ACF* argumenta, entretanto, que a política pública central de uma coalizão é bastante resistente a mudanças no tempo, o que conduz à próxima hipótese.

Hipótese 4: A política pública central (atributos básicos) de um programa de governo em determinado nível governamental ou jurisdição não será significativamente alterado enquanto a *advocacy coalition* que instituiu o programa no subsistema permanecer no

¹⁷ Dada a natureza técnica de muitos dos aspectos secundários e o foco em mudanças nas crenças em uma década ou mais, a análise de conteúdo de documentos governamentais (audiências legislativas e administrativas) e das publicações de grupo de interesse provavelmente oferecem a melhor perspectiva para um empírico e sistemático trabalho sobre mudanças nas crenças das elites de políticas públicas.

poder. Excerto quando a mudança for imposta por nível de governo ou jurisdição superior.

Isso significa que a coalizão busca angariar “poder” para traduzir suas crenças centrais em políticas públicas. Ela não abandonará suas crenças centrais meramente para estar no poder, embora possa abandonar aspectos secundários e mesmo tentar incorporar os aspectos secundários de outras coalizões. Contudo, o posicionamento relativo da coalizão dentro de um subsistema raramente será alterado por eventos e mecanismos internos, argumento que permite estabelecer a próxima hipótese.

Hipótese 5: Mudanças no centro (atributo básico) de um programa de ação governamental requerem: 1) significativa perturbação externa ao subsistema, tais como: mudanças em condições socioeconômicas, mudanças na opinião pública, amplo sistema de coligação governamental ou políticas públicas produzidas por outros subsistemas; 2) habilidosa exploração de eventos externos por uma coalizão minoritária.

Esta hipótese sugere que enquanto as coalizões minoritárias buscam melhorar suas posições relativas usando de seus recursos e tentando diminuir a de seus adversários, suas esperanças de ganhar poder dentro de um subsistema se resumem a esperarem por algum evento externo extraordinário que possa aumentar significativamente seus recursos políticos.

A dinâmica de *policy-oriented learning* (aprendizagem por política pública orientada)

A *ACF* tem como espinha dorsal da dinâmica interna ao subsistema o processo de *policy-oriented learning* ou aprendizado orientado por política pública. Significa a permanente alteração de pensamentos e de comportamento resultante da experiência prática apoiada pela evolução do conhecimento técnico do problema. O aprendizado orientado é instrumental, pois envolve ciclos interno e externo de retroalimentação de percepções que possibilitam maior conhecimento dos parâmetros relacionados ao problema e dos fatores que o afetam. Os membros da *advocacy coalition* buscam melhor compreender tudo o que envolve o problema para incrementar os meios de atingir seus objetivos.

O aprendizado orientado é um contínuo processo de busca e adaptação de uma coalizão, motivada pelo desejo de realizar suas crenças sob a forma de política pública. Quando confrontados com constrangimentos ou oportunidades, os atores tentam responder de maneira consistente com suas crenças centrais. Embora eventos exógenos e/ou a atividade de coalizões oponentes possa forçar uma coalizão ao reexame de suas crenças centrais, a maior parte do aprendizado se dá nos aspectos secundários.

Apesar das dificuldades, a *ACF* assume que o aprendizado ocorre, pois, num mundo de recursos limitados, os que não apreendem ficam em desvantagem competitiva. Em sociedades democráticas, os que dominam determinada área de política pública podem negar evidências por algum tempo, mas ao custo crescente do descrédito. Os que conseguem capitalizar as evidências a seu favor, conservam e ampliam seus recursos políticos e apresentam maior probabilidade de vencer no longo prazo do que os que negligenciam os argumentos técnicos.

Se a hipótese 5 for correta, o *policy-oriented learning*, visto como fonte cognitiva de mudança, mostra-se provavelmente incapaz de alterar os atributos centrais de uma política pública, mas pode alterar substancialmente os aspectos secundários. As coalizões menores podem demonstrar as deficiências existentes forçando a coalizão maior a reconhecê-las ou então desencadear um processo de aprendizado que, no limite, levaria à queda da coalizão dominante.

Os valores centrais são mais susceptíveis a outras duas fontes não cognitivas de mudanças: a) os eventos dinâmicos externos e b) a troca de pessoas, dentro de agências e instituições governamentais, que afeta os recursos políticos de uma coalizão e sua capacidade de influenciar decisões coletivas relativas aos parâmetros da política pública no nível operacional.

Cenário para o uso da análise e do processo de *policy-oriented learning*

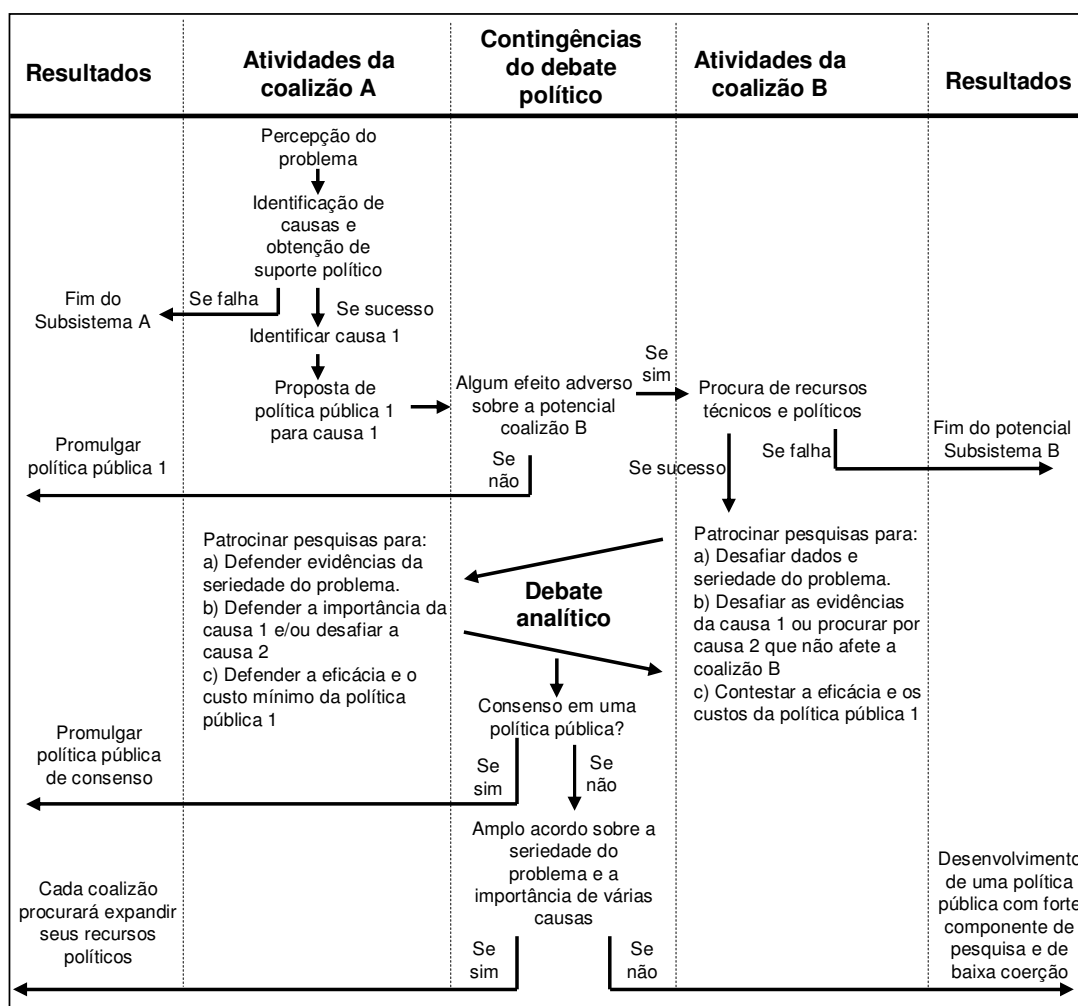
O *policy-oriented learning* ocorre num ambiente político em que os atores competem pela alocação oficial de recursos e pela habilidade de usar os instrumentos de governo, incluindo a coerção (EASTON, 1965; LOWI, 1969).

Quatro princípios orientam o papel da análise ou informação técnica no processo de *policy-oriented learning* e eventualmente no processo de mudança na política pública: a) a análise é usualmente estimulada por ameaças aos valores centrais ou pela percepção de oportunidades para realizá-los; b) o papel da análise é de alertar a extensão em que dada situação afeta interesses e valores; c) a análise é usada de forma advocatícia para sustentar a posição dos atores políticos; d) os atores, normalmente, acham necessário o engajamento no debate técnico analítico para transformarem suas crenças em políticas públicas.

Os atores percebem um problema que afeta seus valores e crenças e procuram informações sobre a seriedade do problema e sobre suas causas. Eles identificam uma ou mais causas do problema e suas relações institucionais. Em seguida, fazem propostas de ação governamental para corrigir o problema.

Outros atores que se julgarem prejudicados por tais propostas, tendo recursos suficientes, terão as seguintes opções: a) desafiar a validade dos dados que atestam a seriedade do problema; b) desafiar os pressupostos causais técnicos ou a eficácia institucional em corrigir o comportamento problemático, c) mobilizar oposição política por meio da criação ou fortalecimento de coalizão. O grupo original normalmente responde a este desafio, iniciando um debate analítico e político. O processo é usualmente mediado por *policy brokers* resultando em alguma forma de ação governamental. O processo pode ser esquematizado como na figura 3.

Figura 3 - A dinâmica de *policy-oriented learning*



Fonte: (SABATIER & HANK, 1993, p. 46. tradução minha).

Predomínio e Hegemonia

É freqüente na literatura esportiva especializada o uso do termo “hegemonia”. Tanto empregada em seu sentido original etimológico de liderança, preponderância, supremacia e superioridade; como em sentido mais sofisticado, inspirado em Gramsci fazendo, em geral, referencia ao esporte de alto rendimento e ao fetiche que o mesmo exerce sobre a população devido o efeito imitação provocado pelos ídolos esportivos. Para evitar confusão sobre os dois sentidos neste trabalho assumo as seguintes definições.

Predomínio: evidência material da superioridade de alocação de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e de equipamentos de específica categoria de manifestação esportiva sobre outras.

Hegemonia: capacidade de impor dominação ideológica de crenças, valores, práticas, representações e costumes, de forma consentida, sobre os atores que operam e/ou participam nas diferentes categorias de manifestação esportiva.

Valores e contra-valores do esporte

Parte da explicação para o fenômeno do esporte moderno é sua capacidade de se associar ou mais precisamente de galvanizar sentimentos e sensações ligadas aos principais valores e mesmo a contra-valores da sociedade humana. Apesar da recorrência ao longo do texto, convêm desde já agrupá-los.

Valores: aceitação da derrota, amor ao esforço, concórdia, coragem, determinação, espírito de disciplina, *fair play* (cavalherismo, lealdade, respeito ao adversário, colaboração em equipe), força de caráter, independência, patriotismo, persistência, respeito à regras, solidariedade, vontade, tenacidade, virilidade. Em termos de efeitos positivos proporcionados pelo esporte, advoga-se que o mesmo serve de filtro de tensões, é inquestionável fonte de prazer, ajuda na formação do caráter, fortalece a saúde pública, fomenta o orgulho nacional e aumenta o prestígio internacional do País.

Contra-valores: associados principalmente ao esporte de alto rendimento (EAR), e que provocam efeitos indesejáveis à sociedade. O principal é a exacerbação da competição que fomenta o individualismo, a desunião, a deslealdade, a desonestidade manifestada sob diversas formas: o recurso à violência sobre o adversário, o uso das diversas formas de doping, a corrupção para o arranjo de resultados. O aspecto da violência dentro e fora das arenas de competições, provocado por torcidas, também conhecido como fenômeno do Hooliganismo, é tido como um dos mais graves problemas associados ao esporte.

Estudos sobre os aspectos negativos estão em recente desenvolvimento, mas há queixa de preconceito contra os mesmo por irem contra o *mainstream* esportivo e comprometerem alguns dos valores que forma a base do EAR. Como observa Pilz:

“Apesar disso, nem todas as barreiras foram ultrapassadas até hoje. Deve-se isso em grande parte, sobretudo nos dias atuais, ao fato de que as questões e os resultados de pesquisa da sociologia do esporte contradizem, ou no mínimo colocam em questão, aquilo que no mundo dos esportes tradicionalmente é dado como inquestionável, como é o caso do significado e do efeito social do esporte (por exemplo, o *fair play* e a promoção da saúde).” (PILZ, 1991, p. 4).

Estrutura de crenças e valores para o subsistema do esporte

Com base na estrutura teórica da *ACF* foi possível montar a seguinte estrutura de crenças e valores hierarquizados em três camadas, apresentadas no quadro 3. Embora tenha sido necessário primeiro o estudo do subsistema esportivo brasileiro para poder inferir os valores e crenças e então estruturá-los de acordo com o modelo da *ACF*, situo esta montagem imediatamente após a explanação da estrutura teórica para facilitar o entendimento de seu sentido. Cabe a ressalva que pela metodologia da *ACF* aqui utilizada, de caráter qualitativo, a eleição dos valores e crenças e sua posição na estrutura devem assumidos como um exercício de interpretação do pesquisador sobre todo o material estudado – portanto, assume caráter subjetivo sujeito a revisão e aprimoramento. Como ressaltam os autores: “*The ACF assume that beliefs are hierarchically organized, with the deep core and, so a lesser extent, the policy core consisting of rather abstract values learned in childhood that are tenaciously held.*” (SABATIER & HANK, 1993, p. 44).

A questão de centro profundo que separa as duas coalizões é a divergência sobre qual dever ser o objetivo prioritário do desenvolvimento do subsistema esportivo. Algumas das razões que induzem a uma ou outra preferência são apresentadas no próximo capítulo como razões do Estado para o envolvimento no esporte. Na hierarquia da estrutura o **centro profundo** orienta os **aspectos centrais** e estes os **aspectos secundários** da política pública.

Quadro 3 - Estrutura de crenças e valores para o subsistema do esporte

Centro profundo (normativo)	
Pró-EAR:	Pró-Participativo/Educacional
Competição, superação, o recorde (citus, altius, fortius)	Educação, sociabilização, democratização

Aspectos centrais	
Pró-EAR:	Pró-Participativo/Educacional
Prioridade ao esporte de alto rendimento	Prioridade ao esporte participativo e educacional
Formação de uma elite	Formação da população
Estrutura formal hierarquizada (modelo COI)	Estrutura informal (participativo) e semi-formal (educacional)

Aspectos secundários	
Pró-EAR:	Pró-Participativo/Educacional
Não interferência organizacional do Estado (liberdade e autonomia)	Interferência organizacional do Estado (estruturação e apoio a organizações de base)
Estado deve subsidiar (orgulho e representatividade nacional)	Estado deve bancar (direito social)
Voltado para o mercado	Voltado para lazer, saúde, educação
Meio de vida	Meio de melhorar a qualidade de vida
Organização rígida	organizacional flexível ou semi rígida (educacional)
Formulação da política de forma centralizada	Formulação da política de forma preferencialmente descentralizada
Execução da política de forma descentralizada	Execução da política preferencialmente de forma descentralizada
Patrocínio privado/estatal	Apoio institucional

Fonte: Inspirado em (SABATIER & HANK, 1993).

O problema em questão

“As questões trazidas pelas diferentes dimensões do esporte, cujas categorias de análise mais comumente aceitas são rendimento (esporte competitivo), educação (esporte educacional) e lazer (esporte de participação), mobilizam ainda hoje discussões na área, não raro explicitando contradições entre diferentes interesses no interior do aparelho esportivo.” (VERONEZ, 2005, p. 162).

Pesquisas e leituras preliminares da bibliografia posta como inicial para o projeto desta tese indicam que o desenvolvimento do esporte nacional é projeto antigo da elite governamental brasileira e que se inicia no começo do século passado. As ações para viabilizá-lo estiveram dentro de dois eixos: o desenvolvimento do futebol e o das

modalidades olímpicas, ambos sintonizadas com a incorporação dos valores esportivos do alto rendimento.

Dentre os poucos acadêmicos que abordaram a política nacional do esporte desde sua gênese institucional no período do Estado Novo, mesmo que com base em teorias e metodologias diferentes, há consenso de que o padrão de intervenção e de controle estatal implementado e que teria permanecido praticamente inalterado por meio século, caracterizou-se como centralizado, burocrático-autoritário, corporativo e clientelista.¹⁸

Tais autores concordam também que a atenção do Estado concentrou-se prioritariamente no esporte de alto rendimento, com ações iniciais que atendessem a três objetivos político-ideológicos: 1) oferecer atividades que modelassem o comportamento da juventude, adequando-o à disciplina e ao preparo físico exigida pelo processo de desenvolvimento econômico; 2), contribuir para o aprimoramento eugênico do povo brasileiro; 3) produzir talentos esportivos cujos resultados internacionais pudessem aumentar a auto-estima do povo brasileiro e reforçar os sentimentos nacionalistas.

A predominância das ações estatais voltadas ao esporte de alto rendimento, em detrimento das demais categorias de manifestação das práticas esportivas como o esporte participativo e o esporte educacional, continua sendo apontado como anomalia por muitos profissionais da comunidade esportiva. Principalmente pelos de linha ideológica mais à esquerda e pelos militantes do esporte que o advogam para este maior inclusão social e participação democrática na condução de sua política pública.

Como exemplo, Linhales e Vago pontuam que, a despeito de recentes avanços, atores importantes da área esportiva continuam a acreditar que democratizar o esporte significa massificar suas práticas excludentes dentro do “processo de seleção natural” de talentos e de formação de uma elite esportiva. Desta forma, a lógica do esporte de alto rendimento e do mercado esportivo vem, há décadas, ditando a condução das políticas públicas para o setor. Situação denominada pelos autores como “a lógica dominante do alto rendimento” (LINHALES & VAGO, 2003), ou a hegemonia do alto rendimento (BRACHT, 1997; BRACHT, 1999).

¹⁸ Castellani Filho (1985; 1988; 1999; 2000), Linhales (1996; 1997, 2006), Betti (1991), Bracht (1992, 1995, 1997), Manhães (2002) e Tubino (1987, 1988, 1996).

Mauro Betti faz crítica no mesmo sentido dizendo que o esporte de alto rendimento vem se estruturando como espetáculo ou show em busca de audiência e de exposição máxima, usando seu grande poder de mídia para capturar a complacência do Estado. Para Betti, mesmo o esforço de diversificação das fontes de financiamento do esporte pelo atual governo permanece no modelo tradicional (BETTI, 2004B).

Como se vera ao longo do trabalho, muitas destas críticas vieram de autores de linha marxista, que por definição ideológica argumentam que os sucessivos governos fizeram apenas a política do interesse do capital e por consequência do esporte de alto rendimento. Contudo, tais críticas sobre a predominância do alto rendimento foram também reforçadas por autores que podem ser colocados mais ao centro no espectro ideológico.

Tanto uns como outros depositaram grande expectativa nas mudanças introduzidas pela Constituição de 1988, mas que também teria sido frustrada pela força maior de grupo de interesse em manter o padrão tradicional. Assim, mesmo com as mudanças incrementais feitas pelos governos seguintes, como o cargo de Ministro Extraordinário do Esporte em 1995, exercido por três anos por Pelé, a esperança maior veio com a significativa evolução institucional da criação do Ministério do Esporte, em 2003. Presumia-se que o atual governo, por ser historicamente de linha ideológica mais a esquerda e popular, fosse “de fato” alterar o que já era “de direito” ofertado pelo Artigo 217 da CF de 1988.

Em vista do apontado por esta amostra de autores, me propus a: primeiro, resgatar a origem e a razão pela qual essa predominância é colocada como uma anomalia da política pública; segundo, e mais importante, por ser a **real contribuição desta tese, verificar se o padrão da política pública foi de fato alterado de 1988 para cá, e se sim, de que forma e em que sentido**. Para objetivamente medir este “padrão” utilizarei duas variáveis: a) a proporção de recursos alocados para cada categoria de manifestação esportiva; b) a proporção de representação de cada categoria junto ao órgão máximo de aconselhamento para a política nacional do esporte, atualmente respondendo como o nome de Conselho Nacional do Esporte e que opera junto ao Ministério do Esporte.

A própria definição constitucional e infraconstitucional definindo três grandes categorias de manifestação esportiva: a) o esporte de alto rendimento, b) o esporte educacional e c) o esporte participativo ou de lazer, contraposto pela crítica à hegemonia/predomínio da primeira sobre as demais, me permite trabalhar com a hipótese da existência de no mínimo duas coalizões que respondem pelas três áreas. Prefiro denominá-las de coalizão esporte de alto rendimento (Pró-EAR) e a coalizão esporte participativo e educacional (Pró-EPE). Cabe a observação que ao se adicionar o prefixo “pró” não significa a favor da exclusão da outra, mesmo por que já foi definido que são áreas interdependentes, mas sim contra o excessivo predomínio de uma a custa do desenvolvimento das outras. A razão para esta divisão tem a ver com estrutura teórica da *ACF*, já apresentada.

Questões/hipóteses a serem testadas

O objetivo da tese é responder a três questões que foram estruturadas sobre as hipóteses iniciais do trabalho.

1ª Questão - A coalizão pró-EAR ainda se apresenta como hegemônica/predominante no cenário esportivo institucional ou vem perdendo força, espaço e influência (poder) devido a ascensão da coalizão pró-EPE desde o período de democratização, especialmente com a CF88? Minha hipótese inicial era pela perda do “poder”.

2ª Questão - A coalizão pró-EPE já é capaz de influenciar e/ou ocupar posições institucionais para a construção de nova agenda esportiva governamental? Minha hipótese inicial era que isto estava ocorrendo.

3ª Questão - O Ministério do Esporte e a reestruturação institucional promovida pelo mesmo já se mostra capaz de alterar o padrão da política pública esportiva do predomínio do EAR? Minha hipótese inicial também era que sim.

A conclusão sobre as questões/hipóteses e mudanças entre o “era” e “é” serão apresentadas, naturalmente, ao final.

Capítulo 2

O campo esportivo e seu contexto

Para situar o contexto do envolvimento do Estado com o esporte convém tecer considerações introdutórias sobre três aspectos fundamentais, profundamente relacionados dentro da área esportiva, os aspectos social, econômico e político, mesmo porque, segundo a *ACF*, tais fatores fazem parte do conjunto de “eventos externos e dinâmicos” que mais facilmente influenciam um subsistema de política pública.

Razões para o envolvimento do Estado no setor esportivo

Se é fato que o esporte nasceu e se organizou na Inglaterra do século XVIII e XIX com base na sociedade civil, hoje o padrão é outro. Os Estados operam massivamente sobre o esporte. Mas por que os Estados, independente do regime político e do sistema econômico e a partir de certo nível mínimo de desenvolvimento econômico-social, estão atualmente estabelecendo o esporte como importante setor de políticas públicas e de considerável prioridade na agenda política?

Até o fim do século XIX, as práticas esportivas eram constituídas por passatempos locais e informais, relacionadas a festas tradicionais e/ou religiosas, sem qualquer intervenção governamental, com exceção daquilo que assegurasse exclusividade de certas práticas para as elites locais, como a caça, ou para o encorajamento e aprimoramento de práticas destinadas relacionadas ao combate militar. Desde então, a diversificação, popularização e desenvolvimento do esporte passou pela necessidade de se estabelecer regras comuns e organizar eventos e competições, o que fez surgir série de organizações, constituídas em níveis nacionais, dedicadas exclusivamente ao gerenciamento e crescimento do esporte.

Somente nos últimos cinquenta anos, de um interesse marginal e esporádico, o esporte passou a ser pensado e organizado de forma progressivamente centralizada pelos governos, atendendo a objetivos estratégicos políticos e sociais, reconhecendo e incorporando o esporte e a recreação com área distinta de política pública.

Carzola Prieto (1979) fundamenta a necessidade do envolvimento do Estado no esporte, mesmo que mínimo, por se tratar de atividades necessárias aos indivíduos. Para ele o Estado deve se envolver com o esporte, primeiro por razão de **saúde pública** no sentido profilático e terapêutico, utilizando o esporte para o combate ao sedentarismo, stress e outras mazelas da sociedade moderna. O que leva ao segundo motivo, pois, ao reconhecer a importância que o lazer e o entretenimento representam para as sociedades modernas, o Estado deve **ampliar o acesso da participação popular**. Terceira razão: pela necessidade de **estruturar e regular o esporte profissional**, dado o efeito que as competições nacionais e internacionais trazem sobre o prestígio e orgulho nacional, dentro e fora do país.

O esporte moderno surgiu e se fortaleceu na atmosfera liberal do século XIX, quando a participação do Estado, como nos demais setores, não era vista com naturalidade. Por essa razão, o esporte foi se constituindo como atividade privada. Outra razão para a não atenção inicial do Estado estava na ainda insignificância econômica e mínima representatividade social e política do setor esportivo. Este quadro começou a mudar, internacionalmente, nos anos 1930, quando os Estados de países democráticos passaram a intervir a título de regulação e, nos países menos democráticos, assumiram por completo a responsabilidade pelo esporte para o uso ideológico, como os casos da Alemanha nazista e da Itália fascista bem demonstram.

O caso do Brasil de Getúlio fica em algum lugar pelo meio do contínuo entre democratas e autocratas. Países que enveredaram pela revolução comunista não apoiaram inicialmente o esporte por considerá-lo uma atividade burguesa, e só a partir dos anos 1960 começaram a promover o esporte, de forma maciça, voltado ao alto rendimento, com a finalidade de oposição ideológica ao bloco ocidental.

“Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais que tem massificado a prática esportiva, isto sem contudo democratizar, no sentido de possibilitar as minorias (idosos, deficientes, etc.) efetiva participação. De fato a intervenção do estado no mundo esportivo, tem sido, no sentido de induzir a prática esportiva na direção dos projetos políticos nacionais, freqüentemente voltados para a propaganda e doutrinação.” (GEBARA A. , 1995, p. 131).

De acordo com Houlihan (2001, p. 61-109),¹⁹ os Estados se envolvem com esporte pelas seguintes razões: **1 - Controle e seleção das práticas esportivas e do passatempo da população.** Por exemplo, no Século XVIII e XIX, na França e Inglaterra, coube ao Estado assegurar privilégios de classes para a caça e outras práticas elitistas bem como ampliar as áreas de lazer para a crescente população urbana. Já na América do Norte, no século XVII, a preocupação governamental foi com a proibição de brigas de galo, corridas de cavalo, sistemas de apostas e demais práticas ofensivas à moralidade protestante. Nos dois séculos seguintes o esforço foi de coibir esportes considerados cruéis e sangrentos.

2 – Saúde e lazer. No século XIX, de forma esporádica, Estados procuraram explorar os benefícios do esporte e da recreação para a saúde pública. Destacou-se a legislação vitoriana que permitiu aos governos locais ingleses a construção, principalmente nas cidades industriais, de locais para banhos públicos e para a prática da natação, o que melhorou a higiene pública. A mesma legislação deu oportunidade à construção de parques públicos para melhorar as condições de vida nas grandes cidades e, embora não tenha sido o objetivo inicial, também possibilitou local apropriado para que esportes coletivos nascentes, como o *football*, *cricket* e *rugby*, pudessem se desenvolver.

Posteriormente se ampliou a estrutura esportiva com a adição de quadra de tênis e salões de boliche. O padrão vitoriano se refletiu em outros países europeus, na América, na Austrália e mesmo no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Recente e significativa ação estatal se deu no Canadá, em 1961, com *Fitness and Amateur Sport Act*, considerado a primeira grande intervenção governamental no esporte moderno, nesta área, devido à preocupação com o crescente sedentarismo da população.

3 – Integração social. Durante a segunda metade do século XIX, na Inglaterra, o temor a instabilidade social na classe trabalhadora levou o Estado a decretar leis de fomento de atividades físicas e de treinamento militar e usou o movimento “Muscular Christian” como forma de incutir disciplina na classe trabalhadora. O mesmo movimento se

¹⁹ Houlihan fez estudo comparativo envolvendo Grã-Bretanha, Austrália, Canadá, UEA e Irlanda. Os comentários para demais países são meus.

expandiu e foi utilizado com o mesmo propósito em outros países, especialmente nos EUA e Austrália.

“The development, and underlying philosophy, of Young Man’s Christians Association best reflect the Christian concern to provide an alternative to commercial entertainment, which emphasized physical sport, intellectual activities, and Christian fellowship [...] the emerging nineteenth-century sports ideology was underpinned by the assumption that ‘sport could be a socially stabilizing force that would help Americanize foreigners, pacify angry workers, clear the streets of delinquents, and stem the tide of radicalism.” (HOULIHAN, 2001, p. 63).

No período dos anos 1930 a 1960, a melhora no acesso a parques e na oferta de outras estruturas esportivas foi entendido como fator de redução da delinquência juvenil entre negros americanos. Esta correlação se tornou mais forte na Europa a partir de 1960. *“[...] the Wolfenden Committee on Sport (1960), which suggested that there was an association between the shortage of sport facilities and the rise in delinquency.”* (HOULIHAN, 2001, p. 63).

Nas décadas de 1980 e de 1990, a mesma preocupação afetou o Estado francês para a questão do controle da violência entre etnias e de outros distúrbios nos subúrbios das grandes cidades. No Brasil é frequente e geral o discurso de que o esporte é alternativa à violência e ao vício de drogas. Dada esta associação e a dimensão dos problemas de violência entre os jovens, observa-se que o uso do esporte para a integração social continua em ascensão na maioria dos países.

No Canadá, a partir dos anos 1960, a ação estatal por meio da agência nacional encarregada do esporte, direcionou seu uso também como fator de integração nacional para diminuir a tensão separatista entre as culturas francesa e britânica. O mesmo processo se observa em outros países com confrontos semelhantes: católicos e protestantes na Irlanda, caucasianos e aborígenes na Austrália, mulçumanos e católicos na Bósnia e Croácia etc.

4 – Preparação para o serviço militar. Desde o fim do século XIX, EUA, Austrália, Inglaterra e Canadá, aprovaram diversas leis e justificaram o desenvolvimento da

preparação física e mesmo o do tiro esportivo pela necessidade de melhor preparo militar para situações de guerra.²⁰ No Brasil este pensamento se fez presente a partir da República Velha e mais acentuadamente durante o Estado Novo. A influência militar no desenvolvimento geral e no direcionamento para certas modalidades é características da história da maioria dos países.

5 – Prestígio internacional. No pós 2ª Guerra Mundial, os Estados rapidamente tomaram consciência dos benefícios e prejuízos que vitórias e derrotas esportivas, nos grandes eventos internacionais, causavam no prestígio interno e externo e indiretamente na popularidade dos governos. Pode se perceber tal valor nas palavras de muitos estadistas, diplomatas e homens de governo que tenha algum envolvimento com o esporte:

“Tenho tido razões pessoais, a que se conjugam os depoimentos de muitos diplomatas esclarecidos, para estar certo de que a representação desportiva de um país, no estrangeiro, quando preparada e categorizada, alteia o nome da nação, o valor de seu povo e a confiança de seu destino.” (LYRA FILHO, 1952, p. 281).

O desenvolvimento esportivo do bloco soviético na década de 1960 levou o governo da Inglaterra a estabelecer, em 1965, o *Advisory Sport Council* e a alocar recursos públicos para o desenvolvimento do esporte olímpico. O Canadá, através do *Fitness and Amateur Sport Act*, de 1961, passou a suportar, com fundos provinciais e depois federais (anos 1970), programa de ampliação da participação popular nos esporte, mas também programa específico de formação de atletas de elite. EUA e URSS protagonizaram inúmeras rivalidades, de fundo ideológico, dentro e fora dos campos esportivos. O caso positivo mais extremo é o de Cuba, que usa seu reiterado sucesso esportivo, proporcionalmente a seu tamanho e população, como demonstração da capacidade organizativa governamental.

Nas décadas de 1970 e início dos 1980, países em desenvolvimento como Brasil e Argentina, não sendo capazes de competir em igualdade de condições na maioria das

²⁰ Nos EUA, em 1871, o estado de Nova York patrocinou a fundação de uma organização privada, a *National Rifle Association – NRA*, para “promover e encorajar a prática de tiro de rifles em base científica”, dando treinamento as forças de segurança do governo. Desde então a NRA vem se especializando e ampliando este tipo de treinamento (BUENO, 2004, pp. 115-118); (NRA, 2008).

modalidades olímpicas, usaram de seus diferenciais no futebol para afirmarem internacionalmente seus regimes militares e acalmar internamente o descontentamento popular. Mesmo países do terceiro mundo africano e asiático passaram a financiar o esporte de elite com forma de ganhar visibilidade internacional e apoio a seus regimes. Contudo, há também casos do desprestígio, quando a comunidade internacional proíbe a participação de determinado Estado por repúdio ao regime, como no caso da África do Sul, banida da comunidade esportiva internacional nos 1980-90 devido ao regime de apartheid.

O envolvimento dos governos com o esporte segue padrão específico em cada país, porém pode se perceber aspectos uniformes como os apresentados acima. O mais claro é que os governos usam do esporte quase exclusivamente como instrumento para outros objetivos. O aumento do apoio governamental tem, sem dúvida, beneficiado o esporte, mas a patronagem estatal tem também seu preço, o mais comum é a manipulações de recursos e programas com finalidades eleitorais. Por outro lado, o aumento da importância dada pela população às questões do esporte bem como o crescente número de organismos da sociedade civil envolvidos com a área tem também contribuído para maior controle e transparência neste setor.

A estas razões apresentadas por Houlihan (2001) adicionamos o aspecto do **desenvolvimento econômico**, que vê no esporte fator de desenvolvimento de novos mercados para produtos e serviços, bem como para o combate as mazelas das crises econômicas e do desemprego conseqüente. Este aspecto será comentado com mais profundidade à frente.

Linhaes (1996, p. 16-27) discute a ação do setor público no campo esportivo, sob a ótica do direito social, com base em três razões: 1ª atividade meio ou complementar das políticas educacionais e de saúde; 2ª políticas de assistência à população carente, infância e juventude; 3ª por finalidades externas ao próprio esporte (quando se desfigura a igualdade social). O quadro 4 faz comparativo das razões apresentadas pelos autores.

Quadro 4 - Comparativo das razões da ação do Estado no setor esportivo

Carzola Prieto	Houlihan	Linhaes
Saúde Pública	Saúde e lazer	Políticas educacionais e de saúde
Ampliar acesso de participação	Integração social	Políticas de assistência à população carente, infância e juventude
Estruturar e regular o esporte profissional	Prestígio internacional	Finalidades externas ao próprio esporte
	Controle e seleção das práticas esportivas e do passatempo da população	
	Preparação para o serviço militar	

Fonte: Inspirado em (PIETRO CARZOLA, 1979; HOULIHAN, 2001; LINHALES, 1996).

Em visão mais crítica e marxista, Valter Bracht em seu clássico livro sobre sociologia do esporte (1997, p 70-2), apresenta razões comuns, de cunho político, pelas quais o esporte se faz atrativo aos Estados: a) características e possibilidades únicas de comunicação de massa; b) profunda identificação com o conceito coletivo de Nação; c) possibilidade de criar sua própria realidade, um mundo fantástico; d) prestígio possibilitado pelo esporte de alto rendimento e seu papel na representação nacional.

Com base em Franke, Bracht acrescenta a razão de porque, em dados momentos, como, por exemplo, durante o regime militar no Brasil, o esporte passa a ser incentivado enquanto outras categorias culturais, como as artes, passam a ser censuradas. Na argumentação de Franke, o esporte é destituído de função política própria; não produz conhecimento crítico, nem visão de mundo ou expressão ideológica; não possui linguagem criadora, repleta de significados; não faz asserção; não cria algo novo; não pode ser revolucionário, como as artes.

Ainda segundo Franke, o esporte é neutro, pois não pode aceitar nada que não seja em contribuição à melhoria do rendimento ou para se chegar à vitória. A competição esportiva só pode reproduzir a sociedade na qual é inserida, é apenas espelho de concepções e valores já existentes, ou seja, a direção ou contribuição política só poder

ser determinada de fora para dentro do esporte e não o contrário. Nas relações internacionais é sempre objeto e nunca sujeito. Tem, portanto, o discurso de “apoliticidade”, mas fica vulnerável a sua instrumentalização (FERRE, 1991, apud BRACHT, 1997, pp. 71-2).²¹

A importância do esporte como fenômeno social

Segundo Lushche, (1990, p. 59) o esporte, como produto social, pode ser comparado a microcosmo em que o grau de envolvimento direto e indireto de seus atores e espectadores, as formas de comportamento padronizado e a interação social, em quase todas as sociedades, são dificilmente ultrapassados por qualquer outro arranjo social. O esporte apresenta características e apelos institucionais só replicados pela religião, pois nenhuma outra instituição comanda a produção da mística, da nostalgia e a fixação de ideais culturais como o esporte faz. Nenhuma outra atividade humana combina, de forma tão paradoxal, a seriedade com a frivolidade, o divertimento com a competitividade e o ideológico com o estrutural.

No entender de renomados sociólogos e historiadores, o esporte moderno é considerado o fenômeno social de maior crescimento, maior rapidez em sua expansão e uma das mais importantes práticas sociais do século XX, (ELIAS & DUNNING, 1992; ROBSBAWM & RANGER, 1984). É também a instituição de mais ampla unanimidade em sua legitimidade como atividade humana (BARBERO, 1993). Apesar da paixão e passionalidade que produz avalanches de elogios e argumentos em sua defesa, revela também seus críticos, acentuadamente na área da sociologia (BROHM J. M., 1993).

Principais teorias históricas e sociológicas do esporte

Devido à ascendência das disciplinas de sociologia e de história nos estudos sobre o esporte, julgo apropriado apresentar um resumo dos conceitos e argumentos de alguns dos teóricos mais citados no tema. Todos apresentam ao menos algo em comum: a

²¹ Franke. E. Theorie und Bedeutung sportlicher Handlungen. Schorndorf: Karl Hofmann Verlag, 1978.

certeza de que o Esporte é expressão sociocultural que incorpora e se correlaciona profundamente com as características estruturais da sociedade moderna.

Eric Hobsbawm

Hobsbawm tem no esporte moderno uma “invenção da tradição” repleta de significados e motivada pelo senso de pertencimento, de identidade e etnia dos inventores. Ele assim define o conceito:

“O termo ‘tradição inventada’ é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo [...] Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado.” (HOBBSAWM & RANGER, 1984, p. 9).

Hobsbawm situa o esporte moderno como criação da classe média ou “nova burguesia”, ao passo que Bourdieu e outros autores defendem esta criação pela alta burguesia e sob valores aristocráticos. Hobsbawm observa que o esporte foi rapidamente apropriado, de forma oposta, pela também nascente classe operária industrial. Esta oposição se dava pelas maneiras e estilos de vida e ação coletiva em que o esporte passa a ser utilizado como identificação de classe (HOBBSAWM E. J., 1992, pp. 257-258).

O historiador reconhece que o esporte tornou-se globalizado, principalmente o futebol, chamado por ele de "a religião leiga da classe operária" por sua adoção e incentivo pelos burgueses ingleses como apropriado passatempo para os operários, mas destaca interessante paradoxo entre internacionalização e a identidade com seus pares, a globalização e o nacionalismo:

“Ao mesmo tempo em que grandes corporações como *Nike* e *Coca Cola* fazem fortunas através deste apelo global e que grandes times europeus como *Manchester United*, *Real Madri*, *Barcelona*, *Milam*, etc. dominam as competições e o mercado mundial de

jogadores e de patrocínios, o fortalecimento do fenômeno passa estritamente pelo aumento do nacionalismo e por suas implicações sociais, econômicas e políticas.” (COLOMBO, 2007).

Norbert Elias e Eric Dunning

A linha do processo histórico é também explorada pelo sociólogo alemão Norbert Elias para desenvolver sua teoria sobre o “processo civilizador”²² e os efeitos sobre os hábitos europeus, assim resumido por Gebara:

“[...] um processo necessariamente não planejado e imprevisível, em especial no que diz respeito às alterações de longo prazo que tem ocorrido nas figurações humanas [...] O ponto central, no qual se apóia a teoria do processo de civilização, é a existência deste processo ‘cego’ (não planejado) e empiricamente evidente. Trata-se do processo de ‘cortenização’ e/ou parlamentarização dos guerreiros medievais; isto equivale a dizer, em termos práticos: a violência imbricada no cotidiano dos guerreiros cede lugar ao combate e ao refinamento das atitudes dos cortesãos. A solução de conflitos e o controle da violência passam a ser encaminhados de formas distintivas em relação ao uso imediato e explícito da força/violência” (GEBARA A. , 2000, p. 35).

Tal processo, aliado à centralização política, transferiu ao Estado monárquico a exclusividade no uso de violência e do controle dos impostos, argumento que guarda relação com a teoria sobre o monopólio do uso legítimo da força física (violência) pelo Estado, desenvolvidas por Max Weber em sua obra “Política como Vocação”.

Com tais poderes o Estado, passou a ditar as regras de comportamento das cortes e demais classes sociais, o que induziu progressivo e rigoroso controle das suas emoções e reduziu as oportunidades das pessoas liberarem publicamente seus sentimentos sem preocupação com a reação alheia. Este auto-controle ou superego coletivo, na linguagem psico-sociológica de Freud, mostra-se diretamente relacionado ao grau de desenvolvimento dos países.

²² Esta obra foi publicada em alemão em 1939, porém, só se tornou conhecida pelo *mainstream* sociológico a partir de 1969, quando traduzida para o inglês. Deste então Elias passou a ser considerado um dos mais importantes sociólogos do século XX.

Elias posteriormente se associou a Eric Dunning e juntos desenvolvem a teoria da “sociologia configuracional”, tendo por pilar o conceito de “excitações agradáveis” ou “tensões prazerosas”.²³ Elias e Dunning são os primeiros a tratarem o esporte e lazer como objeto sociológico a partir da década de 1950. Intrigante questão norteou seus estudos: “que espécie de sociedade é esta onde cada vez mais pessoas utilizam parte de seu tempo de lazer na participação ou na assistência a estes confrontos regulados de habilidades corporais a que chamamos esportes?” (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 40) .

Segundo os autores, as excitações causadas por fortes emoções sempre estiveram presentes na história do ser humano, mas passaram a ser acentuadamente reprimidas nas sociedades modernas, dada o aumento das responsabilidades e pressões diárias das atividades profissionais que as inibem: “[...] o controle que exercem sobre si tornou-se, de certo modo, automático. O controle - em parte - já não se encontra sob o seu domínio. Tornou-se um aspecto da estrutura profunda da sua personalidade” (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 103).

Nesta teoria há duas premissas relacionadas por causalidade: a) a busca por excitações alternativas é importante fator da vida individual e grupal; b) os indivíduos desenvolvem meios compensatórios para aliviar suas tensões do estresse pelo esforço de controle de suas emoções através das “tensões prazerosas”. O conceito de “tensões prazerosas” está diretamente relacionado às emoções humanas, tópico central desta abordagem. Os autores vêem as tensões como fator positivo: “Se as tensões devem ser avaliadas, pura e simplesmente, como perturbações das quais as próprias pessoas procuram se ver livres, por que no seu tempo de lazer elas voltam sempre a procurar uma intensificação das tensões?” (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 143).

O esporte como atividade descompromissada ou competitiva, por suas características de excitação (tanto para quem pratica quanto para quem assiste), mostra-se como importante mecanismo de incorporação de “tensões prazerosas”. As atividades esportivas-recreativas libertam e estimulam o importante fluxo de sentimentos e emoções de forma, preferencialmente, controlada e equilibrada, daí o esporte ser tão

²³ Após a morte de Norbert Elias em 1983, Eric Dunning, seu principal companheiro de pesquisas, prosseguiu suas investigações utilizando-se da teoria do Processo Civilizatório a qual deu origem ao que eles denominaram de Sociologia Configuracional (REIS, 2002).

cativante e fundamental na sociedade atual. Importa para Elias e Dunning que o processo civilizador tem na catarse, do lazer e do esporte, filtros das tensões mais perigosas à sociedade em benefício das tensões prazerosas e socialmente aceitas. Outras atividades como a dança e o teatro também exercem esta função, contudo há preponderância do fenômeno esportivo.

“O desporto, tal como outras atividades de lazer, no seu quadro específico pode evocar através dos seus desígnios, um tipo especial de tensão, um excitação agradável e, assim, autorizar os sentimentos a fluírem mais livremente. Pode contribuir para perder, talvez para libertar, tensões provenientes do stress. O quadro do desporto, como o de muitas outras atividades de lazer, destina-se a movimentar, a estimular as emoções, a evocar tensões sobre a forma de uma excitação controlada e bem equilibrada, sem riscos e tensões habitualmente relacionadas com o excitação de outras situações da vida, uma excitação mimética que pode ser apreciada e que pode ter um efeito libertador, catártico, mesmo se a ressonância emocional ligada ao desígnio imaginário contiver, como habitualmente acontece, elementos de ansiedade, medo – ou desespero.” (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 79).

Pierre Bourdieu

Bourdieu é tido como um dos grandes sociólogos da segunda metade do século XX, acentuadamente na área da cultura e da educação. Ele se dedicou primeiramente a desvendar os mecanismos de legitimação e de reprodução das hierarquias sociais e de dominação dentro e entre elas por meio da “violência simbólica”, entendida como a capacidade de assegurar que as arbitrariedades da ordem social sejam ignoradas ou aceitas como naturais. Para tanto, buscou unificar as grandes dicotomias das ciências sociais: sociedade e indivíduo, macro e micro, corpo e mente, objetivismo e subjetivismo, material e simbólico, estruturalismo e agência (ação individual).²⁴

Secundariamente, desenvolveu a Análise Social do Esporte, subdisciplina da Sociologia do Esporte, onde destaca o papel do corpo nas relações sociais, como nesta passagem: “[...] o corpo socializado (aquilo que chamamos de indivíduo ou pessoa) não se opõe à sociedade: ele é uma de suas formas de existência [...] é preciso lembrar que o coletivo está dentro de cada indivíduo sob a forma de disposições duráveis, como as estruturas

²⁴ O grau em que Bourdieu conseguiu tal intento é motivo de acirrada controvérsia entre os sociólogos (LIGHT, 2007).

mentais.” (BOURDIEU, 1983, p. 24). Em outra passagem Bourdieu dá o mesmo sentido: “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (WACQUANT, 2007, p. 6).

Bourdieu adota o conceito de agentes, o que compreende indivíduos e grupos. Para ele, as relações e os conflitos sociais não se estabelecem entre classes como no marxismo,²⁵ mas dentro de “campos” sociais não redutíveis um ao outro, relativamente autônomos e interpenetráveis. Os campos são configurados pela diferenciação e especialização social. São estruturas relacionais e ao mesmo tempo posicionais, entre agentes, em áreas como religião, ciência, artes, política, categorias de atividades e/ou profissões, etc. Os campos são partes do mundo social definidos pelas características dos interesses (bens e capital) em disputa e só apreendidos por aqueles que possuem formação apropriada. Há campos e subcampos, todos são simultaneamente campos de força, produzido pelas instituições nele inseridas e que constringe os agentes; e campos de luta entre os agentes. **Nesta definição, o esporte se constitui em campo específicos com seus subcampos.**²⁶

Arelado ao conceito de campos está o de *habitus*,²⁷ definido propositalmente de forma vaga, fluida como: conjunto adquirido de disposições e aptidões específicas; maneiras de ser, pensar, sentir, agir, trabalhar e manobrar dentro do campo em determinada circunstância. O *habitus* é fundamentalmente construído no passado, orientado para as práticas do presente e reformulado por dinâmica própria. Ele é incorporado de forma inconsciente, ao longo da vida. É estrutura (forma objetiva), enquanto constituído por disposições duráveis e ao mesmo tempo é estruturante (forma subjetiva) ao gerar práticas e representações que caracterizam os agentes e determinam sua posição ou classificação destes dentro do campo. Dito de outra forma, o *habitus*, constituído pelos embates entre indivíduos e grupos, determina as posições, mas o conjunto de posições também determina o *habitus* (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 31).

²⁵ Bourdieu se afasta do conceito marxista de classe, assim como dos de falsa consciência, alienação e mistificação (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 29).

²⁶ Minha leitura sobre a teoria dos campos, grosso modo, é de estrutura matricial: os campos são colunas e as classes sociais são as linhas.

²⁷ *Habitus*, do latim, é participio passado do verbo *habere*, ter ou possuir. Nesta literatura é usado como substantivo, tanto no singular como no plural.

Para Bourdieu, *habitus* é base para a “teoria das práticas” ou “teoria da ação social”. O conceito possibilita compreender como o engajamento, em atividades corporais do dia a dia ou em práticas esportivas formais (institucionalizadas) e informais, incorpora dinâmicas de classe, gênero e cultura.²⁸ Em Bourdieu, práticas, estruturas sociais e representações simbólicas constituem e são constituídas continuamente.

Resumindo a interação entre os dois conceitos tem-se: “Todo campo se caracteriza por agentes dotados de um mesmo *habitus*. O campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo [...]. O *habitus* é a internalização ou incorporação da estrutura social, enquanto o campo é a exteriorização ou objetivação do *habitus*. (THIRY-CHERQUES, 2006, p. 36).

Na sociologia bourdiana o conflito entre os agentes sociais (indivíduos) não se resume à competição econômica. Há também a busca por posições de dominância, valoradas por recompensas psicológicas: reconhecimento, dignidade, prestígio e status. A competição se estabelece com base no acúmulo e troca dos tipos de capital: econômico, social, cultural e simbólico.²⁹ A quantidade apropriada de capital pelos agentes, define sua posição dentro dos campos e a desigualdade desta dotação impõem constante luta, entre os agentes, para manter ou alterar a relação de força e de capital. A luta é tanto explícita como nas disputas econômicas e políticas, quanto simbólicas, sendo que esta última significativa à manutenção ou alteração do *status quo* ou ordem dominante.

Em muitas passagens Bourdieu utiliza exemplos dos jogos para exemplificar seus constructos teóricos. Diz, por exemplo, que a competição dentro do campo é semelhante a uma luta em que os agentes lutam, ou jogam, de acordo com seus recursos (capitais). A ação de jogo, ou luta, também se traduz por “práticas”: forma dialética de incorporação das dinâmicas sociais. Nestes embates, o *habitus* é o repertório de estratégias de jogo³⁰ incorporado pelos jogadores e específico para o tipo de jogo e de campo, o que Bourdieu também denominou de “percepção do jogo” (“*feel for the game*”) (LAMAISON, 1986, pp. 111-4). Dito de outra forma: “[...] é preciso que haja

²⁸ Muito do desenvolvimento do conceito de *habitus* e de campo em Bourdieu é inspirado em Norbert Elias e sua teoria do processo civilizador (MALERBA, 1999, apud MARCHI JÚNIOR, 2007, p. 2).

²⁹ Alguns textos de comentadores não citam o capital simbólico.

³⁰ Estratégia pensada como produto da relação entre campo e *habitus* e não como cálculo, maximização e sistematização.

objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc." (BOURDIEU, 1983, p. 89). Nestas metáforas, a percepção esportiva é o *habitus* e o tipo de jogo (modalidade) é o campo (BOURDIEU, 1988, p. 782).

Bourdieu enfatiza que a produção cultural e o sistema simbólico têm papel fundamental na estrutura de dominação da “violência simbólica”, operada por meio de *habitus*, que legitimam a dominação das elites constituídas e asseguram sua reprodução nas gerações seguintes. Ressalta que as preferências e escolhas no campo artístico, cultural, esportivo, etc., pelo senso comum tidas como livres, em realidade, não são. **As escolhas estão correlacionadas à posição social dos agentes, ou seja, o sentido das ações mais pessoais não pertence ao sujeito que as pratica, mas ao sistema completo de relações nas quais e pelas quais elas se realizam** (BOURDIEU, 1984). Esta principal conclusão de sua obra mais conhecida, *Distinction: A social Critique of the Judgment of Taste*, tem profunda implicação sobre o desenho de políticas públicas para o esporte.

Posto estes aspectos teóricos gerais da obra de Bourdieu, pode se melhor adentrar ao campo do esporte, como apresentado em um de seus livros, *Questões de Sociologia*, no capítulo “Como é possível ser esportivo”, que se inicia com uma questão: “[...] existe um espaço de produção dotado de uma lógica própria, de uma história própria, no interior que qual se engendram os ‘produtos esportivos’, isto é, o universo das práticas e dos costumes esportivos disponíveis e socialmente aceitáveis em um determinado momento?” (BOURDIEU, 1983, p. 136).

Interessante é que ao responder afirmativamente que “sim” para a existência de tal “campo esportivo”, constroi esta defesa em ordem inversa aos elementos apresentados na pergunta. O momento histórico deu-se no século XIX, dentro das *public schools* inglesas, quando os estudantes burgueses operaram processo de racionalização weberiano, através da implementação dos regulamentos e de corpo de dirigentes específicos para cada modalidade, conseguindo autonomia para organizar, administrar, promover e mesmo julgar, de forma dissociada do Estado, as questões próprias a estas atividades.³¹ Tal modelo organizativo e sua autonomia possibilitaram as trocas de

³¹ Para Weber, a modernidade é o produto do processo de racionalização que ocorreu no ocidente, desde o final do século XVII, e que implicou a modernização da sociedade e da cultura (BRACHT, 1995, p. 38).

experiências e modalidades esportivas entre escolas e depois países em rápida expansão internacional.

Para Bourdieu, as atividades físicas, dotadas de funções sociais, foram separadas dos jogos tradicionais ligados a festas populares agrícolas e religiosas e restilizadas ou “neutralizadas”. Quer dizer, foram desprovidas dos antigos significados e passaram a ser justificadas por si mesmo, segundo regras e calendários próprios. Assim, estranhamente, o socialmente aceitável decorre não da adaptação de praticas antigas, tidas como “pré-esportivas” por diversas sociedades, mas pela ruptura com tais antiguidades através da reinvenção de algumas (modalidades olímpicas) e pela invenção de tantas outras, por exemplo: futebol, rugby, voleibol e o basquetebol, etc., dando origem ao “esporte moderno”. Neste aspecto do rompimento, Bourdieu é mais incisivo do que Hobsbawm que advoga maior continuidade entre as práticas antigas e novas.

Parte da lógica do campo esportivo vem da principal lei econômica: a interação entre a oferta (entidades, estrutura organizacional, infra-estrutura, equipamentos, vestimenta, profissionais especializados e a mídia esportiva) e a demanda social para a prática, sobretudo pelo consumo do espetáculo esportivo. De forma até simples, Bourdieu reafirma a lei de Say: a oferta cria sua própria demanda. Para ele, os jogos, originados do povo, foram reinventados e reestilizados pela burguesia, como aparente atividade desinteressada e gratuita, com valores temperados pela aristocracia (*fair play*),³² retornando ao mesmo povo como sofisticado produto de consumo, tal como a música, as artes e as letras. Nas palavras do autor:

“[...] os *taste-makers* que estão em condições de produzir ou impor (isto é, vender) novas práticas ou novas formas de antigas práticas [...] assim como os que defendem as práticas antigas ou as antigas maneiras de pratica, engajam em sua ação as disposições e convicções constitutivas de um *habitus* onde se exprime uma determinada posição no campo dos especialistas e também no espaço social, e por este fato eles estão predispostos a exprimir e, portanto, a realizar em virtude da objetivação, as expectativas mais ou menos conscientes de frações correspondentes do público dos leigos.” (BOURDIEU, 1983, pp. 152-153).

³² “O *fair play* é a maneira de jogar o jogo dos que não se deixam levar pelo jogo a ponto de esquecer que é um jogo, dos que sabem manter a “distância em relação ao papel”, como diz Goffman, implícita em todos os papeis prometidos aos futuros dirigentes.” (BOURDIEU, 1983, p. 139).

Ainda pela lógica do mercado, Bourdieu aponta a progressiva separação entre os que praticam ocasionalmente ou apenas assistem esportes e a minoria que de fato os jogam, processo necessário para garantir a especialização e a expansão do mercado: “[...] tudo permite supor que no caso da música, assim como no caso do esporte, a competência puramente passiva, adquirida fora de toda prática, dos públicos recentemente conquistados pelos discos e pela televisão é um fator que permite a evolução da produção.” (BOURDIEU, 1983, p. 145).

Outra parte da lógica vem do mercados simbólico e cultural, nos quais impera o interesse pelos lucros de distinção entre os esportes populares e os da elite e pelas variações de significados que as classes sociais dão aos diferentes esportes. A distinção no esporte faz parte das lutas entre dominantes e dominados, sendo que os primeiros procuram garantir a exclusividade em certas modalidades e esferas de atuação. Embora Bourdieu não cite, a distinção baliza o racismo no esporte, como também o debate entre profissionalismo e amadorismo, aspecto a ser retomado à frente.

Neste argumento, a elite tem nas atividades esportivas pretexto para encontros em ambientes selecionados e fechados enquanto que para os de posição social mais baixa as práticas obedecem a diferentes necessidades. Bourdieu estabelece três tipos de distinção entre os esportes: a) os praticados em locais abertos e os fechados, b) os de menor e maior longevidade de prática, c) os que se assentam na força bruta e os que requerem maior grau de inteligência e habilidade (destreza). Nas três tipos os segundos aspectos são característicos das elites. Contudo, como já discutido anteriormente, as práticas dos diversos segmentos sociais dentro dos campos estão vinculados aos *habitus*:

“[...] não se pode compreender a lógica através da qual os agentes adotam uma ou outra prática esportiva, uma ou outra maneira de realizá-la, sem levar em conta as disposições em relação ao esporte, que, sendo elas próprias uma dimensão de uma relação particular com o próprio corpo, se inscrevem na unidade do sistema de disposições, o *habitus*, que está na origem dos estilos de vida (seria fácil, por exemplo, mostrar as homologias entre a relação com o corpo e a relação com a linguagem características de uma classe ou de uma fração de classe.” (BOURDIEU, 1983, p. 148).

Para ele, há lógica política no campo esportivo. Mais propriamente uma filosofia política aristocrática,³³ cujo produto mais visível é a filosofia do amadorismo e do uso do esporte para a formação do caráter dos futuros líderes políticos, das armas e das empresas, através da incorporação de valores como coragem, virilidade e determinismo em vencer segundo as regras cavalheirescas, o *fair play*. Neste aspecto Bourdieu aproxima as virtudes esportivas das virtudes militares e afirma o esporte moderno como um *ethos* político da classe dominante em constante oposição às classes mais baixas.

Bourdieu ressalta a importância assumida pelas competições esportivas internacionais que passaram a serem usadas como medida de força entre as nações. A luta política se apresenta também *interna corporis*, entre as organizações, educadores, treinadores, dirigentes, conselheiros e outros ligados ao campo, pelo direito de impor a definição legítima da prática esportiva, da função da atividade esportiva, do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo. É o que observa na história da disciplina de Educação Física, entre as várias escolas que lutam pela hegemonia de seus princípios, bem como para que estes princípios sejam incorporados pela ação do Estado na produção das políticas públicas para o setor.

Resumindo-se as lógicas que estruturam o campo esportivo, Bourdieu afirma que:

“[...] é pela separação estabelecida entre os profissionais, virtuosos de uma técnica esotérica, e os leigos, reduzidos ao papel de simples consumidores, e que tende a se tornar uma estrutura profunda da consciência coletiva, que ele exerce seus efeitos políticos mais decisivos: não é apenas no domínio do esporte que os homens comuns são reduzidos aos papéis de torcedores, limites caricaturais do militante, dedicados a uma participação imaginária que não é mais do que a compreensão ilusória da despossessão em benefícios dos experts” (BOURDIEU, 1983, p. 145).

Portanto, Bourdieu reafirma a existência e a independência do campo esportivo, constituído historicamente e em expansão, bem como reconhece sua importância como locus privilegiado para a operacionalização de seus conceitos teóricos. Não sem causa

³³ O primeiro comitê olímpico foi formado por aristocratas: barão Pierre de Coubertin, outros barões, duques e lords. Apesar de algumas fugas da realidade dos fatos e registros esportivos, o filme *Chariots of Fire* (HUDSON, 1981) retrata magnificamente os valores e a influência da aristocracia na formação e condução do esporte moderno no início do século XX.

que ele tanto utiliza das metáforas dos jogos e dos esportes para se fazer claro em seus conceitos, pois, tem o corpo humano como local privilegiado onde a cultura e a estrutura social são manifestadas e produzidas. **Apreendo, pelos argumentos utilizados, que, para Bourdieu, o campo esportivo reflete de forma sem igual a dinâmica, o padrão e a reprodução das relações sociais.**

Jean-Marrie Brohm

Brohm co-fundador da sociologia crítica ou teoria crítica do esporte, descendente da tradição marxista e da escola estruturalista de Frankfurt. Ele faz exaustivo trabalho para mostrar que o desenvolvimento do esporte é contemporâneo ao desenvolvimento capitalista e que isto não é por acaso, mas pelo fato de que o esporte reproduz, no plano ideológico, as categorias fundamentais do modo de produção capitalista, tornando-se assim mais uma instância justificadora deste modo de produção. Tem, portanto, o esporte como instrumento da dominação pelo capital.

Suas análises são orientadas para três áreas: a) as estruturas e relações sociais objetivas envolvendo o esporte; b) o impacto das atividades esportivas sobre os indivíduos; c) a ideologia política do esporte. Destas análises resultam também três postulados: 1- pela sociologia dialética marxista: o esporte é puro reflexo das sociedades capitalistas. 2- pela sociologia da alienação: os esportistas são instrumentalizados como máquinas a serviço do capitalismo. 3- pela sociologia da mistificação: o esporte é o ópio do povo (VAUGRAND, 2001, p. 189).

Para Brohm, semelhante a Hobsbawn, as modalidades esportivas mais populares, como por exemplo o futebol, apresentam características de religião, por isto a afirmação de funcionarem como anestesiadoras e consoladoras. Algo em que os indivíduos e mesmo sociedades tem por compensação por seus sofrimentos e frustrações que se esvanecem quando da conquista de um campeonato ou de uma copa do mundo. Mesmo o esporte participativo ou recreativo, embora de forma mais inocente e inconsciente, funciona como apêndice do alto rendimento ao induzir o gosto pelas práticas esportivas, o que desperta o consumo de produtos e espetáculos esportivos e assegura a expansão do mercado. Funciona também como instrumento de compensação dos esforços do trabalho, necessário para a manutenção das “peças da máquina produtiva”.

A crítica de Brohm se aprofunda ao abordar o aspecto político. Ao capitalismo cabe promover atividades físicas de lazer para o uso do tempo livre dos trabalhadores, busca não só sua manutenção econômica, mas também o controle deste tempo e, o que é mais grave, busca igualmente a alienação ou fuga da realidade, eficiente maneira de neutralizar intelectualmente as massas, impedindo-as de enxergar sua realidade e se oporem a ela.

Para Brohm, as grandes organizações esportivas como a FIFA e o COI, juntamente com as multinacionais dos produtos esportivos, se constituem numa máfia internacional capaz de criar uma falsa consciência que banaliza ideologicamente milhões de telespectadores e consumidores. O esporte é mais um negócio, que virou internacional, e que procura criar necessidades artificiais nos indivíduos por meio da imagem, da técnica, da velocidade e do recorde.

Esta freqüente citação em textos de sociologia do esporte oferece clara perspectiva do pensamento de Brohm:

O esporte é um sistema institucionalizado de práticas competitivas, com predomínio do aspecto físico, delimitadas, codificadas e regulamentadas convencionalmente, cujo objetivo confesso é, sobre a base de uma comparação de provas, de marcas, de demonstrações, de performance físicas, designar o melhor concorrente (o campeão) ou registrar a melhor atuação (o Recorde). O esporte é pois um sistema de competições físicas generalizadas, universais, abertas em princípio a todos, que se estende no espaço (todas as nações, todos os grupos sociais, todos os indivíduos podem participar) ou no tempo (comparação dos recordes entre várias gerações sucessivas), e cujo objetivo é de medir e comparar a atuação do corpo humano concebido como potência sempre perfectível. O esporte é pois, em definitivo, o sistema cultural que registra o progresso corporal humano objetivo. É o positivismo institucionalizado do corpo, o museu das atuações, o arquivo dos êxitos através da história. É a instituição que a humanidade descobriu para tomar nota de sua progressão física contínua; o conservatório do recorde onde ficam registradas suas façanhas. A história do esporte está concebida explicitamente como uma mitologia da ininterrupta ascensão até a superação: "*citus, altius, fortius*". É esse espírito novo, industrial, que reflete todas as categorias centrais do modo de produção capitalista e as

subsume sob o princípio do rendimento que integra o corpo numa fantástica corrida até o êxito (BROHM J.-M. , 1982, pp. 42-43).

Sendo o esporte um reflexo da sociedade capitalista o mesmo apresenta as mesmas contradições, características e problemas. É, portanto, para Brohm, fenômeno em crise, como os demais setores do capitalismo analisados pela ótica marxista (VAUGRAND, 2001, p. 185).

Ciência dos esportes

Na medida em que a importância do esporte foi ganhando força, isso chamou a atenção de diferentes áreas de pesquisa que alguns estudiosos procuram agrupar na chamada Ciência do Esporte: história, antropologia, filosofia, psicologia e sociologia do esporte, medicina, fisiologia, biomecânica e a própria Educação Física.³⁴ Tais pesquisadores reconhecem que muito ainda há ainda por crescer, pois tal ciência tem até o momento caráter pluridisciplinar antes que interdisciplinar, dado que suas subáreas não se articulam de forma coesa e íntima sobre temas específicos do esporte (BRACHT, 1995, pp. 42-48).³⁵ Como observa Melo: “O esporte é uma prática social que extravasa o campo da Educação Física, sendo objeto reconhecido por várias áreas de conhecimento.” (MELO V. A., 2004, p. 46).

A expansão da dimensão social

As atividades tidas como esportivas, sejam elas competitivas ou não, se fazem invariavelmente presentes em todas as sociedades. É fato que, em dois séculos de existência, o esporte moderno se transformou de atividade elitista, restritas a grupos de escolas britânicas e depois européias, a um fenômeno mundial que hoje envolve milhões de praticantes, bilhões de aficionados e, anualmente, trilhões de dólares em negociações de atletas, venda de produtos, serviços, marketing e contratos televisivos de eventos.

³⁴ O conceito de Ciência do esporte foi ampliado pela teorização de Herbert Haag, a partir de 1983, incluindo outras disciplinas além destas citadas. Para aprofundamento ver “Educação Física e esporte: da teoria pedagógica ao pressuposto do direito” (TUBINO J. M., Educação Física e Esporte: da teoria pedagógica ao pressuposto do direito, 2005).

³⁵ Para aprofundar a crítica e o estágio atual da sociologia do esporte e da ciência do esporte ver (PILZ, 1991).

Também é inquestionável o aumento da complexidade das organizações envolvidas com o esporte. Nas diferentes modalidades esportivas, as entidades, clubes, empresas e praticantes estão no centro de importantes questões sociais, seja como focos de tensões que envolvem desde aspectos financeiros e conflitos de contrato a diferentes crenças e valores sobre questões de discriminações de gênero e de raça, desigualdade e exclusão econômico-social. Situações para as quais os Estados são freqüentemente chamados a mediar ou intervir.

Acompanhando o desenvolvimento das modalidades esportivas de competição desde o início do século XX, teve início nos anos de 1960 o movimento pela democratização do esporte, responsável por vertiginoso aumento da participação popular nas atividades esportivas nos países mais desenvolvidos. Os indivíduos, além do papel de torcedores e/ou expectadores, tornaram se também mais ativos praticantes, podendo assim aproveitar as funções de saúde, lazer e de socialização proporcionados pelo esporte (TAFISA, 2007).

Tal movimento, comumente chamado de “esporte para todos”, teve origem na Noruega, se espalhou rapidamente pelos países do primeiro mundo, foi posteriormente adotado pela ONU – UNESCO, em 1978, como modelo a ser expandido para o terceiro mundo através da Carta Internacional de Educação Física e Esporte. Tal carta oficializa o reconhecimento da comunidade internacional de que o acesso ao esporte é também um direito universal e dever dos Estados atenderem a tal direito. Desde então, esta orientação e “obrigação” passou a se constituir em grande desafio político administrativo de implementação de política pública para a área social (UNESCO, 1978).

O aspecto econômico do esporte.

Segundo o “Atlas do Esporte no Brasil”, com dados resumidos na tabela 1, o país possui pouco mais de 74 milhões de pessoas que praticam atividades esportivas ocasionalmente, mais de 10,8 milhões regularmente e quase 750 mil de forma muito ativa. Portanto, no total, um contingente de aproximadamente 85,6 milhões de pessoas. O setor esportivo é responsável por quase 1,6 milhões de empregos, dos quais 879 mil são diretos. Estas categorias são de metodologia utilizada pelo próprio Atlas.

Tabela 1 – População participante no esporte.

Esporte e Atividades	Muito ativos	Regularmente ativos	Ocasionalmente ativos	Empregos diretos e indiretos
Esporte olímpico	395.329	8.212.422	65.346.042	443.000
Esporte não olímpico	326.239	319.900	44.919.000	334.700
Esportes outdoor	28.035	156.288	8.140.120	46.492
Atividades complementares		8.667.894		761.222
Totais sujeitos a multiplas contagem		17.356.504	118.405.162	1.585.414
Totais efetivos (1)	749.603	10.847.815	74.003.125	879.000 (2)
		Total Geral efetivo de praticantes	85.600.543	

Fonte: Inspirado em Atlas do esporte no Brasil (COSTA L. P., 2006). 1- totais sujeitos à múltipla contagem divididos por 1,6 (fator de correção de múltipla contagem). 2- Empregos diretos.

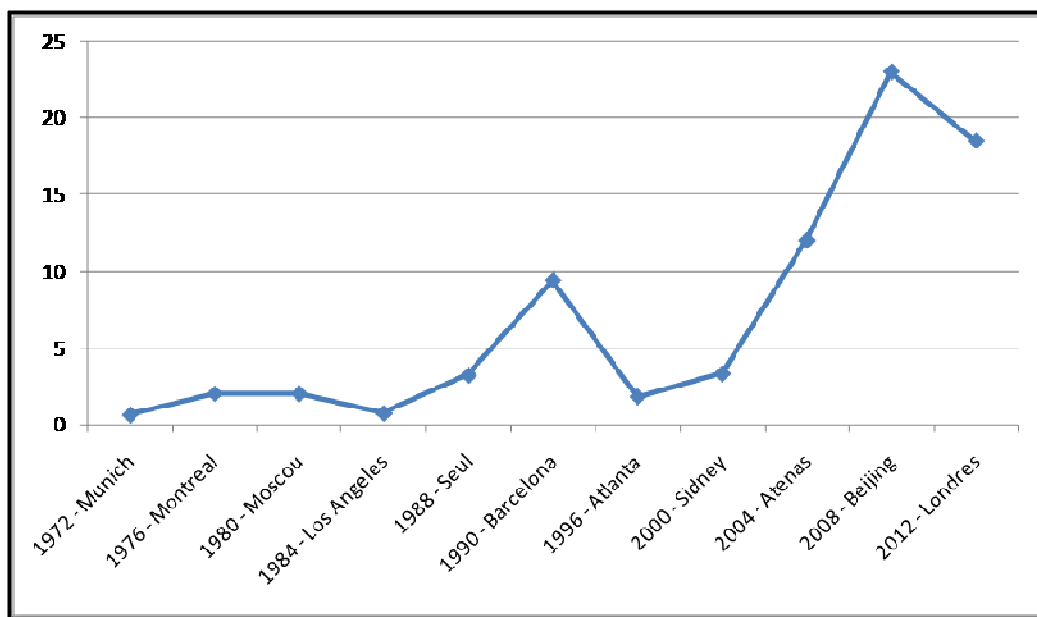
O setor que mais se desenvolveu foi o das academias de ginásticas. Em 1971 eram mil pelo país. Em 2003 já chegavam a 12 mil registradas e sindicalizadas e outras 8 mil classificadas como “pequenos negócios”. Somando as duas categorias tinha-se o número de 20 mil academias, sendo que o país líder neste setor, no mesmo ano, os Estados Unidos, contavam com 23 mil academias. O número de freqüentadores de academias no Brasil, em 2002, já se chegava a 3,4 milhões de pessoas

Em termos de Produto Interno Bruto, o Brasil, entre 1996 e 2000, cresceu somente 2,25%. Já o PIB do setor esportivo, para o mesmo período, cresceu 12,34% e atualmente corresponde a 1,7% do PIB (KASZNAR, 1998). Nos países avançados esta participação oscila entre 2% e 2,5% (COSTA L. P., 2006, p. 21.4).³⁶ Segundo a IEG Sponsorship, uma das maiores agências de patrocínio esportivo no mundo, atualmente 69% da captação de patrocínio no mundo é destinado à área esportiva que cresce a média de 8 % ao ano (SPONSORSHIP, 2007).

³⁶ Os autores do Atlas observam que a base para tais estimativa é a PNAD. Esta, ao usar o critério de ramos de atividades (serviços de diversão, organizações culturais, serviços de comunicação, etc.), incluindo “organizações esportivas”, subestima o impacto do esporte na economia, sobretudo na área da saúde, como também se bloqueia o conhecimento da participação esportiva diversificada com suas ramificações e geração de emprego.

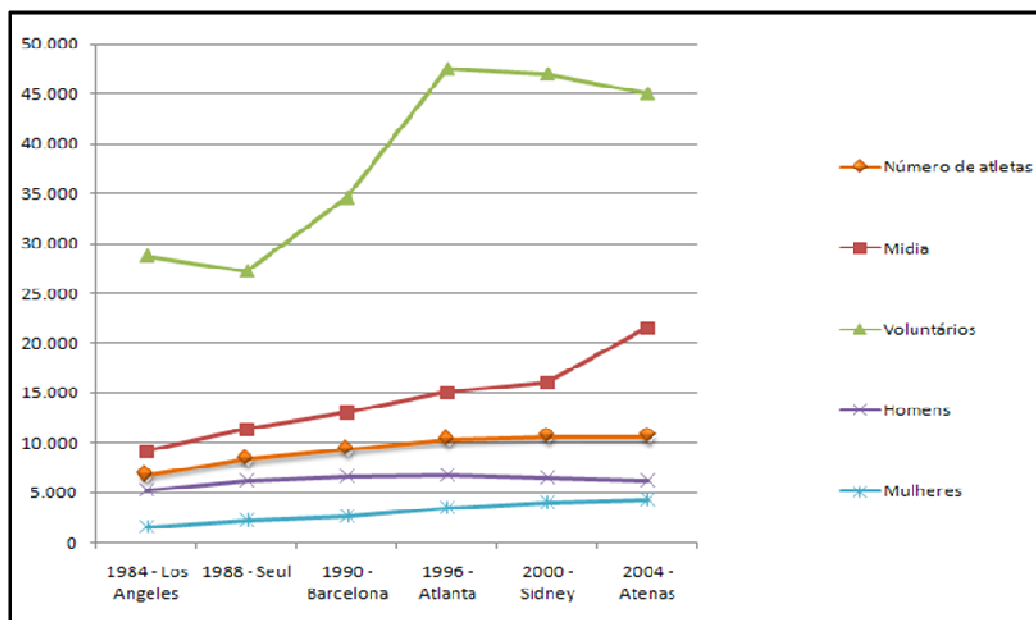
A dimensão assumida pelo esporte de competição pode ser percebida através da variável “custo”. Os custos de preparação, organização e realização dos grandes eventos esportivos atingem hoje cifras astronômicas. O gráfico 1 mostra a evolução dos custos para onze edições dos Jogos Olímpicos. Outras variáveis que também espelham o crescimento dos jogos olímpicos são mostradas no gráfico 2.

Gráfico 1 - Evolução dos custos dos Jogos Olímpicos em bilhões de dólares americanos – 1972 a 2012.



Fonte: Inspirado em (Brasil.com, 2007; BRUNET e CIT, 2002; WOODARD, 2004; ZARNOWSKI, 1993; WIKIPEDIA, 2007).

Gráfico 2 - Evolução do número de recursos humanos envolvidos nos Jogos Olímpicos – 1984 a 2004.



Fonte: Inspirado em (COI, 2007; WIKIPEDIA, 2007).

Convém lembrar que no âmbito do esporte competitivo e de entretenimento muitos outros grandes eventos internacionais (futebol, automobilismo, ligas americanas de basquete e baseball, etc.) passam pelo mesmo processo de expansão.

Em geral, tais custos são defendidos pelos países-sede como necessários e oportunos pelos seguintes razões: a) aumento substancial do turismo local e nacional; b) contribuição para a recuperação/ampliação da infra-estrutura urbana; c) promoção do país no cenário internacional; d) elevação do orgulho e do sentimento nacionalista; e) uso futuro das instalações e equipamentos implementados para os jogos e deixados como herança. Estudos demonstram que nem todas estas justificativas se concretizam da forma desejada. Cada item apresenta variação na intensidade de sucesso/insucesso dependendo dos casos (cidades). As justificativas para os gastos dos recentes Jogos Pan Americanos no Rio de Janeiro, em 2007, seguiram esta linha de argumentação.

Nas recentes décadas o esporte passou a ser reconhecido também como elemento de desenvolvimento econômico. Os processos de “revitalização” de áreas urbanas antigas e/ou abandonadas nas grandes metrópoles mundiais passaram a utilizar o investimento

em infra-estrutura esportiva em parques e outras áreas de lazer como elemento de valorização e marketing destes projetos. Como nos lembra Bracht e Almeirda (2003, p. 91):

“Nos argumentos arrolados pelo governo, com o intuito de realizar as Olimpíadas de 2004 na cidade do Rio de Janeiro, não foram apresentados motivos educacionais, da saúde e, por incrível que pareça, esportivos; os motivos estão atrelados ao plano econômico (tais como o turismo, melhoria da infra-estrutura, geração de empregos etc.).”

Atualmente, qualquer grande plano de urbanização incorpora recurso e área específica para este elemento. Nota-se também a importância que novos condomínios, horizontais e verticais, tanto em áreas urbanas, suburbanas e mesmo rurais, dão às instalações esportivas e de como estes implementos são utilizadas como elemento de marketing de vendas.

O aspecto Político

Retomando Hobsbawm, percebe-se o quanto ele acentua a importância do aspecto político no esporte por este produzir fortes fatores emotivos e simbólicos de caráter nacionalista, ou seja, o necessário sentimento de identificação e pertencimento a uma nação, fatores que são facilmente mobilizados para atender a específicos interesses da agenda política de plantão. Como certa vez escreveu. : “*The imagined community of millions seems more real in the form of 11 named people.*” (HOYLE, 2007). Dito de outra forma por Nelson Rodrigues, a seleção brasileira de futebol seria “a Pátria de chuteiras”. Ainda sobre o nacionalismo exacerbado pelo esporte diz o mesmo autor:

“tanto o esporte das massas quanto o da classe média uniam a invenção de tradições sociais e políticas [...] constituindo um meio de identificação nacional e comunidade artificial [...] demonstração concreta dos laços que uniam todos os habitantes do Estado nacional, independente de diferenças locais e regionais, como na cultura futebolística puramente inglesa ou, mais literalmente, em instituições desportivas como o Tour de France dos ciclistas (1903), seguido do Giro d’Italia (1909)” (HOBSEAWM & RANGER, 1984, p. 309).

Ao se considerar a estreita ligação entre política e religião, melhor se compreende a importância dos jogos para os antigos gregos. Por sua vez, foram os romanos que celebrizaram o uso político de eventos similares aos esportivos ao utilizarem as competições entre gladiadores como parte da “Política do Pão e Circo”.

O fato é que, hoje, o esporte é janela para afirmações nacionalistas, manipulação da população, manifestações e reivindicações populares, regulação de negócios pelo Estado e mesmo para atentados terroristas. Para governos, o esporte apresenta dupla face: a dos problemas com a violência, corrupção e uso de drogas, e outra como oportunidade para a ampliação da educação, das políticas de lazer e demais objetivos políticos, inclusive a auto legitimação.

As grandes competições e a política

Segundo Bracht, o esporte, instituição específica, própria e relativamente autônoma, teve no movimento olímpico seu principal propulsor para a internacionalização e para a vinculação deste com o conceito de nação, o que inevitavelmente conduz à politização do esporte. Como consequência desta vinculação, o rendimento esportivo mensurado nas medalhas e recordes passou a simbolizar também o poder da nação (BRACHT, 1997, pp. 97-8).

O ressurgimento dos Jogos Olímpicos, no século XX, foi logo apropriado pelos Estados nacionais. O primeiro evento marcante teve vez nos jogos de Berlim, em 1936. Hitler quis atestar a grandiosidade do povo alemão, a capacidade organizativa de seu Estado e, sobretudo, propagar a ideologia Nazista. Para tanto usou de todos os recursos visuais possíveis para impressionar os expectadores, inclusive filmes produzidos por seus melhores cineastas mostrando os atletas em atividade. Característica que, em muitos aspectos e variedades, foi seguida por outros países em edições seguintes.

Desde 1928, a União Soviética, por oposição aos Jogos Olímpicos ocidentais tidos como capitalistas, passou a organizar e sediar competições internacionais para o bloco

comunista, as *Spartakiads*.³⁷ Os soviéticos depois reviram suas estratégias e começaram a participar dos Jogos Olímpicos em 1952, em Helsinki, já dispostos a usar os jogos para propaganda comunista e de sua maior capacidade em desenvolver o esporte dada a “superioridade” de seu regime político e sistema econômico.

As olimpíadas de Melbourne, em 1956, inauguraram a era dos boicotes. Neste evento, Holanda, Espanha e Suíça não participaram em protesto a repressão russa sobre a Hungria. Em 1972 (Munique) e 1976 (Montreal) o boicote foi de inúmeros países africanos que reivindicavam a exclusão da África do Sul e Rodésia (atual Zimbábue) por políticas racistas e também da Nova Zelândia por ter enviado time de Rugby à África do Sul. Em 1980, (Moscou) e em 1984 (Los Angeles), foi a vez da guerra fria aportar no esporte, pois, respectivamente EUA e URSS, orquestraram junto a seus aliados políticos o boicote os jogos no país rival.

O comando governamental em políticas esportivas fazia parte da tradição da ex-união soviética, contudo o boicote ordenado por Jimmy Carter foi, de longe, a maior interferência governamental nos esportes já ocorrida nos EUA (CLUMPNER, 1986). Outra interferência foi em 1993, quando a Câmara de Deputados dos EUA se opôs a proposta de apoio as Jogos Olímpicos para Beijing em 2000, havia então atmosfera pesada nas relações entre EUA e China devido a questões comerciais. Posteriormente, depois de um acordo, os EUA apoiaram a proposta para os próximos Jogos Olímpicos de 2008 na capital Chinesa.

Os Jogos foram também usados pelos próprios atletas para protestos domésticos, como na Cidade do México, em 1968, quando dois atletas afro-americanos fizeram a saudação do movimento negro ao receber suas medalhas e foram enviados de volta aos EUA por pressão do presidente do COI sobre os dirigentes da delegação americana. Houve também caso bilateral como a pressão da República Popular da China sobre o comitê organizador dos Jogos de Montreal, em 1976, para proibir Taiwan de participar sob o nome de “República da China”, o que levou Taiwan a desistir de sua participação (FAJARDO, 2003).

³⁷ O nome provem de Espártaco, escravo que liderou a mais famosa rebelião do mundo romano em 74 a.C, simbolizando a luta proletária internacional.

A realização dos próximos Jogos Olímpicos na China despertou protestos no Tibete devido sua invasão por ele em 1959. Os Recentes protesto em Londres e Paris, levaram o próprio presidente do COI, Jacques Rogge, a admitir em entrevista a imprensa que Jogos Olímpicos e política estão conectados (PORTILLO, 2008), (REUTERS d. B., 2008A), (REUTERS, 2008B).

Muitas edições da Copa do Mundo não foram, neste aspecto, diferente das Olimpíadas. Em 1966, na Inglaterra, Harold Wilson, então Primeiro Ministro, usou da vitória de sua seleção sobre os alemães para fazer propaganda de seu governo e partido (*Labour Party*). Em 1970 foi a vez do presidente Médici no Brasil interferir com a comissão técnica e com a convocação dos jogadores da seleção para a Copa do Mundo do México. É bastante conhecida a afirmação de que o Tricampeonato brasileiro serviu aos militares como ópio do povo e tapa-olhos das grandes potências.

Em 1974 foi a vez da Alemanha ocidental, ainda sob o esforço de mudar sua imagem mundial pós II Guerra Mundial e assustada com a tragédia da Olimpíada de Monique, em 1972 de colher os frutos domésticos e internacionais da vitória de seu selecionado em seu próprio País. Em 1978, a história se repete de forma mais descarada na Argentina do General Jorge Videla, que usou o evento e a vitória de sua seleção para conter o descontentamento popular e encobrir a repressão de seu governo.

Apesar de Hobsbawm não ver nenhuma intrínseca função política na Copa do Mundo, nem nas Olimpíadas, reconhece que estes sofrem pressão diplomática dos países mais poderosos e que os resultados das vitórias e medalhas são usados pelos regimes menos aceitáveis como forma de legitimação (ENLANCE, 2006).

Mesmo as Nações Unidas reconhecem a importância política da Copa do Mundo. No dia abertura da última, em 2006, o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, escreveu artigo confessando boa inveja à FIFA, pois esta tem 207 membros e as Nações Unidas 191. Para ele, a Copa:

“[...]é um evento no qual todos conhecem seus times e o que eles fizeram pra chegar até lá. Gostaria que tivéssemos mais competições desse tipo na família das nações. Países competindo pela melhor posição na escala de respeito aos direitos humanos, um tentando

superar o outro nas taxas de sobrevivência infantil ou de ingresso no ensino médio. Estados fazendo performances para o mundo todo assistir. Governos sendo parabenizados pelas ações que levaram àquele resultado”.

Mídia esportiva e política

Com o desenvolvimento das telecomunicações a partir dos anos 1960, a mídia esportiva assumiu dimensão e poder sem precedentes no mundo esportivo, tornando-se fator de desenvolvimento do esporte e de divulgação de novas modalidades, procurando ampliar constantemente seu nicho de negócios. Com o colapso do sistema socialista que se seguiu à queda do muro de Berlim, o esporte foi englobado pelas estruturas econômicas e ideológicas do mundo capitalista e tornou-se, definitivamente, uma importante mercadoria da indústria cultural e do entretenimento.

Para melhor atender seus interesses, a mídia esportiva conseguiu implementar, dentre outras, duas importantes ações: a) mudanças de regras e formas de disputas em modalidades como o voleibol, o basquetebol, o futebol, o tênis, visando adaptação ao formato e a programação da televisão; b) associação de investidores com a indústria midiática para aquisição dos direitos de imagem de clubes e dos próprios departamentos profissionais.

Segundo Houlihan (2001, p.1), o mais recente estágio da história do desenvolvimento do esporte deu-se a partir dos anos 1960, estimulado particularmente pelo avanço tecnológico do desenvolvimento de satélites de comunicação que permitiram o início das transmissões, ao vivo, dos principais eventos esportivos mundiais. Por este avanço, nos anos 1970, os jogos deixaram de ser um adendo para as companhias de televisão e tornaram-se um negócio (HOULIHAN, 2001). *“Sport, because of its affinity for television, became a household commodity in the 1960; its greatly increased popularity made it attractive as an instrument to promote national unity”* (MACINTOSH, 1986, p. 22).

Uma vez abordado a importância e a influência do esporte sobre os aspectos social, econômico e político a ponto de torná-lo objeto e instrumento de política pública para os países, no próximo capítulo procuro apresentar sua gênese e seu desenvolvimento, para depois avançar, nos demais capítulos, na ação governamental e sua relação com o tema e objeto de pesquisa.

Capítulo 3

A gênese do esporte no Brasil

Faço neste capítulo resgate histórico dos principais fatos, eventos, idéias e conceitos que configuraram o desenvolvimento do esporte, sua chegada e desenvolvimento no Brasil até sua inicial estruturação formal e regulamentação pelo Estado Novo. O objetivo nem de longe é de esgotar o assunto, como demonstra a crescente produção de obras históricas sobre o esporte nacional e internacional. Pretendo apenas destacar pontos específicos relacionados com os próximos capítulos da tese que abordarão o tema e o objeto em questão.

O surgimento do esporte moderno

A antiguidade e renascimento

Há registros de atividades esportivas na China há 6.000 anos, no Egito há 5000 anos. Mas invariavelmente, o tema da história do esporte se assenta nas festas religiosas gregas. A mais famosa era realizada de quatro em quatro anos na cidade de Olímpia, em homenagem aos deuses do monte Olimpo, sobretudo a Zeus. Embora os jogos fossem dedicados aos deuses, os gregos celebravam também a perfeição do corpo humano simbolizado por Apolo. Os jogos permaneceram por 12 séculos, de 776 a.C. a 394 d.C., quando o imperador Romano Teodósio I, se converteu ao catolicismo, proibindo todas as festas pagãs contrárias à ética cristã, inclusive as Olimpíadas.³⁸

Registra-se, assim, a intervenção estatal nos esporte já a partir dos romanos que julgavam imoral e repulsiva a nudez dos ginastas e atletas gregos, por isso combatida. Para o Estado Romano, a ginástica e o esporte, ao estilo grego, eram obstáculos à formação e educação do povo. Preferiam o desenvolvimento de atividades ligadas à formação física para o combate militar: esgrima, lançamento de dardo (lança),

³⁸ Alguns historiadores discordam sobre a data de inícios dos jogos e outras duas datas são consideradas, 884 a.C. e 704 a.C.

equitação, manejo de armas, combate com os punhos, natação. Dai também o sucesso dos espetáculos das corridas de bigas, trigas e quadrigas (ESTRELA, 2007, pp. 5-15).

Apesar dos comentários sobre a história do esporte, normalmente, darem salto de quatorze séculos até Europa do século XVIII, há registros de variedade de atividades, em diversas partes do mundo, durante o “esquecido” hiato medieval e que podem ser consideradas como esportivas. Os exemplos vão das violentas competições entre cavaleiros medievais às descobertas arqueológicas que atestam práticas esportivas de variadas culturas em diferentes tempos, incluindo os indígenas americanos³⁹.

O ressurgimento da valorização do corpo remonta à arte renascentista italiana com Leonardo da Vinci e Michelângelo Buonarroti. A prescrição de exercícios físicos se reinicia no século XVIII, tendo em Rousseau e em Johann Pestalozzi dois defensores dos exercícios para o sadio desenvolvimento do físico e do caráter das crianças e jovens.

A Inglaterra burguesa e as *Public Schools*

Atribui-se o nascimento formal do esporte moderno ao esforço de Thomas Arnold, pedagogo inglês que em 1828, exercendo a direção de importante escola pública inglesa, o *Rugby College*, que incorporou os jogos físicos, praticados pela aristocracia e alta burguesia, como método de educação e controle do ímpeto dos jovens e para fixar neles valores como religiosidade, cavalheirismo, habilidades acadêmicas, boa conduta e honestidade, entre outros (PERRY, 2008; RUGBY_SCHOOL, 2008).⁴⁰

Os estudantes, por disporem de tempo, energia e autonomia, assumiram a organização das modalidades esportivas sob o ideário do *fair play*. Arnold, sob influência do utilitarismo inglês, justificou dois aspectos diferentes, mas inseparáveis, no uso do esporte: prazer e a formação de caráter (TUBINO, 1987, pp. 18-19). Segundo Holt

³⁹ Maias, Incas e Astecas também organizavam jogos aos deuses, sendo freqüentes os casos em que o preço aos perdedores era a própria vida, o que faz associar essas práticas às lutas de gladiadores romanos, embora seja polêmica a classificação destas lutas como esporte.

⁴⁰ Muito da fama de Thomas Arnold deveu-se ao livro *Tom Brown's Schooldays*, do escritor inglês Thomas Hughes que romanciou a vida esportiva no *Rugby College* sob o comando de Arnold, entre 1828 e 1842. Um leitor deste livro, aos 12 anos de idade, Pierre de Frédy, inspirado pela obra veria depois a instituir o movimento olímpico (ARMSTRONG, 2003).

(1992, p.396) esta apropriação de práticas populares e sua transformação em práticas organizadas, menos violentas, foi provavelmente a mais notável característica da educação da elite no século XIX.⁴¹

Daí a tese de que o esporte moderno surgiu nas escolas publicas inglesas (*Rugby, Eton, Oxford e Cambridge*) e se espalhou para o resto do mundo, majoritariamente pelas mãos e pés do imperialismo inglês do século XIX, quando dominaram um quarto do planeta. Embaixadores, administradores coloniais, missionários, comerciantes, marinheiros e colonos encarregaram-se de difundir o esporte pelo mundo (BETTI, 1997, p. 19). Contribui também o fato de que mais de um terço da migração européia, entre 1850 e 1890, mesmo período da consolidação dos esportes ingleses, teve origem nas ilhas britânicas. Tais fatos ajudam a explicar a difusão e o sucesso do esporte em nível mundial. Os termos ingleses para os esportes se espalharam pelo mundo tal qual os termos técnicos italianos no campo da música (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 188; HOBSBAWM & RANGER, 1984; JESUS, 1999).

O passo seguinte para o desenvolvimento do esporte foi dado por outro pedagogo, o francês Pierre de Frédy, conhecido como Barão de Coubertin, que comandou o movimento aristocrático que criou o Comitê Olímpico Internacional (COI), em 1894, e os Jogos Olímpicos da era moderna, em Atenas, em 1896, bem como pela seqüência, de sua realização de quatro em quatro anos, nas grandes cidades do mundo.⁴²

O crescimento do esporte moderno esteve *pari passu* com o da ginástica física, originalmente idealizada para melhorar a saúde das pessoas, mas que passou a ser utilizado no treinamento militar dos exércitos nacionais, daí a forte ascendência das corporações militares sobre o desenvolvimento da Educação Física e do esporte. Concomitantemente ao esporte e a ginástica desenvolveu-se a ciência da Educação Física, fortemente influenciada pela instituição militar e pela medicina dos séculos XVIII e XIX. Entretanto, como pontua Melo, indicadores levam a crer que nos

⁴¹ Em 1840, a Rainha Vitória, aconselhada por Thomas Arnold libera a prática nas escolas públicas de antigo, tradicional e violento esporte, o *mass football*, precursor do moderno futebol e do *rugby* (MÁXIMO, 1999).

⁴² Coubertin foi o primeiro secretário geral do COI e depois seu presidente até 1924. Por seu propósito de usar os jogos modernos com finalidade pacifista lhe foi atribuída a frase “o importante não é competir, mas participar”, contudo, tal frase teria, em realidade, sido pronunciada pelo bispo de Londres em um ato religioso antes dos Jogos de 1908 (UOL, 2004).

primórdios da educação física no Brasil, a teoria e prática estavam dissociadas: a prática com os militares e a teoria com os médicos. “Assim estar-se-iam produzindo conhecimento de duas naturezas: uma teorização que surgia das embrionárias pesquisas no interior das faculdades de medicina e uma teorização diretamente ligada à prática dos instrutores que ministravam as *sessões*.” (MELO V. A., 1996, p. 21).

Bracht também aponta a dissociação: “A instituição militar tinha a prática — exercícios sistematizados que foram ressignificados (no plano civil) pelo conhecimento médico. Isso vai ser feito numa perspectiva terapêutica, mas principalmente pedagógica.” (BRACHT, 1999, pp. 72-3). O autor, ao resumir o desenvolvimento do esporte moderno entende que este assumiu as seguintes características: competição, rendimento físico-técnico, recorde, racionalização e “cientificação” do treinamento.

Características parecidas são apresentadas por Ferrer: a) instituição do “recorde”, b) o igualitarismo burguês, c) o amadorismo, d) o associativismo (clubes), e) formulação escrita das regras (FERRE, 1991, apud MELLO FILHO, 1995, p. 24).

“Este fenômeno esportivo, com estas características, tomou como de assalto o mundo da cultura corporal de movimento, tornando-se sua expressão hegemônica, ou seja, a cultura corporal de movimento esportivizou-se. Autores como Eichberg (1979) e Rigauer (1969), entendem que alguns princípios que passaram a reger a sociedade capitalista industrial acabaram sendo incorporados pelo esporte, como foi o caso do princípio do rendimento (BRACHT, 1995, p. 12).

Já no século XIX, o crescimento dos esportes, em geral, foi amplamente apoiado pela burguesia industrial que além de sua natural identificação com conceitos como rendimento, eficiência e potência, viu no esporte instrumento para o controle e disciplina dos operários (SIGOLI, 2004). Como reforço a este último argumento Bracht cita a Inglaterra puritana, onde o princípio do rendimento se aproximou da ética do trabalho, favorecendo a construção do conceito de “Cristandade Muscular”. Esta assimilação do rendimento se deu também nos Estados Unidos, conferindo-lhe um significado coerente com a religiosidade e cultura dominantes no período (BRACHT, 1999, pp. 74-5).

Do império até Vargas

Segundo o conceito do esporte moderno aqui empregado, há para o período colonial poucos registros de atividades físicas que possam ser consideradas como pré-esportivas. A historiografia de Inezil Penna Marinho discorre sobre os indígenas usando arco e flecha, praticando natação e canoagem e as marchas, equitação e cavalgadas dos colonizadores portugueses e holandeses (PENNA MARINHO, 1952).

Durante o Império surgiram escolas militares que introduziram, como treinamento, a prática da natação, a esgrima e tiro ao alvo. Outras práticas populares foram o remo e a capoeira. As provas de remo foram a base para as primeiras atividades propriamente esportivas e que inspiraram o processo de organização da sociedade em agremiações esportivas. Já a capoeira, pelo que relatam alguns historiadores deste período, e considerando-se a crescente população de escravos que chegou a 2,5 milhões em 1850, foi talvez a atividade que mais tenha se desenvolvido de forma velada, pois era reprimida e hoje é tida como genuíno esporte nacional.

Foi também neste período que apareceram as primeiras obras brasileiras sobre o uso educacional da atividade física. A imigração germânica, principalmente para o sul do País, a partir de 1824, propagou a escola alemã de ginástica, conhecida como o *Turnen*. Inúmeras sociedades de ginásticas foram formadas, servindo também de locais de socialização e de manutenção das tradições germânicas (COSTA L. P., 2006, p. 8.222).⁴³ O método alemão foi ganhando popularidade e em 1860 tornou-se o padrão nas escolas militares do exército.

A ação do Estado Imperial no setor esportivo foi tímida. Há registro de pronunciamento de um deputado geral, em 1832, que incentivou o surgimento de planos para o desenvolvimento da Educação Física. Entre 1851 e 1889 foram aprovadas algumas leis, decretos e regulamentos para locais que instituíram modalidades nas academias militares, normatizaram práticas e estabeleceram *curriculum* e procedimentos para o ensino de Educação Física. A mais importante foi a Lei de n.º 630 de 1851 que incluiu a

⁴³ Tais práticas e associações se estabeleceram majoritariamente nos Estados do sul, apresentando também algumas ramificações no sudeste (SP, RJ, ES). Sobre as associações desportivas alemãs no Rio Grande do Sul, ver (MAZO & GAYA, 2006).

ginástica nos currículos escolares. Melo (1996, p. 20) observa que é possível identificar, no Brasil, preocupações com a prática de exercícios físicos sistematizados desde o início do século XVIII.

Muito citada nos textos sobre a história da Educação Física no Brasil é o marcante pronunciamento na Câmara de Deputados federais, em 1882, do então Ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, defendendo projeto n.º 224 para o desenvolvimento das práticas de Educação Física nas escolas brasileiras em padrão similar ao dos principais países europeus, inclusive no aspecto de sua militarização, pois a força muscular deveria se aliar à disciplina dos soldados (SANTOS J. A., 2000, p. 43). Schneider discorda desta tentativa de militarização atribuída a Ruy, argumentando que o método militar de ginástica era o que de mais avançado se tinha na época e que a proposta era apenas de adaptá-lo às necessidades escolares (SCHNEIDER, 2000, p. 104).

No debate de então sobre a justa importância da formação corporal vis a vis a intelectual, Ruy Barbosa, ao fomentar o movimento higienista pelo apoiado a desenvolvimento das atividades físicas, foi taxado de materialista. Em 1882 ele se defendeu salientando a importância educativa da educação física no aspecto moral, bem como o uso da ginástica para melhorar a saúde pública:

“A ginástica não é um agente materialista, mas pelo contrário, uma influência tão moralizadora quanto higiênica, tão intelectual quanto física, tão imprescindível à educação do sentimento e do espírito quanto à estabilidade da saúde e ao vigor dos órgãos. Materialista de fato é, sim, a pedagogia falsa que, descurando o corpo, escraviza irremissivelmente a alma à tirania odiosa das aberrações de um organismo solapado pela debilidade e pela doença. Nessas criaturas desequilibradas, sim, é que a carne governará sempre fatalmente o espírito ora pelos apetites, ora pelas enfermidades.” (BARBOSA, R. 1946, p. 80 apud HEROLD JUNIOR, 2005, p. 244).

Intelectuais: aficionados e opositores

O período entre o fim do Império e o Estado Novo abrigou acirrado confronto entre dois grupos de intelectuais em torno do desenvolvimento do esporte no Brasil. Santos (2000), em pesquisa sobre o período entre 1890 e 1947, identificou a luta discursiva de

duas correntes: a primeira, dos favoráveis ao crescimento do esporte, os aficionados ou apologistas, cujos argumentos justificaram e ainda muitos justificam a prática esportiva. A segunda, a dos opositores ou críticos do esporte que o tinham, por várias razões, como atividade inadequada à sociedade por eles idealizada. Faço resumo deste debate, visto que o mesmo balizou o início da ação estatal no campo do esportivo brasileiro.

Apologistas

A passagem de José Veríssimo Dias Matos, de sua obra *Educação Nacional*, dá o tom dos argumentos apologistas no início da República Velha. Veríssimo se mostrava preocupado com a fragilidade física do brasileiro e temia a perda do País aos estrangeiros (ingleses):

“Na Inglaterra, cujo povo é incontestavelmente, o mais viril dos deste fim de século, os exercícios são, digamos assim, uma instituição nacional (...) o ‘cricket’, o futebol, as regatas, as grandes marchas, as corridas a pé, quantidade de pequenos jogos colegiais, a natação, a caça à raposa, a equitação, o ‘Law-tenis’, o ‘Box’, amados, espelhados e praticados por toda a Inglaterra e colônias são a grande escola de Educação Física inglesa. Seus resultados aí estão presentes.” (VERISSIMO, 1890, apud SANTOS J. A., 2000).⁴⁴

O que unia os apologistas não era apenas a crença de que o esporte era forma de educação do corpo, mas de educação integral, incluindo o aspecto moral e intelectual. O esporte já era entendido como suporte para tais aspectos. Todos os apologistas concordavam que a nação estava por se formar e o esporte teria um papel importante neste processo e que, para isso se realizar, era imprescindível implementar a educação física em todo o sistema escolar brasileiro.

Os discursos eram diversos, dependendo da linha de argumentação do intelectual em questão. Ora era o esporte recomendando contra o individualismo exacerbado do brasileiro (Afrânio Peixoto) ora a favor deste por despertar também a livre iniciativa ao mesmo tempo em que fortalecia o espírito de coletivismo e de cooperação (Monteiro Lobato e Fernando Azevedo).

⁴⁴ José Veríssimo Dias de Matos, *A Educação Nacional*, cap. IV. ed. 1906.

Alguns intelectuais como Fernando Azevedo, apesar do apoio ao esporte, criticavam “a cultura profissional da força pela força”, os espetáculos esportivos e certas modalidades mais violentas e excessivamente competitivas, mas de forma geral Azevedo tinha no esporte instrumento pedagógico valioso para a educação e o despertar dos jovens brasileiros (TUBINO M. J., 1996, p. 25). Em seu conceito de “Ginástica Racional” definiu o objetivo da educação física: o desenvolvimento concomitante dos músculos e do cérebro (HEROLD JUNIOR, 2005, p. 248).⁴⁵

Depreende-se do trabalho de Santos que até o fim dos anos 1920, os apologistas advogavam um modelo de desenvolvimento do esporte com base na sociedade civil (clubes e ligas) e não esperava muito da ação estatal. Não se falava no modelo de federações e confederações. Por exemplo, para Olavo Bilac e Coelho Neto as modalidades esportivas se tornam sinônimo de divisão social e como a divisão existia, a direção do esporte tinha que ser conduzida pela elite.

Críticos

Os críticos vieram de vários matizes. Os educadores criticavam os excessos, o desvirtuamento do esporte e o processo de imbecilização ou de obstrução da inteligência, presentes nos esportes mais rudes e de contato. Os nacionalistas reafirmavam a indesejável “colonização” inglesa que se manifestava também no esporte, bem como centravam fogo no futebol por ser violento em suas práticas e por fomentar a violência externa entre torcedores dentro e fora dos estádios (Carlos Sussekind de Mendonça e Berilo Neves).

Os anarquistas, principalmente através de seu jornal “A plebe”, discursavam que os trabalhadores já faziam suficiente esforço físico nas fábricas, não precisando para isto do esporte, coisa de burgueses e de desocupados. Também condenavam a violência do

⁴⁵ Na opinião de Tubino (1996, p. 26), “Fernando de Azevedo, foi sem dúvida, o personagem mais importante da Educação Física e do esporte, no século XX, no período que antecedeu o Estado Novo.” Já Santos (2000), o tem em posição dúbia por apresentar uma fase apologista e depois crítica. Azevedo teve o modelo grego como ideal, defendeu o ensino da ginástica como precedente ao esporte e como melhor modelo deste o atletismo (por ele chamado de “atlética”), em especial o Pentatlo. Azevedo fez restrições a modalidades consideradas menores, especialmente aquelas que desenvolviam apenas certos grupos musculares como o halterofilismo.

futebol e usavam a polissemia do termo “burro” para se referir aos jogadores que reduziam suas atividades intelectuais a mero escoicear na bola e nos adversários, fazendo por descer o cérebro aos pés. Quando no pico do movimento (1919-20), ao se renderem à força do futebol no meio popular, algumas organizações anarquistas passaram a usá-lo para atrair e aglutinar os operários em seus encontros (festivais), alterando o discurso e diferenciando entre o esporte para os trabalhadores e o dos burgueses. Entretanto, muitos anarquistas relutavam mesmo em aceitar o “esporte pelo esporte” (SANTOS J. A., 2000, pp. 58-68).

Os comunistas aceitavam o “esporte pelo esporte” para relaxar os músculos do trabalho pesado e se confraternizarem. Eram, contudo, contrários à sua prática associada a qualquer organização de domínio burguês: clubes, ligas, entidades associações esportivas, etc. Não se envergonhavam, como os anarquistas, de usar a popularidade do esporte para aumentar o número de filiados. Pelo contrário, o esporte era visto como meio de preparação física para a futura guerra de classes, e tentaram mesmo constituir federação proletária do esporte. Apenas em um ponto os comunistas concordavam com o pensamento purista burguês: a prática do esporte deveria ser amadora. As referências de outros críticos à imbecilização, violência e inutilidade só eram endossadas quando aplicadas aos burgueses. O futebol, era visto como elemento neutro, arma a ser utilizada pelo movimento proletário para a sua libertação, até para se contrapor aos burgueses que organizavam o esporte em geral como instrumento de dominação (efeito alienação de Brohm) (SANTOS J. A., 2000, pp. 140-163).

Muitos críticos nacionalistas como Carlos Sussekind de Mendonça eram ferrenhamente contra a introdução do esporte nas escolas, mesmo que sob os cuidados da educação física, pois atribuíam a esta disciplina apenas a função de desenvolver os corpos com o uso da ginástica e não as modalidades esportivas que deseducavam.⁴⁶ Maria Lacerda de Moura, educadora, defendia o uso moderado do que chamava jogos naturais que uniam o exercício, prazer e alegria. Lima Barreto, por sua condição de mulato, se transformou

⁴⁶ Sussekind publicou um livro com o título “O esporte está deseducando a Mocidade Brasileira”, no qual se opõe ao esporte, em específico ao futebol, pelo seu estrangeirismo, profissionalismo e, sobretudo por seu elitismo, sendo um dos primeiros a denunciar um dos pontos a ser abordados nesta tese, o “esporte para poucos”, pois, naquele tempo se estimava que menos de 3% da população praticava algum esporte (SANTOS J. A., 2000, pp. 94-114). O argumento de Sussekind de que o esporte em geral, mesmo na função de entretenimento, ainda seria um vício, o aproxima do pensamento de Brohm sobre a alienação pelo esporte.

em severo crítico, primeiro se opondo ao racismo existente no esporte, principalmente no futebol, segundo por seu nacionalismo que confrontava o imperialismo inglês. Como argumenta Santos:

“Porque Lima Barreto era contra o futebol? Primeiro, porque compreendeu logo que as oligarquias iam usar a bola como “ópio do povo”. Segundo, porque o novo esporte era filho do imperialismo. ‘O futebol – escreveu com raiva – é coisa inglesa ou nos chegou por intermédio dos arrogantes e rubicundos caixeiros dos bancos ingleses, ali, da Rua da Candelária e arredores, nos quais todos nós teimamos em ver lords e pares do Reino Unido’.” (SANTOS J. R., 1981, p. 28).

Os críticos tiveram seu melhor momento entre 1910 e 1920. Neste período mantiveram-se otimistas em reverter o processo de desenvolvimento do esporte no País pela força de seus argumentos. Entretanto, segundo Santos (2000, p. 32), há um ponto de inflexão dessa força e desse ímpeto ao fim da I GM, quando as nações viram o esporte como outra oportunidade para a reaproximação de relações internacionais, passando a organizar mais torneios e encontros internacionais, o que contribuiu para a maior propagação do esporte também no Brasil.

Após 1935, as críticas de comunistas e anarquistas desapareceram devido à ilegalidade dos partidos e a repressão do regime Vargas, remanescendo apenas algumas críticas de direitistas próximos ao governo. O alvo preferido continuou sendo o futebol, já então consagrado como o maior esporte nacional. Contudo, o Estado já havia decidido pelo profissionalismo em 1933, dando vez apenas ao discurso dos apologistas. O quadro 5 resume valores e membros das duas correntes.

Quadro 5 - Críticos e Apologistas do Esporte entre 1890 e 1930.

	Críticos	Apologistas
Crenças e valores	Esporte é violento por natureza	O comportamento violento é do homem e pode ser reeducado pelo esporte
	O esporte deseduca	Esporte educa e fixa valores
	O esporte prejudica a saúde	O esporte melhora a saúde
	Esportes europeus, por razões climáticas, não podem ser adaptados no Brasil	Esportes europeus devem ser adaptados para ajudar o brasileiro a evoluir
	O esporte é puro estrangeirismo (moda)	O esporte deve passar por um acimilacionismo
	O esporte obstrui a inteligência	O esporte ajuda o desenvolvimento intelectual
	O esporte é instrumento de dominação de classe	O esporte livre dos valores burgueses é bom e pode contribuir com a causa operária.
	O esporte é a danação da raça já fraca	O esporte melhorará fortalecerá a raça (mestiço)
	Esporte é inadequado enquanto atividade física	Esporte, enquanto bem dosado, é boa atividade física
	O esporte é a segregação da sociedade	O esporte é o cimento da Pátria
	Esporte é racista e elitizado	Esporte é meio dos pobres, negros e mestiços se destacarem
Integrantes	Berilo Neve, Carlos Sussekind de Mendonça, Orlando Ferreira, Lima Barreto, Wilson Martins, Jorge de Moraes, Maria Lacerda de Moura, Antônio Vieira Marcondes, Adelino Magalhães, Manoel Bonfim, Maria Lacerda de Moura, Annibal Silveira, Bento Faria, Leoncio Basbaum, Barboza de Oliveira, Abel Fagundes, Everaldo Beckheuser.	Ruy Barbosa, José Veríssimo, Olavo Bilac, Coelho Neto, Mario Filho, Joel Rufino, Helio Sussekind, Enizel Penha Marinho, Roberto da Matta, Sívio Romero, Monteiro Lobato, Afrânio Peixoto, Diumira Campos de Paiva, Cyro de Moraes, Mario Queiroz Rodrigues, Oswaldo Magalhães, Lourenço Filho, Arthur Ramos, Inácio Rolim, Fernando Azevedo, Thomas Mazzoni, Anibal Teixeira, Bento de Faria, João Lyra Filho, Celso Kelly, Jorge de Moraes, Gilberto Freire.

Fonte: Inspirado em (SANTOS J. A., 2000).

O movimento higienista e eugenista

Embora os termos tenham definição precisa e diferente – higienista relativo à higiene e sanitarismo e eugenia como ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento genético da espécie humana –, muita confusão foi estabelecida entre os significados por vários integrantes do movimento. No Brasil o termo eugenia teve conotação ampla sendo associado também com a higiene social, mas

acentuadamente, como em outros países, estava relacionado a concepções racistas disfarçadas em discurso científico.

O movimento higienista/eugenista, de origem européia (Inglaterra, França e Alemanha), repercutiu em muitos países, sobretudo nos Estados Unidos, chegou ao Brasil na segunda metade do século XIX buscando incutir novos hábitos na população, especialmente entre a classe trabalhadora, valioso recurso nacional e que muitos intelectuais e homens da saúde consideravam debilitada. Os higienistas iniciaram seu proselitismo para a implantação de atividades físicas nas escolas durante o segundo império. O discurso de Ruy Barbosa, citado anteriormente, já recomendava a formação de povo “forte”, sem vícios e de hábitos saudáveis.

Nas três primeiras décadas do século XX o movimento ganhou força, impulsionado pelas transformações sociais. A incipiente industrialização confrontava as reivindicações da classe operária lideradas pelo movimento anarquista e comunista. O poder dos grandes latifundiários da economia agro-exportadora controlava o desejo de modernidade no modelo político e econômico que reluzia da Europa e já nos EUA e a realidade das grandes cidades brasileiras era de profunda degradação dada a carência de serviços públicos que não acompanhava o desenvolvimento urbano. Neste contexto a elite intelectual reafirmava a necessidade de modernizar, moralizar e higienizar a população, tendo na Educação Física e no esporte instrumentos de implementação destes objetivos (MARCASSA, 2000).

O higienismo tomou proporção de macroestrutura para todo pensamento social de então, aparecendo na Constituição de 1934, no artigo 138, que atribui aos três entes federativos o estímulo à educação eugênica e o cuidado com a higiene mental (BRASIL, 1934).

Com relação à eugenia, deve-se observar que a agenda política e intelectual de então estava dominada pela preocupação com o desenvolvimento do País e pelo paradoxo do atraso econômico e social vis-à-vis os recursos naturais disponíveis. A baixa produtividade da mão de obra era uma das explicações apresentadas para o problema.

Segundo Góis Junior e Lovisol havia duas correntes com elementos eugênicos propondo solução.⁴⁷

A primeira, dos **fatalistas**, orbitavam na teoria darwiniana/galtoniana⁴⁸ que não acreditava na transmissão de caracteres físico adquiridos por práticas ou hábitos. Portanto, a solução do problema do aperfeiçoamento da raça brasileira, comprometida pela mistura com raças tidas “naturalmente” como inferiores (negros, índios e místicos), passava por dificultar a procriação dos “impuros” e promover o embranquecimento da raça pelo aumento da imigração européia que inclusive já trazia os valores do fortalecimento do físico pela ginástica e pelo esporte.

A segunda corrente, dos **intervencionistas**, defendia que o problema não era racial, mas de condição de vida da população que estava doente, mal educada e abandonada pelo poder público. Daí a solução por uma política pública sanitarista e pelo fortalecimento do corpo. Esta corrente se atinha ainda ao pensamento lamarckista, em que o esforço de cuidado e melhoria física em dada geração passaria para as seguintes, principalmente no caso de um povo em formação como o brasileiro.

A descrição de Rodrigues (2006, p. 298) sobre o início da participação das mulheres nas práticas esportivas da cidade de Belo Horizonte em 1910, bem demonstra este pensamento: “A sua inserção nas atividades físico-desportivas, inicialmente segregada, naquele início do século XX, era preconizada pelo pensamento higienista da época como uma forma de melhorar o seu estado de saúde, com o objetivo de gerar filhos mais saudáveis.” A meta era o de formatar raça forte, melhorada pelo cuidado higiênico e pela mestiçagem (GÓIS JUNIOR & LOVISOL, 2005, pp. 324-5).⁴⁹ Santos chama a primeira corrente de **darwinista** e a segunda de **evolucionista** e afirma que ambas as

⁴⁷ Os principais intelectuais do início do século envolvidos nesta discussão eram: Alberto Torres, Oliveira Vianna, Monteiro Lobato, Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo, Manoel Bonfim.

⁴⁸ O galtonianismo defendia teorias racistas, a esterilização de disgênicos (pessoas com problemas genéticos) bem como a proibição de casamento entre os mesmos.

⁴⁹ Interessante notar a dificuldade dos intervencionistas em abandonar Lamarck, superado pela teoria de Darwin. Também a dificuldade que os fatalistas apresentavam, até os anos 1920, em entenderem um dos principais pressupostos de Darwin: o papel das mutações genéticas no melhoramento das raças, o que é favorecido justamente pela mistura ou mestiçagem. Segundo Góis Junior e Lovisol (2005, p.326), no pós 1930, os eugenistas deixaram de cometer este erro se abstendo de citar negros, índios e mestiços como inferiores.

correntes se referiam ao esporte como elemento educativo para a criação do tipo brasileiro, com ou sem negros e mestiços (SANTOS J. A., 2000, p. 32).

A premissa da época de diversos autores estrangeiros era que a mestiçagem não poderia produzir grande civilização e que tais cruzamentos representavam degeneração. Esta questão dividia os eugenistas brasileiros: alguns argumentavam que não havia evidências científicas de inferioridade biológica das raças brasileiras, outros eram categóricos em que ela existia, a despeito da falta de evidências.

Contudo, mesmo os adeptos da mestiçagem aceitavam o uso das raças brancas para garantir um futuro “menos moreno”, daí as restrições, durante o Estado Novo, para a imigração de não brancos, como por exemplo, os japoneses. Em 1934 e 1937, são inseridos nas respectivas Constituições os primeiros artigos restringindo a entrada de estrangeiros.

Semelhante a Góis Junior e Lovisol, Koifman reproduz a referência de Stepan (1991) a duas correntes: a neolamarckiana considerada racista, e a mendeliana que não considerava a miscigenação como causa da degeneração. Ambas tiveram representantes em comissões que subsidiaram a constituinte 1933/34 e procuram influenciar os homens de governo, inclusive a Francisco Campo, Ministro da Educação e Saúde Pública de Vargas e adepto do uso do esporte para efeitos eugenistas (KOIFMAN, 2005, pp. 6-8).

No fundo, as correntes buscavam, por meios diferentes, controlar o destino da sociedade através de seu padrão biotipológico, acreditando com isso, poder modificar hábitos, moralizar condutas, ajustar comportamentos desviantes e assim constituir povo mais civilizado e adequado aos novos tempos. O quadro 6 faz síntese sobre as denominações usada pelos autores que estudaram as correntes eugênicas, seus integrantes e, mais importante, os valores defendidos.

Quadro 6 - Correntes eugenistas.

Autores	Correntes	
Góis Junior e Lovisol	Fatalistas: darwiniana/galtoniana	Intervencionistas: lamarkista
Santos	darwinista	evolucionista
Koifman	neolamarckiana	mendeliana
Integrantes	Oliveira Vianna, Afrânio Peixoto, Renato Ferraz Kehl, Azevedo Amaral	Ruy Barbosa, Manoel Bomfim, Fernando de Azevedo, Oswaldo Cruz, Belisário Penna, Miguel Couto, Fernando Azevedo, Octávio Domingues, Roquette-Pinto
Valores centrais	Negros, índios e mestiços são inferiores. Mistura racial é degenerativa. Esporte fortalece o físico mas não passa as características adquiridas a gerações seguintes. Embranquecimento é necessário.	Negros, índios e mestiços são inferiores . Mistura racial é degenerativa. Esporte fortalece o físico e passa as características às novas gerações. Embranquecimento é desejável.

Fonte: Inspirado em (KOIFMAN, 2005; GÓIS JUNIOR & LOVISOL, 2005; SOARES, 2000).

O esporte na República Velha

Segundo Herold Junior (2005, p 244-247), discutia-se nas primeiras décadas do século XX a função pedagógica das atividades físicas. Similarmente a outros países, a educação física e o esporte eram propostos como meio de unir o povo brasileiro em torno da ideal da construção e progresso idealizado pelos republicanos que valoravam o liberalismo e a iniciativa individual, aspectos que muitos entendiam o esporte poderia ensinar e reproduzir.

É durante este período que modalidades já bem conhecidas na Europa encontram terreno fértil entre as elites brasileiras dentro do moderno espaço urbano. Em fins do século XIX foram introduzidas modalidades já bem desenvolvidas na Inglaterra e a vinda da Associação Cristã de Moços – ACM, primeiro ao Rio de Janeiro (1893) e

depois para outras grandes cidades foi fundamental para a difusão de novas modalidades como o basquetebol e o voleibol (ACM, 2007).⁵⁰

Até o fim dos anos 1920 as modalidades que mais se desenvolveram foram o remo e o futebol. O remo foi favorecido pela fundação de vários clubes no Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre e a criação, em 1895, da 1ª entidade esportiva nacional, a Federação Brasileira das Sociedades de Remo (LYRA FILHO, 1973, p. 239). Entre meados de 1870 e 1910, foram criados, em várias cidades brasileiras, mais de 60 clubes náuticos ou de regatas (MARINHO, 1980, p. 30).

O início da participação do Brasil em competições internacionais, no início do século XX, acentuadamente as de futebol, reforçam a popularização do esporte no País, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e nas modalidades já institucionalizadas no modelo de clubes e associações. A estruturação do esporte no Brasil apresentou-se conforme tabela 2.

Tabela 2 - Institucionalização das modalidades esportivas.

Modalidade Esportiva	1ª Prova	1ª Entidade	1º Campeonato	Entidade internacional / reconhecimento pelo COI
Remo	1870?	1895	1898	1892/1921
Corrida a pé	1880?/1910	1914	1910	1912/1921
Tênis	1888	1914	1910?/ 1915	1913/1973
Futebol	1895	1901	1902	1904/1921
Ciclismo	1895	?	?	1900/1910
Natação	1898	1897	1898	1908/1921
Basquete	1906	1914	1917/ 1915	1932/1930
Tiro	1906	1934	?	1907/1921
Box	1913	1921	1921	1946/1921

Fonte: ((SANTOS J. A., 2000, p. 25) ⁵¹

⁵⁰ George Williams fundou a *Young Men's Christian Association - YMCA*, em 1844, na Inglaterra. De lá se expandiu para outros países incluindo os Estados Unidos, em 1851, onde também teve importante papel no desenvolvimento do esporte.

⁵¹ "O critério para estabelecer a primeira prova de cada modalidade foi a menção das fontes à utilização de regras internacionais. A primeira entidade, ou seja, instituição organizadora da modalidade, não é necessariamente de âmbito nacional. Em verdade, são em geral entidades locais do Rio de Janeiro ou São Paulo." (SANTOS J. A., 2000, pp. 24-25). Os dados em negrito são correções a partir das citações de Tubino (1995, pp. 22-23).

A gênese do Astro Rei Futebol e a criação da Confederação Brasileiro do Desporto - CBD

O futebol foi caso à parte entre as modalidades desde o início do esporte moderno no Brasil. Introduzido por Charles Miller, em 1894, na cidade de São Paulo como esporte para a elite. A popularização do futebol no Brasil foi posteriormente favorecida pela criação de inúmeros clubes em diversas capitais estaduais, a fundação das ligas regionais e pela formação da Seleção Brasileira de Futebol, compostas invariavelmente por maioria de jogadores brancos cariocas e paulistas.

Em estudo sobre a história institucional da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Sarmiento (2006, p. 1-21) ressalta a importância do futebol para a centralização e desenvolvimento da organização do esporte nacional nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, o próprio futebol cresceu em meio a graves disputas locais de ligas rivais ou entre grupos regionais a procura da primazia organizacional e do poder político sobre a modalidade.

As desavenças regionais exigiram a mediação do governo federal, em 1916, para acordo propondo: a) suspensão das atividades das partes litigantes; b) constituição da Confederação Brasileira de Desportos – CBD; c) fusão das ligas rivais em São Paulo. Contudo, o acordo foi parcialmente cumprido e as desavenças locais e regionais continuaram.

Neste tempo, a CBD não recebia recurso financeiro do Estado e seu presidente se queixou da falta de apoio governamental ao esporte, considerando a importância que o mesmo já assumia no pensamento da elite nacional bem como a dificuldade em sustentar o amador e incipiente esporte nacional. Cabe ressaltar, como já fizeram outros autores, que o espírito liberal advoga a independência de suas entidades, mas não dispensa as benesses do Estado.

É triste dizê-lo, mas essa é a verdade. Quando se pensa nos grandes benefícios que o desporto proporciona à mocidade, quando todos reconhecem que é dever primordial dos responsáveis pelo futuro do país preparar os moços para as lutas e a vida de amanhã,

quando todos sabem que é indispensável para a grandeza do Brasil melhorar as condições físicas e fortalecer o caráter da juventude, não se compreende como os esforços dos que já se dedicam aos desportos não sejam auxiliados e amparados, quando não orientados, pelo Governo.” (GUINLE, 1918, apud SARMENTO, 2006, p. 17).⁵²

No início da década de 1920, a CBD recebeu demanda do Presidente Epitácio Pessoa para organizar jogos comemorativos do Centenário da Independência mediante ajuda financeira específica de 300 contos de reis, a serem ressarcidos por renda de bilheteria dos jogos, complementados com dotação orçamentária extraordinária de 100 contos de reis. “Mostrava-se, assim, acertada a estratégia de obtenção de subsídios para a manutenção da entidade, e evidenciava-se a quase total dependência dos então dirigentes desportivos em relação aos recursos públicos.” (SARMENTO, 2006, p. 26).

A CBD enfrentou também problemas diplomáticos com as entidades do Uruguai, Argentina e Chile devido a polêmicos resultados em campo e divergências sobre a sede para o Sul-americano de 1927, fato que levou ao rompimento das relações entre a CBD e Confederação Sul-Americana de futebol em 1925. A beligerância na direção do futebol brasileiro se fez mais preocupante quando a FIFA aceitou o pedido do Uruguai de sediar a primeira Copa do Mundo em 1930. Para participar, a CBD teve que se reaproximar das entidades Sul-Americanas.

Entretanto, tal esforço foi comprometido por desavença entre a CBD e a APEA, o que resultou na não participação de quinze jogadores paulistas, debilitando mortalmente a seleção que não passou da primeira fase na competição. Foi mais um claro episódio em que **o personalismo e os interesses políticos grupais se sobrepuseram aos principais valores atribuídos ao esporte**: a cooperação, a confraternização, a paz e mesmo a união pela busca da vitória.

O elitismo e racismo das práticas esportivas

⁵² Relatórios da Confederação Brasileira de Desportes. 1918-1989.

O desenvolvimento do esporte no Brasil até o fim do período republicano foi acentuadamente marcado por dois aspectos: o elitismo e o racismo. Estima-se que até 1920 apenas 3% da população brasileira praticava alguma forma de atividade que pudesse ser considerada como esportiva. (MENDONÇA C. S. 1921, p. 94-97 apud SANTOS J. A., 2000, p. 98).⁵³ Diz Sarmento que a elite desejava a legitimação do esporte dentro de seus valores simbólicos e ideais “superiores”, para reeducar a brutalidade de seres considerados inferiores e incultos. “Em torno do esporte, instituiu-se todo um novo padrão de sociabilidade e fundou-se uma linguagem comum que favoreceu o intercâmbio entre as diferentes elites nacionais.” (SARMENTO, 2006, p. 1).⁵⁴

O estudo de Rodrigues (2006) oferece exemplo do elitismo das práticas esportivas no Brasil até 1920. A autora apresenta o enraizamento do esporte como uma forma de lazer na cidade de Belo Horizonte e sua relação com a construção da cultura urbana no período de 1894 a 1920. Seu estudo identificou as práticas que se apropriaram da cidade e foram por ela apropriadas em lugares, funções e finalidades sociais específicas, organizadas, em sua maioria, pelos e para os setores dominantes da população.⁵⁵ O único esporte até o fim do período considerado pela autora (1920) a iniciar maior popularização foi o futebol, mesmo assim dependente da elite e do Estado:

“Em suma, o que se pode avaliar dos valores associados ao lazer e ao esporte no contexto histórico-social da cidade, até 1920 é que, como fenômenos modernos, eles aqui nasceram e se constituíram como a cidade, repletos de antagonismos e desigualdades e não um lugar por excelência da realização da cidadania, pois se revelaram como um o privilégio de classe, um direito de poucos” (RODRIGUES M. A., 2006, p. 299).⁵⁶

⁵³ MENDONÇA, Carlos Sussekind de. *O Sport está deseducando a mocidade brasileira*. Rio de Janeiro, Empresa Brasil Editora, 1921.

⁵⁴ Alguns clubes, mas cuja modalidade principal era o futebol, procuram fugir um pouco a este elitismo: O Atlético Mineiro Futebol Clube em Belo Horizonte, o Paulistano e o Germânia em São Paulo e o Bangu e o America no Rio de Janeiro (CANNABIS, 2004; SARMENTO, 2006, p. 3);.

⁵⁵ Belo horizonte foi idealizada pelo Poder Publico para ser moderna e republicana, em oposição a Ouro Preto, antiga e colonial. Para tanto diversas instalações foram construídas: Parque Municipal, o Hipódromo, o velódromo, o Jardim Zoológico e praças para servir a população conforme os novos conceitos higiênicos. Contudo, como salienta a autora, a oferta de novos bens públicos não teve correspondência nos arraigados hábitos da população, contribuindo para que esta infra-estrutura permanecesse a serviço da elite.

⁵⁶ A autora observa que a partir de 1920, inicia-se um boom esportivo na cidade, com a criação de vários clubes de futebol, jornais esportivos e o desenvolvimento de outras modalidades esportivas. Vários clubes de futebol, ligados à classe operária, foram criados nos bairros, amenizando sua elitização.

Linhales, ao analisar esta primeira fase do desenvolvimento do esporte no Brasil, do século XIX até o início da década de 1930, considera que o mesmo surgiu a partir de parcela privilegiada da sociedade que se auto-organizou para tal implementação. “Considerando as estruturas e equipamentos necessários à organização dessas entidades, bem como o tempo livre de seus membros, imprescindível para o desenvolvimento das atividades, pode-se supor que tais estruturas ficaram restritas a uma parcela mais abastada da população” (LINHALES, 1996, p. 63).

A elitização, por definição, excluía os negros e mestiços. Entretanto, como o futebol apresentava maior permeabilidade social, forçava a explicitação do racismo. Progressivamente a elite branca dos clubes esportivos, recém fundados, passou a reagir à entrada de jogadores negros e mulatos em seus times, mas como esses mostravam extrema habilidade, eram requisitados para jogar, embora tivessem até que se mascararem com pó-de-arroz, fingindo-se de branco para a elite na platéia (GONSALVES, 1985; SANTOS J. R., 1981, p. 16).

Mario Filho em sua clássica obra *O negro no futebol brasileiro*, argumenta que na década de 1920 boa parte do crédito pelo aumento da popularização do futebol deve-se ao fato dos negros e mestiços passarem a verem seus “irmãos de cor” nos times, apesar do racismo que imperava. Observa-se que este era ainda maior quando se tratava da convocação para a seleção brasileira, pois os dirigentes vedavam a participação de negros e mestiços.

Este *apartheid* permaneceu até a convocação para a Copa do Mundo de 1938, quando o Brasil com um time recheado de negros e mulatos deslumbrou os europeus e obteve o 3º lugar depois de uma discutida eliminação pela Itália nas semifinais. A elitização também se expressava entre as entidades esportivas e seus times como explicado por Santos:

“Os times brancos e ricos trataram de reagir à proliferação dos pobres. A primeira reação foi a indiferença, os times ricos jogando apenas entre si – o que os outros faziam não era foot-ball, não obedecia às regras. Veio, em seguida, quando os times já eram tantos que fora preciso organizá-los em associações, precursores das ligas atuais, a tentativa de

seccionar: os times mais antigos, burguesões, numa associação; os mais novos, proletários noutra. (Em São Paulo, por exemplo, a Liga Paulista de Futebol, para os pobres; a Associação Paulista de Esportes Atléticos, para os grã-finos.)” (SANTOS J. R., 1981, p. 17).

Ação do Estado versus autonomia social

Durante a República Velha a ação do Estado, no nível federal, se limitou a aprovação de regulamentos e decretos versando sobre a implantação de modalidades esportivas em escolas e curso. A literatura consultada não aponta registro de atividades estatais voltadas especificamente ao esporte ou com caráter de política pública para o Setor. O Estado não interferiu e muito pouco apoiou com qualquer forma de recurso, no mais das vezes subsidiou eventos específicos, deixando o desenvolvimento do esporte a cargo de seus interessados que iam se aglutinando em associações e entidades, dentro do puro espírito do liberalismo. Como salienta Santos:

“Não deve ser desconsiderado também o papel do Estado nesta questão. Sob a égide do Estado liberal da 1ª República, os próprios aficionados o criticavam pela ausência de políticas de fomento ao esporte (e à educação física como um todo) Os opositores – exceção feita aos anarquistas – não viam no estado seu maior obstáculo; todavia, pretendiam que ele deixasse de ser liberal, passasse a intervir na questão e combatesse o mal” (SANTOS J. A., 2000, p. 14).

Comparando-se a atuação governamental entre a área de educação e o nascente setor esportivo, observa-se nítida desvantagem deste último. Linhales e Vago ressaltam que esporte e a escola (educação) percorreram caminhos relativamente autônomos entre o fim do século XIX e início do século XX e que somente em meados da década de 1920 o Estado passou a aproximar os dois setores (LINHALES & VAGO, 2003). No nível estadual e municipal a ação estatal foi no sentido de prover instalações mínimas para a prática dos esportes, assim mesmo tais instalações eram de serventia maior às classes sociais privilegiadas, como já ressaltado no estudo de Rodrigues (2006).

Linhales (1996, p. 73-74) observa que os governos passaram a estimular a prática do futebol já no início do século XX. Primeiro, em 1904, buscando substituir a capoeira, marginalizada à época, depois como meio de distração para dificultar mobilizações e

greves operárias, freqüentes entre 1910 e 1917. Iniciou-se então o uso utilitário do esporte para dirimir conflitos sociais. Conclui a autora também pela **autonomia da sociedade** esportiva para organizar-se devido a quatro fatores:

“1) pequena intervenção estatal; 2) baixo nível de conflito entre os grupos ou agremiações esportivas; 3) baixo nível de demanda da população por equipamentos e estruturas para a prática desportiva; 4) ausência de interesses secundários em relação aos resultados, resguardando e favorecendo a dimensão lúdica como elemento motivador das atividades.”
((LINHALES, 1996, p. 68).

A tese da autonomia dos organismos esportivos ao Estado, até o início dos anos 1930, é contestada por Veronez:

“Todas essas iniciativas de cunho privado, “autônomas” para alguns, serão profundamente marcadas pelas relações sociais de produção e pela divisão social do trabalho correspondente à nascente sociedade produtora de mercadorias – o Estado moderno brasileiro –, crivado por contradições [...] condensadas no nível do Estado de forma a não ameaçar a hegemonia das classes dominantes. [...] Nesse sentido, podemos levantar a hipótese sobre a insuficiência dos argumentos utilizados por Linhares para configurar como autônomas as iniciativas no esporte da sociedade nesse período.”
(VERONEZ, 2005, pp. 155-6).

O primeiro fator é confrontado sob o argumento de que o Estado, instrumentalizado tanto pela elite conservadora como pela burguesia progressista, esteve sempre por trás de todos os acontecimentos. Em vez de autonomia, o autor prefere o termo “liberdade” sob particular atenção do Estado, que por ser capitalista é sempre intervencionista. “Aliás, sob o ponto de vista histórico tal argumento (autonomia) mostrou-se retórico e funcional apenas às concepções liberais que julgam tudo o que provém do Estado ruim e ineficiente, e o que provém do privado bom e eficiente (VERONEZ, 2005, p. 157).

Fica claro que Veronez, de linha marxista, situa Linhares entre os liberais (embora me pareça por seus argumentos e teorias adotadas, ter mais afinidade com a linha pluralista) e estabelece um abismo entre as duas análises, pois, por definição, uma linha tem que se

opor a outra.⁵⁷ Curioso, no entanto, que Veronez elenca praticamente os mesmo elementos históricos e seqüência de argumentos que levaram Linhares a optar pela autonomia, ao passo Veronez concede, no máximo, liberdade limitada. Contudo, julgo haver falha no seio do raciocínio teórico, pois, se o Estado intervém controlado pela elite burguesa capitalista, os clubes, associações e demais organizações institucionalizadas de então, representavam esta classe como chamado a atenção por outros estudiosos citados. Como já argumentado, a classe trabalhadora e os pobres estavam à margem, praticando esportes nas ruas, rios, terrenos baldios ao apenas olhando por trás das cercas dos clubes.

Mesmo a ajuda financeira ou isenções fiscais para algumas modalidades ou equipamentos esportivos foram atos isolados e assistemáticos, não impedindo a penúria financeira do esporte nacional que quase inviabilizou a participação internacional de delegações brasileira em competições internacionais e que só teve melhora no final da década de 1930. A subvenção estatal se deu mais ao nível municipal e estadual para a infra-estrutura esportiva (estádios, praças e parques).

Quanto ao segundo argumento, as evidências são pelo conflito. “[...] são conhecidas as desavenças entre as entidades que administravam o esporte, o que acabou por levar o Estado, mais adiante, a intervir neste ‘aparelho’ para preservar os interesses coletivos da

⁵⁷ Depreendo tal posicionamento teórico pelas seguintes passagens: “Neste estudo, seguimos as referências teóricas apontadas por Antônio Gramsci nos Cadernos do cárcere e por Nicos Poulantzas, sobretudo em sua última obra, onde o autor faz uma revisão de análises desenvolvidas em outros estudos.” (VERONEZ, 2005, p. 53). “Portanto, ao analisar as questões que pretendemos responder neste estudo estamos partindo de uma determinada “visão social de mundo”, isto é, uma “perspectiva de classe” do Estado e de suas relações com o esporte.” (VERONEZ, 2005, p. 137). “As análises centradas em macrofundamentos e em interpretações funcionalistas não me levariam muito além de onde já estava. Também não se apresentavam como possibilidades para a superação das hipóteses generalizadas já existentes [...] olhar mais demorado sobre as relações políticas que envolvem o setor esportivo evidenciou que estas encontram-se embrenhadas em uma multiplicidade de atores e de interesses que, no processo de realização de suas metas, interferem permanentemente no resultado do jogo, que nem sempre se pode conhecer a priori [...] incomodava-me prescindir da dimensão histórica. Afinal, sujeitos e interesses não pairam no ar ou no vazio [...] adotei como principal fonte de referência teórico-metodológica a abordagem que leva em conta a ação dos sujeitos, reconhecendo-os em sua racionalidade e capacidade estratégica de processar escolhas [...] Se a Teoria dos Jogos e a Teoria da Escolha Racional apresentam-se como referências teóricas de base - bem como o individualismo metodológico como forma de abordagem - considero necessário destacar que tais referências foram por mim utilizadas a partir de estudos que, na Ciência Política, também recorrem a tais abordagens economicistas, imprimindo-lhes a criticidade necessária ao exercício de combinar a intencionalidade dos agentes à construção de uma teoria analítica da Política. Dentre os autores por mim utilizados, destacam-se Adam PRZEWORSKI, Claus OFFE, Fabio Wanderley REIS, José Murilo de CARVALHO e Wanderley Guilherme dos SANTOS” (LINHALES, 1996, pp. 11-12).

elite esportiva.” (VERONEZ, 2005, p. 160). Linhales reconhece que os conflitos se davam no interior do esporte já institucionalizado (clubes e entre entidades organizadoras), aspecto saliente também nos trabalhos de Sarmiento (2006) e Santos (2000), citados anteriormente e a frente. Observo que, naquele momento, tais atores, estruturados em torno do futebol, representavam quase que a totalidade do esporte em via de consolidação institucional. Aliás, as novas teorias institucionalistas da economia, na linha de Douglass C. North, argumentam que é justamente para diminuir o conflito e os custos de transações que o processo institucional se manifesta.

Argumentos terceiro e quarto carecem de melhor definição conceitual para serem negados ou afirmados, embora Veronez também os negue. A questão da demanda se depara com a definição qual público alvo e qual prática esportiva se leva em consideração. Entre os que passavam a conhecer algum tipo de esporte surgia a demanda, conforme argumento de Bourdieu apresentado anteriormente de que a oferta do esporte cria sua demanda, contudo, quando só ofertado a infra-estrutura, a demanda pode não ser imediata por falta do hábito, como demonstrado no estudo de Rodrigues (2006) para Belo Horizonte. Convém lembrar que, no período em questão, a população rural era ainda muito superior a urbana e desconhecia práticas esportivas institucionalizadas.

Quanto à predominância da competição ou do fator lúdico, é difícil não só separá-los, como, mais ainda, auferi-los. O esporte moderno (institucionalizado) é por definição competitivo, mas possui sua dose de diversão e entretenimento para quem assiste e mais para quem pratica. Assim como o ludismo de uma “pelada” ou “jogo de amarelinha” também tem seu lado competitivo, entre indivíduos e de indivíduos para com eles mesmos.

Pode-se assim resumir o cenário institucional do esporte nacional ao fim da República Velha:

- grande dificuldade financeira para a estruturação do principal esporte nacional, o futebol, e mais ainda para as demais modalidades;
- crise diplomática entre a CBD e demais entidades sul-americanas organizadoras do futebol;

- crônica animosidade política entre as entidades do Rio de Janeiro e São Paulo, o que dificultava o crescimento do esporte no País;
- início dos conflitos entre as entidades esportivas em torno aos valores e conveniências do profissionalismo versus amadorismo;
- forte componente elitista e racista no esporte nacional;
- mínima ação estatal a favor do esporte;
- a autonomia das associações esportivas era tida como a causa dos conflitos entre os grupos dirigentes do esporte.

O início da Era Vargas

As músicas de fim de festa já tocavam no sarau republicano há algum tempo no final da década de 1920. As revoltas tenentistas, o enfraquecimento das oligarquias estaduais, o declínio constante do preço do café no mercado internacional e a crise econômica que abalou o mundo, a rixa na política do café com leite entre as oligarquias paulista e mineira, são fatores que determinaram o golpe militar que conduziu Getúlio Vargas ao poder.

Começava o processo de centralização do poder para de fato operar-se a construção do Estado Brasileiro com base no nacional desenvolvimentismo e no populismo usando como estratégia o “Estado de Compromisso”, definido como a tentativa do governo em agradar simultaneamente a muitos interesses divergentes em função de nenhum ator ou facção de poder ter supremacia sobre os outros, conforme nos apresenta Francisco Weffort (1968), Boris Fausto (1970) e Sonia Draibe (1985).

Para se fortalecer com o populismo, Vargas passou a valorizar as manifestações culturais e as práticas esportivas mais populares, construiu áreas de lazer para as atividades esportivas, incentivou atividades teatrais e cinematográficas, buscando ter maior controle do tempo livre da população. O modelo liberal republicano de produção de bens culturais e esportivos passou, progressivamente, a ser encampado pelo estado.

“Ao incorporar ao conjunto de suas metas e atribuições a Educação Física e a educação eugênica da Nação, com ênfase nas ações sobre a infância e a juventude, o Estado

brasileiro começa, gradativamente, a se ocupar do setor esportivo, que se organizava com expressiva autonomia em relação ao Estado.” (LINHALES, 1996, p. 78).

A evolução do debate sobre o esporte nos anos 1930

Além dos argumentos apresentados até a década de 1920 pelos apologistas e críticos do esporte, a década de 1930 assistiu a intenso debate pedagógico sobre o esporte movido por educadores ligados ao movimento da Escola Nova.⁵⁸ Importante evento, em 1935, foi o VII Congresso Nacional de Educação, promovido pela Associação Brasileira de Educadores - ABE, a partir do qual se percebe a evolução do debate em torno ao esporte. O quadro 7 resume os pontos de vista sobre o esporte apresentados pelos principais participantes.

⁵⁸ O movimento iniciado por educadores na década de 1920 e que ganhou impulso na década de 1930, principalmente após a divulgação do Manifesto da Escola Nova (1932) que propunha a educação ampla, em regime integral, pública, laica e gratuita, imbuída de idéias humanista e concepções liberais de origem européia e norte americana. Pregava o deslocamento do eixo do ensino da escola tradicional, centrado no professor, para o centrado no aluno como melhor forma de formar o homem integral. Escola Nova foi proposta como forma mais efetiva de educar a sociedade e assim modernizar o país, mas foi progressivamente marginalizada durante o Estado Novo.

Quadro 7 - Críticos e Apologistas do Esporte entre 1930 e 1947.

Atores individuais	Esporte com restrições
Fernando Azevedo	Estabelecer limites às práticas e modalidades esportivas segundo o sexo, a idade e a carga de esforço.
João Lyra Filho	Mal necessário que atenua as mazelas da sociedade moderna.
	Nível de competição deve ser controlado para evitar violência.
	Favorece o espírito de coesão social necessária aos projetos do Estado Novo.
Atores individuais	Esporte como fator positivo
Lourenço Filho	Virtudes pedagógicas e de controle social (tempo livre) que seria de ajuda no aumento da eficiência produtiva da população.
	Desenvolvimento da iniciativa e do mérito pelo esporte (vitória pelo merecimento, esforço, dedicação).
Diumira Campos de Paiva	Laboratório em que aflora a real personalidade do praticante. O afloramento dos instintos geraria situações de diagnósticos que possibilitaria a correção.
Cyro de Moraes	Formador do caráter.
Arnald Bretas	Na competição esportiva impera a democracia racial.
Mario Queiroz Rodrigues	Desenvolvimento da perseverança, espírito de grupo, lealdade, altruísmo, disciplina e demais elementos que constituem o caráter moral e social dos indivíduos.
Oswaldo Magalhães	Necessária recreação para todos independente de gênero e idade (idéia precursora do EPT, a frente).
Athur Ramos	Adaptar o corpo a nova realidade social.
	Compensar a inação e passividade.
Inácio Rolim	“derivativo social” bom e recomendável a todos, especialmente aos trabalhadores e não mais apenas aos privilegiados.
Atores institucionais	
Igreja	Posicionamento dúbio entre a condenação dos efeitos de violência e desunião e o reconhecimento do bem ao espírito e a saúde.
	Seria bem vindo se o corpo fosse submetido ao controle da alma.
	A simples competição satisfazia apenas a vaidade e a luxúria.
Militares	Fator de disputa política interna ao governo pelo comando da Juventude Brasileira.

Fonte: Inspirado em (SANTOS J. A., 2000).

Neste período, alterou-se também o principal paradigma de apoio à Educação Física. Se no início da era Vargas ainda ecoava o discurso da revitalização da raça e o anátema aos jovens fracos e preguiçosos, no Estado Novo se fortaleceu o argumento do descompasso entre o sedentarismo da sociedade urbano-industrial e a necessidade da espécie humana ainda produzir alta carga de movimento e esforço físico para manter a máquina corporal saudável.

O Profissionalismo e nova divisão no futebol

Na metade da década de 1920, as entidades nacionais passaram a enfrentar problemas motivados pela questão do profissionalismo, pois alguns clubes remuneravam jogadores de forma escondida, situação a que os jornais da época chamavam de "falso amadorismo" ou "profissionalismo marrom" (FRANZINI, 1998). Tal prática afrontava o espírito amadorístico e os valores burgueses que o compunham, deixando em desvantagem os clubes que não o faziam.

A crescente popularização do futebol incendiou o debate que dividiu dirigentes e aficionados em duas correntes: os **pró-profissionalização** e os **amadoristas**, também chamados de puristas. As dissidências e a formação de ligas rivais se deu tanto em São Paulo, em 1926, como no Rio de Janeiro, em 1933.

O movimento pró-profissionalismo se espalhou a outros estados que unindo forças com São Paulo e Rio de Janeiro fundaram, ainda em 1933, uma nova Federação Brasileira de Futebol (FBF), rivalizando com a CBD. Configurou-se novamente a divisão e a volta à antiga rivalidade, entre coalizões de grupos paulista com cariocas de 18 anos atrás. A CBD era contra a formalização do profissionalismo, mas a questão foi agravada por dois fatores: primeiro, o interesse crescente de clubes estrangeiros (italianos, argentinos e uruguaios) em contratar atletas brasileiros causando, nos últimos anos do amadorismo, a fuga de inúmeros jogadores dos clubes brasileiros; segundo, a política de valorização do trabalhador do Governo Vargas que tornava difícil não reconhecer a prática do futebol nos clubes como profissão.

Outro ponto de pressão a favor da profissionalização veio dos próprios jogadores que buscavam o apoio às suas reivindicações de melhores condições de trabalho e alguma forma de proteção contra diversos tipos de explorações por parte dos dirigentes. Como destaca Toledo, ficou conhecido o livro "Grandezas e misérias do nosso futebol", de 1933 e escrito por um jogador, Floriano Peixoto, denunciando as condições precárias inerentes à profissão, principalmente os pertencentes à classe pobre, que eram a grande maioria (TOLEDO, 2000, p. 16).

A questão foi mediada e resolvida pela intervenção do Estado, em 1933, a favor da profissionalização de certas modalidades, entre elas o maior ponto de divergência, o futebol. “Chamado de ‘amadorismo marrom’, o profissionalismo por longo tempo esteve no centro das discussões acerca do esporte: para os puristas era um desvio infame, para os concordes, um meio legítimo de ganhar a vida.” (SANTOS J. A., 2000). A divisão entre pró-amadorismo e pró-profissionalismo e as ligas paulistas e cariocas pode ser esquematizada no quadro 8.

Quadro 8 - Coalizões: amadorismo - profissionalismo.

	Amadorismo	Profissionalismo
Paulistas	LAF (1926) ←	APEA
Cariocas	AMEA →	LCF (1933)
Entidades nacionais	CBD	FBF

Fonte: Inspirado em (SARMENTO, 2006, pp. 44-9). Setas em vermelho dão o sentido da dissidência.

O apelo amadorista foi em realidade uma estratégia da camada dominante e de seus atletas para evitar que plebeus, principalmente negros e mestiços, adentrassem a esfera até então reservada à elite. Fato que reforça a existência do racismo. O principal ponto a favor deste argumento é o fato de o tênis, até recentemente tido como esporte de elite, ter sido também profissionalizado, no mesmo momento sem sofrer maiores oposições, pois a profissionalização deste esporte não representava ameaça por ser modalidade inalcançável aos “inferiores”. Observo que este comportamento está conforme o teorizado por Bourdieu no aspecto da manutenção pelas elites de suas áreas de atuação e relação de dominância.

Embalada pela profissionalização, a FBF se propôs a organizar o campeonato nacional entre times, dando início ao tradicional torneio “Rio-São Paulo” e no mesmo ano entrou na seara da CBD ao realizar também o de seleções estaduais. A CBD reagiu procurando “dividir para governar”. Tentou articular a fundação, em São Paulo, da Federação Paulista de Futebol (FPF), dentro ainda dos preceitos amadoristas, visando enfraquecer a APEA. Entretanto, a própria CBD sucumbiu a força do profissionalismo ao

“subsidiar” profissionais para poder compor o selecionado para a Copa do Mundo de 1934, na Itália (PINTO FILHO, 2008). A reunificação da direção nacional do futebol viria se dar somente em 1941, com a reorganização feita pelo Estado Novo.

A reação das demais modalidades olímpicas

Enquanto o futebol se profissionalizava, os esportes olímpicos, sem a mesma possibilidade, ficaram ao largo e com crônica dificuldade financeira para seu mínimo sustento. Quando da preparação da delegação brasileira para os Jogos Olímpicos de Paris, em 1924, a CBD se declarou sem condições financeiras para o envio dos atletas. As federações tiveram que recorrer a doações privadas para o envio de uma delegação reduzida com apenas 11 atletas. (SARMENTO, 2006, p. 3).

O Brasil sequer participou dos jogos de Amsterdam, em 1928. Para os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1932, o governo disse não dispor de orçamento e o envio dos atletas, que não dispunham de recursos próprios, foi feito em navio cargueiro de café onde os atletas até trabalharam para manter a carga em condições de venda e assim custear a viagem (COB, 2008A).

Em 20 de maio de 1935, constatando o abandono do projeto COB desde sua criação em 1914, os dirigentes de outras modalidades olímpicas, apoiados por membros do COI, refundaram o antigo COB. Porém, a CBD tinha assumido o papel do antigo COB. Resultado: duas entidades organizaram e enviaram delegações para a Olimpíada de Berlin, em 1936, criando sério problema ao COI (COB, 2008B).

Após a olimpíada, os dissidentes voltaram a carga com a proposta de descentralização e especialização do esporte baseado em federações específicas para cada modalidade, esvaziando o poder organizacional da CBD que ficaria apenas com a função burocrática de representação internacional. Este movimento ia contra o processo de centralização de Vargas e contribuiu para reforçar o desejo de intervenção estatal no esporte.

O nascimento da mídia esportiva nacional

A crescente popularização do futebol e em menor escala de outras modalidades propiciou o crescimento da mídia jornalística esportiva, interessada em aumentar os adeptos dos esportes e o número de potenciais leitores. As publicações dedicadas ao esporte passaram de 5, em 1912, para 58, em 1930 (SUSSEKIND, 1996, p. 22).

Na cidade de São Paulo, jornais como O Estado de São Paulo e Diário de São Paulo passaram a ter uma seção esportiva. O caso da Gazeta é mais ilustrativo. Iniciada em 1928, sua edição semanal passou em fins dos anos 30 a circular três vezes por semana, com novo nome: A Gazeta Esportiva; em 1947, tornou-se diário (FRANZINI, 1998).

No Rio de Janeiro, o primeiro jornal especializado, o Jornal dos Sports, foi fundado em 1932. Em todos estes veículos, os editoriais e comentaristas participavam ativamente da discussão sobre questões como a participação privada e pública, a regulamentação pelo Estado e do tipo de regulamentação apropriada (SANTOS J. A., 2000, pp. 167-180). Os jornais ganharam o apoio do rádio, onde se destacou o pioneirismo da PRAR - Rádio Record de Paulo Machado de Carvalho, que a partir de 1931, popularizou o rádio em linguagem cotidiana (ADAMI, 2004).

O que concluir do período?

Um resumo para o período por uma análise qualitativa tradicional poderia ser a seguinte: o nascimento do esporte no Brasil foi objeto de acalorado debate sobre seu impacto na formação do caráter dos indivíduos. Por consequência foi tido, desde o início, como instrumento privilegiado de formatação do caráter e biofísico da raça ou nação segundo os princípios higiênicos-eugênicos, dominantes na intelectualidade de então.

A aparente vantagem do pluralismo de ações privadas (associações e pequenos clubes) do início do século viu-se logo comprometida pela carência de apoio governamental para seu sustento ou prejudicada pelas rivalidades entre seus dirigentes, caso mais evidente no futebol. O tema em questão para a tese, a política pública para o esporte,

não aparece nos debates, muito menos a crítica ao elitismo e ao racismo. Pelo contrário, o primeiro era entendido como necessário e o segundo como normal, principalmente entre os que defendiam o amadorismo. Posição que sofreu primeira intervenção contrária, a favor do profissionalismo.

O olhar pela *ACF* me diz o seguinte: pode se observar apenas indícios dos princípios (estrutura) da *ACF* neste período inicial de desenvolvimento do esporte correspondendo ao início do século passado. Os grupos ou correntes que se opuseram em torno ao tema do desenvolvimento do esporte (apologistas e críticos), depois sobre o uso das teorias higienistas-eugenistas (fatalistas e intervencionistas) e finalmente sobre profissionalização do futebol (amadoristas e os profissionalizantes) não se constituíam em verdadeiras coalizões, pois faltou-lhes caráter mais amplo e dispunham apenas de atores individuais tentando construir protótipos de organizações.

Contudo, os agrupamentos já demonstravam a presença da estrutura de crenças formatadas por conjunto de valores, bem como apresentavam alto grau de conflito quando seus valores centrais eram confrontados pelos oponentes. A razão principal de não conseguirem ainda se constituírem em coalizões foi a não existência de um subsistema, ou área específica de política pública, meio natural para a existência destas.

Que política pública foi implantada ou alterada? Nenhuma, tudo ficou reduzido ao debate e a ajudas esporádicas do Estado ao esporte. Os atores não conseguiram traduzir seus desejos em ação governamental com exceção da autorização para a profissionalização de algumas modalidades, causada por reativa necessidade econômica (evento externo dinâmico), já no início da era Vargas.

Com o próximo capítulo busco apresentar as bases e características da implementação da política pública do esporte no Brasil e sua evolução, dentro de um mesmo modelo que perdurou por décadas, até seu ponto de ruptura.

Capítulo 4

A Implantação da política pública de esportes

O primeiro movimento no sentido da intervenção no setor esportivo deu-se em novembro de 1936, com a eleição de Luiz Aranha, irmão de Oswaldo Aranha e então Ministro da Justiça, para o comando da CBD. Luis Aranha foi a favor da profissionalização para o futebol e do amadorismo para as demais modalidades. Em meados de 1937, os próprios dirigentes de ligas promoveram movimento de unificação pelo profissionalismo, estabelecendo a FBF como entidade nacional, filiada a CBD, sendo essa a representante internacional de várias modalidades de acordo com o modelo de pacificação pela especialização das modalidades, mas de centralização na CBD, proposto por Aranha e com apoio do governo federal (SARMENTO, 2006, pp. 58-9).

Em ambiente de crises, dissidências, e mesmo assim de crescimento do esporte nacional, passou a se destacar as críticas e propostas do jornalista de A Gazeta, Tomáz Mazzoni. Ele propôs a regulamentação pelo Estado, não apenas da estrutura do sistema esportivo, mas também da forma de administração dos clubes, da conduta de dirigentes e de jogadores e mesmo do comportamento dos torcedores.

Acreditava que os problemas estavam vinculados ao excesso de liberalismo que permitia o livre agrupamento e desorganização. O problema se fazia maior no futebol, onde clubes insatisfeitos cindiam a organização e criavam novas entidades e campeonatos rivais, dividindo a força e a atratividade do esporte para o público. Denunciava o “clubismo”, a indisciplina, a politicagem, o suborno e a impunidade reinante entre dirigentes e clubes.

O jornalista discursava ao Estado e ao mesmo tempo como seu porta-voz, confiando na isenção e onisciência do mesmo. Defendia o mercado e a profissionalização, especificamente para o futebol por tê-lo como espetáculo. Em certo sentido antecipou idéias do atual modelo de “clube-empresa”. Como outros apologistas, tinha o esporte como instrumento educativo e de construção da nação, desde que conduzido por estrutura rígida, hierárquica, tecnicista, apolítica e diretamente vinculado ao Estado que indicaria os dirigentes.

O Estado Novo e a estatização do esporte

A Implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, redirecionou os rumos da ação estatal para o setor esportivo. O Estado reconheceu a crescente importância do esporte para a população, principalmente o futebol, bem como os interesses e os conflitos entre as elites envolvidas em sua administração. Como nos demais setores, o Estado chamou a si a responsabilidade de normatizar, controlar e utilizar as entidades esportivas de acordo com a sua orientação ideológica nacionalista. Na nova ordem política, o esporte é alçado categoria de importante instrumento do Estado para seu processo de legitimação do projeto de desenvolvimento econômico e social do País.

Os ideólogos do regime perceberam a importância de se ampliar o discurso de que o esporte expressava genuinamente o espírito nacionalista e **procuraram** criar instrumentos que garantissem que o Estado pudesse controlá-lo e dirigi-lo de acordo com seus interesses, tal como já fazia em outros setores de intervenção estatais, seguindo o modelo centralizado e hierarquizado que caracterizaria o período.

A veia nacionalista manifestou-se cedo, com o Decreto-Lei n.º 383, de 18 de abril de 1938, conhecido como Lei da Nacionalização, e que teve por objetivo limitar e adequar a ação de clubes e sociedades de ascendência estrangeira, conforme Art. 2º transcrito abaixo:

Art. 2º É-lhes vedado especialmente:

1 – Organizar criar ou manter sociedades, fundações, companhias. **Clubes** e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda e a difusão, entre os seus compatriotas de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos de país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes ou **agentes da sociedade**, fundações companhias, **clubes** e quaisquer estabelecimento desta natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou sua direção.

A consequência foi uma onda de xenofobia que obrigou inclusive a mudança nos nomes de diversos clubes (MACEDO, SILVA, & CAPRARO, 2003, grifo meu).⁵⁹

A Educação Física nos planos do Estado

Segundo Castellani, o Estado Novo viu na Educação Física a possibilidade de implementar dois projetos políticos ideológicos específicos, já então bastante discutidos no meio intelectual e político: primeiro, o **Higiênico e Eugênico**, para a melhoria da taxa “brancos / (negros, índios e mestiços)”; segundo, o preparo do **Corpo Produtivo**, que por meio da eugenia iria melhorar a capacidade de defesa da Pátria frente a inimigos internos e externos, bem como iria incorporar valores de disciplina e organização que implicavam em melhor preparo da força de trabalho industrial.

“[...] a Constituição de 1937, outorgada a partir da instituição do Estado Novo, contemplava em seu artigo 129, o princípio da responsabilidade do Estado para com o ensino profissional — materializada através da Reforma Capanema [...] a Educação Física foi contemplada como sendo matéria obrigatória a ser oferecida pelos estabelecimentos de ensino e cumprida por todos os alunos até 21 anos de idade, buscando-se dessa forma, atender ao preceito constitucional contido em seus artigos 131 e 132 referentes à promoção do adestramento físico (sic) necessário ao cumprimento — por parte da juventude — ‘de seus deveres com a economia’” ((CASTELLANI FILHO L. , 1999, p. 21).

A inclusão da Educação Física pela primeira vez em Carta Constitucional, artigo 131 da CF de 1937, resultou da importância que militares e intelectuais ligados ao governo Vargas, atribuíam a esta disciplina e a necessidade de seu desenvolvimento no País, aspecto também ressaltado por Melo: “Mas o desenvolvimento da educação física brasileira era uma questão de tempo, pois estava também diretamente ligada, entre outros, aos interesses governamentais de um estado de exceção.” (MELO V. A., 1996,

⁵⁹ Para listar alguns casos: os Palestras Itália de São Paulo e de Belo Horizonte foram respectivamente alterados para Sociedade Esportiva Palmeiras e Cruzeiro Esporte Clube. Na cidade de São Paulo, o Germânia tornou-se Pinheiros, o Clube Alemão mudou para Yacht Clube Santo Amaro, o Espéria tornou-se Floresta e mais tarde voltou a nome original (SYMAP, 2008).

p. 31).⁶⁰ Prova disso é que foi a única disciplina a contar com um órgão próprio ligado ao Departamento Nacional de Educação, órgão do Ministério de Educação e Saúde.

Lenharo, em síntese das teses presentes nos textos de Educação Física sobre a época, ressaltava três principais aspectos presentes na ideologia estadonovista: a) moralização do corpo pelo exercício físico; b) o aprimoramento eugênico incorporado à raça; c) a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho (LENHARO, 1986, apud TUBINO, 1987, p. 38).⁶¹

As práticas esportivas condensavam o ideal de identidade nacional e o adestramento físico tornou-se questão de segurança nacional. Razão pela qual o Estado se pôs à tarefa de garantir o adestramento físico e a capacitada de recuperação e de manutenção da força de trabalho, procurando melhorar a saúde e promover a homogeneização da raça (RODRIGUES C. C., 2005).

No esforço de estruturação do setor esportivo institucionalizado, o Estado já havia sancionado a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que em seu artigo 12 criou a Divisão de Educação Física, sob o Departamento Nacional de Educação, pertencente ao Ministério da Educação e Saúde Pública (BRASIL, 1937). Sendo este o primeiro órgão estatal relacionado ao esporte, com função administrativa para a área de Educação Física e que foi dirigido na maior parte do tempo, até 1970, por militares (VERONEZ, 2005, p. 174).

O Decreto Lei n.º 526/38 instituiu o Conselho Nacional de Cultura, encarregado da “coordenação de todas as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural, realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde ou sob o seu controle ou influência” tendo como uma de suas atividades a Educação Física, entendida como ginástica e esporte (BRASIL, 1938A). Também importante foi o Decreto-Lei n.º 1.212, de 17/04/1939, que criou na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física

⁶⁰ Constituição Nacional de 1937. Artigo 131: “A Educação Física, o Ensino Cívico e os Trabalhos Manuais, serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça àquela exigência”. Artigo 132: “O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim, organizar para a juventude, períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação”.

⁶¹ LENHARO, A. 1986. *Sacrilização da Política*. 2 ed. Campinas: Papirus.

e Desporto – ENEFD, atualmente integrada a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), base para o primeiro currículo de formação de profissionais, universitários, de Educação Física e Esporte no Brasil (BRASIL, 1939).

“Ela será, antes do mais, um centro de preparação de todas as modalidades de técnicos ora reclamados pela educação física e pelos desportos. Funcionará, além disso, como um padrão para as demais escolas do país, e, finalmente, como um estabelecimento destinado a realizar pesquisa sobre o problema da educação física e dos desportos e a fazer permanente divulgação dos conhecimentos relativos a tais assuntos.” (MARINHO, 1952, p. 51).

Melo, apesar de reforçar a importância de contribuições, observa a interessante separação dentro do quadro de docentes da ENEFD, formado basicamente por médicos e militares. Tal separação demonstra a diferença de valores atribuídos aos aspectos teóricos e práticos dentro das duas correntes.

“[...] os médicos ficaram ministrando as disciplinas mais diretamente ligadas a *teoria* (anatomia, fisiologia etc...), enquanto os segundos ligados as *práticas* (treinamento desportivo, desportos, ginástica etc...). Em um primeiro momento, pelo prestígio político que tinham no momento histórico nacional, militares ficaram responsáveis pela direção da ENEFD, mas logo médicos passaram a ocupar os cargos de direção e a redimensionar a estrutura da ENEFD.” (MELO V. A., 1996, p. 27)⁶²

A Educação Física percorreu caminho específico, com certa autonomia em relação a outras áreas de conhecimento devido ao desenvolvimento do esporte, ao prévio trabalho dos militares, o interesse dos mesmos em também alcançar a cátedra nesta área e pela considerável influência destes sobre o governo Vargas durante o Estado Novo e mesmo depois. (MELO V. A., 1996, p. 34).

⁶² O trabalho de Melo foca justamente a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desporto – ENEFD, em grande parte devido aos esforços de militares e de médicos militares, como escola civil, mas sob tutela militar: “Assim, em cerimônia com características marcadamente militares, os militares passam para uma Escola dirigida por outro militar, e que continha no seu corpo docente grande número de militares e policiais, a responsabilidade de conduzir uma possível educação física civil.” ((MELO V. A., 1996, p. 41).

Segundo Betti (1991, p.85), a explicação para o interesse do governo Vargas pela Educação Física na escola, chegando mesmo a explicitar sua obrigatoriedade em todas as reformas do ensino ocorridas entre 1930 e 1946, com exceção da Reforma Campos no ensino comercial, é que a Educação Física foi percebida como meio eficaz de introjetar, nos jovens, os valores morais e cívicos pregados pelo Estado. Para tanto, nada mais apropriado do que reforçar o uso do método francês de Educação Física, implantado no ensino secundário desde 1931 e depois para os demais graus durante o Estado Novo.⁶³

“O método francês, assim como os demais, também tinha como núcleo central um conteúdo anátomo-fisiológico, com base na ciência e, como eles, também cultuava o esforço individual, a disciplina, a formação de hábitos, adaptação da ordem vigente, a obediência e a preparação para o trabalho [...] o grande diferencial deste método está na sua abordagem pedagógica, que além do físico visava o aperfeiçoamento moral e a disciplina, incluindo em seus conteúdos jogos e esportes.” (GOYAZ, 2003, p. 46).

O peso do futebol

Simultâneo aos primeiros atos legais institucionais, ainda em 1938, o futebol volta a ser objeto das atenções governamentais. A CBD havia conseguido formar uma equipe competitiva de profissionais, muitos deles negros, para a Copa do Mundo na França e Vargas desejava capitalizar politicamente o sucesso nos campos, inclusive enviando radialista oficial para a transmissão dos jogos.

“Foi só, contudo em 1938, consolidado o Estado Novo, que a CBD tornou-se uma ‘agência de poder’. A Copa do Mundo foi um teste: o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, da inteira confiança de Getúlio tinha na presidência da CBD o seu irmão Luís Aranha; o Embaixador Souza Dantas, na França, recebeu ordem expressa de oferecer à seleção todo o apoio e conforto que precisasse – o que fez de nariz torcido, pois o Itamaraty nunca quis preto (jogadores) representando o Brasil.” (SANTOS J. R., 1981, p. 53).

⁶³ O método francês teve concorrência da ginástica calistênica ou calistenia, desenvolvida por americanos com base no método sueco e propagada pela ACM, tendo sido defendida por Ruy Barbosa, como melhor método de Educação Física para o sexo feminino (GOYAZ, 2003, p. 48).

A perda na semifinal para o time italiano, já campeão em 1934, abalou o País. Mesmo Getúlio Vargas sentiu o impacto sobre o que já era considerado “patrimônio nacional”, registrado em seu diário: "Despacho com os ministros militares. Não houve audiências. O jogo de football monopolizou as atenções. A perda do team brasileiro para o italiano causou uma grande decepção e tristeza no espírito público, como se se tratasse de uma desgraça nacional." (VARGAS, 1995, pp. 140, vol II).

O 3º lugar conseguido pelo Brasil foi considerado como uma façanha na época pela imprensa nacional e internacional, o que ajudou a soterrar os argumentos dos críticos ao profissionalismo. Segundo Gilberto Freire, o mulatismo do futebol brasileiro, com seus floreios foi a expressão da dança dionísica a se impor ao metódico apolíneo futebol europeu (FREYRE, 1967, pp. 432-433). “Se o futebol já era popular e mobilizador, a partir dos anos 30 passa a ser utilizado de modo sistemático pelos governantes como forma rápida de atingir ‘as massas’, mas para isto tinha que ser definitivamente incorporado à nova ordem institucional.” (FRANZINI, 1998).

O DL 3.199

O primeiro ato legal, inteiramente dedicado ao esporte, foi o Decreto-Lei n.º 1.056 de 19/01/1939 que em seu Artigo 2º criou a Comissão Nacional de Desporto, que teve por objetivo “realizar minucioso estudo do problema dos desportos no país, e apresentar ao Governo Federal, no prazo de sessenta dias, o plano geral de sua regulamentação” (BRASIL, 1939). Tal comissão elaborou o Código Nacional de Desporto e proveu subsídios para a elaboração do Decreto-Lei n.º 3.199.

O segundo e mais importante ato legal, considerado o marcou inicial da ação estatal sobre o esporte no Brasil, foi o Decreto-Lei n.º 3.199, de 14/04/1941, que iniciou com a frase: **“estabelece as bases da organização dos desportos em todo o país” por meio principalmente do Conselho Nacional de Desporto – CND.**⁶⁴ O CND foi instituído com o objetivo de garantir a orientação nacionalista, controlar e unificar as entidades

⁶⁴ Há divergência de informações sobre a presidência do CND para o período do Estado Novo, Manhães (2002, p. 38) afirma ter sempre sido de João Lyra Filho, já Sarmento (2005, p. 66) a coloca com Luiz Aranha que acumulou o cargo com a presidência da CBD até 1943 quando se afastou das duas entidades, sendo substituído no CND por Lyra Filho. Já o Atlas do Esporte cita Lira Filho na presidência entre 1944 e 1950 (COSTA L. P., 2006, p. 3.49).

esportivas, unificar regulamentos e dirimir conflitos. O CND foi criado pelo artigo 1º e sob o Ministério da Educação e Saúde, com as seguintes atribuições dadas pelo artigo 3º:

“Art. 3º Compete precipuamente ao Conselho Nacional de Desportos:

- a) estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais;
- b) incentivar, por todos os meios, o desenvolvimento do amadorismo, como prática de desportos educativa por excelência, e ao mesmo tempo exercer rigorosa vigilância sobre o profissionalismo, com o objetivo de mantê-lo dentro de princípios de estrita moralidade;
- c) decidir quanto à participação de delegações dos desportos nacionais em jogos internacionais, ouvidas as competentes entidades de alta direção, e bem assim fiscalizar a constituição das mesmas;
- d) estudar a situação das entidades desportivas existentes no país para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal, e ainda fiscalizar a aplicação dessas subvenções.” (BRASIL, 1941A).

O CND teve como componentes pessoas também ligadas a CBD, dada a força que a antiga entidade tinha dentro do governo, força reforçada pelo fato de ter sido a única confederação eclética criada pelo DL 3.199. Decreto que também atendeu ao anseio dos dirigentes das demais modalidades que haviam criado o novo COB, em busca da necessária especialização por modalidades e para garantirem maior apoio aos demais esportes. No mundo do futebol, os dirigentes da FBF foram alocados dentro da nova CBD e os casos de múltiplas ligas nos estados foram forçados à unificação.

Segundo Mello Filho (1995, p.17), o DL 3.199 foi elaborado para modelar e imprimir ao esporte “a farsa ou a força de que se imbuíam as místicas totalitárias”. Tal mística foi também referida pelo saudoso João Saldanha em seu prefácio ao trabalho de Manhães:

“Sobre o esporte também se abateu o tenebroso inverno. Um decreto, o de número 3.199, de 1941, apareceu como lei básica. Qualquer clube, mesmo o da esquina de um bairro de qualquer cidade, estava sujeito obrigatoriamente a um registro. Este registro só era

possível se o estatuto do clube (ou clubinho) estivesse feito os moldes do estatuto padrão do CND, órgão criado para se sobrepôr a toda e qualquer organização esportiva do país. O presidente deste órgão nomeado diretamente pelo Presidente da República ou pelo Ministro da Educação, se transformava num ditador absoluto que se arrogava até o direito de transformar e inverter resultados ou, principalmente, de legislar de acordo com conveniências particulares a favor de clubes ou entidades. Um autoritarismo absoluto” (SALDANHA, 2002, p. 11).

Lyra Filho, em sua obra sobre Direito Esportivo (1952) deixa claro a seqüência de atos e objetivos do Estado ao intervir no setor esportivo. Tido como mentor intelectual do DL 3.199 e do CND, foi taxativo ao justificar a necessidade de estatização do setor esportivo por meio deste modelo *top-down*, bem como explicita a divisão entre coligações de grupos já referidos anteriormente e o foco principal do decreto sobre as questões do futebol.

“Em 1941, a razão do Decreto n.º 3.199, foi o abastardamento das atividades desportivas. Precisava-se pôr ordem na vida desportiva. Até então, só havia amadorismo. Veio o profissionalismo e iniciou-se uma briga geral. Quiseram extinguir a própria CBD. O grupo do profissionalismo, liderado pelo Sr. Arnaldo Guinle, do Fluminense, não admitia entidades ecléticas. Chegou a criar a CBF. Só que a CBD estava filiada à Fifa. Arnaldo Guinle lutou para que a Fifa desfiliasse a CBD e atraísse a CBF. Argumentava como o fato verdadeiro de que o maior número de clubes de futebol estava subordinado a CBF, que a CBD já não representava o futebol brasileiro. No meio de tudo, a CBD procurou tirar jogadores de clubes não-filiados a ela para formar uma seleção. Daí houve um tumulto nacional. Foi impossível organizar um selecionado brasileiro. Os grandes clubes realmente estavam com a CBF e caiu vertiginosamente, jogando contra equipes de terceira categoria. Urgia disciplinar e pacificar o desporto brasileiro.” (LYRA FILHO, sem data, apud MANHÃES, 2002, pp. 36-7).⁶⁵

O Estado Novo procurou, com o DL 3.199, além de controlar as entidades da sociedade civil dedicadas ao esporte, justificar a necessidade de discipliná-lo e pacificá-lo. Para tanto, o pluralismo, a autonomia, o conflito e o poder estatutário que o caracterizavam, eram elementos incompatíveis com a verticalização, centralização, intervenção e

⁶⁵Entrevista dada ao autor. Onde Lyra Filho cita CBF, em outras fontes aparece como FBF (Federação Brasileira de Futebol).

controle das funções necessárias a harmonia e aparelhamento do Estado Novo (CASTELLANI FILHO L. , 1999, p. 22).

Linhales argumenta que o discurso do Estado para justificar o decreto foi a necessidade de **disciplinar e ao mesmo tempo democratizar o setor esportivo, até então restrito à elite, cabendo ao Estado o papel de árbitro dos conflitos**. A autora observa que dentro do modelo de governo caracterizado por três dimensões: o nacionalismo, a modernização e o corporativismo, este último, tal como no sindicalismo, teve mais impacto na área esportiva ao ser usado para sufocar o pluralismo e autonomia das organizações sociais, a diversidade de interesse e o conflito, elementos caracterizados pela ideologia do Estado como barbárie e anarquismo, próprias do “laissez-faire”.

Compatível com a estrutura da *ACF* é a identificação, por Linhales, de quatro projetos atrelados a grupos que buscaram realizar seus interesses dentro da máquina varguista: a) **segurança nacional**, aplicado pelos militares aos diferentes setores da vida social a partir do Ministério da Guerra; b) **reforma institucional** para o fortalecimento do Estado, sob controle direto de Getúlio e que reestruturou as relações Estado-sociedade em princípios corporativistas e autoritários; c) **higienista-eugênista**, ideologia comum a muitos intelectuais no governo (já apresentado); d) **reforma educacional** para a adaptação da educação brasileira às necessidades do desenvolvimento do capitalismo, sob comando de Gustavo Capanema e que incluía a força da Igreja e de outros grupos escolares (LINHALES, 1996, pp. 81-4).

As diferenças entre a área de segurança e a educacional pode ser observada já em 1937, quando a Secretaria Geral do Conselho Segurança Nacional elaborou projeto de lei prevendo a criação do Conselho Nacional de Desporto, ao que reagiu o Conselho Nacional de Educação propondo também plano nacional de educação abrangendo a área de esporte (MELO V. A., 1996, p. 32; MELO V. A., 2007).

Veronez reafirma o novo padrão de intervenção estatal no esporte como: totalitário, centralizado, burocrático e corporativista, no qual o governo expande seu domínio ao criar ou intervir em aparelhos para reproduzir relações de dominação/subordinação do capitalismo, justificando a desorganização e a indisciplina até então reinantes

(VERONEZ, 2005, p. 170). Sendo mais específico com o pensamento do autor na questão da disciplina:

“É no sentido de contribuir para eliminar uma determinada estrutura de poder, valores sociais e relações de produção a ela associados, substituindo-os por outros que estejam de acordo com as necessidades de uma nova sociedade produtora de mercadorias, que o esporte será instrumentalizado como elemento disciplinador, promotor do nacionalismo e de específicos valores morais e cívicos (VERONEZ, 2005, p. 177).

Santos (2000, p. 196) ressalta que a discussão e disposição do uso do esporte como fator educacional não foi alterado pelo advento do Estado Novo. Neste período novas idéias amadurecidas nas décadas anteriores deixaram o plano intelectual para serem testadas na realidade educativa (HEROLD JUNIOR, 2005, p. 238). Já Tubino (1996, p. 45) observa que união entre esporte e a educação, operada pela reforma de Francisco Campos, em 1931, sofreu ruptura com o DL 3.199 ao separar o esporte e a Educação Física, conforme desejo do Ministro Gustavo Capanema, embora permanecendo ambas as áreas ainda sob o Ministério da Educação e Saúde Pública. Para Capanema não havia dúvida que o esporte se constituía em importante elemento do sistema educacional, elemento contemplado pela alínea “a” do artigo 3º do DL 3.199.

Seminal é o trabalho de Manhães sobre a política do esporte do Estado Novo. Demais autores citados neste trabalho se apóiam e/ou rebatem conceitos e teses desse autor devido seu pioneirismo na área. Ele estrutura sua análise de inspiração gramsciniana⁶⁶ com base em cinco categorias discursivas: disciplina, nação, cultura nacional, energia nacional, moral e cívica, extraídas da legislação, documentos do período e entrevistas com protagonistas, posteriormente resumidas a três: disciplina, nacionalismo e o moral e cívico (MANHÃES, 2002, pp. 23-8).

O autor identifica e registra o discurso da disciplina em várias falas e documentos governamentais, como na exposição de motivos do projeto do DL 3.199 que reconheceu

⁶⁶ “[...] a política do Estado, em qualquer campo da vida, corresponde à interação entre conflitos sociais concretos, entre visões de mundo ou hegemonias concretas, no seio do bloco dominante, e entre esse e as classes subalternas e, ainda, entre o aparelho de Estado e a sociedade civil. Conflitos estes que se desdobram em movimentos sociais que objetivam direcionar e redirecionar a sociedade em geral e/ou instituições específicas, como as do esporte, por exemplo. Ou seja, conflitos que correspondem a lutas entre hegemonias.” (MANHÃES, 2002, p. 20).

a importância da prática esportiva e do êxito brasileiro em competições internacionais (futebol). O documento foi ao cerne da questão ao identificar a “falta de organização geral e adequada, que lhes imprima a disciplina necessária à sua correta prática, conveniente desenvolvimento e útil influência na formação espiritual e física da juventude.” (MANHÃES, 2002, p. 29).

Para haver disciplina, pensava-se também que não poderia haver conflito, e, para tanto, foi implementado o modelo corporativista. A despeito da variedade teórica sobre este conceito (corporativismo, neo-corporativismo, corporativismo-pluralismo, corporativismo estatal, etc.) e das experiências de sua prática, desde a Itália de Mussolini, a Alemanha de Hitler, países asiáticos, o Brasil de Getúlio e mesmo os EUA de Roosevelt na era do *New Deal*, adoto a definição de Schmitter para o neo-corporativismo como a que melhor se adapta a criação do sistema esportivo brasileiro.

“[...] a system of interest representation in which the constituent units are organized into a limited number of single, compulsory, non-competitive, hierarchically ordered and functionally differentiated categories, recognized or licensed (if not created) by the state and granted a deliberate representational monopoly within their respective categories in exchange for observing certain controls on their selection of leaders, and articulation of demands and supports.” (SCHMITTER, 1979, p. 13, grifo meu).

Esta é a mesma definição adotada por Edson Nunes em seu trabalho sobre as quatro gramáticas – corporativismo, clientelismo, insulamento burocrático e universalização de procedimentos – que configuraram o desenvolvimento do País entre as décadas de 1930 e 1960. O caso brasileiro é mais propriamente qualificado por diversos autores como um corporativismo estatal.

“Na década 30, a legislação corporativista surgiu como um esforço para se criar uma solidariedade social e relações pacíficas entre grupos e classes, onde não teriam lugar a tradicional divisão entre partidos políticos nem os erros da ordem economia liberal.” (NUNES, 1997, p. 18).

Como conceito a ser abordado, assumo a definição de clientelismo tal qual posto Nunes.

“[...] sistema de controle do fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses, no qual não há número fixo ou organizado de unidades constitutivas. As unidades constitutivas do clientelismo são agrupamentos, pirâmides o redes baseados em relações pessoais que repousam em troca generalizada. As unidades clientelistas disputam freqüentemente o controle do fluxo de recursos dentre de um determinado território. A participação em redes clientelistas não está codificada em nenhum tipo de regulamento formal; os arranjos hierárquicos no interior das redes estão baseados em consentimento individual e não gozam de respaldo jurídico.” (NUNES, 1997, pp. 41-42).

O acoplamento do setor esportivo ao modelo corporativista fica mais evidente com a reprodução da análise comparada de Manhães como o sistema sindical, conforme quadro 9.

Quadro 9 - Comparativo da ordem corporativista.

Características da ordem corporativa	Síndicato	Esporte
Intervenção e controle	Sujeitos a: alvarás, modelos de estatuto, registros oficiais, controle da contabilidade e da administração e às intervenções diretas.	Sujeitos a: alvarás, modelos de estatuto, registros oficiais, controle da contabilidade e da administração e às intervenções diretas.
Oficialização das entidades	"Exercer funções delegadas do Poder Público" (Carta de 1937).	"Órgão de execução das decisões do CND (Regimento do CND).
Aparelhagem da ordem	Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho.	CND.
Verticalização linear das funções	Por profissão.	Por ramo desportivo.
Harmonia	Linguagem do colaboracionismo nacionalista.	Linguagem do colaboracionismo nacionalista.

Fonte: (MANHÃES, 2002, p. 62).

Manhães crítica a imposição da ordem corporativista em oposição à ordem liberal anterior como sendo uma violência do Estado:

“Não discutiremos o que é mais eficaz em termos operativos diante de tal fato. Pontificaremos, no entanto, que tal realidade em nada impede a existência no nível nacional de diversas entidades, instituições essas que, respeitados os postulados liberais e admitindo o conflito como forma de existir social, disputarão diante da associação internacional o direito à filiação, segundo critérios fixados por ela, codificadores da legitimidade desportiva dos postuladores. (MANHÃES, 2002, p. 35).

Manhães procura demonstrar a intenção plenipotenciária do Estado por meio do CND, o que se percebe pela análise dos dispositivos do DL 3.199. Importante é a observação sobre a subjetividade do termo “disciplina”, deixando ao arbítrio do Estado o que seja e o que não seja. Como reforço a tese de plenos poderes do CND, o autor demonstra a oposição entre as ordens anterior e subsequente ao DL 3.199 conforme quadro 13 a seguir.

Quadro 10 - Comparativo de ordem esportiva e dominante.

Ordem esportiva anterior	Ordem dominante no Estado Novo
Autonomia	Intervenção e controle
Iniciativa privada	Oficialização das entidades
Poder estatutário	Aparelhação da ordem
Pluralismo	Verticalização linear das funções
Conflito	Harmonia

Fonte: (MANHÃES, 2002, p. 35).

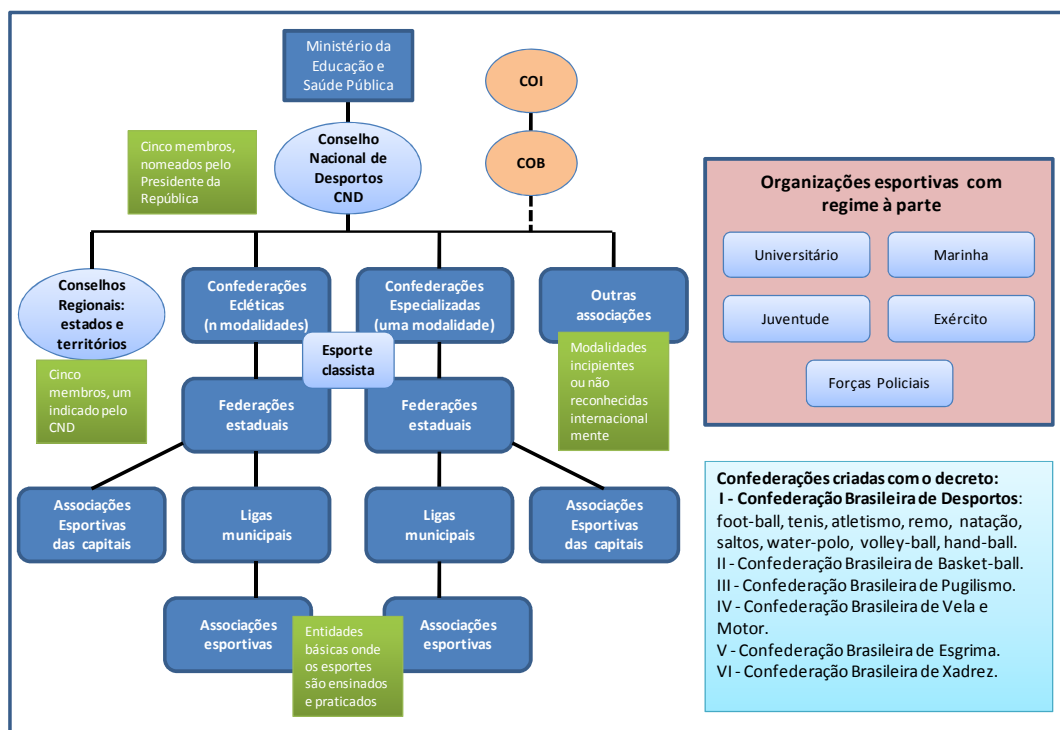
Veronez (2005, p. 50) acrescenta aos já citados projetos políticos ideológicos o de **produção de talentos esportivos** que bem representassem a nação brasileira em eventos esportivos internacionais, cujos resultados pudessem repercutir na auto-estima do povo e reforçar sentimentos nacionalistas. Cita também a percepção da possibilidade do uso do esporte com objetivos econômicos, onde além da função de melhoria e adequação da mão-de-obra, traduzido para marxismo como “socialização dos custos de produção”, interessou também à elite industrial, de então, o investimento no ramo esportivo do entretenimento.⁶⁷

⁶⁷ Depreendo das análises de Houlihan (2001) sobre outros países para o período dos anos 1930 a 1960, ser mais apropriado limitar o entretenimento a algumas modalidades mais populares, por exemplo: o beisebol nos EUA, o roquey sobre o gelo no Canadá, o futebol, rúby e cricket na Inglaterra e, no Brasil, o solo do futebol (nos dois sentidos). A indústria do entretenimento esportivo só viria realmente a prosperar a partir dos anos de 1960, nos países mais desenvolvidos, e a partir dos anos 1970 no Brasil, vinculada ao fenômeno televisivo.

Resultados como política pública

O DL 3.199 estabeleceu as bases organização esportiva no Brasil, segundo muitos críticos privilegiando menos sua promoção e mais o controle pelo Estado das entidades e associações esportivas, como meio de evitar possíveis atividades subversivas. Neste sentido, o modelo mundialmente implementado pelo Comitê Olímpico Internacional se encaixou plenamente aos propósitos estadonovista, dando legitimidade ao sistema hierárquico-administrativo. O sistema desportivo brasileiro ficou montado como esquematizado na figura 4.

Figura 4 - Estruturação do Sistema Esportivo



Inspirado em (BRASIL, 1941A).

O CND ficou encarregado do reconhecimento, filiação, desfiliação, intervenção, penalidades e mesmo questões de administração interna das entidades. Registro de atletas e de seus contratos com seus clubes, multas e outras penalidades, autorizações para realizações e participações em competições e mesmo a fiscalização financeira de toda estrutura sob seu controle, embora se tratassem de entidades privadas. No fundo, tratou-se da absorção do setor esportivo privado pela administração pública.

As ligas, federações e confederações tiveram que se submeter a direção do CND e este ao Ministério da Educação e Saúde, então sob comando de Gustavo Capanema. Ficavam assim eliminadas as duplicidades e se garantia a linha de comando e a disciplina, bem ao modelo weberiano de burocracia. As organizações esportivas com “regime à parte” conforme definido pelo artigo 11º ficaram também “relacionadas” (vinculadas) ao CND e tiveram que se estruturar sob o mesmo modelo.

A categoria “esporte classista”, criada pelo DL 3.199 e regulamentada em 1943 pela Deliberação 7/43 do CND, congregava os ramos ou “classes” profissionais que através de clubes e/ou estruturas montadas com recursos das empresas, procuravam possibilitar a prática do esporte por seus empregados. A categoria ficou vinculada às federações e confederações, que abrigavam conselhos específicos para atendê-las. Assim, subordinadas à estrutura do esporte seletivo e de alto rendimento, fragmentadas por modalidade esportiva e sem organização própria, não cumpriram seu objetivo inicial de possibilitarem maior acesso ao esporte pelos operários (MANHÃES, 2002, pp. 73-6).

Vale a lembrança da criação de duas entidades. A primeira, por iniciativa do próprio Ministro Capanema que desejou estruturar o esporte universitário nos moldes do modelo vigente nos EUA. Para tanto foi criada a Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU), em 1939, oficializada pelo Decreto n.º 3.617, de 15 de setembro de 1941 (BRASIL, 1941B).⁶⁸ A segunda, o Serviço de Recreação Operária, instituído em 1943 sob o Ministério do Trabalho, com o objetivo de ampliar a participação operária nas práticas esportiva. Ambas as iniciativas padeceram por práticas clientelistas, falta de efetividade organizacional e por crise de representatividade (CASTELLANI FILHO L. , 1988, pp. 160-1 e 172-3).

O DL 3.199, no capítulo VII: “medidas de proteção aos desportos”, atribuiu como função da União, do Distrito Federal, estados e municípios estimular e facilitar a construção de praças esportivas pela iniciativa particular e na falta desta, por eles mesmos, bem como subvencioná-las. As subvenções federais eram reguladas pelo

⁶⁸ Mesmo com tal suporte governamental inicial, a instituição e o setor, não conseguiram ir além de práticas clientelistas e ideológicas do meio estudantil, carecendo de representação legítima, regularidade de competições, estrutura administrativa e falta de interesse tanto por parte das instituições bem como dos alunos. Dito, de outra forma, foi por muitas décadas mote para encontros e festas estudantis. A CBDU viria a ser reorganizada a partir de 1998 (CBDU, 2008).

Decreto Lei n.º 527/38 no qual as entidades esportivas foram classificadas como instituições culturais voltadas para a: organização da juventude, educação cívica, a educação física, e recreação (BRASIL, 1938B).⁶⁹ A subvenção deu-se também na forma de isenção, como pelo Decreto-Lei n.º 4.279/42 que isentou de impostos e taxas municipais, no Distrito Federal, as entidades desportivas filiadas ao Conselho Nacional de Desportos (BRASIL, 1942).

Ainda pelo mesmo capítulo VII, do DL 3.199, o CND ficou encarregado de registrar e controlar as subvenções. Exibições públicas promovidas pelas entidades desportivas ficaram isentas de tributos federais, bem como material importado destinado à prática dos desportos que não tinham similar nacional. Outro ponto importante é que apesar da Constituição Federal de 1937 não proibir estados e municípios a legislarem sobre o esporte, o DL 3.199 na prática passou esta prerrogativa ao nível federal.

Deve-se ressaltar que apesar do esforço de profissionalização de algumas modalidades, a ideologia dominante era ainda a do amadorismo, o que fica claramente demonstrado pela redação do artigo 3º, alínea b, transcrito acima que, embora reconhecendo o profissionalismo, o coloca sob os ditames da “estrita moralidade”. **O DL 3.199 não faz menção as categorias esporte de alto rendimento, esporte escolar e esporte participativo, apenas ao profissionalismo e amadorismo que sob vários modos de definir podem comportar ou não as três categorias.**

Segundo Mazoni, o DL 3.199 foi importante por três aspectos: a) reconheceu o esporte como fator de modernização vinculado formalmente à idéia de racionalidade e eficiência, cultuada pelo positivismo; b) valorizou a importância do esporte à civilização industrial e a cultura da vida moderna; c) colocou o País dentre os poucos que possuíam órgão e legislação específica para a área. O único no continente americano (MAZONI, 1941, p. 16).

Tubino (1996, p. 46) observa que, entre 1941 a 1945, foram produzidos 51 atos legais entre decretos leis e as deliberações do CND; já Manhães contabilizou 67 deliberações

⁶⁹ As subvenções às entidades desportivas seriam ainda objeto do Decreto-Lei n.º 5.698/43 que dispõe sobre a cooperação financeira da União com as entidades privadas e pelo Decreto-Lei n.º 7.332/45, que adiciona a estas as entidades desportivas (BRASIL, 1943), (BRASIL, 1945A). Já a administração financeira das entidades ficou normatizada pelo Decreto-Lei n.º 7.674/45 (BRASIL, 1945B).

federais referentes ao esporte para todo o período do Estado Novo (MANHÃES, 2002, p. 45). Contando com as deliberações estaduais, Marinho chegou ao número de 116 (MARINHO, 1980, pp. 179-191).⁷⁰ Não é o caso de listar ou mesmo comentar de forma mais detalhada tais peças legais, até porque já foi realizado pelos autores citados e também por outros com o (MELLO FILHO, 1995) e (VERONEZ, 2005). Contudo, os números demonstram a grande produção legislativa e normativa, o que reflete o esforço de estruturação do setor no período considerado. Tratou-se, realmente, da institucionalização de um setor, em volume e intensidade, talvez só possível, em tão pouco tempo, em regime autoritário.

Toda a preocupação e propaganda com o projeto higiênico/eugênico baseou-se na possibilidade de massificar as práticas esportivas. Como declarou um de seus expoentes: “Não vale ao povo exprimir cultura de alma, perante a bandeira do Brasil desfraldada, se ao culto não corresponder o vigor físico de cada cidadão e o esplendor de sua própria consciência.” (LYRA FILHO, 1952, p. 178). Entretanto, a despeito dos esforços governamentais para a construção de infra-estrutura física, técnica e administrativa para a ampliação das práticas esportivas, não se operou a ampliação nos níveis idealizados.

O aparelhamento estatal para as práticas esportivas, até o fim do Estado Novo, em geral foi escasso. Por exemplo, no caso dos estádios de futebol, o esporte mais desenvolvido, verifica-se que a propriedade (terreno) era cedida pelos municípios e a construção feita pelos clubes. Poucos estádios foram construídos em nível estadual ou federal. Em 1937, 814 eram de propriedade particular, 35 eram estatais (5 federais, 1 estadual, 29 municipais), e destes, 19 no Estado de São Paulo. Destacou-se a construção do Pacaembu e o esforço do Estado Novo em transformá-lo em símbolo da preocupação do Estado com o esporte (SANTOS J. A., 2000, p. 29).⁷¹

Tal distanciamento entre o idealizado e realizado deveu-se ao descolamento de propósito. Como bem diagnosticou Linhares: “[...] a estatização decorrente da referida

⁷⁰ O CND teve alguns ajustes com o Decreto n.º 9.267/42 (regimento interno), o Decreto Lei n.º 5.342/43 (competências e disciplina das atividades desportivas, normas de transferência de jogadores, iniciando a legislação sobre o passe) e com o Decreto n.º 7.674/45 (administração e aspectos financeiros das entidades desportivas), este último depois alterado em 1950 pelo Decreto n.º 40.296/56.

⁷¹ Getúlio Vargas utilizava o Estádio de São Januário, então o maior do Rio de Janeiro, para seus discursos comemorativos no Dia do Trabalho, pois o Rio de Janeiro não tinha ainda estádio municipal a altura de tais eventos.

legislação passou ao largo da possibilidade de implementação do esporte como um direito social. Oficializar o esporte, torná-lo responsabilidade de Estado significou colocá-lo a serviço da Nação e não a serviço dos cidadãos que a constituem.” (LINHALES, 1996, p. 92).

Tal assertiva é fortalecida pela análise do quadro 13, posto anteriormente, onde se percebe que, de baixo para cima, o esporte ficou estruturado com base nas associações desportivas (clubes) que desde o início de suas atividades foram caracterizados pela competição e restrição das práticas apenas aos sócios. As inserções de externos eram raras e apenas quando estes demonstravam ter talento e potencial para o alto rendimento. **Instituiu-se assim, o desporto seletivo ou de rendimento como base do sistema esportivo para todos aqueles que não poderiam pagar por práticas amadoras ou participativas**, o que reforçou o caráter elitista do esporte brasileiro.

Oposições?

O único registro de oposição aberta ao regime esportivo implantado, que encontrei, veio do Capitão Silvio de Magalhães Padilha. O Estado de São Paulo, no governo de interventor Adhemar de Barros, foi o primeiro a oficializar atividades esportivas com a criação da Diretoria de Esportes, em 04/08/1939, por meio do Decreto n.º 10.409. Seu primeiro diretor foi o já famoso atleta e então iniciante na carreira de dirigente esportivo Capitão Padilha. Ao constatar que o DL 3.199 contrariava interesses da estrutura esportiva já montada em São Paulo e afrontava a comunidade esportiva pela excessiva interveniência sobre entidades, clubes e federações, Padilha insurgiu-se tecendo severas críticas ao novo sistema em entrevista ao jornal Diário da Noite publicada em 01/07/1943. Tais críticas caíram como bombas na cúpula do CND e do governo, pois tratava-se de figura respeitadíssima no meio militar e esportivo brasileiro, além de responsável pelo CND regional de São Paulo.

Ciente das implicações de sua ação Padilha solicitou imediato desligamento de suas funções no esporte paulista com a seguinte justificativa: “Não querendo ser conivente neste desmoronamento, e tendo a certeza de que a ação do Conselho Nacional de Desportos tem sido tão somente para embaraçar o desenvolvimento esportivo de São Paulo, tudo o que possuímos de organização e progresso foi que, não sem muito esperar,

resolvi solicitar minha demissão e, comigo, meus companheiros de trabalho”. A ordem militar foi reconstituída com o envio do capitão, em caráter de punição, ao 3º Batalhão do 8º R.I., em Passo Fundo, Rio Grande do Sul de onde só retornou em 1946 sob licença e para se aposentar em 1947. Padilha reassumiu suas funções esportivas em São Paulo vindo a se constituir num dos mais renomados dirigentes do esporte nacional, inclusive como membro e conselheiro do Comitê Olímpico Internacional (PADILHA, 2008).

Síntese do período Vargas

Apesar das críticas e limitações aos estágios heurísticos, já citadas na apresentação da *ACF*, pode-se utilizá-los para a análise macro deste particular período devido o mesmo ter apresentado uma sequência de eventos similar ao idealizado por este modelo de análise de política pública.

Assim, pelo lado dos *inputs*, tem-se que a **identificação do problema** deu-se ao se confrontar, ao longo dos anos de 1930, por um lado a realidade das crises e conflitos entre as insipientes organizações esportivas e, por outro, o crescente ideário (crenças e valores) da disciplina, do nacionalismo e da necessidade de centralização e fortalecimento do Estado para o projeto de construção nacional capitaneada pelo mesmo. O **estabelecimento da agenda** para o setor esportivo deu-se pelo reconhecimento de sua importância no imaginário popular e pela percepção de seu uso para atender a objetivos políticos.

Na fase de *processamento*, a **formulação** da política ficou a cargo da Comissão Nacional de Desporto, composta por cinco “iluminados”, e sua adoção se deu de forma autoritária, sem maiores discussões ou ponderação, por meio do DL 3.199. A **implementação** ficou a cargo do Conselho Nacional de Desporto que para tal dispôs de poder legislativo, executivo e mesmo judiciário. A **avaliação** dos *outputs* tem por maior contribuição a própria institucionalização ou estatização da estrutura administrativa para o esporte de alto rendimento, cuja estrutura e *modus operandi* não se alteraria significativamente ao longo de décadas. Contudo, o projeto higiênico/eugênico, enquanto política pública, naufragou na impossibilidade da universalização das práticas esportivas.

O período democrático corporativista do esporte (1945-1964)

O retorno ao regime democrático, que vigorou entre 1945 e início de 1964, teve por característica marcante a volta do apelo nacional desenvolvimentista com base no populismo. Neste período, em nada se alterou o padrão de política pública para o esporte, implementado pelo autoritarismo. A CF de 1946, por exemplo, sequer cita o esporte, se fiando e fortalecendo a estrutura anteriormente estabelecida. O único acréscimo de ato legislativo, diretamente relacionada à política esportiva, foi o Decreto Decreto-Lei n.º 9.912/46 que passou ao Presidente da República a atribuição da construção de praças de esportes e da nomeação de comissão para estudos e propostas específicas para o assunto (BRASIL, 1946).

Com base nos apontamentos de Linhales (1996, p-119-124) cabe reflexão sobre dois fatores para tal continuísmo. Primeiro estrutural, montado pelo DL 3.199 e comandado pelo CND que deu aos presidentes de federações e confederações, especialmente à CBD, grande poder em suas mediações entre o governo e os interesses das entidades esportivas em um padrão corporativo qualificado pela autora como de “eficácia deformante”⁷², ao sedimentar a dependência das elites esportivas ao Estado e por reforçar relações de exclusão. Essa sob dois modos: a) pela exclusão das demais modalidades dado o foco nos investimentos no futebol; b) pela seletividade natural do EAR.

Segundo, dado que no regime democrático votos populares contam, os políticos rapidamente adotaram a estratégia de se aproximar e bajular os clubes de futebol em busca de dividendos eleitorais. Aos dirigentes de federações, embora fosse legalmente proibida sua remuneração, era importante a manutenção no cargo, pelo apoio dos clubes e outras entidades filiadas, para a realização de interesses políticos e/ou mesmo econômicos que extrapolavam a normalidade de suas funções. O mesmo valia para os dirigentes de clubes, muitos dos quais expressaram pretensões políticas.

⁷² O termo é de WEFORT, Francisco Corrêa. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

Configurou-se então, relação de simbiose e clientelismo entre políticos (votos) e dirigentes (posição e interesses pessoais) que viria a tornar padrão para as décadas seguintes.

“Como um desdobramento de tais práticas, as relações de bases clientelistas barganhavam votos e apoio eleitoral por variados tipos de "doações" e de relações de mérito ou privilégios. Desse jogo não escaparam as concessões de áreas públicas para o estabelecimento de clubes esportivos de natureza privada, doações de equipamentos e materiais esportivos, indicações para cargos de confiança, construção de grandes estádios ou praças de esporte [...] Assim, se não existia um princípio público e igualitário que orientasse a relação do Estado com a sociedade organizada esportivamente, o processo de trocas clientelistas acabou por transformar o Estado em um "balcão" em que se barganhava apoio político por mercadorias de todos os tipos.” (LINHALES, 1996, pp. 123-4).

Se no varejo as relações institucionais descambaram para o clientelismo corporativista, no atacado os projetos envolveram relações de melhor qualidade. A articulação de João Lyra pelo CND, unido a Luis Aranha da CBD junto aos delegados da FIFA, ainda no final da década de 1940, resultou na aprovação da realização da Copa do Mundo de 1950 no Brasil. Tal evento, juntamente como a construção de um estádio monumental na capital federal, o Maracanã, canalizou os esforços governamentais e se transformou no grande projeto nacional. Sua realização a contento rendeu reconhecimento internacional à capacidade organizativa do País e de seus dirigentes esportivos bem como deu estabilidade financeira e institucional à CBD (SARMENTO, 2006, pp. 73-82).

Ponto negativo foi, sem dúvida, a perda do título na final da Copa de 1950 para o Uruguai, o que criou uma comoção bem maior que a perda da semifinal para a Itália na Copa de 1938. Outro foi a reafirmação da CBD em privilegiar o futebol mantendo desesperadamente o desejo nacional de se tornar campeão do Mundo. O Brasil chegou a comparecer com delegações reduzidas em jogos Pan Americanos e mesmo nos Jogos Olímpicos. A razão era clara: o futebol profissional era a fonte majoritária de renda da CBD. “A política de esportes da CBD se resumia, no fundo, a tocar o grande projeto de ampliação da representação internacional do futebol brasileiro.” (SARMENTO, 2006,

pp. 93-4). Isto demonstra também que o COB era, então, apenas entidade de representação, sem real poder operacional e financeiro para o comando das demais modalidades de esporte de alto rendimento (EAR).

Apesar do baixo investimento, o período foi de desenvolvimento qualitativo no EAR. Surgiram atletas de fama mundial como Éder Jofre e Maria Esther Bueno; o basquete masculino se tornou bicampeão mundial (1959 e 1963) e melhorou o desempenho em outras modalidades nas competições internacionais. No futebol, as duras lições da Copa de 1950 foram assimiladas. A CBD, no início de 1958, reorganizou seu quadro e pôs na presidência o ex-atleta e jovem dirigente, João Havelange, que montou estrutura administrativa compatível com os objetivos de ganhar a Copa do Mundo e por ter contado com a atuação destacada de Paulo Machado de Carvalho como chefe da delegação. E assim foi na Suécia, em 1958 e no Chile, em 1962. O Brasil ainda seria também bicampeão Mundial de clubes com o Santos Futebol Clube (1962-1963). Caía, assim, a mística defendida por muitos intelectuais após sucessivos fracassos, que os futebolistas brasileiros se descontrolavam nas horas decisivas das grandes competições.⁷³

Segundo Sarmiento (2006, p. 103-6), Havelange procurou fortalecer as demais modalidades esportivas sob cuidado da CBD e tidas como amadoras. Aumentou os gastos nesta área em volume nunca feito antes, cuidou melhor da fase preparatória para os jogos e com isto melhorou a quantidade e a qualidade dos atletas. O exemplo de Adhemar Ferreira da Silva, bicampeão olímpico no salto triplo (1952 e 1956) levou outros atletas e dirigentes a apostarem que o Brasil poderia se destacar nos demais esportes tal qual no futebol. Contudo, havia forte restrição orçamentária que precisava ser equilibrada com quase solitária fonte do futebol profissional, embora a CBD também recebesse concessões federais para todos os esportes. Além disso, outras dificuldades de caixa levaram a nova política de contenção no esporte amador.⁷⁴

⁷³ Este argumento se deve principalmente aos seguintes incidentes: o pênalti para a Itália devido o pontapé de Domingos da Guia em Piola na semifinal da Copa de 1938; a tremedeira frente aos Uruguaios na final da Copa de 1950 e a briga generalizada entre jogadores brasileiros e húngaros na partida de quartas de final da Copa de 1954.

⁷⁴ Estes ciclos são espelhados no número de atletas nas delegações para os Jogos Olímpicos. Se nos Jogos Olímpicos de Helsinque (1952) foram 107, em Melbourne (1956) foram penas 48, em Roma (1960) voltou a subir para 81 e em Tóquio (1964) caio para 67.

Acompanhando as conquistas, ampliou-se o papel da mídia esportiva que se especializava. A modernização da comunicação tornou a mídia esportiva “grupo de interesse” no desenvolvimento do esporte e importante ator político para o setor. A tradição iniciada por Tomaz Mazzoni na “A Gazeta” de São Paulo teve revitalizada atividade com o jornalista Mario Filho e seu “Jornal dos Sports” que foram de grande destaque não apenas na cobertura apaixonada dos variados esportes mas também por promove-lo e assim criar novos fatos esportivo entre as competições de maior importância.⁷⁵ Mario Filho travou acirrada batalha jornalística pela construção do maior estádio do mundo no bairro popular do Maracanã, zona norte do Rio, em Jacarepaguá, zona mais elitizada, como queria Carlos Lacerda e seus seguidores.

Na estrutura federal responsável pelas políticas educacionais para a área de Educação Física, teve destaque a entrada, em 1956, no governo de Juscelino, do professor Alfredo Colombo para a direção da Divisão de Educação Física (DEF).⁷⁶ Primeiro civil a dirigir a DEF desde sua criação em 1937, Colombo teve estilo pragmático e liberal, dando sentido mais social às ações deste órgão. “Uma das grandes mudanças executadas por ele foi dar liberdade de cátedra para os Professores do ensino secundário (elementar e médio), cinco anos antes de a LDB estendê-la a todas as áreas da educação brasileira.” (CONFEEF, 2003, p. 8).

Colombo ficou conhecido por implantar o projeto das “Ruas de Recreio” no Rio de Janeiro, primeiras tentativas de popularização do esporte levando profissionais de Educação Física e equipamentos para as ruas e convocando a população para participarem. Embora considerado civil, Colombo tinha grande proximidade com os militares, tendo sido recrutado para ser membro da policial especial, órgão repressivo da ditadura Vargas (MELO V. A., 1996, p. 27). Daí não se estranhar o tom de seu discurso de posse na DEF: “tudo faremos para que este órgão não seja uma Divisão-polícia e sim

⁷⁵ Mario Filho, sob o patrocínio do Jornal dos Esportes, instituiu os “Jogos da Primavera”, que de 1947 a 1966 serviram aos jovens dos clubes e dos colégios do Rio de Janeiro. Em 1951 iniciou também os “Jogos Infantis”, além de outros torneios de futebol.

⁷⁶ A mudança de tom da divisão se manifestou no Decreto n.º 40.296/56 (BRASIL, 1956), que aprovou seu regimento interno, posteriormente modificado pelo Decreto n.º 49.639/60 e que também aumentou sua estrutura da DEF ao instituiu inspetorias seccionais para coordenar ações regionais (BRASIL, 1960).

uma Divisão-serviço, a fim de que os requisitos legais sejam exequíveis e os objetivos educacionais atingidos.” (COLOMBO, Alfredo. 1955, p. 6 apud BETTI, 1991, p. 92).⁷⁷

Melo (1996, p. 4) aponta que o período foi de crescimento institucional da área de Educação Física. Foram lançados quatro periódicos com material de pesquisa e/ou ensaios,⁷⁸ aumentou a oferta cursos de extensão universitária e aperfeiçoamento e estágios técnico-pedagógicos, promovidos principalmente pela Divisão de Educação Física (DEF),⁷⁹ pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), pela Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e pela Divisão de Educação Física do Estado de São Paulo.

A mais importante ação da DEF, neste período, foi a Campanha Nacional de Educação Física (CNEF), instituída pelo Decreto n.º 43.177/58, com o objetivo de “promover as medidas necessárias ao desenvolvimento da Educação Física à sua difusão, ao aperfeiçoamento dos especializados, bem como à instalação de Centros de Educação Física.” (BRASIL, 1958). A campanha ganhou expressão com o Decreto n.º 53.741/1964 que reafirmou o dever do Estado para com o esporte e reconheceu série de problemas: as falhas de implementações de antigos objetivos; a insatisfação com a performance dos atletas nas competições internacionais; a deficiência de oferta dessa infra-estrutura esportiva nas escolas; a falta de profissionais especializados, e por último, **o reconhecimento da desigualdade do acesso ao esporte.**

Para alterar tal realidade o Decreto propõe o Plano Diretor de Educação Física e dos Desportos, a ser implementado pela DEF, com a ajuda do CND por sua proximidade com as entidades esportivas. Sob o termo “atividades físico-recreativo-desportivas” fica claro, pela análise do Decreto, que **o objetivo era a reaproximação entre a prática do esporte e a área de Educação Física, mas procurando fortalecer o EAR dentro da estrutura escolar.**

⁷⁷ BETTI, Mauro. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991. 184 p.

⁷⁸ Periódicos: Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (Universidade do Brasil), Boletim de Educação Física (da Divisão de Educação Física, do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Saúde), Educação Physica (editada por João Lotufo e Oswaldo Rezende) e Revista de Educação Física (da Escola de Educação Física do Exército).

⁷⁹ A DEF realizou quatro Estágios Internacionais de Educação Física entre 1956 e 1959, no Rio de Janeiro, houve também eventos científicos como o I Congresso Panamericano de Educação Física e a inclusão de sessões de Educação Física em Congressos como nos da Associação Brasileira de Educação (ABE).

Ainda antes de ser deposto pelos militares, João Goulart pode assinar o Decreto n.º 53.820 de 24/03/1964, que regulamentou a profissão de jogador de futebol, horários de jogos, período descanso, período de recesso e estabeleceu a participação do atleta sobre o valor da venda de seu passe. O futebol era a única modalidade com esta regulamentação (BRASIL, 1964B).

O que ficou do populismo?

Para Manhães, foi período em que ordem corporativa foi substituída pela oligarquia desportiva, entrelaçada com as elites partidárias conservadoras que represaram o desenvolvimento do profissionalismo a custo de interesses particulares, inconfessáveis e que se mantinham por relações clientelistas com políticos e pelo patrimonialismo do Estado (MANHÃES, 2002, pp. 109-10).

A análise de Veronez para este período indica que o Estado atendeu aos interesses privados das entidades desportivas pela concessão de recursos públicos. Desta ajuda, com a contrapartida do apoio à legitimação das demais ações governamentais, teria derivado à melhoria de performance brasileira no seletivo EAR. Conclui também que, se houve esforço de estender o acesso ao esporte para a classe trabalhadora, foi no sentido de ajustá-la às necessidades do capital (VERONEZ, 2005, p. 215 e 221).

De fato, a análise das concessões ordinárias e extraordinárias federais às entidades desportivas para o período de 1944 a 1959⁸⁰ revela progressivo aumento no número de Confederações, Federações estaduais e territoriais, clubes de futebol (dos pequenos aos grandes), ligas e demais entidades vinculadas ao CND, bem como aumento do volume de recursos alocados. Por definição são recursos para o EAR.

⁸⁰ Os dados das subvenções foram levantados com base nos decretos que as autorizaram. Não há série completa na base de pesquisa do Senado Federal, mas o obtido é suficiente para análise qualitativa. Lista de decretos: Decreto n.º 14.903 de 29/02/1944; Decreto n.º 19.928, de 14/11/1945; Decreto n.º 17.834, de 20/02/1945; Decreto n.º 22.020, de 4/11/1946; Decreto n.º 21.967, de 21/10/1946; Decreto n.º 25.318, de 5/08/1948; Decreto n.º 27.095, de 26/08/1949; Decreto n.º 28.707, de 5/10/1950; Decreto n.º 28.991, de 15/12/1950; Decreto n.º 30.166, de 14/11/1951; Decreto n.º 31.882, de 4/12/1952; Decreto n.º 34.595, de 16/11/1953; Decreto n.º 36.517, de 01/12/1954; Decreto n.º 38.096, de 14/10/1955; Decreto n.º 41.577, de 29/05/1957; Decreto n.º 43.171, de 4/02/1958; Decreto n.º 45.344, de 28/01/1959.

Contudo, vincular o fluxo de recursos a melhoria do desempenho dos atletas torna-se uma análise arriscada, tanto por envolver fatores complexos como a qualidade dos gastos com treinamento como pela carência de informações necessárias para se estabelecer correlações e daí a causalidade. Mesmo porque em se assumindo, no mínimo, um fluxo constante de recursos, observa-se ciclos de melhor e pior desempenho dos atletas como também no número de atletas presentes aos jogos. Pode-se, entretanto, constatar a ampliação do número de entidades contempladas segundo critérios subjetivos próprios ao CND e ao governo, o que reforça a tese da permanência do clientelismo corporativista. Sem dúvida, pode-se também afirmar que o período foi de consolidação da estrutura montada, em 1941, para o setor esportivo.

Síntese para o período

Retrocedendo um pouco ao capítulo anterior para poder focar o período de 1930 a 1945, pode-se considerar que dois parâmetros relativamente estáveis, assumidos pela *ACF* como de difícil alteração, tiveram significativas mudanças: a) estrutura social e valores culturais fundamentais; b) base da estrutura legal. O item “a” é amplamente explorado pelas disciplinas sociais para o entendimento e/ou justificação do advento de Vargas no poder. O item “b”, consequência de “a”, é representado pelas duas mudanças constitucionais em 1934 e 1937. Somados a dois parâmetros do sistema dinâmico de eventos: a) condições socioeconômicas e tecnológicas e b) sistema de coligação de governo, representados pela crise econômica mundial desde 1929 e pelo golpe de 1930 e o Estado Novo, em 1937, chegou-se a situação especial para a formatação ou reestruturação de inúmeros subsistemas dentro do sistema político-social-econômico maior, inclusive o esportivo.

O olhar da *ACF* sugere que o Estado varguista criou o subsistema do esporte e mesmo alguns de seus integrantes passaram a atuar imediatamente como membro da coalizão única no subsistema, a pró-EAR, por meio do CND e mesmo na estrutura formal criada, procurando traduzir em política pública suas crenças os valores associados ao movimento olímpico, no geral, e a estruturação do futebol, no particular, sendo esse o de maior sucesso organizacional por demanda popular própria à essa modalidade. A única possibilidade para coalizão alternativa esteve ligada à real capacidade de o Estado

em ter conseguido implementar política de acesso generalizado à prática esportiva a fim de por em prática os princípios higienistas-eugenistas, o que não aconteceu. Mesmo no retorno à democracia, em 1946, o subsistema esportivo se manteve inalterado e o EAR foi se fortalecendo, enquanto coalizão hegemônica, em bases corporativistas e clientelistas.

O próximo capítulo aborda período privilegiado para a coalizão pró-EAR pelo deliberado apoio estatal que recebeu e sobre como fatores externos e mesmo reações internas afetaram o subsistema esportivo.

Capítulo 5

O período militar (1964/85): a ampliação do modelo hegemônico pró-EAR

Tal qual durante o modelo autoritário de Vargas, o regime militar resgatou os apelos nacionalistas e o esporte voltou a ser componente importante para o governo. A Educação Física foi recuperada como instrumento de sustentáculo ideológico, não mais para a eugenia da raça, mas para selecionar os mais aptos e habilidosos, tendo o rendimento como meta e o esporte de massa e escolar como meio (DARIDO, 2003).

Na dimensão de nação, o esporte é visto internamente como forma de prover legitimidade ao regime e identidade e coesão ao povo. A Educação Física é dada a função de prover capacidade física à população. Externamente, o desenvolvimento do esporte torna-se aspecto fundamental para afirmar o País entre as nações desenvolvidas, espécie de projeto Brasil Potência Olímpica.⁸¹ Para tanto, o setor esportivo foi tratado de forma tecnocrática, similar aos demais setores estatais em expansão, e com características ideológicas bem mais explícitas. Vejamos como.

A reestruturação tecnoburocrática do setor esportivo (1969-1974)

Em maio de 1969 foi estabelecido convênio entre o então CNRH – IPEA, órgão do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, em convênio com a Divisão de Educação Física (DAF) do Ministério da Educação e Cultura para a elaboração do **Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos no Brasil** pelas seguintes justificativas:

“A decisão de realizar esse estudo foi uma consequência natural das preocupações do Governo (sic) Revolucionário com a política nacional de recursos humanos, dirigida no sentido de aperfeiçoar o homem brasileiro em todos os seus aspectos e melhorar sua qualidade de vida. As atividades de Educação Física e Desportos estão intimamente (sic)

⁸¹ Neste período, os militares ocuparam os principais postos estatais do setor esportivos, tanto no MEC (DEF, depois DED e depois SEED) como no Conselho Nacional de Desporto - CND e no Comitê Olímpico Brasileiro – COB.

ligadas às políticas de saúde e de educação; possuem, outrossim, vinculações com a política de bem-estar, em seus aspectos e lazer e recreação.” (COSTA L. P., 1971, p. 7).⁸²

O diagnóstico é obra paradigmática da crença do regime militar no poder das técnicas de planejamento centralizado, pelo qual a necessidade de se conhecer a realidade frente às condições do setor esportivo de então se mostravam vitais a qualquer esforço de ação racional e estruturada, segundo os “cânones das modernas ciências administrativas”, para a promoção de seu desenvolvimento. Para tanto, a Educação Física e o esporte foram concebidos conceitualmente como um sistema social a ser dimensionado e analisado para se propor as ações e correções de política pública.

Os resultados só foram publicados em 1971, mas medidas contempladas no Diagnóstico foram implementadas antes de sua publicação, o que pode sugerir que o relatório veio apenas para legitimar tecnicamente ações políticas já em andamento (LINHALES, 1996, p. 139). A apresentação do trabalho espelha o sentido de ufanismo e grandeza, próprios do período: “O Brasil é, talvez, o único país do mundo que dispõe agora de um Diagnóstico de Educação Física e Desportos, elaborado com um approach de análise de sistemas, última palavra na técnica das ciências sociais.” (COSTA L. P., 1971, p. 8).⁸³

O Diagnóstico partiu da premissa de que o setor esportivo nacional era ineficiente para promover melhor nível de aptidão física à população. Detectou a inoperância tanto do CND quanto do antigo DEF “quanto às possibilidades de atuação do Governo Federal, no que se refere a evolução, planejamento, coordenação e controle.” (COSTA L. P., 1971, p. 359). A causa desta inoperância estava ligada a práticas personalistas ou a “casuística administrativa” (clientelismo) semelhantes ao que se apresentava nas confederações e federações (COSTA L. P., 1971, p. 326).

O Diagnóstico chegou a três grupos de conclusões: a) crescimento da importância do setor esportivo entre 1964 e 1970 principalmente nos estados e municípios mais adiantados onde também é maior a destinação de recursos. b) distorções regionais e setoriais que privilegia o quantitativo ao qualitativo tanto em termos da formação de

⁸² O trabalho foi coordenado por Lamartine Pereira da Costa.

⁸³ No texto não fica claro qual corrente de Teoria de Sistema é utilizada, embora haja referencia a Teoria Geral de Sistemas de Ludwig Von Bertalanffy e aos instrumentos de planejamentos usados pela OECD.

mão de obra técnica quanto da produção de equipamentos e material esportivo. c) deficiências qualitativas no setor educacional, na função de transmissão de conhecimento, no relacionamento dos diferentes elementos organizacionais. (COSTA L. P., 1971, pp. 353-9). A sugestão geral foi de mudança da legislação ultrapassada e que mostrava um gargalo na modernização do setor. Para Tubino (1996, p. 51), o Diagnóstico foi importante reflexão que expôs o atraso do setor esportivo no Brasil

O governo procurou agir sobre os problemas reestruturando o setor esportivo educacional. Os Decretos n.º 66.296, de 03/03/1970 e n.º 66.967, de 27/06/1970, que estruturaram o novo Ministério da Educação e Cultura, elevaram a hierarquia das atividades da antiga Divisão de Educação Física – DAF, para o **Departamento de Educação Física de Desportos – DED** (BRASIL, 1970B; BRASIL, 1970C). Tais mudanças foram sugeridas pela equipe integrante da formulação do Diagnóstico.

O DED atuou em duas linhas de ação: a) assistência técnica e cooperação financeira com os três níveis de governo, órgãos federais e instituições envolvidas com o setor, b) relacionamento com os diferentes órgãos da administração educacional e cultural. Também estabeleceu objetivos para elevar o nível do desporto estudantil e da recreação, melhorar o a qualidade do ensino e das pesquisas nas escolas de Educação Física, criar cursos de especialização, construir instalações esportivas (VERONEZ, 2005, p. 239).

Betti (1991, p. 108) coloca sob o DED a responsabilidade pelo início da capacidade tecnoburocrática de planejamento integrado entre Educação Física e esporte, separados em fins da década de 1930. Linhales (1996, p. 139) vê dois motivos para a criação do DED: o primeiro foi acelerar a subordinação da educação física escolar ao sistema esportivo, discutido a seguir. O segundo, para conter a autonomia do sistema esportivo que começava a ganhar força através do CND que se mostrava susceptível à preção de sua mais poderosa entidade, a CBD, tópico a ser discutido mais a frente.

Centralização de recursos

Até 1969, os recursos federais para o esporte eram providos por concessões ordinárias e extraordinárias, subvenções e isenções, mas os propósitos do regime para a área

necessitavam de um padrão de financiamento mais robusto e regular, o que seria atendido como o Decreto-Lei n.º 594, de 27/05/1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal, destinando 30% de seus rendimentos líquidos para programas de educação física e atividades esportivas. Logo em seguida, o Decreto n.º 64.905, de 29/07/1969, considerando a necessidade de planejar a aplicação “útil e racional” de tais recursos, constituiu, no Ministério da Educação e Cultura, Grupo de Trabalho formado por representantes da CBD, CND, COB, CBDU e de outras entidades vinculadas à educação física e aos esportes para elaborar em trinta dias o “Plano Nacional de Esportes, Educação Física e Recreação” (BRASIL, 1969A; BRASIL, 1969B),.

A regulamentação do uso dos recursos da Loteria Federal para o esporte (30%) deu-se inicialmente com o Decreto n.º 66.118 de 26/01/1970 que os repassava diretamente ao CND (BRASIL, 1970A). Posteriormente os Decretos n.º 68.702, de 03/06/1971 e n.º 68.703, de 03/06/1971 reorientaram a destinação para o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE e através deste fundo a redistribuição de 1/3 para o CND e entidades vinculadas e de 2/3 para o DED aplicar em programas de Educação Física e atividades esportivas estudantis (BRASIL, 1971A), (BRASIL, 1971B). O artigo 2º do Decreto n.º 68.703/71 condicionou o uso dos recursos ao estudo de projetos que depois de analisados de aprovados pelo DED e CND seriam executados por intermédio de entidades, públicas ou privadas. **A análise do conteúdo dos artigos 3º e 4º confirma a prioridade para o EAR** (BRASIL, 1971B).

Observo que, por erro de definição estratégica e/ou reorientação política do governo, em quase ano e meio, o CND perdeu 66% do poder de alocação de recursos. Se observado sob nível macro, um dos fortes argumentos para a tomada do poder pelos militares foi o discurso da “praga” da politicagem, populismo e clientelismo que reinavam até 1964. Como já visto, estas práticas dominaram o setor esportivo, especialmente na CBD, durante o período populista de 1946 a 1964. Portanto, nada melhor aos militares do que, ao invés de extingui-las, controlá-las a seu favor pela centralização dos recursos e do planejamento técnico de ações e pelo poder daí resultante.

O início da “esportivização” da escola

Nos primeiros anos do regime militar a DED continuou a aproximar o esporte da educação física. Em 1967, a influência do esporte sobre o sistema escolar ficou expresso na Portaria 148 do MEC ao endossar a aproximação do conceito de Educação Física com o de esporte, ao reconhecer as contribuições das atividades físico-desportivas e ao admitir as competições esportivas como substitutas das sessões de Educação Física. A Portaria fez também sugestões para o EAR nas escolas, objetivando a melhora do desempenho do Brasil nas competições internacionais.

Para tanto, o velho método francês, que vinha perdendo força desde os anos de 1950, foi definitivamente substituído pela chamada Educação Física Desportiva Generalizada, que tinha como princípio substituir as sessões de exercícios feitos por obrigação, de forma entediante, por outros feitos com prazer. Contudo, o método não foi aplicado em sua totalidade e apenas um de seus aspectos foi propositadamente enfatizado, os jogos e as competições, procurando prover maior ludicidade e integração nas práticas.⁸⁴ Para Betti (1991, p. 97), a década de 1960 foi o período de maior influência deste novo método sobre a educação física brasileira.

A explicação de Bracht para a investida do esporte sobre a Educação Física reside no movimento olímpico e no EAR, pois, ao vigorosamente endossar o ideário de que o poder da nação é espelhado por seu desempenho olímpico, o governo militar introduziu reformas que repercutiram profundamente no sistema educacional (BRACHT, 1997, pp. 68-72). Ainda segundo o autor, a Educação Física se subordinou aos códigos e sentidos da instituição esportiva, configurando “não o esporte da escola e sim o esporte na Escola”, ou seja, o predomínio dos “princípios de rendimento atlético-físico, competição, comparação de rendimentos e recordes, regulação rígida, sucesso esportivo e sinônimo de vitória, racionalização dos meios e técnicas.” (BRACHT, 1992, p. 22; MENEZES, CAPISTRANO, & SOUSA, 2008).

O movimento pela “esportivização” da escola se manifestou ainda antes do fim da década de 1960 com o Decreto-Lei n.º 705/1969 que tornou “obrigatória a prática da

⁸⁴ Desenvolvido no *Institut National des Sports* da França, o método foi muito divulgado no Brasil por Auguste Roger Listello em sucessivas missões de treinamentos de professores brasileiros a partir da década de 1950.

educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior” (BRASIL, 1969C). Fato interpretado por Catellani Filho (1988, p. 118-122) como instrumental à necessidade dos militares de esvaziarem o movimento estudantil por força do caráter lúdico do esporte. Até porque, mesmo o Conselho Federal de Educação transparecia ser pela não obrigatoriedade da Educação Física no ensino superior, bem como a Lei n.º 5.540, de 1968, que instituiu a Reforma Universitária, em seu Artigo 40, alínea “c”, apenas solicitava o estímulo às atividades esportivas (BRASIL, 1968). O Decreto-Lei foi cumprido parcialmente na maioria das universidades e gerou críticas em toda a comunidade universitária (TUBINO M. J., 1996, p. 54).

Entendo como difícil, pois inocente, os militares terem considerado seriamente a possibilidade do “amolecimento” do ânimo estudantil pelo uso do esporte, conceito que remonta a Era Vitoriana e ao Colégio Rugby de Thomas Arnold. Tenho como mais provável, para este caso, o desejo ideológico da ampliação do esporte também sobre as instituições de ensino superior como política pública para a área educacional. Linhares, (1996, p. 138) entende que se foi esta a intenção: desarticular os estudantes, algo que fracassou por dois motivos: primeiro, os alunos não “fizeram a troca”; segundo, mesmo com os militares, o plano reavivado de espelhar o modelo dos EUA para o esporte universitário não decolou.

O movimento do Esporte Para Todos

No mesmo período do início do militarismo no Brasil, surgiu na Europa movimento de reavaliação ideológica do esporte que produziu uma série de documentos específicos que levaram a mudanças no pensamento esportivo. O primeiro lançado logo após os Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964, o “**Manifesto Mundial do esporte**” pelo CIEPS-UNESCO.⁸⁵ O Manifesto denunciou a crise no esporte devido ao excessivo predomínio do EAR e defendeu a implantação de modelo de prática esportiva que também atendesse pessoas comuns (esporte de participação ou de lazer) e ao sistema escolar (TUBINO M. J., 2005)

⁸⁵ Tradução para *Manifeste sur Le Sport*, difundido pelo *Conseil International pour l’Education Physique ET Le Sport*.

Em seguida, em 1966, foi lançada, no Conselho da Europa, a idéia do **Esporte para Todos - EPT**, que se transformou, no ano seguinte, na Noruega, em campanha de incentivo para a prática de atividades físicas por sedentários. A campanha depois tomou dimensões de movimento e se expandiu por diversos países buscando **estender a prática do esporte na sociedade como atividade educativa, cultural, e em antítese ao EAR**, retomando propósitos e valores perdidos pelo movimento olímpico. Buscava-se melhorar a qualidade de vida por meio da democratização das práticas esportivas e que esta prática não fosse apenas prerrogativa de minoria dotada naturalmente de talentos esportivos (TUBINO M. J., 1996, p. 56).

Com a experiência e o crescimento do movimento EPT, o Conselho da Europa lançou, em 1975, a **Carta Européia de Esporte Para Todos**. Documento decisivo para o reconhecimento das instituições sociais da importância das atividades físicas.

“A Carta considera o esporte dentro do contexto da educação permanente e do desenvolvimento cultural. Pretendendo estender os benefícios do esporte ao maior número possível de pessoas, afirma que o esporte deve ser para todos. O conceito Esporte para Todos explícito na Carta é de natureza global, abrangendo numerosas e variadas formas de esporte que vão desde a atividade física recreativa ao esporte de alto nível.” (CAVALCANTI, 1984, p. 26).

Um ano depois, a UNESCO realizou em Paris a I Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários Encarregados pela Educação Física e os Desportos. O documento que subsidiou o debate foi intitulado “O papel da Educação Física e do Esporte na Formação da Juventude na Perspectiva da Educação Permanente”. O documento apresenta corpo teórico normativo e utilitarista, sob perspectiva da educação permanente, a qual reconhece no esporte, dada sua dimensão como fenômeno social, excepcional veículo para satisfatória integração do indivíduo com a sociedade moderna. Como observa Cavalcanti com base no documento:

“[...] ao desenvolver o gosto pelo esforço, o esporte constitui um elemento de preparação para o trabalho, para o qual contribui ao lançar as bases de uma boa constituição física, no conjunto da população. Esta concepção tem por finalidade o desabrochar do indivíduo,

sua inserção na sociedade e sua integração no seio do ambiente natural” (CAVALCANTI, 1984, p. 32).

Para tanto, a prática do esporte deveria ser democratizada, desobrigando-se de seu componente competitivo e seletivo. Todos os tipos de esporte deveriam ser praticados respeitando as condições de cada indivíduo que obteria prazer com a prática e satisfação com a melhora de seu condicionamento. O documento foi depois transformado na **Carta Internacional de Educação Física e do Esporte – UNESCO, 1978**. Cavalcanti faz a crítica que a influência do documento da UNESCO deslocou o foco sobre questões intrínsecas que são observadas pela sociologia crítica do esporte, na linha de Jean-Marrie Brohm e outros, para se ater a ideologia da incorporação definitiva da prática esportiva na vida dos indivíduos (CAVALCANTI, 1984, p. 79).

O modelo piramidal

O propalado modelo piramidal de camadas sobrepostas da base ao topo é utilizado nos estudos esportivos com alguns sentidos diversos. Fala-se do modelo piramidal no sentido de níveis hierárquicos que vão se afunilando como o que estrutura o sistema esportivo internacional e nacional que passam, no exemplo do futebol, dos clubes à FIFA e no sistema olímpico, dos clubes a ligas, federações, confederações, até o COI.

Outro sentido é o estabelecido pela simples sobreposição de camadas sem interação entre elas e em que o critério de organização é externo: grau, idade, habilidade etc. Por exemplo, o Decreto n.º 69.450, de 01/11/71, que normatizou o tipo de atividade física nas aulas de educação física segundo o grau de escolaridade: primário, médio e superior.

O modelo mais completo, e que entendo como de maior referência na área, embora nem sempre bem conceituado, é o de camadas que se interligam sendo as inferiores indutoras ou alimentadoras das superiores. Tal modelo tem por princípio a seletividade e por premissa fundamental a crença que a quantidade de praticantes é a variável independente fundamental para se obter a qualidade desejada. Ou seja, no processo natural ou induzido de seletividade, quanto maior for a população abrangida, melhor será a amostra obtida, não pelo processo aleatório, pois não se busca a média e sim pela

identificação de *outliers* no espectro superior da amostra. Tal modelo é visto como natural à lógica interna do EAR.

No Brasil, a geração de atletas de alto rendimento sempre dependeu dos clubes, associações comunitárias e outras entidades que desenvolviam talentos próprios em meio aos seus associados ou que acolhiam os descobertos por outras vias. Contudo a base se mostrava restrita. Assim, mesmo inspirado no Manifesto Mundial do Esporte, o Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos no Brasil nada mais fez do que evidenciar o gargalo e propor meios para melhor a “aptidão física” da população urbana e escolar, bases em que o Estado teria maior grau de controle e de ação dada as condições sociais e econômicas do Brasil de então. O modelo foi justificado da seguinte forma:

“É considerado ideal o sistema de organização que produz uma elite desportiva originária da massa praticante, enquanto o que se orienta para a seletividade de representação demonstra inconstância nos resultados, além de usar a comunidade como meio e não como fim. Em termos econômicos isto significa ser o **Investimento** – traduzido por instalações na infra-estrutura: rede escolar, equipamento básico urbano, centros de Educação Física / Desportos etc. - encargo prioritário do Estado, além da ação implícita normativa, enquanto o custeio – manutenção, administração, funcionamento, representação etc. – constitui a contrapartida principal da comunidade.” (COSTA L. P., 1971, p. 20)⁸⁶

O modelo é apresentado na figura 5, estruturado sobre a forma de pirâmide por guardar relação com as características demográficas de cada camada. Cabe acrescentar que o próprio Diagnóstico não chama este modelo de piramidal.

⁸⁶ Onde está “seletividade de representação” leia-se esporte formal clubista.

Figura 5 - Modelo de Alocação de Recursos⁸⁷



Fonte: (COSTA L. P., 1971, p. 21).

A partir desta figura e da “leitura ideológica” de seu significado, tornou-se comum no meio educacional esportivo um modelo derivado chamado de “piramidal” que colocou o esporte escolar em sua base, o esporte de massa (lazer/recreação, condicionamento da população, etc.) como estágio intermediário e, no estágio superior, tido como prioritário para os governos de então, o esporte de elite ou EAR, como mostrado na figura 6.

Figura 6 - Modelo Piramidal



Fonte: Inspirado em (BRASIL, 1971C; BRACHT, 1997, p. 81).

⁸⁷ O modelo é explicado da seguinte forma: “[...] modelo universal de alocação de estratégia e de recursos para o desenvolvimento do setor, que, embora não considere as particularidades de cada país, se torna viável onde não haja possibilidade de montar um sistema de planejamento” (COSTA L. P., 1971, p. 20). Por equipamento primário entende-se espaços livres e equipamentos para atividade física na rede escolar, por equipamentos básicos entende-se espaços livres e equipamentos que visem à Educação Física, esportiva e recreativa para adultos e adolescentes (COSTA L. P., 1971, p. 23).

Por este modelo, o desenvolvimento da instituição esportiva não se dá de forma independente ao desenvolvimento da Educação Física, mas condicionado a esta pela função desta em fornecer a ‘base’ para o esporte de rendimento. A escola torna-se a base da pirâmide esportiva. **Entre 1969 e 1979 deu-se a ascensão do binômio Educação Física/Esporte na planificação estratégica do governo para o melhoramento da aptidão física** (GOEDERT, 2005, p. 111).

Esta primazia do rendimento fica clara no Decreto n.º 69.450, artigo 3º, parágrafos: “§ 1º A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino. § 2º A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva.” (BRASIL, 1971C). A “aptidão física” tornou-se espécie de paradigma dentro da Educação Física e sua hegemonia (sentido gramsciano) foi também objeto de crítica, como se vê em Bracht:

“É claro que no percurso da hegemonia desse paradigma ele foi contestado, alternativas foram propostas; no entanto, nada que pudesse abalar seriamente seus princípios. No seio da própria instituição militar, que teve forte influência na trajetória da Educação Física brasileira, muitos de seus intelectuais foram influenciados nas décadas de 1920 a 1950 pelo movimento escolanovista e pensaram a educação e a Educação Física com base nos princípios dessa teoria pedagógica.” (BRACHT, 1999, p. 76).

O Plano de Educação Física e Desporto – PED

A partir do Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos no Brasil e dos objetivos do DED surge um plano e dentro deste uma campanha. **O Plano de Educação Física e Desporto – PED**, de 1971. Ele pretendeu atacar os problemas da baixa aptidão física da população, a carência de profissionais, a inoperância do controle e planejamento federal para a área até então. Em realidade, a preocupação era com o baixo rendimento técnico das equipes nacionais nos grandes jogos internacionais. Apesar da forte componente técnica, o PED não ocultou a ideológica ao objetivar melhorar o controle sobre “outras forças” que poderiam se utilizar do esporte (forças econômicas do espetáculo e diversão, partidos políticos, igrejas). O plano enfatizou o caráter educativo da prática

esportiva como elemento para a promoção do equilíbrio físico e mental, ameaçados pelas conseqüências da industrialização, urbanização e mecanização. Neste sentido, o discurso não mudou do produzido pelos intelectuais dos anos 1930 em que o esporte era tido como um bom “derivativo” contra as agruras da vida moderna (BRASIL, 1971E).

A estrutura do plano, composta de dezessete projetos, se mostrou bastante ambiciosa, mas na prática priorizou projetos com estruturas já existentes. Contudo, é inegável a contribuição para a melhoria, principalmente na formação de pessoal técnico para o setor. Evidencia desta afirmação é o trabalho de Mazo (2000, p. 23-29) sobre a história de um dos primeiros laboratórios esportivos montados no País, o LAPEX, em 1973, junto à Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – ESEF, contudo administrado de forma independente e que em pouco tempo se transformaria em referencia mundial.

A Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo – CNED

O Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos, sob provável influência dos dois primeiros documentos europeus, embora não priorizasse, contemplou elementos do Esporte para Todos em seus objetivos de planejamento. Tais foram:

- 1) A organização básica da Educação Física/Desportos é assentada sobre a prática de atividades físicas no âmbito do sistema educacional, abrangendo todos os níveis e ramos, com ênfase no ensino fundamental.
- 2) **O objetivo prioritário da Educação física/Desportos é o da melhoria da aptidão física da população como um todo.**
- 3) A organização desportiva comunitária – associações desportivas (clubes), ligas, federações, confederações, comitês olímpicos, etc. –, para maximizar a efetividade, constitui empreendimento de livre iniciativa (COSTA L. P., 1971, pp. 19-20, grifo meu).

Dentro do PED, cabe destaque a **Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo (CNED)**, iniciada em 1971 e que envolveu vários segmentos da sociedade. A CNED fez parte da estratégia de popularização do governo conduzida pela Assessoria Especial de

Relações Públicas (AERP), que buscou adicionar o esporte com o sucesso econômico do período. A CNED foi utilizada com finalidade ideológica ufanista para reforçar a imagem de um país emergente. Para tanto, usou de vasto material publicitário, inserções nas diversas mídias e contou com a estrutura de diversos órgãos públicos federais. O fim do Mandato do Presidente Médici e de seus programas de relações públicas significou o desinvestimento do uso ideológico do esporte. Mudanças nos quadros do MEC e do DED determinaram o encerramento da CNED também em 1974 (LINHALES, 1996, pp. 140-6).

Tanto o **PED** e a **CNED** consideraram a **atividade física e esportiva como direito de todos**. Portanto, é neste período que o Estado passou a reconhecer, mesmo que de forma utilitarista, a necessidade de formulação de política pública que endereçasse tal direito.

As tensões entre técnicos e dirigentes

Os objetivos dos técnicos e burocratas do DED esbarraram em resistência de muitos dirigentes do sistema esportivo formal (confederações, federações etc.). A razão básica era a percepção de que o Estado, ao centralizar os recursos e expandir a CNED, que ampliava as ações do esporte para o sistema escolar e também para a população em geral, invadia seara alheia e mexia com os esquemas clientelistas e populistas que perduravam no sistema esportivo formal.

“[...] as pessoas que não aceitavam a atividade física como tendo alguma relevância social (é incrível, mas existiam tais pessoas), ou as que dominavam o elitizado panorama existente, não viam com bons olhos a democratização perseguida e podemos ficar aqui, sem entrarmos em considerações sobre as tão conhecidas escolas ou ‘panelinhas’, que sempre se arvoram em ‘donas da verdade’ e se engalfinham com outros grupos que tomam a dianteira aqui ou ali.” (LEMOS, 1984, p. 38 apud LINHALES, 1996, p. 147) ⁸⁸

⁸⁸ LEMOS, Roberto Jenkins. *Corpo e mente: o humano direito de usar com alegria*. Brasília: Thesaurus, 1984. 123 p.

Esta resistência foi confirmada por Ruthenio Aguiar, em texto de dez anos depois, nos seguintes termos:

“Paralelamente, o sistema desportivo, através de seus principais dirigentes, surpreende-se com a súbita prioridade atribuída ao Desporto Escolar e teme que essa decisão acarrete redução no apoio governamental às necessidades do Desporto Comunitário, forma de organização até aqui aceita como única representante legítima do setor.” (AGUIAR, 1982).

Manoel Tubino (1996, p. 83) viria posteriormente a fazer referencia a estes dirigentes como sendo “senhores feudais”. Muito apropriado se entendermos que se opunham a um processo de centralização do poder. Segundo Linhales (1996, p. 148) tratou-se de: “Uma ‘queda-de-braço’ entre o esporte elitizado e uma falsa democratização esportiva, promovidos por volumosos gastos públicos e financiados pelo sonho de cada brasileiro de se tornar um milionário da Loteria Esportiva.” Nesta queda-de-braço a mesa de apoio foi o público, pois o discurso do “esporte para todos” permaneceu como tal, a clientela esportiva teve melhor atendimento com a CNED e o sistema esportivo formal permaneceu intocado.

A primeira Lei para o Esporte

Promulgada em pleno regime militar, a Constituição Federal de 1967 se limitou a dar competência à União para legislar sobre o esporte. O DL 3.199 dava amplos sinais de anacronismo e excesso de autoritarismo e a troca de governo da linha dura de Médici para a da abertura de Gaisel possibilitou ao setor esportivo merecer lei específica que atendesse novas demandas do setor esportivo. A Lei n.º 6.251, de 08/10/1975, regulamentada pelo Decreto n.º 80.228, de 25/08/1977, resultantes deste processo, se propuseram a reestruturaram a política pública para o esporte e a Educação Física no Brasil (BRASIL, 1975; BRASIL, 1977).

Depois de estabelecer no Artigo 1º que o CND ainda mandava no esporte nacional, definiu o conceito de esporte no Artigo 2º nos seguintes termos: “Para os efeitos desta

lei, considera-se desporto a atividade predominantemente física, **com finalidade competitiva**, exercitada segundo regras pré-estabelecidas.” (BRASIL, 1975, grifo meu). Portanto, mesmo com o discurso do esporte para todos – EPT emergindo, o esporte contemplado pela política pública era ainda o da lógica da competição, sem o componente do puro lazer.

Se anteriormente a política pública para o esporte foi estabelecida por decreto (DL 3.199), pelo CND e por divisão/departamento do MEC (DEF/DED), desta feita o esporte chegou ao status de lei, mas ainda associada à Educação Física. O Artigo 5 estabeleceu os objetivos da **Política Nacional de Educação Física e Desportos - PNED**: I - Aprimoramento da aptidão física da população; II - Elevação do nível dos desportos em todas as áreas; III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa; IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais; V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

O Artigo 6º definiu que o PNED ficaria a cargo do MEC, ressalvado a observação de seu parágrafo único: “O PNED atribuirá prioridade a programas de estímulo à educação física e desporto estudantil, à prática desportiva de massa e ao desporto de alto nível.” O que sob a ótica do modelo piramidal, significa prioridade ao alto rendimento. Contudo, **ficava caracterizada a distinção das três áreas: educacional, de massa e de alto nível.**

O apoio financeiro da União, além dos recursos da Loteria Esportiva, passou a contar com dotações orçamentárias destinadas a programas, projetos e atividades tendo por fonte o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, reembolso de financiamento de programas ou projetos desportivos, receitas patrimoniais, doações e legados e outras fontes.

Dentre as medidas de proteção ao esporte, as empresas passaram a poder abater do imposto de renda até 5% do lucro operacional para efeito de contribuições às entidades esportivas. Equipamentos importados, sem similares nacionais e sob aprovação do CND, continuaram sem imposto de importação. A Loteria Esportiva passou também a destinar, a mais, a renda líquida total de um concurso a cada ano de Jogos Olímpicos e Copa do Mundo para custeio das delegações. A concessão de bolsas de estudo

estudantis passou a ser preferencialmente dada a alunos que se destacam no cenário esportivo. Campeões esportivos carentes de recursos, inclusive para o estudo, também receberiam bolsas.

A lei desdobrou o sistema esportivo nos seguintes subsistemas:

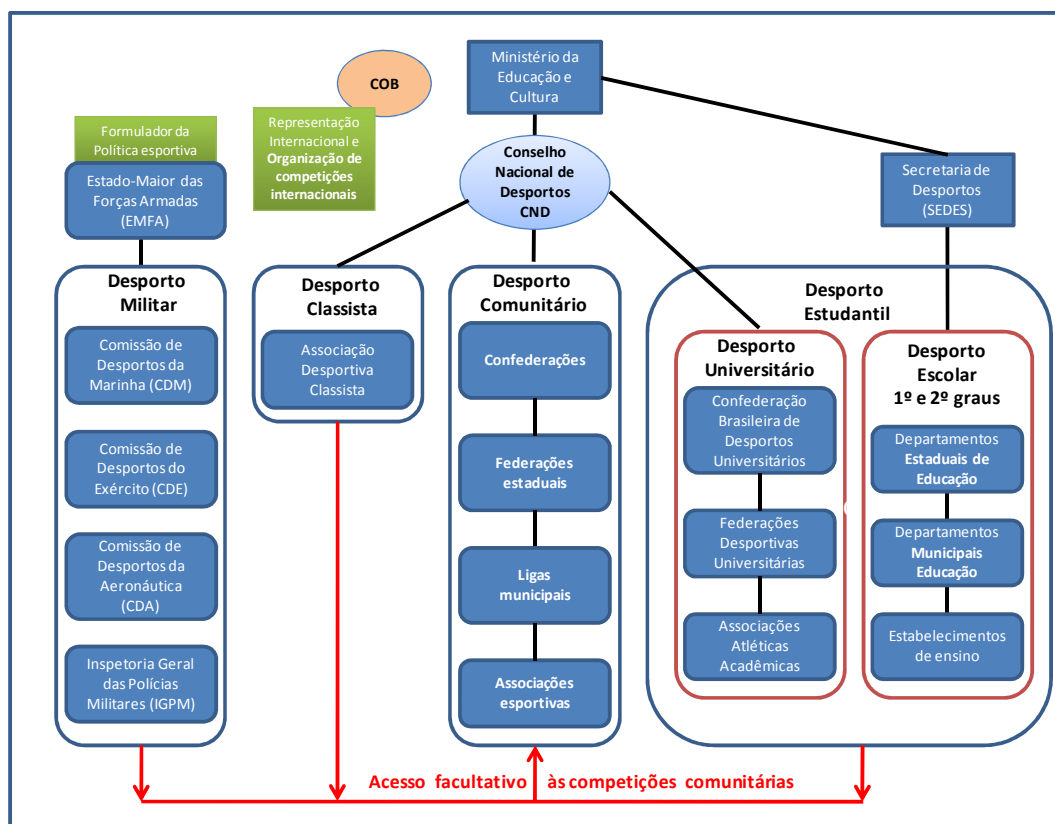
1. Esporte comunitário amadorista ou profissional: abrangendo todo o sistema forma, sob supervisão normativa e disciplinar do CND e com as confederações dirigindo e representando as modalidades internacionalmente sob supervisão do COB.
2. Esporte estudantil, dividido em: a) universitário, sob supervisão normativa do CND e direção da CBDU e respectivas federações por modalidade; b) esporte escolar (1º e 2º grau), sob supervisão normativa do MEC e seu órgão competente.
3. Esporte militar: dividido em Ministérios (Marinha, Exército e Aeronáutica) e organizações auxiliares (Polícias Militares e Corpos de Bombeiros).⁸⁹
4. Esporte classista: congrega as associações desportivas fomentadas por empresas agrupadas por estados e centros regionais.

Aos atletas dos subsistemas estudantil, militar e classista estava aberta a participação nas competições no esporte comunitário, o que, em tese, integrava todo o sistema e dava oportunidade a que atletas de destaque dos outros três subsistemas esportivo pudesse ser utilizado no subsistema principal, o comunitário. O objetivo era a permanência do processo seletivo e de fortalecimento do alto rendimento.⁹⁰ A reestruturação é melhor visualizada na figura 7.

⁸⁹ A rigor a categoria “Desporto Militar” passou a gozar relativa independência do CND com o Decreto n.º 38.778 de 27 de fevereiro de 1956 que institui a Comissão Desportiva das Forças Armadas – CDFA, com a finalidade de organizar e dirigir as competições desportivas entre as Forças Armadas, constituir representações nacionais em competições esportivas militares internacionais e de opinar pelas Forças Armadas em congressos desportivos nacionais e internacionais.

⁹⁰ Foi o caso do Capitão Padilha nos anos 1930 e seria depois o caso de João Carlos de Oliveira, o João do Pulo nos anos 1970.

Figura 7 - Reestruturação do Sistema Esportivo Nacional.



Fonte: (BRASIL, 1975; BRASIL, 1977).

A lei reconheceu formalmente o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), ao passo que o antigo DL 3.199 sequer fez referência a ele. O CND continuou como órgão normativo e disciplinador e o número de conselheiros foi ampliado de 5 para 11, o que se não o tornou mais democrático, haja vista o Presidente da Nação ainda poder indicar 8 integrantes, ao menos tornou-se mais representativo ao incluir um conselheiro nato indicados pelo MEC, um pelo COB e mais outro pelas confederações, desde que apontado em reunião convocada e presidida pelo Presidente do Conselho Nacional de Desportos. Ou seja, o regime procurava ainda manter o poder regional das confederações e federações sob “rédeas curtas”.

É interessante a similaridade de argumentos de autores sobre este estágio. Manhães (2002, p. 99-105), avalia que a lei e seu decreto regulamentador apenas reafirmaram política de “modernização do já existente” em que as clientelas foram melhores separadas e organizadas de forma mais independente. Sobre o CND, o autor avalia que nada mudou, mesmo porque o chamado “Grupo Tarefa”, encarregado pelo governo da

redação da nova lei foi composto por membros do próprio CND que souberam preservar os poderes do órgão. Já Tubino (1996, p. 51) cita grupo de juristas especializados. Os dois autores concordam no erro conceitual da categoria “esporte comunitário” que não tem nada a ver ou a fazer no sentido de esporte “participativo” da comunidade.

Tubino observa que, a partir das reflexões geradas pelo Diagnóstico de 1971, esperava-se que a nova lei atendesse as recomendações deste; todavia, o contrariou ao manter o centralismo, a tutela estatal e o paternalismo impostos pelo Estado Novo. A lei teria pecado por não incorporar nova conceituação do esporte que estava surgindo na Europa (TUBINO M. J., 2008, pp. 51-2). Como pontua Manhães: “Após o que já vimos, podemos reafirmar então que a abertura no modelo advindo do Estado Novo é formal. Permanecem a hegemonia do desporto seletivo e a base clubística dele.” (MANHÃES, 2002, p. 107).

Com base no texto que apresenta o PNED, Linhales observa que, além já batida instrumentalização do esporte para a compensação dos desgastes da vida moderna, a intenção da Política Nacional de Educação Física e Desportos foi de priorizar ainda mais o esporte escolar visando o alto rendimento. Neste momento, não houve menção ao esporte como “direito social”, mas sim, um discurso de ascensão social através do esporte (LINHALES, 1996, p. 155; BRASIL, 1976B).

A tentativa de cooptação política na base esportiva

No que diz respeito à representatividade interna do esporte comunitário, importante mudança adveio com o Artigo 88 do Decreto n.º 80.228: “Sob pena de nulidade, os estatutos das confederações, das federações e das ligas desportivas obedecerão ao sistema de voto unitário na representação das filiadas em quaisquer reuniões de seus poderes.” Significou que, nas assembleias deliberativas, votos de “times grandes” valessem o mesmo do que os “pequenos”, o mesmo vale para federações, por exemplo, as do estado do Rio de Janeiro e São Paulo, em ralação ao do Acre e então território de Rondônia.

Esta foi a formula dos militares controlarem o poder dos centros e estados mais populosos e economicamente mais fortes, onde estavam perdendo espaço político, ao mesmo tempo em que estendiam o clientelismo de apoio ao regime no momento crítico em que iniciavam a abertura política. A possibilidade de manipulação das ligas municipais que congregavam clubes e associações esportivas tornou-se bastante atrativo aos objetivos eleitoreiros do partido do governo, a ARENA.

Outra questão de possível uso político deu-se com o movimento do EPT, acusado por intelectuais de esquerda de ser implementado visando à alienação da massa populacional do contexto político do período militar no Brasil. Contudo, os promotores do movimento rebatem as acusações contra-argumentando que a matriz teórica e prática de tal movimento veio de fora do País. O que não invalida o uso e a crítica. No entanto, vejo que o EPT, neste aspecto, era percebido pelo governo como irrelevante, pois não tinha as características e apelos de outros esportes de massa.

O Plano Nacional de Educação Física e Desportos - PNED

Com Geisel, o governo militar passou progressivamente a abrir mão do planejamento centralizado para incorporar o planejamento participativo. Optou-se também pelo desenvolvimento de ações sociais de baixo custo com base na participação popular voluntária e nas estruturas sociais dos governos locais. Mutirões, campanhas e movimentos ganharam a agenda do executivo nos três níveis governamentais.

O PNED, lançado em 1976 para durar até 1979, organizou o esporte de massa dentro deste contexto: participação popular, rápida implementação e baixo custo. O apoio financeiro do Estado deveria se resumir a prover meios de orientação e de divulgação. Como justificativa para suas ações o programa apontou as seguintes causas para a inexpressiva aptidão física da população brasileira: a) insuficiência de equipamento para o uso do lazer; b) falta de sistematização na utilização dos equipamentos existentes e de diversificação de formas e práticas de desportos de massa; c) ausência de sistemas que facilitem o acesso da população; d) inexistência de difusão integrada, global e sistemática sobre os valores da prática de atividade física. A partir destas constatações foram traçadas as seguintes diretrizes: a) planejar, motivar, mobilizar e apoiar as

atividades desportivas da população de forma organizada, utilizando-as como instrumento de política social na valorização do homem; b) estimular órgãos e entidades do sistema esportivo nacional a apoiar o desporto de massa, franqueando suas instalações e equipamentos em períodos de ociosidade; c) transformar a prática do desporto de massa em um dos meios de preenchimento do tempo de lazer (MEC, 1976, apud CAVALCANTI, 1984, p. 30).⁹¹

O modelo piramidal foi também referendado no PNED nos seguintes termos: “entende-se a educação física escolar como causa e o desporto de alto nível como efeito, tendo o desporto de massa como intermediário [...] em termos de administração, é evidente que a maior parte dos investimentos deve ser orientada para a educação escolar” (MEC, 1976, p. 53 apud VERONEZ, 2005, p. 245).⁹²

Com base na tabela 3, Veronez observa que os recursos destinados à Educação física e desporto estudantil (3º no rank) não corresponde à prioridade dada a esta categoria pelo documento do PNED. Contudo, há que se considerar o recurso em termos per capita, o que apesar de eu não possuir os números específicos, por certo, pela dimensão dos universos compreendidos, eu colocaria o esporte de massa em terceiro, a Educação Física e desporto estudantil em segundo e EAR no topo.

Tabela 3 - Orçamento para o PNED entre 1976 e 1979 (em 1.000 de Cruzeiros).

Subprogramas	1976-79
Desporto de massa	734.780
Desporto de alto nível	403.325
Educação Física e desporto estudantil	395.276
Apoio	282.925
Total	1.816.306

Fonte: (VERONEZ, 2005, pp. 147-8).

⁹¹ BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Educação Física e Desportos, Lei n.º 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos – PNED. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1976.

⁹² Ibid.

O movimento Esporte para Todos - EPT no Brasil

Contraditoriamente é neste contexto de predominância do EAR que tem início o movimento do Esporte para Todos no Brasil, previsto pelo PEND. Importante ator deste movimento foi Lamartine Pereira da Costa, ex-aluno da EsEFEx , professor em algumas universidades do Rio de Janeiro e que desde o início da década de 1970 auxiliou o governo na formulação da política pública do esporte, especialmente para a formulação do PNED a partir do Diagnóstico da Educação Física e dos Desportos no Brasil.

Costa considera 1973 o ano inicial do movimento EPT no Brasil, sendo o movimento formalizado em 1975 quando o mesmo ator, por razões da proximidade entre o regime militar e a Rede Globo de televisão, conseguiu desta emissora o apoio institucional para a campanha MEXA-SE, tida por Costa como etapa fundamental do processo de desenvolvimento do EPT no Brasil. O movimento foi institucionalizado, em 1977, como a **Campanha Esporte Para Todos no Brasil** por meio da parceria entre o DED/MEC e o MOBREAL e tendo Costa como coordenador. Os dados oficiais citam que a Campanha EPT articulou rede de informações por meio de rádio jornais e revistas, treinando 9.700 agentes voluntários em dois terços dos municípios brasileiros, com a abrangência de 10 milhões de participantes (COSTA L. P., 1983, p. 26). A Campanha EPT envolveu a participação de estados, municípios e a iniciativa privada. Destacou-se o jornal “Comunidade Esportiva”, fundado em 1980 por Costa, servindo de canal de comunicação para a “Rede Nacional do Esporte para Todos”.

Os eventos foram realizados com base no trabalho voluntário; prioritariamente em fins de semana e feriado; ao ar livre, em ruas, praças, praias, parques e similares. Linhales pontua que a Campanha EPT, “braço esportivo/recreativo que o Governo Federal utilizou para o enfrentamento das questões sociais”, foi realizado à custa de muita exploração (sentido marxista) dos profissionais de Educação Física e demais voluntários. Contudo, a autora avalia o resultado como positivo por ter o EPT se mostrado como alternativa ao EAR. Também porque, apesar da descontinuação oficial da campanha em 1979, esta continuou em bases comunitárias (LINHALES, 1996, p. 158).

Interessante é o contraponto que a autora faz em nota de rodapé: “Contraponho-me, assim, às análises que reduzem o desenvolvimento do EPT no Brasil apenas à sua dimensão ideológica, por considerar que as mesmas desprezam os atores, os interesses, os dilemas e as disputas de poder que permearam sua realização.” (LINHALES, 1996, pp. 158-9).

Entendo que a autora aponta para a linha da sociologia crítica do esporte como nas análises de Cavalcanti (1984), ao concluir que o EPT esteve “a serviço da despolitização da massa à medida que afasta o indivíduo da sua realidade social para cultivá-lo num espaço esportivo, abstrato, onde se exercita a obediência e a disciplina”. Também aponta para a conclusão de Castellani Filho, para quem o EPT buscou por meio do esporte, ajudar o regime militar a mascarar a estrutura de classes no Brasil, simulando que o acesso às atividades físicas de lazer pela camada da população de mais baixa renda significava melhoria da qualidade de vida (CASTELLANI FILHO L. , 2000). Em sua obra clássica, Castellani define o EPT como:

“Braço direito do desporto de massa apresentado como uma proposta de esporte não formal inspirado no quadro teórico da Educação Permanente, encontrou o EPT, campo fértil para a sua propagação em nosso país, a partir da necessidade sentida pela classe governante, de convencer os segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira de que o desenvolvimento econômico propalado na fase do ‘milagre’ tinha o seu correspondente no campo social.” (CASTELLANI FILHO L. , 1988, p. 116).

A SEED e a pseudo-crítica ao modelo piramidal

Dentro das propostas do PNED estava a elevação do DED ao nível de Secretaria do MEC, o que foi efetivado com o Decreto n.º 81.454/1978 que reestruturou o MEC e criou a Secretaria de Educação Física e Desportos (**SEED**) com as seguintes finalidades dadas pelo Artigo 21:

“[...] planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da educação física e dos desportos no País, em consonância com as diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desportos; prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva às unidades federadas e às instituições particulares de ensino, bem como às entidades

nacionais dirigentes do desporto e zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente (BRASIL, 1978).

O principal produto da SEED foi a elaboração das **Diretrizes Gerais para a Educação Física e Desportos (1980/1985)**, com os seguintes objetivos: a) promover e aperfeiçoar programas de conscientização de toda a população para a importância da prática regular das atividades físicas, sua necessidade e seus valores, com ênfase sobre as populações carentes das zonas urbana e rural; b) desenvolver ações que visem a incorporar efetivamente o hábito da prática regular da Educação Física na escola, com prioridade para a faixa de educação pré-escolar e as quatro primeiras séries do 1º grau; c) desenvolver programas de desporto que visem à melhoria das elites nacional, estadual e municipal.⁹³

A novidade, conforme o item “b”, foi a implementação da educação física na educação pré-escolar e no ensino de primeira a quarta séries do primeiro grau com base nas teorias da aprendizagem motora norte-americanas, cujo foco era o desenvolvimento psicomotor da criança. Já os elementos do alto rendimento foram deixados para a 5ª série em diante.

Partia-se da percepção de que o modelo piramidal não atingia o objetivo almejado: gerar atletas de elite que projetassem o País internacionalmente. O modelo passou a ser alvo freqüente de críticas da comunidade de Educação Física (COSTA L. P., 2006, p. 14.21). Como consequência as Diretrizes questionaram a eficácia do modelo piramidal, reconheceram a especificidade de cada área esportiva (rendimento, educacional e participativo) e introduziram o debate sobre quantidade *versus* qualidade:

"Urge mudar radicalmente tal concepção, pois o objetivo do setor é muito mais amplo. Ninguém duvida de que a elite surge da massa, mas convém afirmar, categórica e fortemente, que os simples praticantes, isto é, aqueles que não pertencem à elite são um fim em si e não apenas um meio para criar campeões." (BRASIL, 1981, p. 7).

⁹³ As Diretrizes deram origem ao Plano Nacional de Educação Física e Desportos 1980-1985 (BRASIL, 1981).

Dado o impacto do movimento do EPT, a SEED criou a Subsecretaria de Esportes para todos (SUEPT), encarregada do "estímulo destinado às Unidades da Federação e aos projetos isolados de EPT" (COSTA L. P., 1983, p. 39).

Porém, o discurso se desloca da realidade no momento da implementação, pois foi contraditório a própria SEED ter buscado implantar, nas escolas, estrutura vinda do EAR, os chamados "Clubes Escolares", nos quais os diretores de escola eram os presidentes dos clubes, os professores eram os técnicos e treinadores, os alunos eram os atletas e as modalidades eram as olímpicas (LINHALES, 1996, p. 162).

A forma tecnicista (modelo piramidal) de ver o problema e determinar a solução ficou clara em artigo de Ruthenio de Aguiar, então funcionário da Subsecretaria de Desportos da SEED, explicando os propósitos da nova política do desporto escolar. Inicia ponderando que mesmo especialistas da área, pouco familiarizados com o assunto, não conseguiam entender a mudança de rumo. Ressalta Aguiar que não se tratava de sobrepor os interesses do sistema esportivo aos do sistema educacional, nem deste ser simples meio de fornecer produtos (atletas) ao outro, mas de atender características, necessidades e interesses dos dois sistemas. Para tanto, a proposta do clube escola, segundo o autor, deveria ser opcional às escolas e operada em horário alternativo ao sistema convencional.

Isto me leva à questão sobre que interesses determinaram necessidades e estas a definição das características em comum para a justificação da política. O fato é que a SEED estava imbuída em elevar a variável Nível de Desenvolvimento, cociente entre número de atletas de elite (topo) e o número de praticantes (base). A estrutura teórica formulada inicialmente com quatro premissas pode ser resumida a duas: a) a relação elite/praticantes pode ser melhorada de forma qualitativa (treinamento) até certo limite (natural, físico, genético pertencente à base). Após o tratamento qualitativo em dada população, se o número obtido na elite é considerado insuficiente, este só pode ser aumentado adicionando-se nova base. Como a base tradicional EAR estava dada e restrita aos clubes e considerava-se que o tratamento qualitativo já havia chegado ao limite, bem como se fazia difícil e cara a sua expansão, a nova base que se apresentava era a do esporte escolar a qual deveria ser aplicado os estágios de formação esportiva:

procura e captação de talentos; desenvolvimento de talentos; treinamento da elite. Como conclui o autor:

“Essas razões indicam claramente que se pretendermos desenvolver ações de aumento do número de praticantes do desporto, na maior amplitude possível, para revelar grandes contingentes de talentos que aumentarão o número da elite, elevando o Nível de Desenvolvimento do nosso desporto, a única alternativa viável é o incremento do Desporto Escolar.” (AGUIAR, 1982).

Será então inapropriado responder a questão acima dizendo que a principal característica é a similaridade da base, a necessidade é do aumento do número de atletas de elite e os interesses são próprios aos agentes em comando do EAR e que se faziam presentes em ambos os sistemas?

Esta iniciativa também gerou críticas. A principal foi sobre o processo de exclusão, pois as escolas mais bem estruturadas em termos de recursos humanos, professores e alunos, e de equipamentos esportivos, muitas delas particulares, passaram a ter, ano após ano, liderança nos campeonatos estudantis. Dentro das escolas, os professores passaram a priorizar as competições, diminuindo a carga horária dedicada à formação esportiva em geral e aumentando substancialmente o tempo de treinamento das equipes mirim, infantil e juvenil de determinada modalidade que a escola tivesse maior potencial.

Não é de se admirar que muitos alunos formados neste tempo e que não apresentavam dotes para o EAR, passassem a desenvolver desgosto ou indiferença para com a disciplina, pois ficavam relegados à posição secundária, desmotivados e comparecendo às aulas apenas para não ficarem com falta.⁹⁴

Entre 1975 e 1985, o foco da atuação governamental no esporte se deslocou para o setor educacional. O que se refletiu também no aporte de recursos. Com mostrado na tabela 4, somando-se os recursos para o desporto estudantil e para a reestruturação da área de Educação Física, chega-se a percentagem de 25% dos gastos para o período do MEC

⁹⁴ Cabe ressaltar que muitos professores, mais conscientes desta dificuldade, combinavam com os alunos selecionados para fazerem treinos em horários alternativos, para que a fase dos jogos não prejudicasse tanto os demais.

para o setor. Contudo, fica evidenciado a prioridade ao Esporte Comunitário ou ERA com 41% dos recursos para os anos de 1983 a 1985.

Tabela 4 - Recursos da SEED/MEC por área de execução.

Área	1983	%	1984	%	1985	%	1983-85	% Total
Educação física	522	0	1.948	0	5.895	0	8.365	14%
Desporto estudantil	885	0	1.245	0	4.358	0	6.488	11%
Esporte para Todos	886	0	1.384	0	4.198	0	6.468	11%
Desporto comunitário	1.842	0	2.928	0	19.780	0	24.550	41%
Construção e outros projetos especiais	1.239	0	2.588	0	4.628	0	8.455	14%
Desporto profissional	168	0	307	0	1.400	0	1.875	3%
Administração da Seed	239	0	698	0	2.821	0	3.758	6%
Total	5.781	1	11.098	1	43.080	1	59.959	100%

Fonte: (CARAN, 1989, p. 9). Valores Cruzeiros 1.000,00.

A entrada das empresas no EAR

Foi também neste período que novo ator, a partir da categoria “Esporte Classista”, passou a ter peso ao introduzir a lógica econômica no setor. Foram as grandes empresas que, mediante as mudanças na legislação esportiva em 1975, passaram a usar o esporte como excepcional veículo de marketing ao patrocinarem clubes constituídos na categoria de esporte classista, mas que competiam dentro da categoria esporte comunitário, na modalidade do voleibol e que levavam os nomes dos respectivos patrocinadores. Foi o caso da Pirelli de Santo André, Bradesco de Osasco, Atlântica Boavista no Rio de Janeiro e outros que os seguiram (MINADEO, 2008).

O fenômeno no voleibol no início dos anos 1980 deveu-se a dois fatores principais: primeiro, o forte apoio da televisão, especialmente a Rede Bandeirantes de São Paulo, sob a direção esportiva de Luciano do Vale, que apostou nesta modalidade ao organizar e a transmitir jogos nacionais e internacionais, nos quais se destacavam jogadores depois conhecidos como pertencentes a chamada “geração de prata” (VALLE, 1983); o segundo foi a marcante gestão de Carlos Arthur Nuzman à frente da Confederação Brasileira de voleibol, que estruturou calendário de jogos, formas de patrocínios e métodos de gestão empresariais que levaram a modalidade ao 2º lugar na preferência nacional e a serviu de espelho para demais modalidades coletivas como basquetebol, futebol de salão etc. (CBV, 2008; ARAUJO L. E., 2003).

E o futebol?

Se há questão que tem consenso nas diferentes correntes acadêmicas sociais e políticas é sobre o uso do futebol como instrumento de manipulação de massa no período do regime militar. Entretanto, tal propósito começou mal com a desclassificação da seleção bicampeã (1958 e 1962) ainda na fase inicial da Copa do Mundo de 1966, somente dois anos depois de os militares terem assumido o comando do País.

Alguns meses antes da Copa de 1970, os militares não quiseram correr risco. Bastaram dois resultados considerados ruins para pressionarem pela destituição do técnico João Saldanha, que foi tachado de esquerdista. A chefia da delegação foi passada ao major-brigadeiro Jerônimo Bastos, a preparação física dos jogadores ficou a cargo dos oficiais da Escola de Educação Física do Exército e em comum acordo CBD e militares deram o cargo de técnico a Mario Zagallo.⁹⁵

O exemplar planejamento e preparação física para jogos em altitude no México, aliado à inigualável técnica dos jogadores, possibilitou que Zagallo montasse um esquema técnico ofensivo arrojado para a época e que o conjunto fosse vitorioso.⁹⁶ A música “Prá frente Brasil” (“90 milhões em ação, pra frente Brasil! Salve a seleção!”) tornou-se a expressão ideológica materializada, ao menos na “realidade” do futebol. A conquista reforçou a aposta no fortalecimento das demais modalidades esportivas, desde que praticadas quantitativamente em nível similar ao futebol.

A CBD, atendendo ao governo, ampliou o número de times no campeonato nacional interclubes de 1970, tendo duas divisões de 20 times cada, pois, na gestão Médici, a AERP via no futebol instrumento de controle político e social apropriado ao projeto de integração nacional. O Estado bancou a realização em 1972 de torneio internacional entre seleções nacionais dentro das comemorações de 150 anos da independência. Nova

⁹⁵ Um dos métodos adotados para a preparação da Seleção foi o de treinamento cardio-pulmonar desenvolvido por Kenneth H. Cooper no final dos anos 1960 e que ganhou o mundo nos anos 1970 (COOPER, 1972).

⁹⁶ Para aprofundamento sobre a evolução dos esquemas táticos de jogo usados pelo Brasil nas três Copas do Mundo (1958, 1962, 1970) ver (TOLEDO, 2000).

vitória brasileira agradou ao regime, mas serviu também de plataforma política para João Havelange, que entre 1973 e 1974 utilizou os jogos preparatórios em diversos países, ainda inexpressivos no futebol, como for a de angariar votos na eleição à presidência da FIFA.⁹⁷

Na Copa de 1974, a preparação seguiu o padrão da anterior. Entretanto, o ambiente ufanista de “já ganhou” se assemelhava ao de 1966, a comissão técnica simplesmente não deu atenção à evolução do futebol europeu e o Brasil foi por eles atropelado, ficando em 4º lugar. Havelange conseguiu a presidência da FIFA, mas foi forçado pelo regime a abrir mão da CBD que, em 1975 passou ao almirante Heleno Nunes, ex-presidente da Arena (SARMENTO, 2006, pp. 123-39).

Em 1976, por proposta do então Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, foi aprovada a LEI n.º 6.354, de 02/09/1976, que reconheceu a profissão de jogador de futebol e institucionalizou o “passe”. Os jogadores passaram a ter direito ao passe livre ao completar 32 anos de idade, desde que estivessem a dez anos no mesmo clube. A Lei também reconheceu os órgãos da Justiça Desportiva como competentes para aplicar penalidades (BRASIL, 1976A).

Retomando a CBD, Heleno Nunes implementou, abertamente, política de *Panis et Circenses* com o Campeonato Nacional ao progressivamente elevar o número de times no campeonato de 40 clubes em duas divisões de 20 times em 1974, para uma única divisão com 42 times em 1975, 54 em 1976, 62 em 1977, 74 em 1978 e 90 times em 1979. Daí sua frase celebre que virou dito popular: “onde a Arena vai mal, mais um time no nacional”, depois acrescido pelo dito popular com o “onde a Arena vai bem, um time também.” Este aumento justifica-se pela política clientelista possibilitada pelo critério de voto unitário, instituído pela Lei n.º 6.251 (GAZETA_ESPORTIVA, 2008).

A tentativa de manipulação e interferência com a Seleção Brasileira teve ainda seu último suspiro na Copa do Mundo de 1978, tendo Heleno Nunes empossado como técnico o capitão Claudio Coutinho, estudioso do futebol europeu e dos novos conceitos

⁹⁷ A gestão de João Havelange a frente da CBD é polemizadas por alguns jornalistas esportivos como sido corrupta e clientelista. As críticas mais consistentes são por parte de Juca Kfoury como consta em sua entrevista à revista eletrônica “Caros Amigos” (KFOURI, 1997).

de futebol total. Entretanto, a manipulação dos militares argentinos foi mais eficaz e eficiente. Restou aos brasileiros se intitularem “Campeões Morais”.⁹⁸

Desde 1970, com os recursos da loteria esportiva, a CBD passou a ter superávits e então a defender a criação de federações especializadas para as demais modalidades que estavam aos seus cuidados, uma vez que estas passariam também a ter dotação própria e poderiam se sustentar. Os dirigentes do futebol queriam a especialização, transformando a CBD na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), conforme previsto no Decreto n.º 3.199. Contudo, em razão do desejo dos militares de centralização, esta mudança só foi possível em 1979 quando se iniciou desmembramento em quase 30 novas confederações.

A nova CBD precisou também de uma nova cara para sua presidência. Giulite Coutinho, eleito em janeiro de 1980, amigo de Presidente Figueiredo, e mais de acordo com os tempos de abertura (DANTE, 2007). Foi também neste período que se deu o *boom* da comercialização dos símbolos e espaços publicitários nos uniformes dos times e da seleção brasileira como meio alternativo de fortalecimento financeiro do futebol (JORNALISTAS&CIA, 2008; ACPCPSI, 2006).

Esta solução foi acelerada pela crise econômica por que passava o País com o fim do milagre econômico dos anos de 1970 e o arrocho do início dos anos de 1980. A crise deixou a maioria dos clubes em precária situação financeira, obrigando os a se desfazer de seu principal ativo, os craques. A mercantilização do futebol brasileiro teve forte influência do mercado internacional (PRONI, 1998, p. 203).

As operações de marketing se tornaram atrativas aos clubes com a decisiva entrada das televisões na compra dos direitos de transmissão de jogos dos campeonatos. Era também o início da globalização do futebol nos moldes teorizados por Hobsbawm. Estes novos atores (TV's e empresas de marketing esportivo) puderam então formatar os calendários e horários de jogos de acordo com a lógica do nível de audiência das programações.

⁹⁸ Recente livro do escritor colombiano Fernando Rodríguez Mondragón, "El Hijo del Ajedrecista 2", reacende a polêmica vitória da Argentina sobre o Peru na Copara de 1978. As denúncias são de que o governo militar argentino de então, intermediado pelo cartel do narcotráfico de Cali, Colômbia, teria comprado o resultado junto ao governo e alguns jogadores peruanos (LANCOPRESS, 2008).

Contudo, a convergência dos interesses do EAR com o mercado logo encontraria um obstáculo: a própria legislação esportiva, ainda sob os paradigmas da tutela estatal, estrutura hierarquizada de decisão, alto grau de discricionariedade do CND e excesso de centralismo. Características que, em geral, o mercado competitivo se mostra avesso. É neste contexto que passou a ser estruturado o chamado “lobby do futebol” propagando a liberalização do esporte quando em verdade se tratava da reestruturação do futebol em bases mercadológicas, também ditas neoliberais. Tais elementos levaram a Câmara de Deputados a organizar evento específico para o assunto.

A “crise de identidade” na comunidade acadêmica de Educação Física

O final dos anos de 1970, início do governo do General Figueiredo, foi período de intenso questionamento dentro da área de Educação Física. Mesmo os militares, encastelados nos postos de comando do esporte e da Educação Física, percebiam que o movimento de abertura neste setor estava sendo demandado e no início da década de 1980 ficou claro a necessidade do setor esportivo também acompanhar o processo de redemocratização em curso em outras áreas.

Os acadêmicos da área falavam, e depois escreveram, sobre o embate de várias correntes teórico-pedagógicas, pela dependência de outras disciplinas ou colonização epistemológica, pelo questionamento do modelo piramidal e sobre a hegemonia do EAR também na área educacional. O desenvolvimento da sociologia crítica do esporte, nos anos 1970, principalmente com Bourdieu e Brohn, teve destacado papel neste processo de auto-avaliação da função social e “caráter alienante”, do processo autoritário e hierarquizado de sua implementação mesmo pelos profissionais da área. Nos encontros, congressos e seminários a sentença de ordem era a “crise de identidade” (LISBOA & PINTO, 2003).

A criação em 1983 da Comissão de Pesquisa em Educação Física e Desportos (COPED) pela SEED, em parceria com o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), possibilitou mudança nos rumos dos investimentos na pesquisa em Educação Física. A COPED passou a dar preferência a pesquisas relacionadas aos temas do Plano PNED e ao

programa Esporte para Todos, abrindo o leque para os campos pedagógico, psicológico e sociológico, diminuindo o peso da área puramente biológica, matriz do EAR (MAZO J. Z., 2000, p. 18).

A entrada mais decisiva das ciências sociais e humanas na área da Educação Física, permitindo a análise crítica do paradigma da aptidão física, foi parte de movimento mais amplo chamado de movimento renovador da Educação Física brasileira na década de 1980 (BRACHT, 1999, p. 77). Também para Melo (1996, p. 35) o fim do regime de exceção dos militares renovou movimentos orientados por diferentes matrizes teóricas que rediscutiram o papel da educação física no contexto da sociedade brasileira.

O início da democratização no setor esportivo

No processo de democratização na área do esporte, Linhares (1996, p. 168) aponta dois fatores contribuintes: a imprensa, que passou a questionar o autoritarismo também nesta área, e o aumento da produção literária própria (livros e revistas) de cunho sociopolítico. A democratização do esporte passou a ser debatido como questão de política pública pelo meio acadêmico, no qual o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, CBCE, mostrou como agente crítico ao *status quo* e como espaço de reflexão e produção coletiva de conhecimento a respeito.

A autora também destaca o papel da Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo (APEF/SP), junto com o Jornal Folha de São Paulo, na realização do seminário "O autoritarismo no esporte". Seguindo a tradição internacional, a comunidade da Educação Física e do esporte se manifestaram formalmente contra o autoritarismo e problemas associados as áreas na Carta de Belo Horizonte de 1984, assinada por grupo de acadêmicos no II Congresso brasileiro de Esporte para Todos, organizado pela Federação Brasileira de Associações dos Professores de Educação Física (FBApef). Entre 1981 a 1983 foi também período em os estudantes de educação física fizeram paralisações em defesa do ensino público e gratuito, surgindo deste movimento o Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física – Eneef.

Destacado evento, tanto interno ao clube como para a conjuntura política, foi protagonizado pela “Democracia Corinthiana”, nome dado pelo publicitário Washington Olivetto ao período de 1981 a 1985, no qual os jogadores participaram das decisões pertinentes às suas atividades. Segundo Waldenyr Caldas, foi movimento articulado por Adilson Monteiro Alves, sociólogo, ex-vice-presidente do clube e os jogadores mais politizados, Sócrates, Walter Casa-Grande Júnior, Wladimir e outros, que trocaram as práticas autoritárias pela autogestão e decisão por voto. “A ‘democracia corinthiana’ eliminou, pelo menos no departamento de futebol, uma estrutura montada em bases autoritárias, arcaicas e paternalistas, cujo resultado redundava sempre no desrespeito ao jogador profissional” (CALDAS, W., 1994, pp. 46-7, apud SANTOS T. C., 2002).⁹⁹

Em 1983, a Comissão de Esporte e Turismo da Câmara dos Deputados, liderada por Márcio Braga, ex-presidente do Flamengo, convencida da necessidade de iniciar processo de liberalização e modernização do setor esportivo, realizou, em outubro de 1983, o Ciclo de Debates "Panorama do Esporte Brasileiro". O evento teve a representação das diferentes categorias esportivas reconhecidas pela legislação esportiva de então e de outros atores da sociedade envolvidos no setor. Os grupos temáticos foram: 1- A legislação esportiva; 2 - Profissionalismo no futebol e a estrutura atual; 3 - Treinadores, árbitros, auxiliares e torcedores; 4 - O jogador de futebol profissional; 5 - O esporte profissional (estrutura); 6 - A Educação Física na formação do atleta massificação e recreação) (BRASIL, 1984).

O conteúdo dos anais publicados pela Câmara dos Deputados evidencia os desejos de liberalização do setor, bem como a predominância da preocupação com o setor formal do EAR. A questão do estabelecimento da prática esportiva como direito social apareceu de forma marginal nos debates e intervenções. Mostrou-se urgente a separação do esporte da tutela e comando do Estado. Os anseios de reforma, capitaneados por Marcio Braga, foram por ele colocadas em projeto de lei, PL 2929/1983, que iria alterar a redação da Lei 6.251, pondo fim ao voto unitário no sistema federativo, dando maior autonomia do sistema (confederações, federações, ligas) e entidades desportiva (clubes) e diminuindo as prerrogativas do CND. Todavia, o projeto não chegou a ser votado.

⁹⁹ Caldas, Waldenyr 1994 “Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro”. Revista USP (São Paulo), Nº 22, junho/julho/agosto.

Na avaliação de Tubino, até o fim do período do regime militar “O Brasil, continuava, pelos seus instrumentos legais e prática dos seus dirigentes esportivos, a não entender o esporte, a não ser nas suas manifestações ligadas ao esporte-performance.” (TUBINO M. J., 1996, p. 57). Este quadro começaria a ser alterado com a volta da democracia e a ascensão de novos dirigentes na estrutura do Estado, entre os quais, o próprio assumiria papel de protagonista.

Síntese para o período

A tomada do poder pelos militares em 1964 repercutiu sobre os parâmetros estáveis do sistema político maior contemplado pela *ACF*, especialmente sobre a estrutura constitucional (Constituição de 1967/69 e Atos Institucionais) e gerou novos eventos dinâmicos como a nova ordem econômica e social (milagre brasileiro). Tais mudanças alteram os recursos e restrições disponíveis aos agentes dentro do subsistema esportivo.

A reestruturação da legislação esportiva operada pelo regime militar privilegiou deliberadamente o EAR que recebeu, no período, o nome de esporte comunitário. As razões para isto estão na profunda e secular identificação dos militares com os valores centrais do rendimento esportivo e com o alentado projeto de tornar o país potência olímpica. Para tanto, o regime procurou colonizar a área do Ministério da Educação e Cultura, por meio dos programas do DED depois SEED, com o paradigma do EAR no sentido de ampliar a predominância do EAR. Se por um lado isso fortaleceu a coalizão pró-EAR, por outro produziu desconforto entre dirigentes do esporte formal (federações e confederações) pela percepção de que passariam a ter que dividir atenção e recursos do governo federal com o esporte educacional.

De acordo com a 2ª hipótese interna da *ACF*, o desconforto do esporte formal demonstra que se a coalizão dominante (pró-EAR) não divergiu sobre seus aspectos centrais; o fez nos secundários associados às “decisões e informações instrumentais necessárias para implementar as políticas públicas”. Ou seja, divergências na estratégia e áreas de implementação. Também é teorizado que, no limite, a divergência pode levar ao surgimento de coalizão dissidente, o que não foi o caso devido ao período ditatorial vivido, quando não seria prudente para uma estrutura esportiva, ainda amadora e

dependente não apenas do governo federal como também da estrutura administrativa CBD, enquanto ainda confederação eclética e “guarda chuva” para as demais.

O movimento de colonização também gerou oposição em parte da comunidade de educação física que fez a crítica de que o “modelo piramidal” não atingia seu objetivo: formar campeões e medalhistas, provocando sua revisão conceitual – o que a *ACF* chama de *enlightenment function*. Esta oposição não chegou a se constituir em coalizão rival, contudo, somou forças com outro movimento emergente de crítica ao predomínio do EAR, o EPT. A partir deste acoplamento pode se conceitualizar o **surgimento de nova coalizão no subsistema esportivo, a Pró-EPE** (esporte participativo e educativo), não tanto pela homogeneidade, devido oposições ideológicas nas duas categorias (vide crítica ao EPT), mas pela clara estruturação dos valores centrais em oposição ao predomínio do EAR, situando os aspectos ideológicos na camada mais externa que suporta maior divergência.

Importante movimento interno à coalizão dominante deve ser observado. Diferentemente das demais modalidades esportivas componentes da coalizão pró-EAR, houve esforço do futebol em se tornar independente do Estado, mesmo sob o governo militar que controlou, tanto quanto possível, o crescimento e a ação desta modalidade até o desmembramento das confederações e a criação da CBF em 1979.

O próximo capítulo aborda importante período do desenvolvimento da política pública do esporte, pela sua alçada ao nível constitucional e de como neste fórum privilegiado as duas coalizões se comportaram em busca de seus interesses.

Capítulo 6

O esporte como direito social na letra da lei: a Constituição de 1988

A eleição de Tancredo Neves, ainda que de forma indireta pelo Congresso Nacional, em 1985, marca a retomada da trilha democrática no País. Contudo, com a morte de Tancredo, a Aliança Democrática se viu representada por Sarney, paradigmaticamente ex-presidente do PDS, partido apoiador do regime militar. Já o Esporte chegou à Nova República com a maior parte das organizações formais demandando a sua liberalização, mas dentro de uma estrutura extremamente moldada pelas antigas práticas e por ultrapassados sistemas de decisão que se mostravam ainda incapazes de atender às novas demandas.

Mostrava-se necessário reformular estruturas, modos de atuação e a articulação do setor esportivo com a sociedade, o que não era mais possível de ser feito apenas dentro da esfera do Executivo, como nos períodos anteriores. O Legislativo, *locus* mais avançado do esforço de redemocratização, foi posto a mediar novos interesses de velhos agentes já estruturados no setor com as demandas de novos agentes em busca de espaço no campo da política pública do esporte.

Tubino afirma que, nesta transição, a iniciativa de mudanças coube ainda ao Estado, especificamente ao CND, devido ao que conceituou como “processo de aceitação de uma tutela e paternalismo estatais de muitos anos [...] ao mesmo tempo existia um arcabouço jurídico e uma cultura de conformismo diante da forte predominância do Estado (TUBINO M. J., 1996, p. 61). Mas tal protagonismo deve também ser ponderado pelo fator pessoal, pois o próprio autor, em maio de 1985, tornou-se o primeiro presidente do CND no período da Nova República.

Para Tubino, o “calcanhar de Aquiles” do esporte nacional se configurava em cinco elementos: a) legislação ultrapassada, b) falta de recursos financeiros, c) insuficiência de recursos humanos, d) carência de estudos sobre a realidade brasileira, e) falta de um conceito de esporte. Explicando melhor o último item: **“o esporte sempre foi**

entendido no Brasil pelo esporte de alto rendimento e pelo futebol profissional, o que, convenha-se constitui uma visão hipotrofiada do esporte, delimitando-o apenas na perspectiva elitista do talento” (TUBINO M. J., 1988, p. 14, grifo meu). Segundo o autor, elementos que “prejudicariam qualquer propósito imediato de revisão do esporte brasileiro”.

A Comissão de Reformulação do Esporte

A avaliação inicial de Tubino foi praticamente a mesma do Diagnóstico de 1971, o que indica que os problemas existentes no início dos anos 1970 permaneceram inalterados, a despeito da mudança de legislação em 1975 e do tempo de 15 anos para dirimi-los. Tais deficiências justificaram a criação, dentro do Ministério da Educação, da **Comissão de Reformulação do Esporte**, instituída pelo Decreto n.º 91.452, de 19/07/1985. Coube ao Ministro da Educação, Marco Maciel, determinar a composição da Comissão com cerca de trinta membros, conforme Portaria 598/85 do Ministério da Educação. A presidência ficou a cargo de Manuel Tubino” (TUBINO M. J., 1996, p. 61; BRASIL, 1985A).¹⁰⁰ Na exposição de motivos para o Decreto que instituiu a Comissão Maciel reproduz o seguinte discurso:

“A nossa organização esportiva vigente reflete princípios corporativos e de inspiração coletivista, que hierarquizam as atividades esportivas, subordinando-as ao esporte de alto nível, exclusivamente voltado para as medalhas e para os bem dotados. Seus mecanismos formais impedem o desenvolvimento livre do desporto, dos esportistas e de suas organizações básicas, todos a clamar por legislação mais liberal.” (BRASIL, 1985B).

Ainda escrevendo sobre os trabalhos da Comissão, Marco Maciel, acrescentou que a meta foi de: “[...] **estimular as iniciativas comunitárias voltadas para o esporte**

¹⁰⁰ Em seus agradecimentos à Comissão, Tubino cita os seguintes nomes: Coronel Octávio Teixeira, Bruno Silveira, Alvaro Mello Filho, Adhemar Ferreira da Silva, Adilson Monteiro Alves, Alfredo Alberto Leal Nunes, André Gustavo Richer, Carlos Alberto Andrade, Carlos Arthur Numan, Fernando José Macieira Sarney, Francisco Austerliano Bandeira de Mello, Hezir Espíndola Gomes Moreira, João Alberto Barreto, João Baptista de Mesquita, João Gonçalves Soares, Luciano do Valle, Luiz Alfredo da Gama, Botafogo Muniz, Luiz Afonso Teixeira Vasconcellos de Almeida, Maeterlinck Rego Mendes, Maria Esther Bueno, Miguel Jorge Squeff, Otávio Augusto Anibal Cattani Fanali, Renato Britto Cunha, Renato Cardoso, Romualdo Gianórdoli, Sânzio Valle Mendes, Thales Freire de Verçosa, Valled Perry e Walter Giro Giorano (TUBINO M. J., 1988, p. 21). Estão ausentes os nomes Edson Arantes do Nascimento (Pelé) e Mario Amato, citados na Portaria de convocação. Concluo que acabaram por não participar.

como lazer; e redefinir as responsabilidades coletivas das diferentes esferas do poder público no tocante a esporte como competição.” (MACIEL, 1988, grifo meu).

Linhaes ressalta que a Comissão, embora integrada por pessoas “notórias” ao meio esportivo “não podem ser necessariamente considerados como representantes da pluralidade de interesses que permeava o setor esportivo”. Conclui pela não oposição ou ruptura, pois: “muitos dos novos membros tinham sido colaboradores no período anterior e estavam, por certo, mais empenhados, agora, em processar reformas no sistema esportivo, já que as práticas arbitrárias e os abusos de poder haviam-se tornado constrangedoras com a abertura política.” (LINHALES, 1996, pp. 172-3).

A ilegitimidade da comissão foi também aduzida por se tratar de iniciativa governamental que se aproveitava da precária organização da sociedade para propor mudanças à revelia desta, no dizer do autor: “constituem-se comissões de ‘alto nível’, forjadas de forma a dar a aparência de representativas dos distintos segmentos sociais, mas que no fundo nada mais são do que a garantia da obediência às diretrizes já traçadas nos bastidores” (CASTELLANI FILHO L. , 1985, p. 8).

Veronez vê na conclusão de Tubino (impossibilidade de revisão imediata do esporte brasileiro) a justificativa para uma saída conservadora (a Comissão) e também questiona o caráter democrático do que chamou de “Comissão de notáveis”. Para ele, esta apenas “refletiu os interesses esportivos de quem coordenou os trabalhos, não representando rupturas com o passado; pelo contrário, constituiu-se como resultado do estabelecimento de um consenso entre antigos e novos interesses conservadores [...]”(VERONEZ, 2005, p. 263).¹⁰¹

A Comissão apresentou relatório com setenta e nove indicações ou propostas para aprofundamento posterior, organizadas em seis grupos temáticos (TUBINO M. J., 1996, pp. 64-7; BRASIL, 1985C). Os grupos são aqui resumidos e em seguida avaliados.

¹⁰¹ O artigo 2º da Portaria 598 de convocação diz que a Comissão consultaria especialistas, entidades e instituições, e pelo Decreto n.º 91.451 teria um prazo de 120 para fazê-lo e produzir o relatório. Entretanto não há indícios de que as consultas foram realizadas, ao menos não formalmente, o que reforça a tese de não representatividade dos autores acima.

1. **Reconciliação do esporte com três aspectos de sua natureza.** Propôs o esporte como **Direito de Todos**, nas três formas de manifestações: esporte-educação (esporte na escola), esporte-participação (esporte de lazer) e esporte-performance (EAR).¹⁰² As formas de organização (categorias) do esporte deveriam ser reformuladas em: esporte federado, esporte universitário, esporte escolar, esporte classista, esporte militar, esporte não-formal ou de promoção social e o esporte profissional.

A categorização proposta pareceu confusa, pois dependendo do ângulo que se entenda há sobreposição ou má definição. Por exemplo: a categoria esporte profissional define as demais como não profissionais ou amadoras. Contudo, nesta época (1985) o esporte federado, base do esporte olímpico, já lutava por maior grau de profissionalização para manter-se. O próprio movimento olímpico passava por pressões para a liberalização do profissionalismo, o que aconteceu na olimpíada de Seul em 1988, com a nova Carta Olímpica (PRONI, 2007, p. 7). O esporte não-formal ou de promoção social é apenas outro nome para mesmos princípios do EPT. Percebe-se que a tríade rendimento, participação e escola, vinda do Manifesto do Esporte de 1964, passando pelo Diagnóstico de 1971, reformulação da legislação em 1975, permaneceu sólida.

2. **Redefinição de papéis dos diversos segmentos e setores da sociedade e do Estado em relação ao esporte.** Significou discutir a distribuição e coordenação de funções entre níveis de governo, entidades componentes do sistema esportivo formal e demais órgãos e entidades públicas e privadas envolvidas. A ênfase esteve em retirar características cartorias/policianescas e em estimular a livre iniciativa, configurando a democracia esportiva.

Não se apreciou a reestruturação ou redesenho do sistema, mas a sua eficiência e a liberdade de ação.

3. **Mudanças jurídico-desportivo-institucionais.** A dimensão assumida pelo fenômeno esportivo não era mais comportado pela antiga legislação de 1975. Cabia não apenas atualizá-la, como também elevar o esporte a objeto

¹⁰² Texto mais claro e considerações mais aprofundadas sobre as três áreas do esporte, consta em documento específico intitulado “A Reconciliação do Esporte no Brasil” constante no relatório final.

constitucional, inclusive com texto já proposto pela Comissão. Outros pontos importantes foram: justiça desportiva e seu espaço/tempo de apreciação, regulamentação da propaganda esportiva, loteria esportiva, relações de trabalho e *doping*.

É contraditório que o termo “violência simbólica”, de ascendência bourdiana, significando manutenção das estruturas de dominação entre os agentes para a manutenção de práticas da elite, tenha sido citado, pois a liberalização pregada, de forma sistemática, foi a do setor esportivo em relação ao Estado e não as intrínsecas ao sistema formal e educacional.

4. **Carência de recursos humanos, físicos e financeiros comprometidos com o desenvolvimento das atividades esportivas.** Indicações destinadas a prover formas de financiamento de equipamentos e materiais desportivos e ampliar recursos humanos para a melhora da performance esportiva. Destinação de recursos da loteria esportiva e série de isenções. Foi proposta a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Esportivo – Fundesp.

Se por um lado desejava-se a independência do esporte ao Estado, por outro, buscava-se forma de o Estado ficar comprometido com o sustento do setor. O Fundesp seria a forma de centralizar os recursos e melhorar sua distribuição. O texto cita “agilizar os repasses”.

5. **Insuficiência de conhecimentos científicos aplicados ao esporte. Disse respeito de áreas correlatas ao desenvolvimento do esporte:** medicina desportiva, a psicologia desportiva e o direito desportivo.

As disciplinas citadas são relacionadas diretamente com o EAR, nada foi dito sobre a história esportiva, a sociologia esportiva, estudos do lazer e outras áreas relacionadas ao esporte em geral.

6. **Imprescindibilidade da modernização de meios e práticas no esporte.** Indicações para uma política nacional do esporte, descentralização do setor, instrumentos de gestão, organização dos calendários, criação de sistema nacional

de informações e de documentação. A integração do setor como os demais agentes sociais prestadores e produtores de serviços, bem como a indústria de material esportivo.

Tratou-se de constituir uma política pública para o setor dentro dos moldes da modernidade e da liberdade.

Resumindo os principais pontos propostos, a autonomia foi tratada como forma de prover recursos e isenções ao sistema esportivo formal ou EAR, porém sem a contrapartida do “poder de polícia” do Estado. A revisão da legislação foi posta como prioridade no sentido de garantir a autonomia, de preferência que esta fosse objeto constitucional. O sustento financeiro do setor seria garantido pelo Fundesp. Para definitivamente estabelecer o setor esportivo como “questão de Estado”, o relatório preconizou a criação de uma Secretaria Especial de Esportes, subordinada à Presidência da República ou a transformação do Ministério da Educação em Ministério da Educação e Esportes.

No texto do relatório entregue pela Comissão, consta a sugestão de que o Ministério da Educação e demais órgãos deveria se pautar por dois vetores:

- a) Retirar o peso autoritário, centralizador, restritivo e elitizante da legislação e normas que disciplinam o esporte.
- b) Conciliar teoria e prática para pluralizar e democratizar o **“acesso à prática desportiva como direito do cidadão e um dos componentes da justiça social.”** (TUBINO M. J., 1996, p. 67).

A despeito das críticas de continuísmo e de não representatividade, a Comissão foi eficiente ao produzir o relatório e eficaz ao estabeleceu a agenda para mudanças institucionais substanciais que seriam implementadas na sequência.

A atuação do CND na nova conjuntura política

O CND e o MEC/SEED formularam documento de subsídio ao I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – I PND-NR, elaborado em 1986, onde, pela

primeira vez, o esporte foi contemplado em texto de plano econômico. No entanto, o texto faz referências básicas a insuficiências nas três áreas de manifestação do esporte e propõem linhas simples de solução. Valeu mais como lembrança de que o setor esportivo era importante dentre as políticas sociais do que como plano de ação pragmática para seu fortalecimento (BRASIL, 1986). Como ressaltou Caran: “Este desdobramento não é efetivamente realizado, e quando as Políticas refletem as necessidades da área, os planos não refletem as diretrizes determinadas pelas políticas.” (CARAN, 1989, p. 3).

Manuel Tubino denomina o conjunto das ações produzidas pelo CND no período da Nova República como “ações renovadoras”. Salienta o autor que finalizado os trabalhos da Comissão, o CND, sob sua direção, foi norteado pelas seguintes metas: a) consolidar o novo conceito de esporte (escolar, participativo, rendimento); b) constitucionalizar o esporte na Carta de 1988 de forma a redefinir o papel do Estado e da sociedade; c) desburocratizar e descentralizar as ações do CND; d) criar condições financeiras para os projetos de desenvolvimento científico e tecnológico e de capacitação de recursos humanos; e) rever práticas equivocadas no esporte-educação. (TUBINO M. J., 1996, p. 69).

Competia ainda ao CND a formulação, execução e avaliação de toda a Política Nacional do Esporte.¹⁰³ A primeira ação prática foi sua transferência para Brasília, ainda em 1985, conforme já previsto desde o Decreto n.º 60.891 de 22/06/1967 (BRASIL, 1967), para ter maior proximidade com outros órgão e centros de poder a que o órgão se relacionava.

Mesmo tendo seu número de componentes aumentado de 5 para 11 pela Lei n.º 6.251/75, em tempos de Nova Republica, o CND era tido como órgão de baixa

¹⁰³ Na indicação n.º 17 a Comissão de Reformulação do Esporte havia reafirmado as funções do CND nas seguintes bases: a) assessorar o Ministro da Educação, nos assuntos do esporte; b) coordenar a formulação da Política Nacional do Esporte; c) acompanhar e avaliar a execução da Política Nacional do Esporte; d) estudar, propor e promover medidas que tenham pro objetivo assegurar melhor administração e organização do esporte; e) propor normas referentes à manutenção da ordem esportiva e à organização da justiça e disciplina esportiva; f) editar normas complementares sobre o esporte; g) coordenar a elaboração do Calendário Esportivo Nacional; h) desenvolver estudos e promover debates; i) aconselhar órgãos e entidades; j) baixar resoluções e recomendações.

representatividade. Tal característica foi atenuada por nova metodologia de formulação de resoluções, muitas delas precedidas de consultas e participações dos envolvidos.

No que tange à descentralização, o CND passou a delegar série de atribuições às confederações e aos conselhos regionais do próprio CND. Mas tal movimento, na avaliação de seu presidente, teve também efeito contrário aos idealizados, pois serviu para fortalecer certos “feudos esportivos”. Três importantes ações foram: a) regulamentação do valor passe dos atletas profissionais que passou a ter uma graduação a menor, progressiva com a idade, a partir dos 28 anos (Resolução n.º 10/86)¹⁰⁴; b) o Estatuto dos Atletas (Resolução n.º 22/86); c) introdução do voto de qualidade que equilibra melhor a representação dos grandes clubes. As duas primeiras sofreram forte oposição dos clubes e federações de futebol, a última só agradou aos grandes clubes por dar lhes mais poder nas decisões em relação aos pequenos clubes.

A Resolução deliberou que os clubes não poderiam mais fixar o preço do passe de um atleta baseando-se apenas no valor investido (luvas, salários e outros gastos), mas em função dos ganhos mensais. A resolução, segundo declarou na ocasião o presidente do CND, Manoel Tubino, foi meio de amenizar 'resquícos escravagistas' da legislação do passe (ASSAF, 2001).

A SEED e o CND

O período marca também a nomeação de, Bruno Silveira, o primeiro civil desvinculado dos militares desde criação da SEED. Bruno tinha posição contrária ao foco do EAR dentro do meio educacional e propôs mesmo a extinção dos Jogos Estudantis Brasileiros em Brasília, sob a premissa de que o esporte escolar deveria ser praticado na escola e não em Brasília. Como ele mesmo salienta:

“O Esporte escola, subjugado e mesmo parasitado pelo esporte de alto rendimento, tornou-se inexistente enquanto educativo e de formação. O indicador máximo de tal fenômeno são

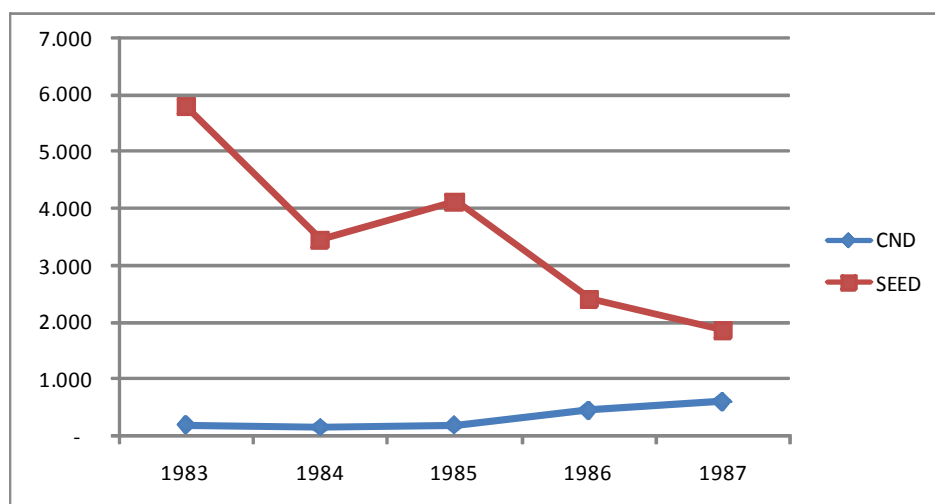
¹⁰⁴ A Resolução deliberou que os clubes não poderiam mais fixar o preço do passe de um atleta baseando-se apenas no valor investido (luvas, salários e outros gastos), mas em função dos ganhos mensais. A resolução, segundo declarou na ocasião o presidente do CND, Manoel Tubino, foi meio de amenizar “resquícos escravagistas” da legislação do passe (ASSAF, 2001).

os JEB's, que se transformaram em mais um evento do esporte de alta competição, no qual o alto rendimento é o objetivo principal.” (SILVEIRA, 1988).

Segundo assessor direto de Bruno, este posicionamento o levou a ser considerado “inimigo número um” da Educação Física em Brasília, dentro e fora do ministério, inclusive por parte da Associação de Profissionais de Educação Física (APEF) de Brasília. Cita a mesma fonte que na SEED havia ainda “muitos coronéis” (PEREIRA L. E., 2007). Suponho que isto tenha a ver com o pessoal do exército e os profissionais formados por eles, o que ajuda a explicar a ascendência do EAR sobre a SEED.

O CND (órgão normativo), desde sua reestruturação em 1985, ascendeu politicamente e financeiramente (orçamento) em comparação a SEED (órgão administrativo). Isto pode ser visto no gráfico a seguir pela relação de destinação de recursos, em termos reais (deflacionado a valores de 1983), entre os dois órgãos do Ministério da Educação pelo gráfico 3.

Gráfico 3 - Destinação de recursos do MEC entre 1983 e 1987.



Fonte: (CARAN, 1989, p. 8).

Quanto à relação de destinação internas de recursos da SEED, mesmo estando em franca queda em termos reais (deflacionado a valores de 1983), pode se observar a prioridade ao EAR que ficou com 51,5% dos recursos, seguido pelo esporte educacional com 22,6% e o esporte participativo com 10,1%, conforme tabela 5.

Tabela 5 - Destinação de recursos MEC/SEED entre 1983 e 1988.

Área	Categoria	1983	1984	1985	1986	1987	1988	Total	% Total
Educação física	Educacional	522	608	564	287	-	149	2.131	
Desporto estudantil	Educacional	885	389	417	278	-	129	2.098	
	Total Educ.	1.407	997	982	565	-	278	4.229	22,6%
Esporte para Todos	Participativo	886	432	402	163	-	-	1.883	10,1%
Desporto comunitário	EAR	1.842	914	1.894	1.159	-	261	6.070	
Desporto profissional	EAR	168	96	134	28	-	-	426	
Construção e outros projetos especiais	EAR	1.239	808	443	206	-	428	3.124	
	Total EAR	3.249	1.818	2.471	1.393	-	689	9.619	51,5%
Pró-ativa	Neutra	-	-	-	-	1.797	-	1.797	
Administração da Seed	Neutra	239	218	270	286	73	60	1.147	
	Total Neutra	239	218	270	286	1.871	60	2.944	15,8%
	Total Geral	10437	6280,3	7576,2	4365,8	1870,6	1993,4	18675,27	100%

Fonte: (CARAN, 1989, p. 9).

Como conclui a autora, o setor esportivo ainda lutava por fontes alternativas de recursos: “Ainda que o maior montante de recursos financeiros seja destinado ao esporte-performance, em detrimento do esporte-formação, participação e da disciplina curricular Educação Física, ainda, da Ciência de Educação Física, estes recursos sendo insuficientes, não são complementados por outras fontes alternativas [...]” (CARAN, 1989, p. 11).

Incapacidade de outros setores se representarem

Na mesma época dos trabalhos da Comissão importantes atores sociais e de classe se fortaleceram ou foram criados. Em 1985 surge Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), importante espaço de pesquisas e debates para o setor de educação física, esporte e lazer. Também as Associações de Professores de Educação Física (APEFs), continuavam representando a parte majoritária da categoria e buscavam ampliar espaços de discussões sobre o esporte. Embora ainda dominado pela escola da medicina esportiva,¹⁰⁵ nova safra de pesquisadores da área de Educação Física passou a produzir trabalhos mais críticos sobre o setor esportivo.

¹⁰⁵ Segundo Betti, de 1969 a 1987 o número de faculdades de Educação Física no Brasil passou de 17 para 87. Todas focando a preparação técnica de especialistas em alto rendimento (Betti, 1991, p. 127-128).

Pela visão de diversos autores, fica claro que outros setores, principalmente os considerados progressistas e/ou de esquerda, se sentiram não representados ou propositadamente excluídos da Comissão de Reformulação do Esporte como também da participação na Assembléia Constituinte. É por exemplo a linha de argumento de Veronez que atribui aos agentes “liberais” mais organizados, já institucionalizados, e com capacidade de impor seus interesses, o domínio sobre o processo constituinte.

“[...] a fração do setor esportivo que elaborava as críticas mais contundentes a estrutura de poder presente até então no setor esportivo não conseguiu organizar-se para encaminhar sugestões à Constituinte. Das 288 entidades citadas no primeiro volume das emendas parlamentares e das 122 emendas propostas por estas entidades, nenhuma era diretamente vinculada ao setor esportivo” (VERONEZ, 2005).

Esta argumentação indica claramente que o setor “progressista” não estava organizado no mesmo nível que os “liberais” para contrapor e fazer valer seus interesses. A pergunta é natural é “porque não?”

Linhares parece dar uma pista. Argumenta a autora que se de um lado o alto rendimento estava muito bem representado no projeto de “liberalização”, de outro, **não houve nenhum grupo suficientemente articulado capaz de representar projeto alternativo na perspectiva do esporte como verdadeiro direito social**. As tendências mais radicais estavam ocupadas em denunciar o caráter autoritário do esporte e não conseguiram considerá-lo dentro da perspectiva democrática. Segundo a autora, o problema esteve no reducionismo analítico que estabeleceu o esporte como prática social alienante, portanto, não merecendo maior mobilização e atuação à época.

“Optaram por um envolvimento maior nas mudanças que ocorriam em outros setores da dinâmica social. Pode-se supor que tais escolhas se tenham processado tanto para os partidos políticos colocados mais à esquerda no espectro ideológico quanto para os setores progressistas da Educação Física, que, durante a Nova República, priorizaram esforços no processo de democratização do setor educacional” (LINHALES, 1996).

A tese da autora é que a parte considerada progressista na comunidade da Educação Física, ao ter mantido a idéia de que o esporte é produto alienante do capitalismo, colocou-se em posição embaraçosa para interferir no processo de abertura, deixando que só as forças conservadoras o fizesse.

A Constitucionalização do esporte

A primeira questão que surge ao se considerar o esporte no texto constitucional é sobre o mérito. Neste caso é apropriada a referência à Constituição de outros países. Ensina Mello Filho que nas Constituições estrangeiras, para além de sua dimensão competitiva, o esporte desponta como elemento de integração, agente educacional, instrumento auxiliar da saúde e da promoção do lazer. Nos países socialistas o esporte estava conectado à educação do cidadão, sendo citado mesmo como instrumento de ação revolucionária essencial à organização do Estado. Nas sociedades capitalistas, o esporte pertence ao âmbito dos direitos e liberdades próprios ao desenvolvimento e do Estado de bem-estar social, alcançando por esta via a norma constitucional. Para o autor, por sermos sociedade “desportivizada”, o tema foi criminosamente omitido e marginalizado nas Constituições anteriores (MELLO FILHO, 1995, p. 24 e 38).

No plano do Direito Constitucional Comparado, há quase duas dezenas de países que já contemplam o Esporte em suas Constituições de forma direta e significativa. Segundo Melo, os países do sistema *Common Law* preferem deixar a iniciativa privada o desenvolvimento do setor; outros países, por razões diversas, preferem ainda não fazê-lo. A tabela 6 relaciona a maioria dos países que já o fizeram (MELO FILHO, 1988, pp. 29-30).

Tabela 6 - Países e ano de constitucionalização do esporte.

Países	Ano	Países	Ano
Suíça	1874	Portugal	1976
Polônia	1952	Albânia	1976
Romênia	1965	Grécia	1976
Uruguai	1966	Rússia	1977
Paraguai	1967	China	1982
Espanha	1968	Nicarágua	1986
Alemanha	1969	Brasil	1988
Bulgária	1971	Peru	-
Tchecoslováquia	1971	Bulgária	-
Cabo Verde	1975	Guiné-Bissau	-

Fonte: Inspirado em (PARENTE FILHO, MELLO FILHO, & TUBINO, 1988, pp. 19-27; TUBINO, 1987, p. 76).

O processo constituinte e o Artigo 217 da CF

O processo constituinte foi subdividido em inúmeras subcomissões temáticas e setoriais, dentre as quais estava a Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Pelo desenrolar dos movimentos ligados ao esporte, tornou-se consenso que este merecia, ao menos, um artigo na nova Carta Constitucional. “Os próprios debates e audiências na Assembléia Constituinte em 1987 deixaram a impressão de que a percepção do esporte também como meio de promoção social e educacional levaria este fenômeno ao texto constitucional de 1988.” (TUBINO M. J., 1996, p. 69).

Sendo pacífico que o tema merecia alcançar o texto constitucional, a questão central migrou para em que termos isto seria definido e sob qual relação de forças. Como já mencionado, nem todos os setores e correntes ideológicas que militam no esporte ganharam espaço na comissão. Coube ao setor já institucionalizado a elaboração e negociação de propostas para o texto constitucional.¹⁰⁶

¹⁰⁶ As entidades representativas que ofereceram sugestões à Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte foram: CND, COB, Federação Internacional de Futebol de Salão, Confederação Brasileira de Basketball, Confederação Brasileira de Futebol de Salão, Confederação Brasileira de Futebol, Confederação Brasileira de Atletismo, Confederação Brasileira de Cronistas Desportivos.

A Comissão de Reformulação do Esporte já havia formulado proposta em seu relatório final de 1985. Junto a proposta estavam considerações das quais destaco duas para evidenciar aspectos mais relevantes para a tese. São estas:

“CONSIDERANDO a inafastável e inadiável exigência de se incluir o Desporto na Constituição ou de dar ao desporto uma “concretização constitucional” por se tratar de fenômeno social, econômico e cultural dotado de importância e força crescente na vida da Nação Brasileira, como **parte inseparável dos programas de desenvolvimento educacional, social e de saúde** [...] DESTACANDO, outrossim, que a essencialidade de se destinar recursos públicos para promover e incentivar o desporto, reservado-lhe uma rubrica substancial nos orçamentos públicos, contemplando não apenas o desporto competitivo e as práticas de elite, mas estendendo a todos, indistintamente, a oportunidade da prática desportiva e recreativa, **daí porque o apoio financeiro da dado ao desporto caracteriza-se como investimento social do qual o Estado não pode desobrigar-se**, conquanto o desporto é direito de todos e dever do Estado [...] Indica o seguinte dispositivo para inserção na futura Carta Constitucional:.

Art. – A legislação sobre desporto adotará as seguintes normas e princípios:

- I – a educação física, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina nos horários normais em estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus;
- II – a prática dos desportos será livre à iniciativa privada, garantindo a autonomia das entidades desportivas dirigentes quanto a sua organização e funcionamento internos;
- III – o poder Público destinará recursos para promover e estimular o desporto, amparando a educação física e o Esporte-educação, à prática do Esporte-participação e ao Esporte-performance, além de criar e assegurar benefícios fiscais específicos destinados a fomentar as práticas físicas e desportivas, como direito de todos;
- IV – as ações que versam sobre causas relativas à disciplina e às competições desportivas somente serão admitidas no Poder Judiciário depois de esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva, que proferirá decisão final no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da instauração do processo.

A proposta do CND foi elaborada por um de seus membros, o jurista desportivo, Álvaro Melo Filho, apresentada nos seguintes termos:

“Art. - são princípios e normas cogentes da legislação desportiva;

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes quanto a sua organização e funcionamento internos;

II - a destinação de recursos públicos para amparar e promover o Desporto educacional e o desporto de alto rendimento;

III - a criação de benefícios fiscais específicos para fomentar as práticas desportivas formais e não-formais, como direito de todos;

IV - a admissão das ações relativas à disciplina e às competições desportivas no Poder Judiciário somente dar-se-á após esgotadas as instâncias da Justiça Desportiva que terão o prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da instauração do processo para proferir decisão final.

Art. - Fica assegurado o reconhecimento do esporte como bem cultural, estendendo-lhe todos os benefícios institucionais e legais próprios da cultura, especialmente quando tratar-se de proteção das manifestações culturais esportivas genuinamente brasileiras, como legítimas expressões de identidade nacional.” (BRASIL, 1985C, pp. 84-6, grifos meus).

Em sua justificativa o CND argumentou que sua proposta tinha “o lastro do assentimento público e o aval de todos os segmentos da comunidade desportiva brasileira.” A referência é feita em relação a própria Comissão de Reformulação do Esporte, cuja a representatividade, conforme já visto, pode ser questionada. Estranho é o fato de ter apresentado proposta bem diferente a da Comissão de Reformulação do Esporte, inclusive quanto a citação da “Educação Física” como matéria obrigatória para 1º e 2º graus, ponto que não passou na Constituinte. O que me leva a supor que o CND queria, em realidade, que a Constituinte desconsiderasse a proposta da Comissão em favor da do CND.

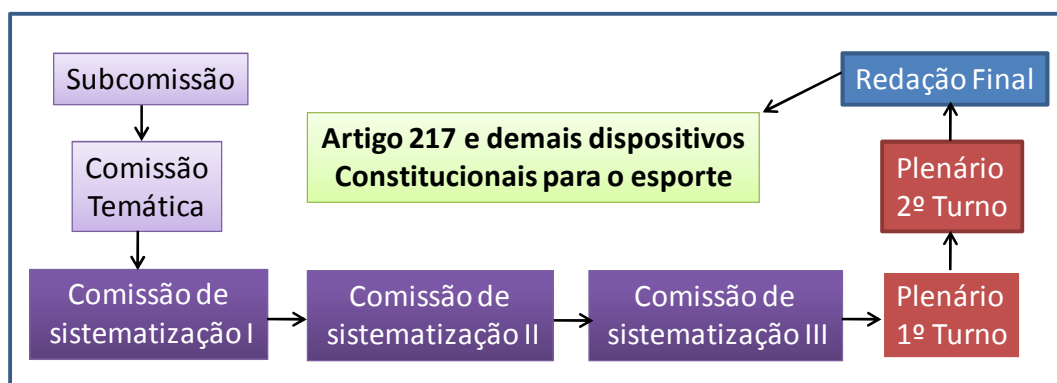
Mais ainda, o CND também referendou proposta do Constituinte Aécio de Borba por esta ter sido calcada em matéria publicada por Álvaro de Melo Filho, então Presidente da Confederação Brasileira de Futebol de Salão. Isso me leva a atentar para a proposta desta entidade e constatar que é idêntica a do CND, com exceção do 2º artigo que não conta na proposta da Confederação. Assim, em realidade, o CND contava com a mesma proposta vinda de três fontes, a dele próprio, a de uma entidade esportiva e a de um constituinte. Comparando-se as inúmeras propostas completas e em partes fica evidente

que a de maior proximidade com o texto final, em estilo de redação e conteúdo, foi a do CND.¹⁰⁷

Se foi estratégia, o foi para contraponto de forças mais conservadoras, pois o próprio Manoel Tubino fez referência a outro tipo de estratégia, a da pressão direta sobre os parlamentares, exercida principalmente pelos representantes do futebol (de campo), que abusavam da legalidade em detrimento da legitimidade nas relações que o permeavam a modalidade: “tudo era legal, mas ilegítimo” (TUBINO M. J., 1996, p. 69).

Para melhor entendimento de como se chegou ao resultado final recorro ao texto de Parente Filho (1988, pp. 55-92) que fez detalhada análise (aqui resumida) e esquematizada em suas principais etapas na figura 8.

Figura 8 - Fluxo do processo constitucional.



Fonte: (PARENTE FILHO, 1988, p. 55).

Esclarece o autor que nas audiências públicas da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte, foram ouvidas muitas entidades representativas do esporte e da educação. Junto as diversas sugestões já enviadas por Constituintes foram adicionadas 25 sugestões, dos mais variados teores, colhidas anteriormente pelo PRODASEN, órgão de informática de apoio ao Congresso Nacional.

O primeiro Anteprojeto da Subcomissão constava de três artigos tratando: a) da competência da União para legislar sobre a matéria, b) a autonomia das entidades

¹⁰⁷ É comum, em muitos texto versando sobre o assunto, a referencia a Álvaro Melo Filho como o autor intelectual do artigo 217.

desportivas e a destinação de recursos públicos, c) reconhecimento do esporte como atividade cultural, o que possibilitava o suporte financeiro empresarial por meio de subsídios e isenções. Na Comissão Temática, que tinha por relator Arthur da Távola, foi adicionado inciso sobre o processo eletivo nas entidades esportivas e foram retirados os artigos em que o esporte passava a fazer parte da cultura e o que fazia referência à Educação Física.

Enviado para a Comissão Sistematização I, que teve como relator Bernardo Cabral, o texto não teve consenso. Coube ao relator rever o texto e este retirou o item sobre o processo eletivo das entidades desportivas por considerá-lo pertencente à legislação ordinária. Foi também proposto o enxugamento do texto para apenas um artigo, mantendo-se o conteúdo e adicionando-se um inciso que estabelecia o prazo de 60 dias para a apreciação de contendas pela justiça desportiva.

Na 2ª etapa de sistematização, com nova apresentação de emendas, todo o artigo foi profundamente modificado gerando insatisfação nos representantes do setor esportivo. Na 3ª etapa de sistematização, novos Constituintes aderiram ao grupo que buscava salvar as características do texto original. Foi incluído inciso sobre o Lazer e a definição sobre isenções e benefícios fiscais para entidades esportivas.

Nesta etapa, foram também produzidos mais dois anteprojetos informais: Ícaro e Hércules, dos quais o Relator extraiu seu Substitutivo I. Este recebeu críticas generalizadas por reproduzir parte do texto da Constituição de Portugal. Vieram novas emendas de mais de trinta Constituintes os quais, juntamente como a pressão da “comunidade desportiva” (denominação do autor), conseguiram que o Relator voltasse a anteprojeto anterior, o Substitutivo II. Conseguiram também colocar o esporte no capítulo dos direitos individuais e coletivos para assegurar a proteção da reprodução da voz e da imagem humana também nas atividades esportivas.

Na votação final (Plenário 1º turno) foi aceita emenda para inclusão da frase “como direito de cada um” e novo inciso diferenciando esporte profissional e não-profissional, defendido pelo presidente do CND, Manuel Tubino, como fundamental à atualização da legislação. Houve também mobilização para se retirar o termo “interno” do inciso I: “a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização

e funcionamento **interno**". A emenda veio de Marcio Braga, representando o esporte formal, por entender que o termo limitava a atuação das entidades. Esta mudança foi apoiada pelo grupo denominado grupo do Centrão, o que deixou o texto com a seguinte redação:

“É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um dentro dos seguintes princípios:

I – respeito à autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para ampara e promover prioritariamente o Desporto Educacional, **o não-profissional** e, em casos específicos o Desporto de alto rendimento;

III - tratamento diferenciado para o Desporto profissional e o não-profissional;

IV - proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;

Parágrafo único. O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da Justiça Desportiva, que terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.” (Grifo meu).

O texto voltou ao Relator Bernardo Cabral, que além de pequenas mudanças de estilo de redação, adicionou mais um parágrafo, retirado anteriormente, que assegurava incentivos ao esporte de lazer. O texto foi então encaminhado à Comissão de Redação Final, ficando a parte relativa especificamente ao esporte com a seguinte redação:¹⁰⁸

“Art. 217 - É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

¹⁰⁸ Todo o texto Constitucional que trata de forma direta e indireta do esporte está no anexo?

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.” (BRASIL, 1988) .

A exegese

O termo “dever do Estado” do caput do artigo 217 da CF-1988 tem sentido de obrigação jurídica, sem especificar o órgão encarregado, o que deve ser feito por legislação ordinária. O “dever do Estado” garante o exercício do direito. O termo “direito de cada um” foi criticado por acadêmicos da área esportiva por apresentar um sentido reducionista, ao indivíduo, quando se procurava dar um contexto amplo, de direito social. Contudo, o próprio idealizador do artigo faz o seguinte comentário:

“É interessante notar que ao invés de referir-se ao ‘direito de todos’, cuja dimensão jurídica não traduz exatamente quem é o titular do direito, preferiu o legislador constitucional mencionar o ‘direito de cada um’ às práticas desportivas, ensejando a identificação daqueles que têm o direito subjetivo, sem diluir juridicamente tal direito ao desporto nem obstaculizar os caminhos jurídicos assecuratórios de seu resguardo.” (MELO FILHO, 1988, p. 167).

O termo práticas formais faz referência ao esporte já estruturado em competições e/ou espetáculos esportivos. Não formais refere-se ao restante, que se manifestam em diferentes propósitos, modalidades e faixa etária, praticado em grupo ou

individualmente. Não formais, configura também o chamado esporte participação, embora o texto constitucional não tenha feito referência explícita a esta categoria. O que foi depois resgatado na legislação ordinária.

No inciso I, a palavra “autonomia” encerra toda a demanda do setor esportivo formal de se ver livre da intromissão do Estado em assuntos *intra corporis* da organização do sistema esportivo. O que é diferente de independência, que tem a ver com a relação das entidades com o exterior ou outros sistemas (político, social, econômico, etc.). No sentido financeiro, mostra-se raro o setor esportivo que seja completamente independente dos recursos públicos. Mesmo o futebol, embora rentável quando bem administrado, demanda uma série de bens públicos para a sua realização.

O inciso II dá prioridade dos recursos públicos ao esporte-educacional que por oposição é compreendido como de não rendimento. Mas o inciso não esquece as necessidades do EAR e o contempla em “casos específicos”. A questão passa a ser a definição do que são os “casos específicos”. Pela tradição das práticas esportiva, estão dentro do EAR o esporte profissional, o semi-profissional, muitas vezes também chamado de amador, e qualquer outra forma de esporte competitivo dentro da estrutura do esporte formal.

No inciso III, quis o legislador separar e reconhecer definitivamente as duas categorias, profissional e não profissional, a fim de que a legislação infraconstitucional lhe desse o mesmo tratamento. Alguns juristas definem profissional pelo ganho monetário e vínculo empregatício ao passo que o não-profissional é caracterizado pelo gasto próprio para o sustento da prática esportiva. Contudo, há uma área de indeterminação entre as duas categorias sujeitas a melhor definição pela legislação ordinária.

No inciso VI quis o legislador proteger práticas ou modalidades nacionais como futebol de salão, futevôlei, capoeira, peteca, frescobol, tamboréu etc. A idéia de proteção passa pelo resguardo da inovação (direito autoral ou propriedade intelectual ou mesmo patente se considerada como uma invenção), o fortalecimento organizacional e a divulgação da prática.

Os parágrafos 1º e 2º, ao mesmo tempo em que estabelecem a Justiça Desportiva como a 1ª instância apreciativa e vital ao funcionamento do sistema que necessita de

celeridade, também fixa limite de tempo apropriado de deliberação antes de autorizar recorrer-se à Justiça Comum. Tal provimento legal já estava estabelecido desde a Lei n.º 6.354 de 02/09/76 em seu artigo 29 (BRASIL, 1976A). Quis o legislador valorizar a Justiça Desportiva e dar ao dispositivo legal também o status constitucional (SILVA, 1995, p. 770).¹⁰⁹

O parágrafo 3º reconhece a importância do lazer para a sociedade atual. Como todo o artigo 217 se refere ao esporte, por consequência lógica (*pro subjecta materiae*), faz referência às práticas esportivas descompromissadas que permitem a desconcentração, a alegria e o prazer a seus praticantes, configurando-se na categoria do esporte participação, esporte-lazer, esporte do tempo livre, etc.

Os demais artigos relacionados ao esporte pela ordem são:

“Art. 5º. XXVIII - são assegurados, nos termos da lei: a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.” Trata-se do direito de arena, espécie de direito de personalidade, uma extensão do direito da própria imagem agora aplicado também ao atleta.” (BRASIL, 1988).

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] IX - educação, cultura, ensino e desporto.”¹¹⁰ A preferência é da União, a legislação pelos Estados e Distrito Federal é supletiva, devendo completar o vácuo da União.” (BRASIL, 1988).

Neste contexto, o esporte foi não apenas liberalizado, como clamava o setor esportivo formal há décadas, mas, como desejavam os setores engajados na democratização das práticas esportivas, foi constitucionalizado, estabelecido como direito social e dever do Estado. Mesmo o lazer, no âmbito da atividade física ou prática esportiva

¹⁰⁹ A Justiça Desportiva não faz parte do Poder Judiciário, é instituição de direito privado, dotada de interesse público, mas mantida pelas entidades desportivas.

¹¹⁰ Cabe a ressalva que a proposta feita pelo COB, então comandado por Silvio Magalhães Padilha, solicitou apenas a inclusão do seguinte artigo “Compete à União legislar sobre normas gerais sobre desportos”. O receio era que a possibilidade de diferentes legislações estaduais, afetasse as federações, criando duplicidade e quebrando a uniformidade de regras e competições, ou seja, a quebra de hierarquia do sistema do COI, inviabilizando inclusive a participação do Brasil em competições internacionais. Contudo a sugestão não foi acatada como consta no Artigo 24. Entretanto, mesmo com esta disposição, não houve, ainda, os casos então temidos pela COB.

descompromissada, ganhou seu lugar ao sol constitucional como forma de promoção social. Depois da Constituição Federal, seguiram as Constituições Estaduais e as Leis Orgânicas Municipais no estabelecimento do tema. Fato é que, após a constitucionalização do esporte, o papel do Estado deixar de ser apenas normatizador e fiscalizador do setor, para se transformar em seu principal fomentador.

Resta observar que se o esporte foi favorecido pelo espírito de democratização e de recuperação dos direitos social da Constituição Cidadã, partilha com as demais áreas sociais do mesmo problema que é a razão de ser da ciência econômica: a alocação de recursos limitados para necessidades ilimitadas. Como consequência, como ensina toda a tradição do estudo das políticas públicas sociais (ABRANCHES, SANTOS, & COIMBRA, 1994; DRAIBE S. M., 2002), a definição de prioridades para o uso dos recursos públicos, seja pela desejável maior participação social ou mesmo por grupos de interesses, quando estes controlam os agentes políticos para tal, como supõem as teorias da elite (Mosca, G.; Pareto, V.), dos grupos de interesse (Griffith, E.; Truman, D. B.; Writh, C. R.) do pluralismo (Dahl, R. A.; Lowi, T. J.), etc., assume caráter mais relevante.¹¹¹

O período pós constitucional

Não demorou muito para os interesses se manifestarem. A Lei n.º 7.752, (Lei Mendes Thame), de antiga tramitação no Congresso e vetada pelo Presidente Sarney, foi aprovada pelo Senado em 14/04/1989 para prover meios de financiamento ao desporto amador. A Lei dispôs sobre formas e limites de graduação de abatimento no imposto de renda e outros tributos ao contribuinte, pessoa física e jurídica (sob regras diferentes), que fizesse doações e/ou patrocínios a **pessoa jurídica desportiva**, com ou sem fins lucrativos, mas desde que **cadastradas no Ministério da Educação - MEC** (BRASIL, 1989).

¹¹¹ Uma das emendas (1P19956-5) de autoria de José Serra, destoa das demais justamente por propor a retirada de itens que impunham o comprometimento do Estado com o suporte financeiro ao esporte. Assim justificou o Constituinte: “Em que pese o mérito das medidas propostas [...] há que levar em consideração a real possibilidade de que o Poder Público possa dar o justo atendimento [...] a falta de dimensionamento dos custos das propostas, conjugadas, à falta de visão do conjunto de receitas e despesas possíveis, levou o texto atual, se prevalecesse na prática, exigirá pelo menos dois PIBs, ou seja, que o Brasil produza instantaneamente o dobro do que produz hoje, para começar a ajustar-se à realidade da nova Carta Constitucional.” (PARENTE FILHO, 1988, p. 112).

Embora cite o esporte amador e o artigo 2º relacionasse série de situações que compreendem tanto o EAR, o esporte educacional e esporte de participação, as restrições postas em negrito acima promovem uma filtragem na elegibilidade aos recursos fazendo com que os mesmos fossem canalizados quase que exclusivamente ao EAR. A tentativa de veto de Sarney deve-se à concorrência que a lei fazia a projeto similar para a área cultural, a qual o presidente estava mais comprometido.

Lei Zico

Vencida a etapa de constitucionalização, o início da década de 1990 abriu as discussões para a regulamentação infraconstitucional do esporte segundo tendência econômica de liberalização de mercados que repercutiu igualmente no setor esportivo, especialmente no setor futebolístico. Tratava-se igualmente de ajustar a legislação infraconstitucional aos novos preceitos da Constituição de 1988.

As estratégias populistas de Collor de Melo o levaram a nomear Arthur Antunes Coimbra (Zico), em 15/03/1990, para recém criada **Secretaria dos Desportos da Presidência da República - SEDES/PR** (BRASIL, 1990), antiga reivindicação da comunidade do EAR e que cuja proposta já constava entre as indicações da Comissão de Reformulação do Esporte de 1985.

A Secretaria teve status ministerial, pois, estava ligada diretamente ao Presidente. Iniciava-se o processo institucional de criação de um Ministério para o Esporte. O principal órgão da Secretaria foi Departamento de Desportos Profissional e Não-Profissional a quem cabia aplicar os incisos de I a IV do Artigo 217 da CF. A Secretaria se articulava administrativamente com o CND e o Conselho de Administração do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional. Este fundo havia sido criado em 1975 para ajudar a fazer a transição do encerramento da carreira de atleta profissional para outras atividades.

A despeito de o Decreto 981/93 observa em seu artigo 25º que:

“A Secretaria de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto compete a supervisão da prática do desporto educacional nas instituições do Sistema Federal de Ensino, a normalização e coordenação das práticas desportivas formais e não-formais em sua área de atuação, e a promoção da manifestação de rendimento nos níveis nacional e internacional” (BRASIL, 1993B).

Alguns autores viram nesta mudança a reversão da prioridade governamental entre as áreas do esporte e da Educação Física, a favor do primeiro e deixando a segunda órfã.

Uma das primeiras medidas de Collor sobre o esporte foi a revogação da Lei n.º 7.752, (Lei Mendes Thame), de incentivos ao esporte, com a Lei n.º 8.034 de 12/04/1990 (BRASIL, 1990). A orientação era a de que o esporte, como muitos outros setores, deveria encontrar soluções de mercado para seu sustento. O que pode sugerir a hipótese de que a criação da SEDES/PR foi mais uma jogada política publicitária do que propriamente uma real intenção de formatar projeto para o setor por parte do governo de então.

Pelo sim ou pelo não, Zico iniciou as discussões para nova legislação contando com Álvaro Melo Filho na liderança da equipe que preparou o projeto propondo novas formas comerciais para o futebol e nova relação trabalhista entre clubes e atletas. Como saída financeira propunha a participação nas rendas de loterias esportivas. Os aspectos mais polêmicos eram a transformação obrigatória dos clubes em sociedades comerciais (modelo “clube-empresa”) e o fim do passe (ALMEIDA M. A., 2007).

Com o novo modelo buscava-se colocar os clubes sob uma administração profissional regida pela legislação civil, obrigando-os a se comportarem de forma transparente e responsável sobre as suas operações e contabilidade, bem como responsabilizando os dirigentes em casos de desvio e má administração. Com o fim do passe, buscava-se equalizar a relação de forças entre clubes e atletas, corrigindo antiga distorção social/trabalhista exploratória. Zico havia se referido ao projeto como a “Lei Áurea” do futebol na mensagem de envio deste ao Congresso Nacional (BRASIL, 1991, p. 7).¹¹²

¹¹² Outro projeto de Lei de nº 3.974/89, de autoria do Aécio de Borba (PDS-CE), um dos deputados mais ativos durante a Constituinte, respaldado em documentos e projetos do CND, mas de muita similaridade com a legislação já existente, chegou a tramitar pelas comissões da Câmara durante o ano de 1990.

Até sua aprovação o projeto (PL nº 956/91) passou por modificações induzidas pela pressão dos dirigentes de clubes que se opuseram ferozmente a estas duas últimas propostas. Como alternativa ao fim do passe, foi sugerido a aquisição gradual do valor do mesmo pelo atleta após chegar aos 28 anos, dispositivo depois também retirado.¹¹³ Percebendo a dificuldade de se alterar o *status quo* do futebol, principal motivo de sua ida ao governo, Zico pediu demissão em 24 de abril de 1991, sendo substituído por Bernard Rajzman que permaneceu no cargo até outubro de 1992 quando ocorreu o *impeachment* de Collor de Melo. Neste ponto é importante atentar para as observações de um dos protagonistas no projeto do governo:

“O projeto inicialmente apresentado por Zico foi bloqueado de todas as formas durante o governo Collor, pelos parlamentares ligados a alguns presidentes de federação do futebol. Entretanto, no governo Itamar, com o trabalho incessante do secretário Márcio Braga, a proposta inicial recebeu como relator o deputado Artur da Távola, o mesmo a quem na Constituição de 1988 coube incluir as questões do esporte no seu relatório [...] Artur da Távola reuniu um grupo de esportistas, do qual tive a honra de participar, e com muita lucidez e compromisso conseguiu apresentar um substitutivo ao projeto Zico [...]”(TUBINO M. J., 1996, pp. 93-94).

A Lei n.º 8.672, foi sancionada só em 06/07/1993 e no artigo 1º melhor definiu o esporte forma e informal: “§ 1º A prática desportiva formal é regulada por normas e regras nacionais e pelas regras internacionais aceitas em cada modalidade; § 2º A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.” (BRASIL, 1993A). A Lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 981, de 11/12/1993 (BRASIL, 1993B).

As três formas de manifestação do esporte aparecem no artigo 3º: O desporto como atividade predominantemente física e intelectual pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - **desporto educacional**, através dos sistemas de ensino e formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer. Pelo Decreto 981, o parágrafo único do

¹¹³ Como o passe não foi instinto, O Artigo 26º da Lei definiu que caberia ao Conselho Superior de Desportos fixar o valor, os critérios e condições para o pagamento do passe.

artigo 22º estabelece que a “organização dos sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será fixada na legislação concorrente que cada Unidade da Federação expedir no exercício de sua competência legal.” E o parágrafo único do Artigo 23º definiu que a liberdade na prática do desporto educacional incluía o **direito de opção entre as manifestações participativa e de rendimento**.

II - **desporto de participação**, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente;

III - **desporto de rendimento**, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com outras nações.

A Lei Zico não fez menção ao esporte classista e sobre o esporte militar se limitou a estabelecer no Artigo 61º que seria praticado sob direção do Estado-Maior das Forças Armadas e do órgão especializado de cada Ministério Militar.

O Parágrafo único do artigo 3º oferece melhor definição das subcategorias do esporte de rendimento: I - de modo profissional, caracterizado por remuneração pactuada por contrato de trabalho ou demais formas contratuais pertinentes; II - de modo não-profissional, compreendendo o desporto: a) semi-profissional, expresso pela existência de incentivos materiais que não caracterizem remuneração derivada de contrato de trabalho; b) amador, identificado pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais.

O artigo 4º redefine o Sistema Esportivo. Primeiro substitui o antigo CND pelo **Conselho Superior de Desportos (CSD) que se transformou em órgão consultivo/normativo e não mais deliberativo/executivo** embora ainda pudesse priorizar gastos e orientar a política nacional para o esporte. O CSD passou a ter mais quatro membros, chegando ao total de quinze. Entretanto, o aumento no número não necessariamente assegura maior representatividade; há que se observar a origem dos componentes do CSD. Para os dispus no formato da tabela 7.

Tabela 7 - Composição do Conselho Superior de Desportos.

Composição do CSD	Categorias do esporte			
	EAR	Educa- cional	Partici- pativo	Impon- derável
Um é Secretário de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto, membro nato que o preside CSD.				X
Dois de reconhecido saber desportivo, indicados pelo Ministro da Educação e do Desporto.				XX
Um do Comitê Olímpico Brasileiro.	X			
Um das entidades de administração federal do desporto profissional.	X			
Um das entidades de administração federal do desporto não-profissional.	X			
Um das entidades de prática do desporto profissional.	X			
Um das entidades de prática do desporto não-profissional.	X			
Um dos atletas profissionais.	X			
Um dos atletas não-profissionais.	X			
Um dos árbitros.	X			
Um dos treinadores desportivos.	X			
Um das instituições que formam recursos humanos para o desporto.				X
Um das empresas que apóiam o desporto.	X			
Um da imprensa desportiva.	X			
Distribuição	73,3%	0,0%	0%	26,7%

Fonte: Inspirado em (BRASIL, 1993A; BRASIL, 1993B).

Observando a procedência de cada membro/representante segundo a entidade a que representa ou seu histórico profissional pode se colocá-los em uma das três categorias de manifestações esportivas oficialmente reconhecidas pela Constituição de 1988. Assim, para a Lei Zico, tem-se um total de 11 representantes diretos ou indiretos do EAR, o que significa 73,3%, ao passo que, na melhor das hipóteses, as outras duas categorias poderiam chegar a uma representação de no máximo 36,7%, numa hipótese muito otimista. Os demais quatro membros/representantes foram colocados como imponderáveis, pois não é possível se estabelecer, a priori, a linha de representação dos mesmos. Este mesmo procedimento será utilizado, na sequência do trabalho, para acompanhar as variações na representação deste órgão de acordo com as alterações significativas na legislação.

O artigo 4º recolocou a **Secretaria de Desportos - SEDES** debaixo do novo **Ministério da Educação e do Desporto**, criado em 1992, pelo artigo 14 da Lei 8.490 de 19/11/1992 (BRASIL, 1992), já no Governo de Itamar Franco que nomeou Murilo de Avellar Hingel para o ministério e este nomeou Márcio Baroukel de Souza Braga, ex-

presidente do Flamengo, ex-deputado constituinte, para a diretoria da SEDES. Embora na condição de “primo pobre” o esporte passou a dispor de ministério. Competiria ao Ministério a formulação de nova Política Nacional do Desporto e, a SEDES, a elaboração e execução do Plano Nacional do Desporto para o fomento do desporto brasileiro (BRASIL, 1993B).

Do artigo 7º ao 15º, a Lei trata de um novo **Sistema Federal de Desporto** que tem por finalidade **promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento**. O sistema passou a congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, da administração, da normatização, do apoio e da prática do desporto, bem como às incumbências da Justiça Desportiva. **O destaque ficou para o COB e para as Confederações, que passaram a ser denominadas de entidades federais de administração do desporto**. A estas passaram a poder filiar-se tanto as entidades estaduais quanto entidades de práticas desportivas (clubes, associações, entidades classistas), definidas como pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei, mediante o exercício do direito de livre associação. Ficou mesmo facultada a filiação direta de atletas.

Cabe destaque ao Artigo 11º que deu a possibilidade (facultativo) das entidades de prática e às entidades federais de administração de modalidade profissional de adotarem uma das seguintes formas: I - transformar-se em sociedade comercial com finalidade desportiva; II - constituir sociedade comercial com finalidade desportiva, controlando a maioria de seu capital com direito a voto; III - contratar sociedade comercial para gerir suas atividades desportivas. O Artigo atendeu ao modelo “clube-empresa”

Os municípios também passaram a poder compor seus subsistemas desde que ligados a uma entidade estadual ou mesmo federal. Portanto, quebrou-se a rigidez hierárquica e promoveu-se descentralização do antigo sistema, o que de forma metafórica permitiu-se folhas e frutos tanto nos galhos como no tronco da árvore. Deixaram de existir as categorias esporte classista e esporte militar. Esta alteração na estrutura foi significativa, pois:

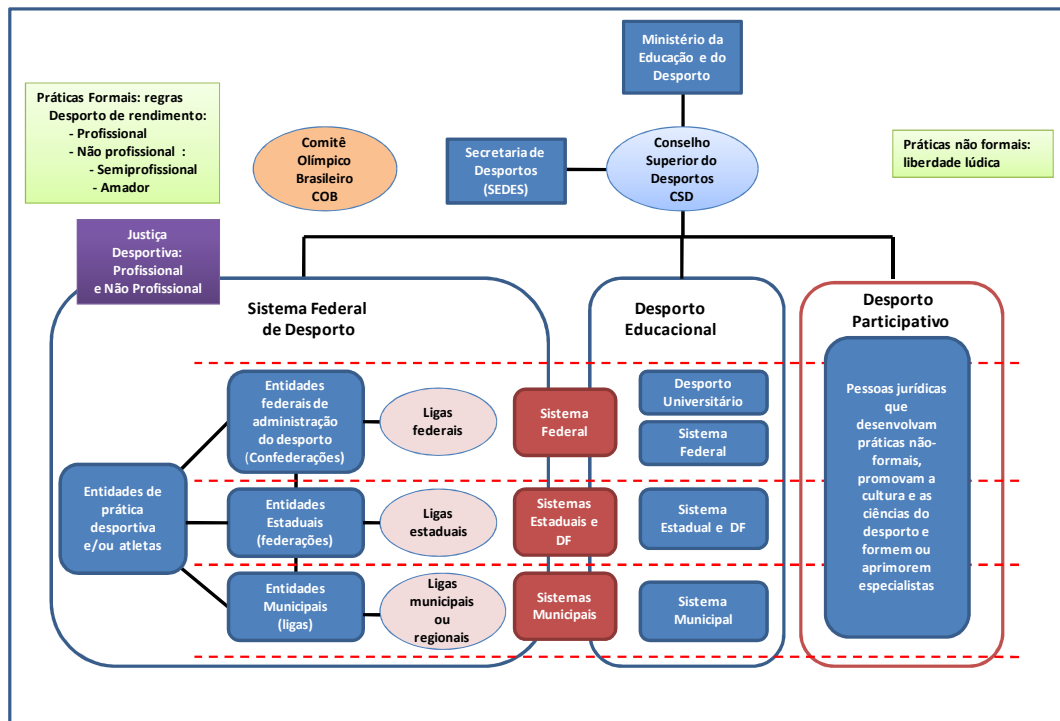
“Na prática, de 1941 até o advento da Lei Zico (Lei n.º 8.672/93), a intervenção do Estado nas organizações das entidades desportivas foi a regra, cabendo ao

Conselho Nacional dos Desportos regular nos mínimos detalhes não só a organização e o funcionamento das entidades desportivas como também a própria prática desportiva formal” (BOUDENS, 2002, p. 12).

Os Artigos 18º a 29º trataram da prática desportiva profissional: liberdade de organização, transferência de atletas, transmissão e comercialização de imagens, direito de arena, convocação para seleções, contrato e remunerações. Cabe a observação que a Lei deu ao CSD a prerrogativa de fixar critérios e condições para determinar o valor do passe. Embora sejam aspectos importantes para os profissionais, não serão aqui abordadas em maior profundidade por serem marginais aos objetivos deste trabalho. A Justiça Desportiva é abordada entre os artigos 36º e 38º.

A nova estrutura do Sistema Esportivo Nacional ficou então definida conforme esquematizado na figura 9.

Figura 9 - Sistema Esportivo Nacional (Lei Zico).



Fonte: Inspirado em (BRASIL, 1993A; BRASIL, 1993B)

Os recursos para o esporte foram tratados pelos artigos 39º a 48º. Dentre os recursos tradicionais estão: fundos desportivos; receitas oriundas de concursos de prognósticos; doações, patrocínios e legados; prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados e incentivos fiscais previstos em lei. Foi mantido o padrão de isenção de impostos de importação para a aquisição de equipamento de treinamento e para competição pelo COB. Foi também estendida a possibilidade de tal benefício, mediante controle da SEDES, para as entidades de práticas desportivas e atletas.

O Artigo 42 unificou o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional (Lei nº 6.269/75) e o Fundo de Promoção ao Esporte Amador (Lei nº 7.752/89) no Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo – FUNDESP, com natureza autárquica e dispondo de duas contas específicas: uma destinada a fomentar o desporto não-profissional; outra, à assistência ao atleta profissional e ao em formação. Ambas as contas atendem ao EAR¹¹⁴. O fluxo principal de receitas continuou a vir da participação nos recursos das

¹¹⁴ O Artigo 44º estabeleceu que os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo terão a seguinte destinação: I - para o desporto não-profissional: a) desporto educacional; b) desporto de

loterias esportivas federais que passaram a ter um adicional de 4,5%, mais 15% provindo exclusivamente da Loteria Esportiva. Os critérios de destinação ao COB ficaram inalterados.

A perda dos incentivos fiscais do imposto de renda, em 1990, levou o governo a buscar alternativas de recursos ao esporte. Nesta perspectiva o bingo foi enxertado na Lei Zico a partir de proposta do Deputado Onaireves Moura (PSD) sob argumento de se transforma em fonte alternativa de renda às entidades esportivas. (RANGEL, 2004) O sentido de descentralização da Lei possibilitou, em seu Artigo 57º, que entidades de direção e de prática desportiva pudessem se organizando localmente, segundo critérios e exigências mínimas, para se associarem a empresas de exploração do jogo do bingo.

O Decreto 981/93 autorizou convênios da União com os estado para que estes, por meio de suas Secretarias da Fazenda, pudessem credenciar entidades desportivas e autorizar o funcionamento das casas de bingo. Além do repasse da arrecadação para as entidades esportivas, a nova atividade criaria também novos postos de empregos e seria mais uma fonte de receita fiscal para o Estado. O artigo 43º do Decreto assim determinou a destinação: “I - sessenta e cinco por cento para a premiação, incluída a parcela correspondente ao imposto sobre a renda e outros eventuais tributos; II - trinta e cinco por cento para a entidade desportiva autorizada aplicar em projetos ou atividades de fomento do desporto e custear as despesas de administração e divulgação.” (BRASIL, 1993B).¹¹⁵

Interesses envolvidos, setores excluídos

O período de tramitação da Lei Zico (1991-1993) foi ainda marcado pelo acentuado predomínio do EAR no texto do projeto, bem como pela não representação da comunidade do esporte participativo e do esporte educacional nos eventos e discussões

rendimento, nos casos de Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Jogos Pan-americanos e Jogos Sul-Americanos; c) desporto de criação nacional; d) capacitação de recursos humanos: cientistas desportivos, professores de educação física e técnicos em desporto; e) apoio a projetos de pesquisa, documentação e informação; f) construção, ampliação e recuperação de instalações desportivas; II - para o desporto profissional, através de sistema de assistência ao atleta profissional e ao em formação, com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado de trabalho, quando deixar a atividade; III - para apoio técnico e administrativo do Conselho Superior de Desportos.

¹¹⁵ O primeiro problema que surgiu com a parceria das entidades com os bingos foi que muitos destes deixaram de repassar tributos e a parcela de receita das entidades esportivas, deixando-as inclusive com dívidas tributárias como foi o caso da Federação Brasileira de Atletismo que por conta dos contratos com três bingos até 2000 acumulou dívida de cerca de R\$ 320 mil (TORRES, 2008).

promovidos pela SEDES para a formulação da Política Nacional do Esporte. É principalmente sobre a análise do processo de discussão do PL nº 956/91 dentro da Comissão Especial de Desportos (CESP), que teve como relator Artur da Távola, que Linhares reforçou sua tese de que o esporte é também *locus* de interesses envolvidos e os setores excluídos.

Segundo a autora, havia três grupos com interesses na elaboração do projeto. O primeiro, o do executivo (SEDES e CND) a cujo sentido modernizante liberalizante (neoliberal) do projeto se opunham dois outros. O segundo, de forma ostensiva, era o grupo conservador, também conhecido como “bancada da bola” cujos representantes foram denominado de “feudais” por Tubino e como “débeis cartéis” por Zico. Para estes, a autonomia e as leis de mercado ameaçavam seu poder político construído em bases clientelistas e os interesses pessoais financeiros a custo de operações ilícitas na administração dos clubes. Além disso, os clubes temiam perder as vantagens fiscais de continuarem a operar como entidades “sem fins lucrativos” (SILVA J. A., 2007, p. 3).

O terceiro grupo buscava melhor definição (comprometimento) da função do Estado junto ao setor do esporte de participação e processos decisórios mais democráticos para toda a área esportiva. Compondo este último e representando parte da comunidade de Educação Física mais a esquerda na ideologia política estava o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) e a Federação Brasileira de Associações de Profissionais de Educação Física (FBAPEF). Ambas as instituições designaram membros, respectivamente Lino Castellani Filho e Antonieta Martins Alves para acompanhar os trabalhos junto à assessoria do Deputado José Fortunati (PT-RS), membro da CESP.

O Deputado José Fortunati apresentou substitutivo de sua autoria e da Deputada Sandra Starling (PT-MG) ao PL nº 956/91, mas que também não representava avanço ao estabelecimento do esporte como um direito social. Nos embates dentro da CESP, o terceiro grupo, por ser minoria e por novamente não ter conseguido mobilizar maior força política e representativa, restou observar a vitória dos conservadores ao preservar o a “lei do passe” e ao não transformar os clubes em empresas. Ademais, assistiu a

ampliação das prerrogativas do EAR sem uma contrapartida do estabelecimento do esporte como direito social (LINHALES, 1996, pp. 187-198).¹¹⁶

Findo os trabalhos da CESP em junho 1992, a discussão do projeto ficou paralisada pelo processo de *impeachment* de Collor, só voltando ao plenário em dezembro de 1992. O Deputado José Fortunati tentou ainda rediscutir o projeto; contudo, solicitações de retirada do projeto da pauta e a falta de quorum sugerem que os pontos polêmicos já haviam sido negociados. O projeto foi a Senado onde recebeu algumas emendas depois acatadas pela Câmara, sendo aprovado em 06 de Julho de 1993.

Resumindo às conclusões da autora sobre o processo de aprovação da Lei Zico, pode se dizer que no jogo da política pública para o esporte, o futebol e o EAR dividem o campo de jogo, a grande massa de potenciais praticantes apenas assiste, mas sem motivos para palmas.

Síntese para o período

Nesta fase de redemocratização, a necessidade de modernizar e principalmente liberalizar o esporte das amarras do Estado esteve casado com o discurso do esporte para todos e como um direito social. O protagonismo estatal endossou esse discurso; todavia, como já argumentado, a nascente coalizão pró-EPE não foi capaz de se articular de forma efetiva para contrapor melhor seus interesses aos da coalizão pró-EAR dentro do processo constituinte.

Mesmo assim, embora estabelecendo princípios de forma vaga, o Artigo 217 representou grande avanço ao constitucionalizar o esporte como um direito social, ao definir suas três categorias de manifestação e ao contemplar o lazer no sentido de esporte participativo. Melhor especificidade foi delegada à legislação infraconstitucional, a Lei Zico, cujo processo de aprovação foi igualmente dominado pela coalizão pró-EAR, especialmente pela parcela correspondente ao futebol, que no

¹¹⁶ A Câmara dos Deputados realizou em Maio de 1991 um Simpósio sobre Política Nacional dos Desportos e em agosto do mesmo ano um Seminário do Esporte, nos quais a lista de convidados e a forma de condução dos trabalhos e das discussões suportam as afirmações da autora (LINHALES, 1996, pp. 184-5).

Congresso Nacional passou, desde então, a atender pelo pseudônimo de “bancada da bola”.

Tanto o processo constituinte como o de aprovação da Lei Zico são contemplados pela *ACF* como momentos privilegiados de ação dentro do subsistema esportivo, onde o poder legislativo se estabeleceu na função de mediador de interesses (*broker*) para a produção de nova política pública. As idas e vindas dos anteprojetos para o Artigo 217, nas fases de sistematização e mesmo na de redação final, nas quais os respectivos relatores assumiram o papel de *brokers* entre disputas travadas pelos constituintes que representavam interesses das coalizões, são bem representados pelo esquema proposto pela *ACF* para a produção de nova política pública, no caso específico cujo forma foi dada pelo texto constitucional.

Surge aqui importante questão: se há evidências produzidas por outros autores (LINHALES, 1996; VERONEZ, 2005) de que as forças progressistas foram suplantadas pela coalizão pró-EAR no período, o que explica as mudanças constitucionais a seu favor, tais como o esporte como direito social, incentivo ao lazer, prioridade ao esporte educacional? Prefiro deixar a questão aberta para a conclusão trabalho, após o próximo capítulo que trata de importantes mudanças institucionais e da evolução da legislação esportiva para o período mais recente.

Capítulo 7

Do Ministro Extraordinário ao Ministério do Esporte

Neste capítulo, busco abordar os aspectos relacionados à evolução da legislação esportiva, a proporção de distribuição de recursos entre as três categorias de manifestação esportiva e, não menos importante, por ser objeto de uma das hipóteses de trabalho, a evolução institucional que propiciou a criação do Ministério do Esporte e seus efeitos sobre a política pública do setor.

A era FHC

Em 3 de março de 1995, o recém empossado presidente, Fernando Henrique Cardoso, nomeou Edson Arantes do Nascimento (Pelé) como Ministro Extraordinário do Esporte, cargo criado pela MP 813 de 01/01/1995 e situado o junto ao Ministério da Educação e do Desporto – MED. Portanto, sem haver criação de novo ministério, como muitos acreditam (BRASIL, 1995A). Para que não caísse na recente tradição de nomear atletas famosos para cargos do executivo no setor esportivo, FHC fez a seguinte observação no discurso de posse no novo ministro:

“Quando o convidei para assumir esse Ministério Extraordinário, foi depois de lhe saber o pensamento. Não se trata simplesmente de colocar no Governo alguém que certamente dá muito brilho ao Governo, mas eu não o faria se não fosse ao mesmo tempo um ato político, que indicasse um rumo. Pelé é as duas coisas. Ele vai dar um rumo, que é o rumo que eu também desejo para o esporte brasileiro.” (CARDOSO F. H., 1995, p. 44).

Cardoso se mostrou também consciente do debate envolvendo as três áreas de estruturação da política pública do esporte ao acrescentar que:

“Hoje, eu me confessei mau jogador de botão. Mas tenho o sentimento da ação social que o esporte terá de desenvolver. Desenvolverá. **Nós temos que realmente prestar atenção ao esporte de massa**, que é essa distinção que o Ministro acabou de fazer e que é absolutamente correta. **As áreas de competição podem mover-se por conta própria.**” (CARDOSO F. H., 1995, p. 44, grifo meu).

A MP 813 também vinculou tecnicamente a Secretaria de Desportos ao Ministro Extraordinário do Esporte. Três meses depois, o Decreto n.º 1.437, de 04/04/1995 criou o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), como autarquia federal com as seguintes funções¹¹⁷:

“I - implementar as decisões relativas à política e aos programas de desenvolvimento do desporto, estabelecidos por seu Conselho Deliberativo; II - realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do desporto; III - captar recursos financeiros para o financiamento de programas e projetos na área do desporto; IV - zelar pelo cumprimento da legislação desportiva; V - prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública Federal, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; VI - manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e governos estrangeiros; VII - articular-se com os demais segmentos da Administração Pública Federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área do esporte, observadas as diretrizes da política nacional do desporto. Parágrafo único. O INDESP prestará, ainda, apoio técnico e administrativo ao Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes.” (BRASIL, 1995B).

A ampla gama de funções e os movimentos institucionais de sua criação sugerem que o INDESP seria o braço executivo do esporte dispondo de autonomia própria das autarquias. Uma das primeiras providências do INDESP foi viabilizar a ampliação da rede e Centros de Excelência Esportiva (CENESP) em Universidades que já despontavam na área de pesquisa esportiva de alto rendimento. O caso clássico foi o da ESEF/UFRGS já mencionado (MAZO J. Z., 2000, p. 20).

Já o no Plano Plurianual de 1996 a 1999, estabeleceu prioridades bem mais amplas e democráticas, mais próximas ao esporte de participação:

“a) difusão da prática de atividades esportivas; b) viabilização de novas fontes internas e externas de recursos para o desenvolvimento do desporto; c) promoção de iniciativas que permitam a integração da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência e do idoso em práticas desportivas; d) incentivo ao

¹¹⁷ Segundo alguns textos o INDESP substituiu a SEDES, contudo não encontrei ainda a evidência da extinção da Secretaria. Nada consta no Decreto que criou o INDESP e o texto da Lei Pelé apenas cita este órgão como componente do sistema brasileiro do desporto.

associativismo desportivo comunitário; e) apoio a programas de capacitação de recursos humanos na área; f) implantação de política de esporte que privilegie seu caráter educativo, tanto na escola como fora dela.” (BRASIL, 1996).

A Lei Pelé

Embora como Ministro do Esporte, as maiores demandas ao “Rei” continuaram a ser as do futebol, pois a lei anterior (Lei Zico) havia frustrado parte da comunidade esportiva que desejava radical transformação no futebol e o tema do fim do passe ganhou força em 1995 com o caso Bosman.¹¹⁸

A primeira providência de Pele foi empossar Carlos Miguel Aidar, advogado especialista em direito esportivo, ex-presidente do São Paulo Futebol Clube, como membro do Conselho Deliberativo do INDESP e encarregado de regulamentar as condições e formas de fixação do valor passe. Função que a Lei Zico havia passado ao CSD e este delegou ao INDESP. Desta primeira missão à finalização do projeto pelo grupo de Aidar, segundo um dos integrantes do grupo, foi rápido (PANHOCA, 2003).

Mas a retomada de antigas bandeiras reacendeu também nova carga de oposição dos “cartolas”, que voltaram a insistir que o fim do passe seria a ruína dos clubes e do futebol. João Havelange, então presidente de FIFA e Ricardo Teixeira já presidente da CBF se opuseram ao projeto, Havelange inclusive com a ameaça de tirar o Brasil da Copa da França de 1998. Fato que levou Pelé a rebater a altura em entrevistas a revistas fazendo denúncias de irregularidades na CBF e afirmando que Havelange estava “gagá” (CARDOSO M. , 1997), (KFOURI, 1997)..

Havia três outros projetos de lei concorrendo com o PL 3.633/97 do executivo. O PL 1.159/95 de Arlindo Chinaglia, o PL 2.437/96 de Eurico Miranda e o PL 3.558/97 de

¹¹⁸ Devido a demanda judicial do Belga Jean-Marc Bosman contra seu time, o Tribunal de Justiça da Comunidade Européia considerou que a compensação financeira exigida pelos clubes de futebol para a transferência de jogadores, findo o prazo de contrato, estava afetando a liberdade de procura de trabalho, um dos pilares da Comunidade Européia. O Tribunal pôs, assim, fim ao passe dentro da Comunidade Européia, o que fez a FIFA e suas filiadas européias se ajustarem à decisão (CARLEZZO, 2001).

Maurício Requião. Mas o foco no projeto do executivo (Lei Pelé) fez com que a tramitação fosse rápida. Pachoca, membro da equipe de Aidar, fez as seguintes observações sobre a tramitação:

“Desde o gabinete do Ministro até a Comissão Especial, os debates foram estafantes, inúmeras audiências públicas, todos os interessados, exceção ao Clube dos Treze que se omitiu e não ofertou sugestões, talvez com o receio de serem elas aprovadas e terem que cumpri-las. Entretanto a Bancada da Bola sempre esteve atenta, participativa e liderada pelo ex-deputado Eurico Miranda, que por ter sido atendido em suas propostas, conduziu aqueles líderes dos dirigentes desportivos aos votos de aprovação por unanimidade.” (PANHOCA, 2003).

Algumas das modificações ao texto original foram vetadas pelo Presidente FHC para manter o espírito modernizador, no entanto, houve o acréscimo dos artigos que reformaram a exploração do jogo do bingo. A tramitação, em regime de urgência, foi rápida tanto na Câmara como no Senado, sendo aprovada, em 24 de março de 1998, a Lei n.º 9.615, chamada de Lei Pelé (BRASIL, 1998A). A Lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 2.574, de 29/04/1998 (BRASIL, 1998B), no mesmo dia em que Pelé se desligou do governo e o cargo de Ministro Extraordinário deixou de existir (TOLEDO, 2005).

Como nos casos das legislações anteriores, julgo necessário o destaque das principais modificações para efeito da política pública do esporte. Os Artigos 1º a 4º permaneceram idênticos ao da Lei Zico. Os três primeiros trataram das disposições iniciais, dos princípios fundamentais e da natureza e das finalidades do esporte.

O Artigo 4º redefiniu o **Sistema Brasileiro do Desporto**, encabeçado pelo Ministério Extraordinário do Desporte, substituiu a SEDES pelo INDESP e o CSD pelo Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro (CDDDB) com as mesmas atribuições anteriores e mesmo número de componentes; porém, o Ministro passou a poder designar sete representantes além dos representantes obrigatórios: COB, CDDDB, INDESP e o próprio Ministro. Ou seja, conforme mostrado na tabela 8, além do número total ter caído de 15 para 11 conselheiros, quando comparado à Lei Zico, o Ministro passou a poder controlar nove das onze vagas, o que por certo altera em muito a representatividade em função das escolhas do Ministro de plantão. Neste sentido, o

órgão superior de aconselhamento do esporte parece ter regredido ao tempo do Estado Novo.

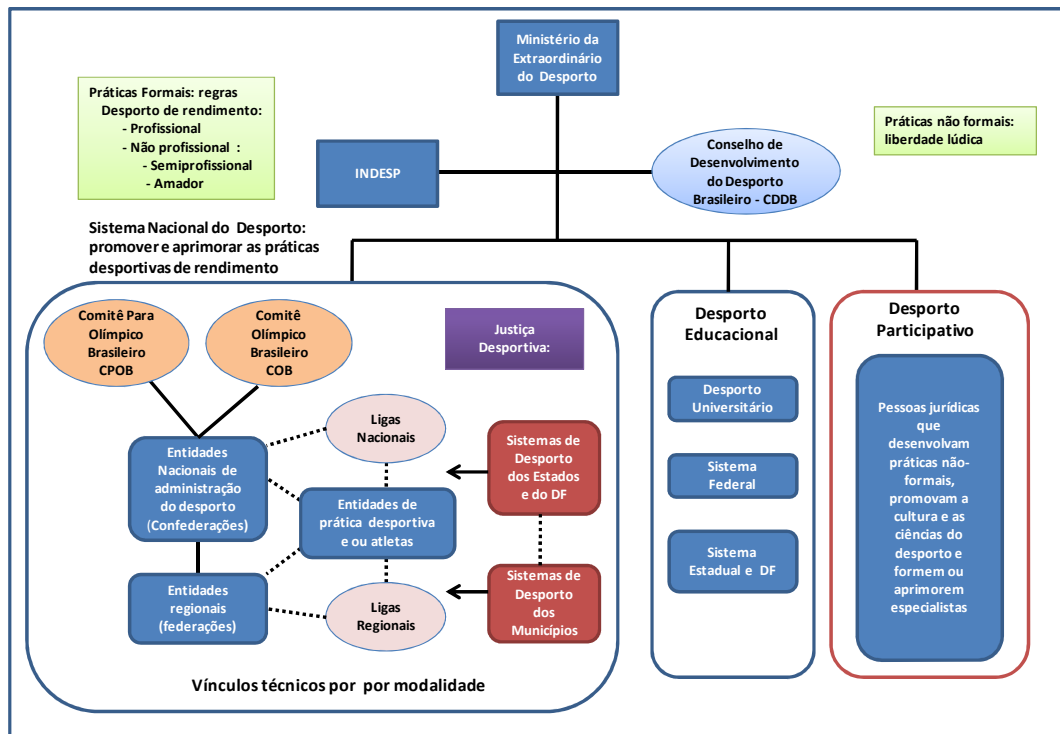
Tabela 8 - Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB

Composição do CDDN	Categorias do esporte			
Membros / representantes	EAR	Educa- cional	Partici- pativo	Impon- derável
Presidente do INDESP	X			
Um representante do COB	X			
Um representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro	X			
Sete representantes indicados pelo titular do Ministério a que estiver vinculado o INDESP				XXXX XXX
Distribuição	30,0%	0,0%	0%	70,0%

Fonte: Inspirado em (BRASIL, 1998B).

O Artigo 4º ainda incluiu os subsistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos quais foi dada a ampla liberdade de organização. Relacionado ao Artigo 4º, o Artigo 13º definiu o **Sistema Nacional de Desporto** assim composto: Comitê Olímpico Brasileiro - COB, Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, entidades nacionais de administração do desporto, entidades regionais de administração do desporto; ligas regionais e nacionais e entidades de prática desportiva filiadas. O sistema é esquematiza no quadro 20.

Figura 10 - Sistema Brasileiro do Desporto – Lei Pelé.



Fonte: Inspirado em (BRASIL, 1998A; BRASIL, 1998B),

O Artigo 5º definiu de forma geral o INDESP e o Artigo 6º estabeleceu as mesmas fontes de recursos, mas melhorou a redistribuição para os demais entes federativos: dos 4,5% sobre concursos de prognóstico, 1/3 deveria ir para as Secretarias de Esportes dos Estados e do Distrito Federal segundo a proporção de volume de apostas. Deste 1/3, 50% deveriam ser repassados aos respectivos municípios segundo a proporção populacional.

A destinação dos recursos ao INDESP foi definida no Artigo 7º, qual seja: I - desporto educacional; II - desporto de rendimento, nos casos de participação de entidades nacionais de administração do desporto em competições internacionais, bem como as competições brasileiras dos desportos de criação nacional; III - desporto de criação nacional; IV - capacitação de recursos humanos: a) cientistas desportivos; b) professores de educação física; e c) técnicos de desporto; V - apoio a projeto de pesquisa, documentação e informação; VI - construção, ampliação e recuperação de instalações esportivas; VII - apoio supletivo ao sistema de assistência ao atleta profissional com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado de trabalho quando deixar a atividade; VIII - apoio ao desporto para pessoas portadoras de deficiência.

Assim, a Lei deixou claro que o **INDESP não atuaria sobre demandas do esporte de participação ou esporte não formal**. Esta categoria foi contemplada no Artigo 56º, de forma genérica, com recursos dos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como recursos provindos de mesmas fontes do INDESP. **Não ficou clara a definição de quanto, por quem e de que modo os recursos ao esporte de participação seriam aplicados.**

O Artigo 9º também deixou inalterado os 15% da renda líquida da Loteria Esportiva Federal, bem como a destinação de seis rendas líquidas totais da Loteria Esportiva para o COB, de quatro em quatro anos. Um por cada ano, mais um em anos de Jogos Pan Americanos e outro em anos de Jogos Olímpicos. O Decreto de regulamentação estendeu o mesmo benefício ao Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Cabe destaque ao Artigo 27º que obrigou a transformação dos clubes em uma das seguintes formas de “clube-empresa”: “I - sociedades civis de fins econômicos; II - sociedades comerciais admitidas na legislação em vigor; III - entidades de prática desportiva que constituírem sociedades comerciais para administração das atividades de que trata este artigo.” Foi dado aos clubes um prazo de dois anos para se adaptarem e realizarem a transformação. Outro destaque da Lei foi o Artigo 28º que pôs fim ao passe ao estabelecer, em seu parágrafo 2º, que o vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante acaba com o término da vigência do contrato de trabalho.

Os artigos 59º ao 81º reestruturaram o jogo do bingo. O credenciamento passou a ser feito junto a União, pelo INDESP, mas a responsabilidade pelo bingo continuou a ser da entidade desportiva, mesmo que esta entregasse a administração a uma empresa especializada. Interessante é que o percentual de repasse para as entidades esportivas, que na Lei Zico era de 35% sobre o “total de recursos arrecadados em cada sorteio” (não especifica bruto ou líquido), foi rebaixado para 7% da “renda bruta”. A consideração mais lógica é que o legislador preferiu taxar menos, mas sobre base maior e provavelmente de mais fácil controle contábil. O Artigo 73º proibiu a instalação de qualquer tipo de máquinas de jogo de azar ou de diversões eletrônicas nas salas de bingo.

No aspecto geral, a Lei Pelé quase não se diferenciou da Lei Zico, embora, após 10 anos da aprovação da Constituição de 1988, avançou nos princípios de descentralização e de liberalização pregados por esta, ao ter imposto o fim passe e a migração do modelo baseado na “associação” para o de “sociedade”, popularizado como modelo “clube-empresa”. Entretanto, **em que pese os avanços até aquele momento, as duas legislações concentraram-se basicamente nos problemas do futebol, tratando marginalmente as demais modalidades, em nada modernizando a estrutura do esporte educacional e tratando de forma ainda mais distante o desenvolvimento do esporte de participação.**

As reestruturações organizacionais e as mutações na Lei Pelé

Em 01/01/1999, por meio de mesma Medida Provisória, o governo criou o Ministério de Esporte e Turismo – MET. O Ministério da Educação e do Desporto voltou a ser Ministério da Educação (BRASIL, 1999A). Para efeito do jogo do bingo, o INDESP seguiu para MET com a atribuição de credenciar as entidades desportivas e a Caixa Econômica Federal passou a autorizar e fiscalizar a realização, bem como decidir sobre a regularidade das prestações de contas (BRASIL, 2000A).

Lei Maguito e a novela do Bingo

Logo depois de sua aprovação, a Lei Pelé começou a passar por uma série de modificações que levaram o próprio Pelé a declarar que a Lei não podia ser chamada assim, tantas as mudanças, principalmente naquilo em esta se diferenciava da Lei Zico. A primeira modificação veio com a Lei n.º 9.940 de 21/12/1999, que alterou o prazo de dois para três anos na obrigatoriedade de transformação para o modelo de “clube-empresa” (BRASIL, 1999B).

As vésperas de entrar em vigor a nova data para o dispositivo da Lei Pelé que obrigava a transformação dos clubes de futebol em “clube-empresa”, a “bancada da bola” conseguiu fazer aprovar, a Lei n.º 9.981, de 14/07/2000, chamada Lei Maguito Vilela – senador pemedebista com ligações históricas com dirigentes do futebol goiano. Esta retirou a legislação do jogo do bingo da legislação esportiva, anulou todos os artigos

referentes (59º a 81º) e deu prazo de fechamento de dois anos para os bingos que já estava em operação. Em contrapartida, os empresários do jogo conseguiram liminares e mantiveram os bingos em funcionamento.

A Lei ficou marcada por ter revogado a obrigatoriedade da transformação dos clubes de futebol em empresas, deixando a transformação como opcional e, assim, retornando à condição anterior da Lei Zico. Não revogou o “fim do passe”, mas colocou condição de ressarcimento aos clubes, por meio de multa rescisória de contrato de até 100 vezes o valor do salário anual, com dispositivo de redução percentual anual (BRASIL, 2000B). Deve-se reconhecer, conforme tabela 9, que o período de vigência da Lei Maguito foi o de melhor representação das categorias esporte educacional e esporte de participação dentro da mais alta instância de conselho do esporte no Brasil, à época o CDDB.

Tabela 9 - Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro – CDDB.

Composição do CDDB	Categorias do esporte			
Membros / representantes	EAR	Educa- cional	Partici- pativo	Impon- derável
Ministro do Esporte e Turismo				x
Presidente do INDESP	x			
Um representante de entidades de administração do desporto	x			
Dois representantes de entidades de prática desportiva	x			
Um representante dos secretários estaduais de esporte				x
Um representante de atletas	x			
Um representante do Comitê Olímpico Brasileiro - COB	x			
Um representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPOB	x			
Quatro representante do desporto educacional e de participação indicados pelo Presidente da República		xx	xx	
Três representantes indicados pelo Congresso Nacional, sendo dois deles da maioria e um da minoria				xxx
Distribuição	40,0%	13,3%	13%	33,3%

Fonte: Inspirado em (BRASIL, 2000B).

Denúncias de irregularidades envolvendo o INDESP, no processo de autorização e controle dos bingos, levaram o Ministério Público Federal a entrar na Justiça com ação de improbidade administrativa contra o então ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, e seus assessores. A suspeita era de venda de Medida Provisória que revogou a proibição de máquinas eletrônicas em bingos, constante na Lei Pelé (SENADO_FEDERAL, 1999). Greca deixou o ministério em 05/05/2000 e em 27/10/2000, a pedido do novo Ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, o INDESP

foi extinto por Medida Provisória que passou à Caixa Econômica Federal as atribuições referentes ao jogo do bingo (BRASIL, 2000B).

O INDESP foi considerado pelo Ministro como órgão “anacrônico e sem resultados práticos”. Entretanto, contava com orçamento de R\$ 222,8 milhões e 149 funcionários e algo precisava substituí-lo. Uma semana antes de sua extinção havia sido criada a Câmara Setorial de Esporte, com caráter temporário, composta por atletas, ex-atletas, dirigentes, técnicos, pesquisadores, juristas e mesmo patrocinadores, com o objetivo de elaborar política nacional de esporte para o País até 2012. A primeira proposta foi a de criação da Secretaria Nacional do Esporte (SNE), vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo, para substituir o INDEPS.

Técnicos do MET passaram a estruturar a nova secretaria, comprometida com a formulação de “nova” política nacional de esporte, a construção de centros de excelências esportivos, a volta da prática de educação física nas escolas públicas e a interação com às recém criadas Comissão Nacional de Atletas (CNA) e a Câmara Setorial do Esporte (ARAÚJO C. , 2000).

Os trabalhos da Câmara Setorial seguiram constantes por quatro meses, contando com a participação de 140 pessoas, divididos em três grupos temáticos:

- Esporte de Base - coordenado por Antônio Carlos Guimarães, professor da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
- Desenvolvimento do Esporte – coordenado por Bernard Rajzman, ex-jogador da Seleção Brasileira de vôlei;
- Esporte de Rendimento – coordenado por Marcus Vinicius Freire, chefe da delegação brasileira nos Jogos Olímpicos de Sydney.

Em 19/02/2001 os coordenadores de grupos entregaram a Lars Grael, novo Secretário Nacional do Esporte, seus relatórios parciais. O documento final, redigido por Manuel Tubino, foi entregue dois meses depois (CRUZ, 2001).

Aplicando-se o modelo usado para o Conselho sobre as principais propostas geradas pela Câmara Setorial do Esporte, tem-se a tabela 10 que evidencia o predomínio do

EAR (61,5%) e a nulidade de propostas para o esporte participativo. Pode-se também inferir viés dos representantes do Esporte Educacional (30,8%) para o lado do EAR pela característica de formação dos grupos e pelo histórico de seus coordenadores.

Tabela 10 - Propostas da Câmara Setorial do Esporte.

Câmara Setorial do Esporte 2000/2001		Categorias do esporte			
Itens proposto	EAR	Educa- cional	Partici- pativo	Geral	
Alteração da Lei de Diretrizes e Bases, de forma a assegurar a prática da educação física nos ensinos fundamental e médio, com frequência mínima de três vezes por semana	←	X			
Fornecimento, por parte do Ministério do Esporte e Turismo, de kits esportivos às escolas do Programa Nacional de Esporte Escolar	←	X			
Realização anual dos Jogos Escolares Brasileiros	←	X			
Definição do papel das universidades na política nacional de esporte de base		X			
Separação da legislação do futebol das demais modalidades	X				
Criação da Secretaria Nacional Antidoping	X				
Exigência de exame antidoping antes do embarque de atletas para competições internacionais	X				
Formação de equipes olímpicas e paraolímpicas permanentes	X				
Redução tarifária para importação de equipamentos esportivos	X				
Criação da Sociedade Brasileira de Ciências do Esporte	X				
Fixação de um percentual de 15% das verbas de marketing das empresas para aplicação no esporte	X				
Realização de um diagnóstico nacional de áreas esportivas e dos recursos humanos disponíveis				X	
Criação da Universidade Olímpica	X				
Distribuição	61,5%	30,8%	0,0%	7,7%	

Fonte: Inspirado em (CRUZ, 2001). Obs. Setas indicam o sentido da ação.

O foco no EAR é confirmado nesta passagem de uma de suas entrevistas de Graél, na qual entende que a democratização do esporte está relacionada ao aumento no número de novos dirigentes comprometidos com a modernização do esporte, e não no sentido da democratização das práticas esportivas como “direito de todos”.

“Um dos pontos que acho fundamental no relatório da comissão especial é a democratização do esporte nacional. Não podemos achar que os donatários de cada entidade vão permanecer na direção perpetuamente. É preciso mudar. Falta oxigenar a estrutura esportiva para dar credibilidade e transformar o esporte de rendimento em um negócio profissional e fiscalizável.” (GRAEL, 2007).

As declarações de Graél foram também entendidas como nova tentativa de recolonizar o esporte educacional como base para o EAR, principalmente depois de o Brasil não ter

conseguido nenhuma medalha de ouro nos Jogos Olímpicos de Sidney, em 2000 (FREIRE, 2001).

Em 2002, o governo FHC reformulou o CDDB, rebatizando-o com nome de Conselho Nacional do Esporte (CNE) com o Decreto n.º 4.201, de 18/04/2002, com objetivos definidos em seu Artigo 1º: “[...] buscar o **desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população**, bem como a melhora do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional (BRASIL, 2002, grifo meu).

O CNE passou a contar com a estrutura de representatividade apresentada na tabela 11 em que o número de conselheiros voltou a crescer, chegando a 17, dos quais mais de 50% representando o EAR. Apesar da classificação como “imponderável” para outros 47% dos representantes, dado o histórico e ascendência do EAR na estrutura do esporte nacional, torna-se prudente considerar a maior probabilidade de que, em sua maior parte, os imponderáveis representem também o interesse desta categoria.

Tabela 11 - Conselho Nacional do Esporte – CNE

Composição do CNE	Categorias do esporte			
	EAR	Educa- cional	Partici- pativo	Impon- derável
Ministro de Estado do Esporte e Turismo, que o presidirá				X
Secretário Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo				X
Um representante do Ministério da Justiça	X			
Um representante do Ministério da Educação		X		
Um representante do Ministério do Trabalho e Emprego	X			
Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro	X			
Presidente do Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais do Esporte				X
Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro	X			
Presidente da Confederação Brasileira de Futebol	X			
Presidente do Conselho Federal de Educação Física				X
Um representante da Comissão Nacional de Atletas	X			
Três representantes do desporto nacional, designados pelo Presidente da República	XXX			
Três representantes indicados pelo Congresso Nacional, sendo um Senador e dois Deputados, que integrem as respectivas Comissões ou Subcomissões de Esporte e Turismo				XXX
Distribuição	52,9%	5,9%	0%	47,1%

Fonte: Inspirado em (BRASIL, 2002).

CPIs do Futebol e adições à legislação esportiva

Em março de 1999 foi requerida A CPI da Nike-CBF na Câmara dos Deputados, tendo por presidente o Deputado Aldo Rebelo do (PCdoB), com a finalidade de apurar indícios de irregularidades no contrato entre a CBF e a NIKE, ingerências desta sobre a Seleção Brasileira e o uso indevido de recursos da CBF. Instaurada em outubro de 2000, trabalhou durante oito meses sobre forte pressão da “bancada da bola” (ESTADÃO, 2001A; AZEVEDO, 2008). A CPI foi encerrada sem a votação do relatório final, mas que mesmo assim foi temporariamente disponibilizado a outros órgãos e ao público através da internet. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal proibiu a divulgação do relatório (ESTADÃO, 2001B).

Já a CPI do Futebol, instalada paralelamente no Senado, presidida pelo senador Álvaro Dias (PDT-PR), foi subsidiada pelo relatório da CPI da Câmara e sustentada por novos escândalos que inviabilizara a tentativa da “bancada da bola” de também anulá-la. Após 14 meses de trabalho, a CPI aprovou, em dezembro de 2001, relatório de mais de 1600 páginas sugerindo o indiciamento de 17 pessoas e apontando série de crimes e irregularidades que campeavam o futebol brasileiro (CARNEIRO, 2000; O_Estado_de_São_Paulo, 2001; SENADO_FEDERAL, 2001).

Em função das CPI e de outras investigações conduzidas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, o governo FHC se viu forçado a promover novas mudanças na legislação. Para isto, montou Grupo de Trabalho Especial (GTE), liderado pelo então secretário-executivo do Ministério do Esporte e Turismo, José Luiz Portella, com o objetivo de produzir projetos de lei para sanear o futebol e assegurar o respeito aos torcedores (ÉBOLI, 2002).

Lei Agnelo-Piva

Em 16 de Julho de 2001, foi aprovada a Lei n.º 10.264, chamada de Lei Agnelo-Piva por ser de autoria do então Senador Pedro Piva (PSDB-SP) e do então Deputado Federal Agnelo Queiroz (PC do B-DF). A Lei modificou parte do artigo 56º que trata dos recursos para o esporte na Lei Pelé. Especificamente mudou a redação do inciso VI, “outras fontes” para “VI - dois por cento da arrecadação brutas dos concursos de

prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios.” Continuou a Lei definindo que, deste recursos, oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro. Contudo, deste total repassado para as duas entidades, estas deverão investir 10% no desporto escolar e 5% no desporto universitário.

O uso dos recursos ficou condicionado ao estabelecimento de convênios com a União e devem ser utilizados em projetos de: fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, formação de recursos humanos, preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas e suas participações em eventos desportivos (BRASIL, 2001; COB, 2004). A Lei foi muito comemorada pela comunidade esportiva por ser fonte segura e constante, mas que o COB e CPB devem repassar com parcimônia a 27 confederações filiadas ao órgão e a outros investimentos (EXAME, 2001). Estimativa feita em 2004 considera que a lei destinaria anualmente aproximadamente R\$ 60 milhões, vinte vezes mais do que a quantia média anual que vinha sendo direcionada ao setor antes da Lei (ME, 2004).

Duas considerações podem ser feitas em relação a esta Lei. Primeiro, se não houve inversão na determinação de prioridade da CF88, artigo 217, inciso II: “a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento.”, ao se estabelecer 85% para o EAR e 15% para o educacional. O contra-argumento das entidades é de que a Lei veio para atender o “caso específico” do alto rendimento, e que mesmo assim, 15% são destinados ao educacional, quando poderia ser 100% para o EAR. Contudo, a demonstração de uso dos recursos da Lei Agnelo-Piva pelo COB, para o ano de 2006, deixa evidente que os recursos ao desporto educacional são usados para a realização de eventos esportivos, despesas administrativas e subvenção da CBDU, como mostrado na tabela 12.

Tabela 12 - Usos dos recursos para o desporto educacional pelo COB.

Evento	Recursos
FUNDO OLÍMPICO 100%	67.466.275,61
ESPORTE ESCOLAR 10%	6.746.627,56
ESPORTE UNIVERSITÁRIO 5%	3.373.313,78
COB 85%	57.346.334,27
Esporte Universitário	
Receita	3.373.313,78
Eventos esportivos	4.182.664,01
Olimpíada Universitária 2006	3.732.664,01
CBDU	450.000,00
Variação total	-809.350,23
Esporte Escolar	
Receita	6.746.627,56
Eventos esportivos	8.185.527,33
Olimpíadas Escolares Brasileiras 2006	6.827.105,79
Despesas administrativas e organização dos Jogos Escolares.	1.358.421,54
Variação total	-1.438.899,77

Fonte: (COB, 2006).

A segunda consideração é a *accountability* sobre a decisão destinação e critérios de uso destes recursos, uma vez que são repassados de forma automática e quase imediata pela Caixa Econômica ao COB e CPB, sem sofrerem nenhum tipo de contingenciamento e tendo apenas o Tribunal de Contas da União como órgão fiscalizador.

Outros recursos provindos de: contratos profissionais (1%), valores cláusulas penais de transferências de atletas (1%), arrecadação de competições (1%) e penalidades disciplinares pecuniárias são recolhidos pela Federação das Associações de Atletas Profissionais – FAAP e destinados à assistência social e educacional aos atletas profissionais, ex-atletas e aos em formação.

Empresas estatais

Outra fonte direta e importante para o EAR é o patrocínios de destacadas empresas estatais no apoio ao desenvolvimento das principais modalidades olímpicas. Os patrocínios podem ser diretos ao COB e CPB, como é atualmente o caso das BR Petrobrás e o da Caixa Econômica Federal. Pode ser pontual como no caso dos patrocinadores estatais ao Pan Americano de 2007 no Rio de Janeiro (Caixa, BR, ECT,

além do Governo Federal) ou pode ser de forma direta com as entidades de administração nacionais e regionais (confederações e federações) de cada modalidade esportiva. As seguintes empresas patrocinadoras atuam hoje:

- Banco do Brasil: vôlei de quadra, vôlei de praia, futsal e iatismo e tênis (projeto TênisBrasil);
- Caixa Econômica Federal: Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) e a Confederação Brasileira de Lutas Associadas (CBLA);
- Correios: natação, saltos ornamentais, maratona aquática, nado sincronizado, pólo aquático e o futsal;
- Eletrobrás: basquete;
- Infraero: Confederação Brasileira de Judô (CBJ),
- Petrobras: Handebol.

Os recursos aplicados por estas empresas seguem os princípios do marketing esportivo, ou seja, recursos que seriam utilizados para a publicidade em outros canais midiáticos e que encontram no esporte um meio mais popular, efetivo e principalmente mais barato considerando o gasto versus o tempo de exposição, o impacto sobre a marca e instituição.¹¹⁹ Todavia, há discussão conceitual sobre se tais recursos, por terem origem em empresas estatais, não teriam também que seguir as determinações e prioridades do esporte dadas pela Constituição de 1988.

É inegável o desenvolvimento e a modernização por que vem passando o EAR brasileiro, na última década, desde que Carlos Arthur Nuzman assumiu a presidência do COB, em 1996, trazendo sua marca administrativa de sucesso na Confederação Brasileira de Vôlei (NUZMAN, 2003). Prova deste sucesso foi a realização dos Jogos Pan Americanos, no Rio de Janeiro, em 2007, a despeito das críticas de extrapolação dos gastos. Entretanto, o COB também recebe queixas devido à sua ação centralizadora:

“Perceba que o Comitê Olímpico brasileiro, cuja única missão era representar o movimento olímpico brasileiro perante o organismo internacional, é hoje, na verdade, uma super confederação de todos os desportos, discriminando aqueles que se puserem

¹¹⁹ Além dos recursos públicos, o COB vem diversificando os patrocínios com empresas privadas: Olympikus, Oi, Cerveja Sol, Sadia e parcerias com a Golden Gross e OdontoPrev.

contra seus desígnios ou determinações. Por desinteresse, comodismo ou negligência de muitos e astúcia de alguns, exceção feita ao futebol, todas as demais modalidades desportivas são reféns ou dependentes de uma só pessoa, o que não é recomendável, muito menos racional.” (PANHOCA, 2003).

Os gastos com o esporte na era FHC

Com base na tabela apresentada por Veronez (2005, 322-3), com valores de gastos nominais, procedi ao ajuste dos mesmos a valores reais de 1995 e classifiquei segundo avaliação das características de cada programa dentro das três categorias constitucionais. Os programas de cooperação e gestão foram colocados em categoria neutra. Dessa forma, foi possível gerar a tabela 13.

Tabela 13 - Gastos realizados no esporte entre 1995 e 2002.

Ano	Programa	Cartegoria	Nominal	Real
1999	Cooperação Internacional	Neutra	3.000	2.143
2000	Gestão da Política de Esporte	Neutra	142.465	89.091
2001	Gestão das Políticas do Esporte	Neutra	1.201.464	681.961
2002	Gestão das Políticas do Esporte	Neutra	11.199.437	5.628.234
	Total	Neutra	12.546.366	6.401.430
1999	Desporto Amador	EAR	101.785.230	72.724.410
2000	Brasil Potência Esportiva	EAR	22.155.162	13.854.882
2001	Brasil Potência Esportiva	EAR	58.013.700	32.929.082
2002	Brasil Potência Esportiva	EAR	36.256.250	18.220.439
2002	Lei Agnelo Piva	EAR	43.173.000	21.696.425
	Total EAR	EAR	261.383.342	159.425.239
1995	Educação Física e Desportos	Educacional	56.429.068	56.429.068
1996	Educação Física e Desportos	Educacional	50.837.284	45.338.334
1997	Educação Física e Desportos	Educacional	91.044.514	75.167.673
1998	Educação Física e Desportos	Educacional	107.283.377	84.875.955
2002	Esporte na Escola	Educacional	57.027.514	28.658.958
2000	Reestruturação do Sistema Penitenciário	Educacional	1.616.070	1.010.620
2001	Reestruturação do Sistema Penitenciário	Educacional	7.718.265	4.380.955
2002	Reestruturação do Sistema Penitenciário	Educacional	9.500.271	4.774.325
	Total EDU	Educacional	381.456.363	300.635.887
2000	Esporte Direito de Todos	Participativo	15.795.183	9.877.626
2000	Esporte Solidário	Participativo	137.145.434	85.764.836
2001	Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei	Participativo	109.350	62.068
2001	Esporte Solidário	Participativo	164.663.452	93.464.412
2001	Esporte Direito de Todos	Participativo	59.587.324	33.822.285
2002	Esporte Solidário	Participativo	160.772.737	80.795.720
	Total PAR	Participativo	538.073.480	303.786.947
	Total Geral		1.193.459.551	770.249.503

Fonte: Inspirado em Siafi/Relatórios de prestação de contas do Indesp e SNE (BRASIL, 1994; 1995; 1996; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002. Apud VERONEZ, 2005, p. 322-3.

As implicações são básicas e demonstram que, mesmo se considerando os recursos destinados ao COB e ao CPB, em 2002, pela Lei Agnelo-Piva, o que a tabela original não faz, a categoria do Esporte Participativo e a Esporte Educacional receberam montantes praticamente iguais de 39%. O EAR ficou com 23% e 1% pertence à categoria neutra. Mesmo quando adicionado os patrocínios ao EAR disponibilizados pelas empresas estatais, R\$ 26.878.364 (a valores de 1995), as proporções entre as categorias quase não se alteram deslocando apenas 1% do participativo e também 1% do educacional e compondo 2% a mais para o EAR, conforme mostra o resumo da tabela 14.

Tabela 14 - Resumo das proporções de gastos realizados entre 1995 e 2002.

Categorias	Gastos totais para o período	Gastos totais incluindo estatais
Neutro	1%	1%
EAR	21%	23%
Educacional	39%	38%
Participativo	39%	38%
Total	100%	100%

Fonte: Inspirado em Fonte: Inspirado em Siafi/Relatórios de prestação de contas do Indesp e SNE (BRASIL, 1994; 1995; 1996; 1997; 1998; 1999; 2000; 2001; 2002. Apud VERONEZ, 2005, p. 322-3).

Portanto, os dados reajustados e realocados, desta maneira, contrariam a conclusão do autor de que o EAR foi o mais favorecido também no período FHC:

“Enfim, nesse período podemos observar que, além dos recursos destinados ao esporte sofrerem reduções, sua aplicação pode ser questionada tendo-se como referência o que foi estabelecido na CF de 1988. Ao contrário do que diz a referida Constituição, os recursos do fundo público foram majoritariamente aplicados no esporte de rendimento (equipamentos, quadras e competições), fato que revela que os interesses das elites esportivas se sobrepuseram ao estabelecido na lei constitucional.” (VERONEZ, 2005, p. 328).

Mesmo quando o procedimento anterior é estabelecido para o caso específico do INDESP, no ano de sua criação, e considerando-se que foi órgão criado para atender melhor ao EAR, vê-se, conforme tabela 15, que os gastos foram divididos em proporção quase igual entre o esporte educacional (46%) e o EAR (48,8%), ficando o esporte participativo com o resíduo (5,2%).

Tabela 15 - Programas e recursos orçamentários executados - 1995 – INDESP.

Cartegoria	Programa	Total	%
EAR	Programa de Desenvolvimento e Melhoria da Qualificação da Prática Desportiva	2.122.556	
EAR	Programa de Fomento ao Desporto de Rendimento	570.658	
EAR	Assistência ao Atleta Profissional e em Formação	1.876.500	
EAR	Fomento ao Desporto dos Estados e Distrito Federal	20.386.476	
	Total EAR	24.385.531	49%
Educacional	Programas de Promoção do Desporto nas Escolas e Comunidades	23.011.484	
	Total Educacional	23.011.484	46%
Participativo	Programa de Estudo e Fomento às Atividades Desportivas com Identidade Cultural	143.614	
Participativo	Programa Fomento e Desenvolvimento do Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência	2.464.199	
	Total Participativo	2.607.813	5%
	Total Geral	50.004.828	100%

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto. Relatório de Atividades, exercício de 1995. Brasília, apud VERONEZ, 2005, p. 331.

A objeção que se poderia colocar é de que os recursos para o esporte educacional foram aplicados em competições escolares e outras atividades que privilegiaram ou foram suporte para o EAR. Embora a agregação dos dados não permita esta análise, a linha de pensamento dos idealizadores do órgão (Manuel Tubino, Bruno Silveira, Otávio Teixeira e outros) era a de justamente retirar do esporte educacional o viés da extrema competitividade e subserviência ao EAR como mostra esta passagem:

“O grande problema nessa manifestação reside no fato de o Desporto Escolar, atividade extracurricular que abrange a população matriculada no ensino de 1º e 2º graus, estar sendo, há muito, tratado do ponto de vista de esporte de alta-competição. Isso leva à dupla possibilidade de o Desporto Escolar tornar-se parasita do desporto federado e cometer uma grande injustiça com a maioria dos alunos que são alijados do processo, e aí sua prática não chega a se instalar efetivamente na escola. A principal estratégia para

corrigir essa tendência anômala está diretamente associada à mudança da finalidade, pela vinculação de suas atividades ao processo educacional.” (TUBINO M. J., 1988, p. 125).

Outra trecho que reforça esta linha está no relatório de atividades e execução orçamentária do Controladoria Geral da União para o ano de 1999, no qual o programa para o esporte educacional do MET foi avaliado com as seguintes características:

“Tem como finalidade principal garantir a prática do esporte como instrumento de desenvolvimento integral dos indivíduos para a formação da cidadania, como prioridade para o atendimento a crianças e adolescentes de comunidades de baixa renda e de escolas públicas de ensino formal, o Projeto busca, fundamentalmente, aplicar a premissa de democratização do esporte e criar oportunidades de práticas esportivas educacionais às populações menos favorecidas, ampliando, assim, o conceito do esporte moderno para além da performance e valorizando seu viés de integração social.” (CGU, 1999, pp. C-229).

A era Lula e o Ministério do Esporte

Na passagem do governo FHC para Lula, cogitou-se que o MET seria extinto, indo o turismo para o Ministério do Desenvolvimento e o esporte para novo Ministério da Juventude, Lazer e Esporte. Cogitou-se também na criação de Agência Nacional para o Esporte nos moldes das demais agências, o que não inviabilizaria a existência de um ministério com pastas divididas, nos moldes do que já vinha ocorrendo (CRUZ, 2002). Contudo, o novo governo preferiu a criação do atual **Ministério do Esporte**, por meio da Medida Provisória n.º 103 de 01/01/2003 (BRASIL, 2003A). Pela primeira vez na história republicana, foi destinada pasta ministerial própria ao esporte, sinalizando a importância que o novo governo estava dedicando a esta área.

Na repartição dos ministérios entre a base aliada do novo governo, na época só composta pelo próprio PT, o PC do B, o PSB e o PL, Lula, prevendo a necessidade de negociar ministérios com outros partidos, ofereceu o Ministério do Esporte ao PC do B, mas seu presidente, Renato Rabelo, chegou a cogitar em rejeitar a pasta na tentativa de barganhar outro ministério (ADITAL, 2002). Depois de aceitá-lo, percebeu que a oportunidade renderia frutos, como recentemente declarou: “No início, quando o

presidente Lula propôs o Ministério do Esporte, não era exatamente o que pensava o PC do B porque nós não tínhamos experiência nem traquejo nessa área” (OLIVEIRA, 2007).

A justificativa da inexperiência se enfraquece ao se considerar que um dos destaques do PC do B, o Deputado Aldo Rebelo, ganhou notoriedade depois de presidir a CPI da NIKE-CBF, na Câmara, em 2001. Ademais, há uma tradição do PC do B em ter em seus quadros políticos formados no movimento estudantil dentro de diretórios acadêmicos e grêmios esportivos – caso do atual Ministro Orlando Silva, ex-presidente da UNE 1995/97.

A volta do Bingo

A questão do jogo do bingo voltou à tona em janeiro de 2003, com a mensagem de posse do Presidente Lula ao Congresso Nacional, na qual confirmou que iria contar com o jogo do bingo como fonte de recursos para o desenvolvimento do esporte e da área social (BRASIL, 2003B). Entretanto, devido ao caso Waldomiro Diniz, envolvendo a administração de lotéricas e a associação de bingo no Rio de Janeiro, o governo federal editou, em 20 de fevereiro de 2004, Medida Provisória 168/04 que proibiu terminantemente, o jogo do bingo (BRASIL, 2004B). Depois o governo retirou a MP, gerando situação legislativa e judicial confusa.

“Fato é que em alguns estados as casas funcionam normalmente e em outros estão terminantemente proibidas. Isso acontece graças a um cipoal legislativo que regula o assunto e a decisões judiciais que liberam os jogos aqui e os proíbem acolá. Dados da Associação Brasileira de Bingos dão conta de que há cerca de 800 casas hoje em funcionamento.” (HAIDA, 2005).

O tema e os problemas continuam sem definição clara entre o fim do bingo e sua legalização, embora haja fote *lobby* atualmente trabalhando no Congresso Nacional para a sua institucionalização definitiva com base nos mesmos argumento: recursos ao esporte, emprego ao povo etc. (NOGUERIA, 2007).

Entretanto, desde sua introdução com a Lei Zico, em 1993, dadas as dificuldades de fiscalização, de funcionamento regularizado e inúmeros casos de corrupção, suspeito que quase nada se fez pelo principal argumento de sua introdução: fornecer recursos para o desenvolvimento do esporte.

Novas leis para o esporte (futebol)

O presidente Lula, assinou no mesmo dia, 15/05/2003, duas importantes leis herdadas cujos projetos foram gestados no fim do governo FHC. A primeira, Lei n.º 10.671, também chamada de **Estatuto do Torcedor** por ter sido inspirada no Código do Consumidor. A Lei define em seu Artigo 2º que: “Torcedor é toda pessoa que aprecie, apóie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva.” Na relação do consumo o fornecedor é definido no Artigo 3º como “[...] a entidade responsável pela organização da competição, bem como a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo.” (BRASIL, 2003A).

O Estatuto procura equilibrar a relação de forças entre o fornecedor do espetáculo esportivo e o torcedor. Como bem explica nota do Ministério da Justiça: “Eis, portanto, o ponto nevrálgico de toda a discussão, qual seja, imputar a responsabilidade objetiva e solidária aos dirigentes de entidades de práticas desportivas detentoras do mando de jogo.” (WADA, 2003). Contudo, considerando que grande parte dos estádios e arenas esportivas, é de propriedade estatal, responsabilidades sobre segurança, transporte, higiene, alimentação, etc., são dividas com a esfera pública. (SCHMITT & GRISARD, 2003).

A segunda Lei, a de n.º 10.672, de 15/05/2003, é conhecida como **Lei de Moralização dos Clubes**. Na verdade, é mais uma das mutações da Lei Pelé e que determina que entidades de praticas esportivas sejam regidas pelo Código Civil, o que impõem à estrutura do esporte formal regras mais transparentes e a obrigatoriedade da publicação de balanços patrimoniais até o último dia útil do mês de abril, após as entidades terem suas contas auditadas por auditores independentes. A Lei ainda determina a responsabilização dos dirigentes em caso de má administração dos clubes. Em

realidade, procura induzir os clubes de futebol a se constituírem como empresas para poder fazer frente às novas exigências legais (BRASIL, 2003C).

Há ainda poucos estudos sobre o impacto da nova legislação sobre o desempenho financeiro e as práticas de gestão dos clubes de futebol. Menos ainda sobre a correlação entre novas práticas e o desempenho nos campeonatos. Neste aspecto, o estudo de Silva e Carvalho oferece animadoras indicações:

“Analisando os resultados financeiros, a classificação no campo e a evidenciação das demonstrações contábeis, segundo o nível de transparência mensurado conforme o indicador aqui proposto, pode-se constatar que os clubes que oferecem melhor nível de evidenciação em suas demonstrações são também os clubes que conseguem melhores resultados no campo e também melhores resultados financeiros.” (SILVA & CARVALHO, 2006).

Mas, a normatização sobre o futebol, tal qual a paixão e passividade gerada por este, está longe de encontrar consenso sobre sua forma e grau de liberdade organizacional. Para alguns, o conjunto das recentes leis produziram caos institucional à custa de casuísmos e modismo. É o caso, por exemplo, e não sem razão, do pensamento da recém criada Escola Brasileira de Futebol, nascida de projeto associativo entre a CBF e FIFA (EBF, 2008).

Missão do ME e o novo Conselho

Um dos primeiros documentos do ME, de fevereiro de 2004, sobre a futura realização da 1ª Conferência Nacional de Esporte, cita a missão do ME como de: “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano.” (ME, 2004).

Já no documento chamado “Política Nacional do Esporte”, publicado pelo ME em 2005, em que coloca as linhas mestras dos programas e ações que já estavam em curso e outras que seriam implementadas, assim define as metas do Ministério:

- “Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.
- Promover a construção e o fortalecimento da cidadania, assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente.
- Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer.
- Fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos.
- Incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva.” (ME, 2005)

Atualmente, o site do ME tem o seguinte texto de apresentação: “O Ministério do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. **Além de desenvolver o esporte de alto rendimento**, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano.” (ME, 2008C, grifo meu).

Entre as primeiras definições da missão e esta última parece ter havido mudança na prioridade do Ministério. Aliás, comparado há alguns anos, o site do ME tem carecido de melhor definição institucional bem como da disponibilização de documentos e maiores esclarecimentos sobre seu papel e o de cada secretaria.

A primeira alteração institucional veio com a Lei n.º 10.672, de 15/05/2003 que redefiniu as atribuições do Conselho Nacional do Esporte nos termos de seu artigo 11º: “Art. 11. O CNE é órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, cabendo-lhe: I - zelar pela aplicação dos princípios e preceitos desta Lei; **II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto; III - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;** V - exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva; VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações; VII - expedir diretrizes para o controle de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva (BRASIL, 2003C, grifo meu).

Mais importante, em seu Artigo 12º-A, aumentou o número de conselheiros para 22, porém, deixou a escolha à discricionariedade do Ministro que em Portaria n.º 98, de 29/07/2003, determinou a sua composição e o suporte técnico administrativo da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte ao CNE. A tabela 16 apresenta a nova composição do CNE, onde, usando o mesmo critério das tabelas anteriores, tem-se que a representatividade do EAR volta a ter ampla supremacia, 63,3%.

Tabela 16 - Conselho Nacional do Esporte (2003 – 2008).

Composição do CNE	Categorias do esporte			
	EAR	Educa- cional	Partici- pativo	Impon- derável
Ministro de Estado do Esporte, presidente				X
Secretário-Executivo do Ministério do Esporte				X
Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento	X			
Secretário Nacional de Esporte Educacional		X		
Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer			X	
Representante do Comitê Olímpico Brasileiro - COB	X			
Representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB	X			
Representante da Comissão Nacional de Atletas - CNA	X			
Representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer				X
Representante dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer				X
Representante dos Clubes Sociais	X			
Representante do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF				X
Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE			X	
Representante da Comissão Desportiva Militar Brasileira - CDMB	X			
Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto - ONED	X			
Representante da Confederação Brasileira de Futebol - CBF	X			
Seis representantes do esporte nacional, a serem indicados pelo Ministro de Estado do Esporte:				
Bernard Rajzman: ex-jogador da seleção brasileira de voleibol.	X			
Carlos Miguel Castex Aidar: advogado especializado em direito esportivo, ex presidente do São Paulo Futebol Clube.	X			
Eduardo Henrique de Rose: fundador do LAPEX na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.	X			
José de Assis Aragão: ex-árbitro de futebol.	X			
José Carlos Brunoro: ex-técnico de voleibol, ex-gerente da parceria Palmeiras-Pamalat e empresário esportivo	X			
Rinaldo José Martorelli: ex-jogador de futebol (goleiro) e sindicalista da classe dos atletas profissionais de São Paulo	X			
Distribuição	63,6%	4,5%	9,1%	22,7%

Fonte: (ME, 2003; BRASIL, 2003C).

Comissões

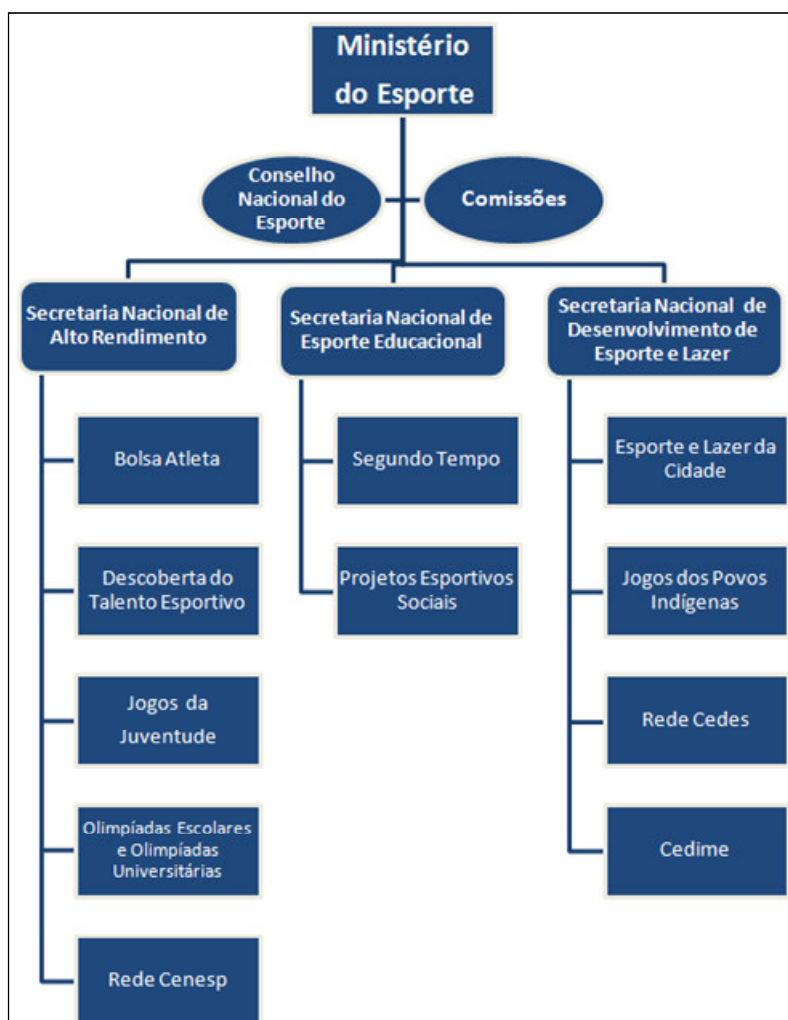
Junto ao CNE funcionam duas comissões. A Comissão Nacional de Atletas (CNA) foi criada em 17/10/2000. Tratava-se de antiga reivindicação de grupo de atletas olímpicos: Aurélio Miguel, Luiz Felipe Azevedo, Oscar Schmidt, Lars Grael e Torben Grael, que desde os Jogos Olímpicos de Barcelona (1992) discutiam meios para que os atletas tivessem maior participação na condução da política esportiva nacional. A vontade da classe encontrou abrigo na proposta de gestão participativa do então ministro Carlos Melles que viu na CNA meio do MET se aproximar de parte fundamental de seu público alvo. Desde então, a CNA tem se envolvido em discussões sobre leis de incentivo, participação do Brasil em eventos internacionais, recepção de jogos e torneios internacionais, controle de doping, patrocínios e isenção de impostos para aquisição de materiais esportivos. Atualmente, a Comissão é formada por 35 atletas, tendo Lars Grael como presidente, Ana Moser como vice-presidente e Carlos Alberto Kirmayr como secretário (MET, 2002, p. 1486; ME, 2008A).

A outra é a Comissão “Paz no Esporte”, criada em 2004 para propor medidas de combate à violência ao esporte em geral e ao futebol em particular. A Comissão fez estudos sobre legislações e procedimentos usados em outros países que já enfrentaram o mesmo problema (Inglaterra, Espanha, Bélgica, Holanda, Portugal e Alemanha), promoveu reuniões com especialistas brasileiros e fez visitas técnicas a estádios no Brasil e no exterior. Os resultados das atividades já desenvolvidas estão em um relatório que serve de subsídios às ações do Ministério do Esporte (KLEIN, 2006).

Programas do atual Ministério

Para melhor apreciação das ações do atual ministério, segue breve descrição e histórico dos principais programas e projetos em cada uma das três secretarias. O organograma do ME é apresentado na figura 11. Parte dos programas tem origem no governo anterior e parte foi criada no atual governo.

Figura 11 - Organograma do Ministério do Esporte.



Fonte: Inspirado em (ME, 2008A).

Secretaria Nacional de Alto Rendimento - SNAR

Olimpíadas Escolares e Olimpíadas Universitárias

Criados em 2005, são jogos patrocinados pelo ME e o COB, de quatro em quatro anos, de acordo como o ciclo olímpico. As olimpíadas escolares substituem os antigos Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) e as olimpíadas universitárias aos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs).

As atribuições deste evento ainda não estão devidamente acertadas, pois há recente desacordo entre os estados e o COB, comprometendo a realização da próxima edição das olimpíadas escolares. Os estados já promoveram suas competições e formaram suas delegações, mas querem que o COB arque com 75% das despesas de locomoção destas até Brasília, mas o COB alega que os recursos repassados pela Lei Agnelo-Piva destinados a esta finalidade são insuficientes para mais estas despesas. Este assunto foi um dos debatidos no Encontro Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer realizado em Florianópolis em 02/04/2008 (FLORIPAMANHÃ, 2008).

Jogos da Juventude

Criados em 1995, pelo então Ministério da Educação e Desporto, para promover a prática de atividades esportivas de alto rendimento entre os jovens. A competição tem como objetivo a descoberta e o aprimoramento de novos talentos. Atualmente são organizados pelo ME e pelo COB, com o apoio técnico das confederações cada modalidade e a direção geral do COB. A competição é custeada com recursos de orçamento próprio do ME, verbas estaduais e municipais, bem como patrocínios de empresas públicas e privadas. As competições têm por base as seleções estaduais.

Rede Cenesp

Conjunto de centros e núcleos de desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área do esporte, treinamento e aperfeiçoamento de atletas. Formada pelas estruturas físicas e administrativas, recursos humanos e materiais existentes nas Instituições de Ensino Superior, os Centros de Excelência Esportiva têm como objetivo detectar, selecionar e desenvolver talentos esportivos, especialmente nas modalidades olímpicas e paraolímpicas.

Cada Cenesp é formado em estreita parceria com a Secretaria Nacional de Esporte, o Comitê Olímpico Brasileiro, o Comitê Paraolímpico Brasileiro, entidades de administração do desporto em nível local, estadual e nacional, e com a iniciativa privada. Os centros também prestam serviços à comunidade esportiva local em geral.¹²⁰

¹²⁰ Atuais centros e núcleos Cenesp: Escola Superior de Educação Física de Pernambuco/ UPE, Universidade Estadual de Santa Catarina/ UDESC, Universidade Estadual de Londrina/ UEL, Universidade Federal de Minas Gerais/ UFMG, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ UFRGS, Universidade

Os laboratórios da Rede Cenesp fazem avaliação periódica de atletas de alto rendimento, mediante solicitação/indicação das entidades nacionais de administração do desporto, visando ao acompanhamento de desempenho e dos resultados em competições nacionais e internacionais. Tais avaliações possibilitam também o estudo e treino científico por parte dos profissionais de Educação Física sobre os fatores físicos/psíquicos determinantes do rendimento. Também é a rede que dá suporte ao programa de descoberta do talento esportivo, a seguir.

Descoberta do talento esportivo

Criado em novembro de 2000 e rebatizado em 2004, tem por objetivo aplicar metodologia científica para avaliar fisicamente jovens de 7 a 14 anos. As avaliações são conduzidas nas escolas e com base em medidas de capacidade motora, flexibilidade, força muscular e outras. Para a aplicação dos testes são utilizados equipamentos distribuídos na forma de kits contendo balança, fita métrica, trena, cone de sinalização, cronômetro, fita crepe, bola de medicinebol, cartilha com testes, ficha de registro e CD explicativo.

Os jovens que se destacam na pontuação são cadastrados em banco de dados específicos que fica disponível à consulta pelas entidades esportivas interessadas no desenvolvimento destes novos talentos. O programa já avaliou mais de 120.000 jovens desde seu início.

Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Laser - SNDEL

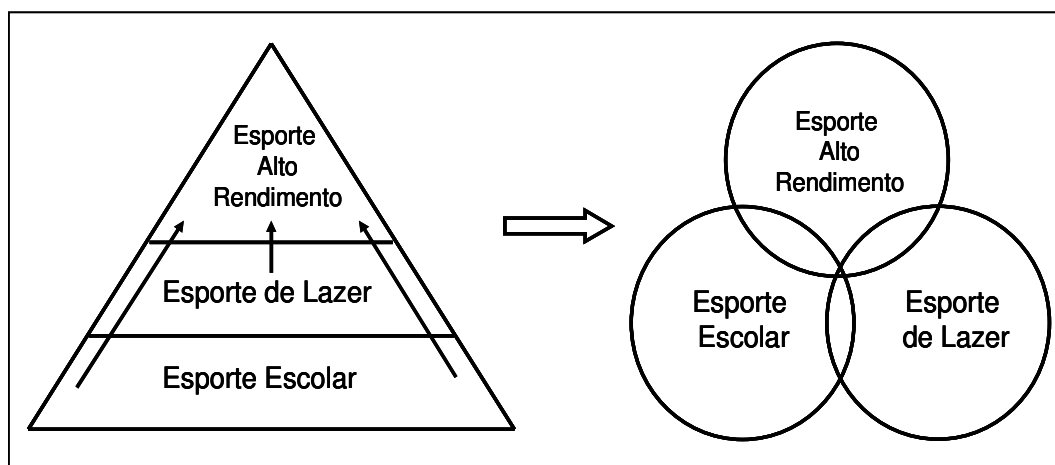
A Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Laser é a novidade do Ministério do Esporte. Foi criada para atender a antiga e reprimida demanda da comunidade vinculada ao esporte de lazer ou de participação. Tanto que seu primeiro secretário, Professor Lino Castellani (Unicap- SP) é um dos mais atuantes atores deste setor esportivo no Brasil. O sentido de resgate ou de compensação à predominância do

EAR pode ser observado neste trecho de documento de 2005, da própria secretaria, com termos e conceitos já bem conhecidos.

“*Desenvolvimento* é o conceito-chave contido no nome estabelecido para a Secretaria em questão. Com ele pretendemos chamar a atenção para a necessidade de se estabelecer políticas de Esporte Recreativo, Lazer, Ciência & Tecnologia a partir do entendimento de “*excelência*” para além daquele construído com base no parâmetro do *rendimento*, hegemônico por toda a história da política esportiva brasileira, desde a formatação do primeiro documento legal definidor de diretrizes e base do esporte nacional (Decreto lei 3199/41) até a Lei 9615/98 (Lei Pelé), passando pela Lei 6.251/75 e pela Lei 8672/93 (Lei Zico) [...] Intenta-se sinalizar, dessa forma, para a inversão da lógica da presença do Estado no cenário esportivo, atribuindo-lhe prioritariamente caráter subsidiador dotado, contudo, de outro sentido que não aquele reforçador do modelo concentrador representado graficamente pela *estrutura piramidal*, que traz em seu vértice o esporte de alto rendimento e em sua base e centro, respectivamente, o esporte recreativo e o escolar subordinados aos objetivos do “*de cima*”, mas sim o de implementador de um modelo exemplificado por *círculos autônomos e ao mesmo tempo interdependentes* onde o esporte recreativo, o escolar e o de alto rendimento sejam respeitados em suas especificidades e, ao mesmo tempo, possam manter canais de comunicação sinalizadores de um conceito de sistema esportivo construído em relações isonômicas e não hierarquizadas.”¹²¹ (SNDEL, 2005X, p. 2).

O último parágrafo da passagem pode ser traduzido no esquema na figura 12.

Figura 12 - Transformação de modelo



Fonte Inspirado em (SNDEL, 2005X, p. 2)

¹²¹ Creio ser o documento de autoria do próprio secretário Lino ou de Luiz Veronez, na época também integrante da direção da Secretaria.

Para tanto, a SNDEL se estrutura em dois departamentos: a) *Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte*, dedicado à produção e difusão do conhecimento para a gestão de políticas sociais de esporte e lazer; b) *Departamento de Políticas Sociais de Esporte e de Lazer*, dedicado à execução de políticas sociais de Esporte e de Lazer como direitos sociais que garanta o acesso da população, em todos os segmentos etários (criança, adolescente, jovem, adulto, idoso e deficientes). As ações deste segundo departamento são concretizadas pelo programa Esporte e Lazer Da Cidade inscrito no Plano Plurianual 2004-2007.

Contudo, conscientes da desproporção de recursos para a área do esporte participativo e de lazer, o documento faz as seguintes ressalvas sobre o que diferencia a linha de atuação desta Secretaria, ao menos até a saída do Secretário Lino.

“Além do mais, diante das limitações de ordem orçamentário-financeiras, é com o **capital teórico** que esta SNDEL mais tem se configurado como referência na construção de sua presença em ações intersetoriais.” (SNDEL, 2005X, p. 2). “Sabemos que, grosso modo, execução é entendida de forma reduzida à sua dimensão orçamentário-financeira e é óbvio que ela não pode ser descurada. Não obstante, uma outra dimensão, menos sujeita às intempéries de uma política econômica deve, a nosso ver, ser levada em consideração, quando dos procedimentos de análise do “legado” deste Governo e deste Ministério, em particular. Referimo-nos àquela concernente ao “**capital teórico**” que porventura haveremos de deixar como herança àqueles que nos sucederão no governo das questões afetas ao esporte e ao lazer brasileiros.” (SNDEL, 2005X, p. 20).

Conferências Nacionais de Esporte

O Ministério do Esporte realizou em 2004 e 2006, respectivamente as 1ª e 2ª Conferência Nacional do Esporte, em Brasília. Os encontros se propuseram a garantir a participação democrática de atletas, clubes, federações, confederações, comitês olímpico e para-olímpico, gestores, estudiosos do fenômeno esportivo e do lazer e dos movimentos sociais e populares.

A 1ª Conferência mobilizou 83 mil pessoas em suas várias etapas municipais e estaduais para a eleição de delegados de todo o País. Ela teve por tema central o Esporte, Lazer e o Desenvolvimento Humano e como propósito democratizar a elaboração da Política

Nacional de Esporte e Lazer e dos Planos Nacionais subsequentes. A 2ª Conferência, com forma organizacional e dimensão similar, teve por objetivo dar continuidade às conquistas da primeira edição e como resolução a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, considerado necessário para unificar a ação dos atores envolvidos em seu desenvolvimento. Em 2005 foi realizado, também em Brasília, o I Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

Este movimento, ligado e estruturado pela SNDEL, bem como ao próprio desenvolvimento da Rede Cedes, procura fortalecer a categoria do esporte como lazer ou esporte participativo. Apresenta também, como característica, a forte ideologia de partidos e pensamentos de esquerda manifestada reiteradamente na crítica à “hegemonia” das crenças e valores, das metodologias no desenvolvimento do esporte e principalmente da capacidade de apoderamento (predomínio) dos recursos pelo EAR. A SNDEL advoga este problema e estabeleceu como meta a alteração de tal situação tendo por respaldo as deliberações das duas Conferências Nacionais. Portanto, **a SNDEL se constitui um dos *locus* institucional da coalizão pró-EPE**, embora prefiram usar o termo esporte de lazer em vez de esporte participativo.

Programa Esporte e Lazer da Cidade

Procura suprir a demanda social de acesso ao esporte recreativo e ao lazer por parte de populações carentes e em vulnerabilidade econômica e social. Visa dar acesso a atividades esportivas, artísticas, práticas corporais e de lazer a todas as faixas etárias por meio do fomento à implantação, reforma, ampliação e modernização de infra-estrutura esportiva.

Os projetos são propostos por organizações governamentais federais, estaduais, municipais, entidades da administração indireta ou entidades privadas sem fins lucrativos. Estes encaminham plano de trabalho e documentação exigidos pelo ME que faz à seleção técnico-administrativa e de análise econômica dos projetos a serem atendidos por celebração de convênio. Os gestores locais fazem treinamento específico para a condução do projeto. Há duas categorias de projetos: a) Esporte e Lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência e com

necessidades especiais (Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer; b) Esporte e Lazer prioritariamente voltados para pessoas idosas (Núcleos de Vida Saudável).

Jogos dos povos indígenas

Programa criado em 1996 e realizado de dois em dois anos pelo ME em parceria com estados e municípios, os Jogos Indígenas já estão em sua nona edição, sendo considerado a maior e mais importante evento de conagração dos povos indígenas ao reunir mais de mil indígenas, homens e mulheres, de 40 etnias. Os Jogos têm como principal objetivo valorizar e fortalecer a cultura indígena através do esporte e da interação entre diferentes etnias, estimulando sua diversidade e autonomia. Os jogos são realizados considerando tradições como a dança, os rituais, os cantos, as pinturas corporais, o artesanato e os esportes tradicionais. Na última edição, Recife e Olinda, em 2007, as modalidades dos jogos foram: arco e flecha, canoagem, arremesso de lança, cabo de força, natação/travessia, atletismo, corrida de fundo, corrida de tora e futebol de areia masculino e feminino.

Rede Cedes

Ação programática para o desenvolvimento de rede federal composta de núcleos de estudo sediados em renomadas instituições de ensino superior e/ou institutos de pesquisa e sociedades científicas (Núcleos Cedes) para fomentar a produção e a difusão do conhecimento científico-tecnológico. A rede busca implantar novos núcleos com grupos de pesquisa consolidados e/ou em processo de consolidação que interligados aos atuais formarão sistema para a difusão conhecimentos voltados à formação e qualificação de pessoal para o aperfeiçoamento e avaliação da gestão de políticas públicas de esporte e de lazer.¹²²

¹²² Atuais Núcleos Cedes: Núcleo Universidade Federal da Bahia, Núcleo Federal do Distrito Federal, Núcleo Federal do Maranhão, Núcleo Federal do Paraná, Núcleo Federal de Pelotas, Núcleo Federal de Pernambuco, Núcleo Federal do Rio de Janeiro, Núcleo Federal do Rio Grande do Norte, Núcleo Federal do Rio Grande do Sul, Núcleo Federal de Santa Catarina, Núcleo Universidade Metodista de Piracicaba-UNIMEP.

Cedime

É o Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte. A proposta de seu desenvolvimento é de dar suporte para a rede Cedes.

Secretaria Nacional de Esporte Educacional - SNEE

Segundo Tempo

Implantado em meados de 2003, recebeu este nome por ser conjunto de atividades aplicadas no contra-turno escolar. O programa procura desenvolver as capacidades e habilidades motoras e intelectuais ao possibilitar aos alunos matriculados no ensino fundamental e médio, principalmente em locais de vulnerabilidade social, maior acesso a práticas esportivas em conjunto com o reforço escolar e alimentar.

Além de contribuir para a democratização do esporte e com a diminuição das situações de risco social dos alunos, o programa capacita professores de Educação Física das escolas de nível fundamental e médio bem como estagiários e estudantes de graduação. Os primeiros para atuarem como coordenadores do programa e os demais como monitores, possibilitando também fonte de renda extra a estes.

Projetos esportivos sociais

São projetos realizados pela parceria entre o Ministério do Esporte e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). A parceria possibilita a captação de recursos, por meio de incentivos fiscais, por pessoas físicas e jurídicas que podem direcionar suas doações aos projetos esportivos sociais aprovados e de suas preferências.

Recentes Leis para o esporte

Bolsa Atleta

Teve origem em 2001 quando técnicos do MET e da SNE avaliaram experiência implementada pelo governo do Distrito Federal. A proposta inicial foi de sua criação

por Medida Provisória que também reformaria a legislação do jogo do bingo e destinaria 9% de sua arrecadação para o esporte. Depois foi enviada à Câmara dos Deputados e teve como principal defensor o ex-secretário Lars Grael (BNL, 2002). Dadas as dificuldades envolvendo o Jogo do Bingo, a proposta ficou em compasso de espera.

Retomada em 2004, no PL nº 22/2004, de autoria do então Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, a Lei 10.891 foi sancionada em 09/07/2004, mas implementada em janeiro de 2005. As condições para o benefício são a vinculação dos candidatos a alguma entidade de prática esportiva, o não recebimento de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, além da participação, no ano anterior, de competição esportiva no Brasil ou no exterior (BRASIL, 2004A; ME, 2004). Desde seu início já foram distribuídas cerca de quatro mil bolsas, nas categorias Estudantil (R\$ 300), Nacional (R\$ 750), Internacional (R\$ 1.500), Olímpica e Paraolímpica (R\$ 2.500) (RIBEIRO, 2008). O número de Bolsas mais que dobrou de 2007 para 2008, chegando a 2.172. Os gastos com o programa passarão R\$ 13 milhões para uma estimativa de R\$ 26,4 milhões até o fim de 2008 (CAMPO_DESPORTIVO, 2007).

Lei de Incentivo Fiscal

Depois de anos sendo discutida na Câmara e no Senado, foi aprovada a Lei n.º 11.438, de 29/12/2006, também conhecida como “Lei de Incentivo ao Esporte”. Regulamentada pelo Decreto 6.180 de 03/08/2007. A Lei, em seu Artigo 1º, permite que de 2007 a 2015, pessoas físicas e jurídicas possam descontar respectivamente até 6% e 1% do Imposto de Renda devido para a aplicação, na forma de patrocínio ou doação, em projetos esportivos. No Artigo 2º define as categorias de manifestação esportivas constitucionais para a aplicação dos recursos: I - desporto educacional; II - desporto de participação; III - desporto de rendimento. **O parágrafo 1º determina a prioridade para projetos que promovam a inclusão social por meio do esporte, preferencialmente em comunidades de vulnerabilidade social.** O parágrafo 2º veda a remuneração a atletas profissionais (BRASIL, 2006B).

O decreto de regulamentação exige que os projetos sejam avaliados e selecionados por uma Comissão Técnica composta por seis membros, sendo três representantes governamentais, indicados pelo Ministro do Esporte e três representantes dos setores desportivo e paradesportivo, indicados pelo Conselho Nacional do Esporte (BRASIL, 2007B).

A tramitação da lei mobilizou dois *lobbys* e dois Ministérios no Congresso, o da classe artística, liderados pelo ministro Gilberto Gil, e o dos esportistas, capitaneados pelo COB e pelo ME. A questão foi a disputa de mesma faixa de isenção fiscal disponibilizada pela Lei n.º 8.313/91, Lei Rouanet. A saída para o impasse foi enquadrar o incentivo ao esporte em outra estrutura de incentivos, formatada pela Lei n.º 9.532/97, para atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, industrial, agropecuário e também para o programa de alimentação do trabalhador (concessão de vale alimentação). A disputa por recursos foi então deslocada para esta área (KRAKOVICS, 2006). A solução veio por nova Lei n.º 11.472, de 02/05/2007, que alterou a redação original em vários aspectos, e especificamente reduzindo o total permitido de desconto do IR de pessoas jurídicas de 4% para 1% (BRASIL, 2007A).

Quando da aprovação da Lei, a ex-jogadora de basquete “Magic” Paula alertou para o perigo de os recursos serem apoderados pelos setores já organizados do EAR: “Todo mundo está achando o máximo, mas esta lei deve ser para poucos. Quem é a favor diz tratar-se de uma vitória após anos de luta. Na prática, as empresas vão querer investir em quem aparece na TV... E quem aparece na TV já tem patrocínios”. Ao que outro famoso ex-atleta Bernard Rajzman respondeu: “Acho prematura esta preocupação (de que os recursos irão sempre para os mesmos). Até porque a lei não permite que atletas profissionais sejam beneficiados. Isso exclui o futebol, segundo a lei brasileira. Nossa prioridade é a formação de atletas e a prática esportiva de base e nas escolas. O esporte de alto rendimento vai se beneficiar mais diretamente no futuro, com a chegada desses novos talentos que serão formados” (DREWNICK, 2007).

Tudo indica que Paula fez “cesta de 5 pontos” e que Bernard “errou feio o saque”. Um ano depois foi confirmado que o São Paulo Futebol Clube conseguiu captar R\$ 12,7 milhões junto às empresas Nestlé e a Porto Seguro para três projetos nas categorias de base (novo alojamento, construção de arquibancada, centro de recuperação e

fisioterapia) (SPNET, 2008). Na sequência veio o COB com R\$ 25,9 milhões da Petrobras e o CPB com R\$ 1,94 milhões da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa). Alguns clubes já têm projetos aprovados: o Minas Tênis Clube irá receber R\$ 4,2 milhões, o Atlético Mineiro outros R\$ 3,8 milhões. Até o momento o ME já liberou R\$ 53,5 milhões e o teto aprovado é de R\$ 78,9 milhões (REDAÇÃO, 2008). Este é o problema: quando outros setores conseguirem se organizar e estruturar projetos para envio ao ME, provavelmente o limite já terá se esgotado.

Timemania

Foi sancionada pela Lei 11.345 de 14/09/2006 e regulamentada pelo Decreto 6.187 de 14/08/2007 (BRASIL, 2006A; BRASIL, 2007C). Objetiva injetar receita nos clubes de futebol que receberão 22% da arrecadação da loteria. No entanto, destinarão os valores para quitarem antigas dívidas acumuladas com a União: FGTS, INSS e Receita Federal que já ultrapassam R\$ 900 milhões segundo estimativas da receita federal. Só depois de sanada a dívida é que os clubes passarão a receber recursos para investimentos.

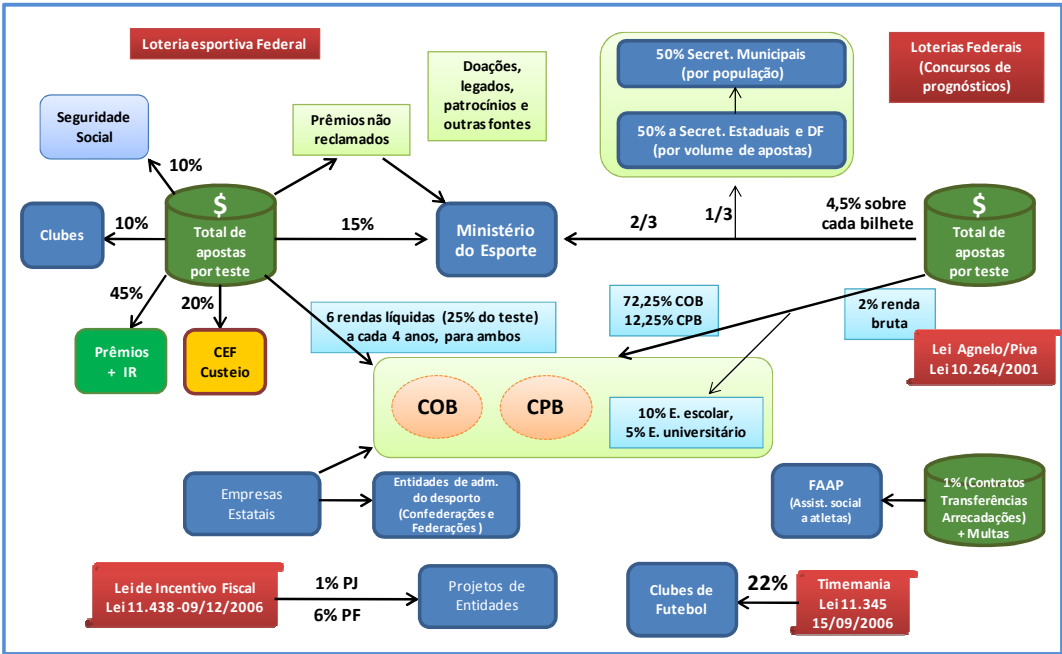
São numerados e sorteados 80 brasões de times participantes do Campeonato Brasileiro nas séries A, B e C. A adesão dos clubes é voluntária e mediante assinatura de contrato formal com a Caixa Econômica Federal. Contudo, os clubes que aderiram terão contrapartidas como a publicação de balanços financeiros e a apresentação de documentação que prove que seus dirigentes não têm qualquer problema em qualquer instância da Justiça.

O projeto do governo federal vinha tramitando no Congresso desde junho de 2005 sendo apoiada pelo Ministro Agnelo de Queiroz e depois por Orlando Silva, que o sucedeu em 2006. As maiores dificuldades de sua aprovação estavam na oposição do PFL e PSDB que desejavam que os times que aderissem deveriam se transformar em empresa. O contra-argumento dos clubes, defendido pela “bancada da bola” foi que se isto acontecesse estariam criando empresas “já no vermelho” por outro lado, mesmo Pelé declarou que a loteria iria “dar dinheiro para quem já provou que não é honesto” (O_Globo, 2005). Pelo sim ou pelo não, a lógica da arrecadação (governo) e da necessidade (clubes) convenceu aos líderes dos partidos da base do governo (PT,

PcdoB, PMDB, PTB, PSB,PSC/RJ) ficando novamente em segundo plano a questão da eficiência e da transparência nos clubes (MATTOS, 2006).

Assim, pelo conjunto atual da legislação esportiva, o quadro de fontes de recursos para o esporte pode ser esquematizado como na figura 13.

Figura 13 - Atuais fontes de recursos para o esporte.



Fonte: Inspirado em Lei Pelé Consolidada (BRASIL, 2006B; BRASIL, 1998A; BRASIL, 2004A; BRASIL, 2006A).

Uso de recursos

Como realizado para o período FHC, repito os procedimentos para o período do atual governo Lula, de 2003 a 2008 (janeiro a março). Os valores estão na tabela 17.

Tabela 17- Gastos realizados no esporte entre 2003 e 2008.

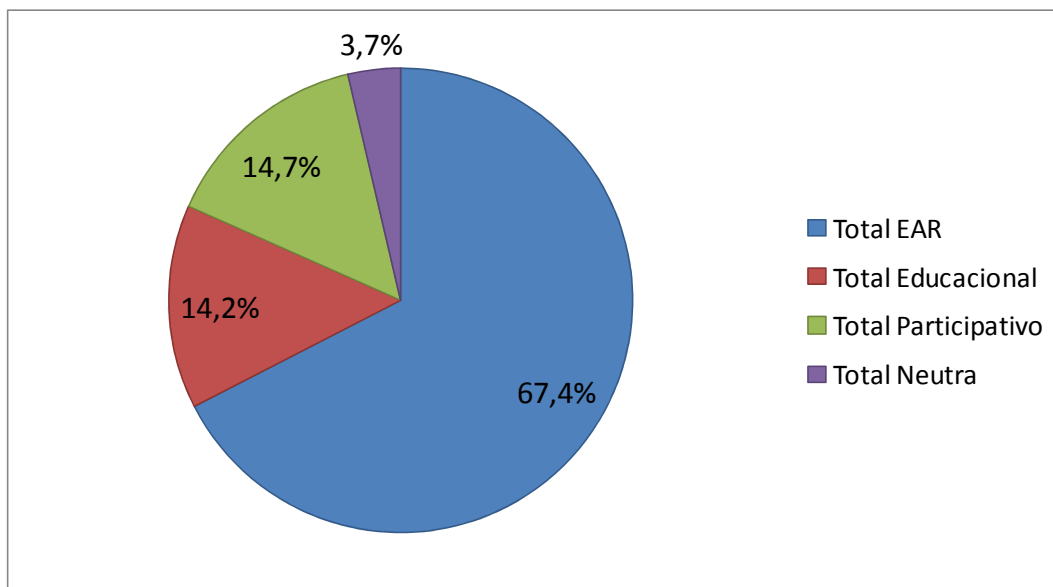
Ano	Programas	Categoria	Valores nominais	Valores reais (1995)
2008	Brasil no Esporte de Alto Rendimento	EAR	500.623,15	157.888,92
2007	Brasil no Esporte de Alto Rendimento	EAR	6.296.922,16	2.033.020,51
2006	Brasil no Esporte de Alto Rendimento	EAR	8.061.579,00	2.804.209,91
2005	Brasil no Esporte de Alto Rendimento	EAR	5.801.337,55	2.095.478,56
2004	Brasil no Esporte de Alto Rendimento	EAR	6.392.191,00	2.336.605,21
2003	Brasil Potência Esportiva	EAR	8.058.286,00	3.311.477,86
2003-7	Lei Agnelo-Piva (Total no período)	EAR	364.158.223,61	129.956.857,40
2007	Rumo ao Pan 2007	EAR	653.227.054,51	210.900.494,65
2006	Rumo ao Pan 2007	EAR	123.773.769,73	43.054.547,02
2005	Rumo ao Pan 2007	EAR	5.722.831,76	2.067.121,79
2004	Rumo ao Pan 2007	EAR	37.138.133,00	13.575.494,72
	Total Rumo ao Pan = 65,4% do EAR (real)		819.861.789,00	269.597.658,17
	Total EAR		1.219.130.951,47	412.293.196,55
2007	Insercao Social Pela Producao de Material Esportivo	Educacional	10.662.667,18	3.442.542,32
2007	Segundo Tempo	Educacional	28.406.664,98	9.171.358,80
2006	Inserção Social pela Produção de Material Esportivo	Educacional	19.167.541,89	6.667.404,86
2006	Segundo Tempo	Educacional	54.232.796,14	18.864.808,57
2005	Inserção Social pela Produção de Material Esportivo	Educacional	10.158.201,54	3.669.204,44
2005	Segundo Tempo	Educacional	50.703.328,46	18.314.351,93
2004	Produção de Material Esportivo	Educacional	12.377.219,00	4.524.375,83
2004	Segundo Tempo	Educacional	28.817.724,00	10.534.047,58
2003	Reinserção socila do adolescente (Pintando a	Educacional	654.293,00	268.875,64
2003	Reestruturação do sistema penitenciário (Pintando a Liberdade)	Educacional	9.445.899,00	3.881.704,55
2003	Esporte na escola (Segundo Tempo)	Educacional	18.090.607,00	7.434.167,09
2008	Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo	Educacional	316.130,01	99.702,59
	Total		242.716.942,19	86.872.544,20
2008	Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	Participativo	77.918,60	24.574,34
2008	Esporte e Lazer da Cidade	Participativo	60.610,62	19.115,67
2008	Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo	Participativo	35.357,92	11.151,35
2007	Gestao das Políticas de Esporte e de Lazer	Participativo	6.009.565,76	1.940.244,79
2007	Esporte e Lazer na Cidade	Participativo	18.066.807,12	5.833.038,50
2006	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos	Participativo	221.532,56	77.059,82
2006	Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	Participativo	7.217.731,10	2.510.678,50
2006	Esporte e Lazer da Cidade	Participativo	27.382.897,98	9.525.105,93
2005	Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos	Participativo	800.000,00	288.964,89
2005	Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	Participativo	3.473.021,49	1.254.476,58
2005	Esporte e Lazer da Cidade	Participativo	10.179.691,95	3.676.966,91
2004	Esporte e Lazer na Cidade	Participativo	38.131.641,00	13.938.662,21
2004	Esportes de Criação Nacional e Identidade Cultural	Participativo	550.000,00	201.047,32
2003	Esporte Solidário	Participativo	123.058.824,00	50.569.881,91
	Total		235.265.600,10	89.870.968,72
2003	Gestão das Políticas de Esporte	Neutra	737.417,00	303.034,67
2003	Apoio Administrativo	Neutra	10.402.944,00	4.274.993,31
2003	Valorização do Servidor Público	Neutra	744.147,00	305.800,31
2005	Apoio Administrativo	Neutra	13.921.386,81	5.028.489,95
2006	Apoio Administrativo	Neutra	16.125.736,41	5.609.316,72
2007	Apoio Administrativo	Neutra	18.285.971,31	5.903.797,72
2008	Apoio Administrativo	Neutra	2.972.726,93	937.552,83
	Total		63.190.329,46	22.362.985,51
	Total Geral		1.760.303.823,22	611.399.694,98

Fonte: Inspirado em (CGU, 2008; TRANSPARÊNCIA_PÚBLICA, 2008).

O que mais interessa é a proporção de gastos entre as categorias. Conforme resumido no gráfico 4, vê-se que, no período do atual governo, do total de recursos orçamentários do ME mais os providos pela Lei Agnelo-Piva, o EAR ficou com 67,4%, o que superam

em muito a percentagem das outras duas categorias, esporte participativo (14,7%) e esporte educacional (14,2%). Deve-se ressaltar que do total de gastos na categoria EAR, entre 2003 e 2008, 65,4% foram referentes a despesas com a preparação e realização dos Jogos Pan Americanos do Rio de Janeiro em 2007, o que demandou a contenção de gastos em outras áreas de investimento dentro da própria categoria EAR.

Gráfico 4- Gastos realizados no esporte entre 2003 e 2008.

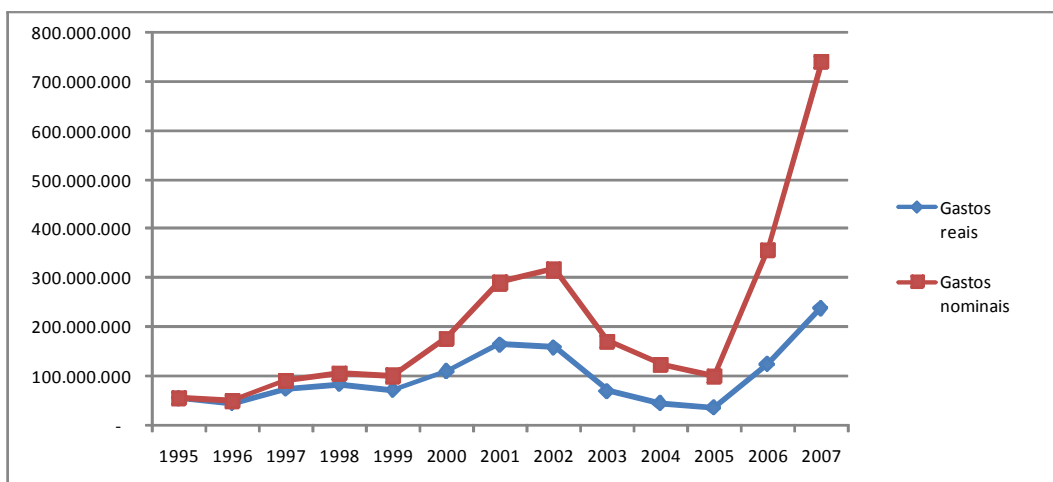


Fonte: Inspirado em (CGU, 2008; TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, 2008).

A evolução dos gastos para todo o período (1995-2007)

A evolução dos gastos em termos nominais e reais (base 1995) do Ministério do Esporte, ao longo de todo o período 1995 a 2007, pode ser visualizada no gráfico 5. O crescimento dos gastos em 2006 e 2007 se deve ao EAR, conforme pode ser melhor visualizado no gráfico 5.

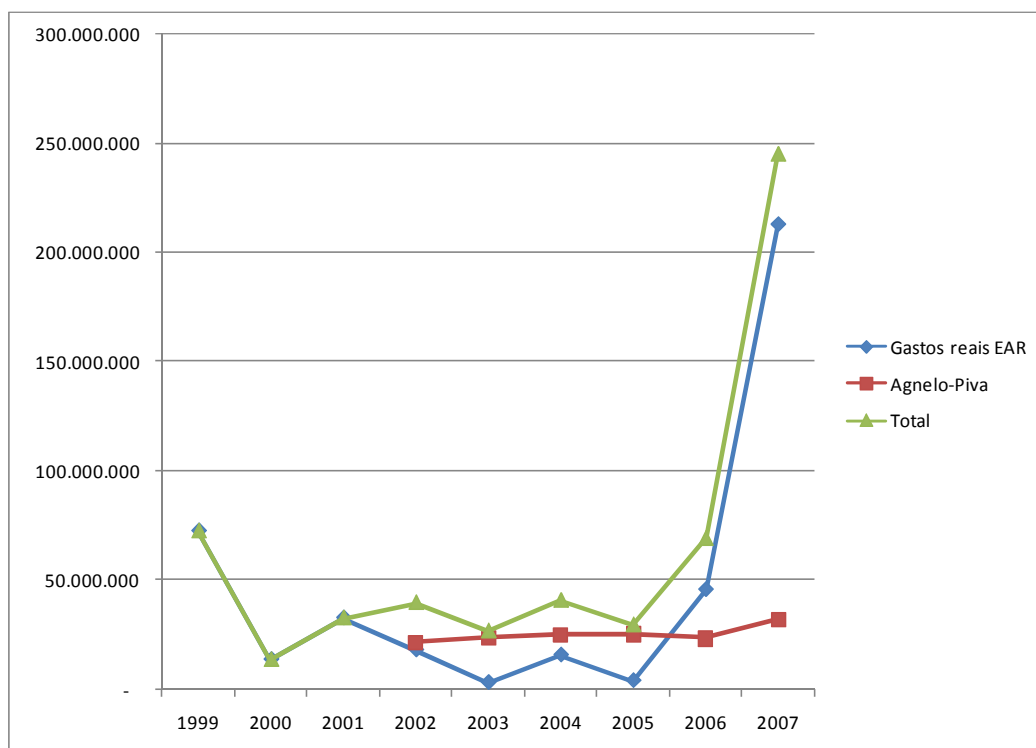
Gráfico 5 - Evolução dos gastos do ME.



Fonte: Inspirado em (CGU, 2008; TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, 2008).

O gráfico 6 considera os gastos reais com EAR e o acréscimo de recursos advindos da Lei Agnelo-Piva. Pode-se assim perceber a diferença que a mesma faz para esta categoria. Vê-se que para o período entre 2003 a 2005, a Lei Agnelo-Piva foi importante para a manutenção de volume constante de recursos. Em 2006, com a proximidade do Pan-2007, os gastos de ME decolam e os da Lei Agnelo-Piva tem um pequeno aumento.

Gráfico 6 - Evolução dos gastos reais com o EAR e Lei Agnelo-Piva.



Fonte: Inspirado em (CGU, 2008; TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, 2008).

O legado do Pan de 2007

Os Jogos Pan e ParaPan Americanos foram realizados respectivamente entre 13 e 29 de julho e 12 e 19 de agosto de 2007 na cidade do Rio de Janeiro. Para melhor coordenação das ações do Governo Federal foi criada, junto ao Ministério do Esporte e por Decreto Presidencial, a Secretaria Especial dos Jogos Pan-americanos Rio 2007 (SEPAN), que atuou como interlocutora junto ao Comitê Organizador dos Jogos, ao Estado do Rio de Janeiro, à Prefeitura do Rio de Janeiro e com demais organizações envolvidas. Conforme dados do próprio ME o custo total do evento, repartidos pelos governos federal, estadual e municipal, foram de R\$ 3.584 bilhões, dos quais a União participou com R\$ 1.821 bilhão, cerca de 51% do total (ME, 2008B).

Considerando os gastos alocados diretamente por programa do Ministério do Esporte durante 2004 e 2007 – R\$ 819.861.789,00 –, há ainda diferença de R\$ 1.001.138.211,00, alocados por outros meios, para se chegar ao total de gastos da União com o evento. Considerando também esta diferença a uma taxa média de reajuste a valores reais de 1995, como se estes gastos tivessem ocorridos em 2006 (muitos ocorreram em 2007, mas também outros tantos entre 2004 a 2005), pode-se montar a tabela 18, para nova apreciação da proporção de gastos estimados a valores de 1995 onde os gastos com EAR aparecem com 75,6% para todo o período 2003 a 2008.

Tabela 18 - Gastos entre categorias de manifestação esportiva para o período de 2003-2008 (janeiro-março), incluindo recursos ao Pan-2007 e Lei Agnelo-Piva (valores a 1995)

Categoria	Recursos	%
Total EAR	617.842.301	75,6%
Total Educacional	86.772.842	10,6%
Total Participativo	89.870.969	11,0%
Total Neutra	22.362.986	2,7%
Total Geral	816.849.096	100,0%

Fonte: (CGU, 2008; TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, 2008; ME, 2008B).

A realização dos jogos foi considerada como grande sucesso. O País conseguiu sua melhor performance entre todas as edições. Os jogos deixaram um legado de equipamentos e infra-estrutura esportiva a ser utilizado por toda a comunidade

esportiva, bem como possibilitou a realização de melhorias na infra-estrutura da cidade do Rio de Janeiro. Não obstante, o planejamento e a execução orçamentária envolvidos nos jogos foram objeto de muitas críticas e considerações. Primeiro, por ter ultrapassado o orçamento inicial em quase oito vezes (RANGEL, 2007). Segundo, pelo volume de recursos em si, vis-à-vis outras aplicações prioritárias ao País (FOLHA, 2008). Terceiro, por ter elevado substancialmente a desproporção dos gastos a favor do EAR em comparação com as demais categorias, suscitando novamente a questão da contrariedade aos preceitos constitucionais do Artigo 217.

Síntese para o período 1995-2007

O futebol

O período compreendido entre o governo de FHC e o atual governo Lula é marcado por intensa atividade do grupo representativo da modalidade futebol (clubes, federações, CBF e seus representantes no Congresso Nacional a “bancada da bola”). O objetivo foi, principalmente, manter inalterado o dispositivo legal de compensação aos clubes pelo fim da lei do passe (multa contratual de até cem vezes o salário anual do jogador) e a não transformação obrigatória dos clubes em “clube-empresas”. O que estava em jogo com a Lei Pelé, assim como esteve com a Lei Zico, é a profunda crença de que a alteração para “clube-empresa” dificultaria a sobrevivência dos clubes pelo argumento de que já seriam criados com dívida – no linguajar dos dirigentes: “no vermelho”.

Contudo, há o aspecto, bem menos técnico e transparente, relacionado ao comprometimento das relações clientelistas e patriarcais, de décadas, envolvendo os clubes, federações e a própria CBF. Maior transparência e *accountability*, valores defendidos pelos que são a favor do modelo “clube-empresa”, comprometeriam a maneira subterrânea com que boa parte do setor futebolístico operacionaliza transações de compra e venda de jogadores.

A Lei Pelé foi atropelada na “calada da noite”, como enfatizaram à época os jornalistas esportivos, pela Lei Maguito, fruto do desespero dos clubes, mas que eficaz e eficientemente conseguiram traduzir suas crenças e valores em poder político e

reverteram o novo em velho. Entretanto, houve revezes: as duas CPI's (Câmara e Senado) ao menos dissecaram a parte podre do corpo futebolístico e estabeleceram as prioridades da agenda legislativa para o restabelecimento da saúde do setor.

A intensidade desta movimentação, seguindo o padrão de análise pela *ACF* utilizado até o momento, deveria ser contemplada como sendo própria à coligação pró-EAR. Entretanto, a exacerbação da especificidade do setor futebolístico me conduziu a outro *approach* ainda dentro dos princípios da *ACF*. Como se trata de novidade aos objetivos iniciais da tese, prefiro tratar o tópico na parte conclusiva, logo mais adiante.

A dificuldade do Estado em acabar com a Lei do Passe, dada a resistência do setor futebolístico por décadas, confirma a 1ª hipótese interna da *ACF*. Pois o passe ou sua substituição por multa rescisória em cláusula contratual ou outros mecanismos de proteção aos times formadores de atletas, como atualmente está sendo rediscutido, sempre foi tido como parte dos aspectos centrais na estrutura de crenças e valores do setor. O mesmo vale para a dificuldade de se impor a transformação dos clubes em empresas, o que vem sendo tentado desde 1993 com a Lei Zico.

A evolução institucional

O setor esportivo iniciou esse período contemplado com um Ministro Extraordinário, adjetivo que fez jus ao atleta que como homem de Estado teve que apreender a atuar em outro campo estranho. Fato é que, institucionalmente, as mudanças só apareceram a partir de 1999, com a criação do MET. Abaixo deste surgiu o INDESP representando a esperança do retorno da racionalidade técnica e acadêmica ao setor, desde que a SEED desapareceu junto com o regime militar. Contudo, a racionalidade política foi superior e o acordo entre PSDB e PFL que conduziu Rafael Greca ao MET, transformou o INDESP, para tristeza de seu idealizador e então presidente Manuel Tubino, em balcão de negócios do jogo do bingo. Seguiu-se a criação da SNE para a condução dos programas federais ao esporte.

Nova e significativa mudança institucional teve vez no início do governo Lula: a criação do Ministério do Esporte e suas três Secretarias, uma para cada categoria de

manifestação esportiva contemplada pela CF88. O advento do ministério “solo” veio atrelado à proposta de democratização das práticas esportivas e de atendimento ao antigo clamor de ofertar o esporte como um direito social.

Como ficaram as coalizões no período?

No Governo FHC o EAR teve sua preponderância mantida desde o início com a criação do INDESP, em 1995, depois com o direcionamento pró-EAR tanto da Câmara Setorial do Esporte quanto da SNE, ambas sob liderança de Lars Grael, culminado com a aprovação da Lei Agnelo-Piva. Já no governo Lula, a grande contribuição ao EAR foi, como já comentado, o significativo aumento de recursos destinado majoritariamente à realização dos jogos Panamericanos de 2007.

As legislações aprovadas no atual período visaram melhorar a regulamentação do setor e prover novas fontes de renda. Neste último aspecto, o EAR teve duas conquistas. A primeira com a Lei de Incentivo ao Esporte, pois, como já demonstram os primeiros dados, grande parte dos recursos já foi capturada pelo EAR. A segunda com a Timemania, que objetiva sanar as dívidas dos clubes com o Estado, o que em acontecendo poderá representar uma folga financeira futura para que os mesmos possam investir nas demais modalidades esportivas, beneficiando de forma indireta o EAR.

Deve-se ressaltar que a criação no ME da Secretaria Nacional de Esporte Educacional e Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Laser foi de grande importância para a coalizão pró-EPE, pois dispõe agora de *locus* institucional adequado para direcionar demandas nas duas áreas. Neste sentido, o setor do esporte participativo ou de lazer vem se mostrando mais atuante, inclusive pela constituição de rede de núcleos acadêmicos, rede Cedes, nos moldes em que o EAR iniciou sua rede Cenesp, ainda ao tempo dos militares.

Já a Secretaria Nacional de Alto Rendimento, embora em novo formato, herdou a tradição das antigas secretarias nacionais para o desenvolvimento deste setor. Com base nos recursos alocados em seus programas, é a Secretaria de maior volume orçamentário.

Como as outras duas, se constitui em ponto de convergência dos interesses da coalizão pró-EAR.

Segundo a *ACF*, um dado subsistema interage e sofre influência de políticas públicas estabelecidos por outros subsistemas. O processo de negociação para a aprovação da Lei de Incentivo Fiscal ao esporte materializou este argumento. A ação da coalizão pró-EAR, mais empenhada na aprovação da Lei, desencadeou expressiva reação e rearticulação às pressas da coalizão pró-cultura e de seu lobby no legislativo e no executivo para impedir a intromissão do setor esportivo em fonte de recursos duramente conquistada por esta. O que reforça o argumento de que as coalizões perduram no tempo e raramente abrem mão de seus aspectos centrais, que para o caso da cultura, é a necessidade de fonte segura de subvenção estatal. O setor esportivo teve que disputar espaço em outro subsistema, o de pesquisa e tecnologia, e este, pela menor consistência de sua coalizão, não apresentou reação semelhante.

Considerações finais

Ao escrever esta tese, meu intuito era compreender a construção da política pública do esporte no Brasil e sua dinâmica atual. Considerando que não tive anteriormente a este trabalho qualquer contato profissional ou acadêmico com a área do esporte, procurei munir-me do conhecimento básico e específico do campo para então utilizar a abordagem teórica pela ótica das políticas públicas. Assim, em vez de fazer um corte de um período específico de maior interesse, busquei ter em minha mente as principais passagens de todo o processo, julgando com isto ter melhor capacidade para proceder a análise do tempo presente.

Tive como questões secundárias as razões iniciais do predomínio do esporte de alto rendimento sobre as demais categorias de práticas esportivas. Já as questões principais foram deslocadas para período de tempo mais recente, relacionado à promulgação da Constituição Federal de 1988. Esta, como em tantas outras áreas, estabeleceu parâmetros jurídicos que deveriam conduzir a uma inflexão no padrão das políticas públicas do setor. O que determina o **problema básico para o trabalho: estabelecer o sentido histórico do padrão da política pública e verificar sua direção atual.**

A construção das respostas se orientou pela utilização de instrumento apropriado à percepção da dinâmica de ação de grupos de atores em seu ambiente, no caso a *ACF*, bem como pelo estabelecimento de variáveis básicas para a medida de alteração deste padrão de distribuição entre as categorias definidas (rendimento, educacional e participativo). Tais variáveis são o gasto do Estado e a representatividade no órgão máximo de aconselhamento nacional.

A aderência da *ACF*.

O uso da *Advocacy Coalition Framework* possibilitou manter a análise da ação dos atores dentro de um padrão de coerência metodológico ao longo de todos os períodos. Como se tratou de décadas envolvendo amplo conjunto de mudanças, o foco de análise se restringiu ao nível macro da estrutura teórica, sem descer a considerações extremamente detalhadas sobre o funcionamento dos elementos de *enlightment function*

e de *policy-oriented learning* que cimentam os blocos da estrutura, as coalizões, permitindo aprendizados mútuos que redundam em novas políticas públicas. O detalhamento exigiria teses específicas para cada período. Contudo, pode-se inferir com o estudo que a estrutura da *ACF*, como já observado por seus autores, privilegia as análises de médio e longo prazo.

Considerações sobre novo subsistema: o futebol.

A desenvoltura política e os resultados obtidos pelo grupo representado no Congresso Nacional pela “bancada da bola”, desde o processo de aprovação da Lei Zico, me fez pensar em conceituá-lo como nova coalizão emergente no subsistema esportivo. Essa nova coalizão é estruturada, em parte, nos valores centrais comuns ao EAR e, noutra parte, no conjunto de auto-interesses econômicos e políticos (clientelismo) igualmente reconhecidos pela *ACF* como pertencentes aos valores centrais da estrutura de crenças, específica ao futebol.

A releitura da estrutura teórica para avaliar a forma de conceitualizar desta especificidade me levou a situação inesperada de concebê-la em dimensão hierárquica superior, como subsistema. Para justificar esta escolha resgato o seguinte trecho da estrutura teórica já apresentada:

“Um conjunto de atores políticos, também chamado de elite política, envolvido em específico problema, tende a se constituir num subsistema relativamente autônomo. A mais provável razão para o aparecimento de um subsistema é a insatisfação de um grupo de atores devido a negligência de um determinado problema pelo subsistema atual. Os insatisfeitos podem então romper com o atual subsistema e constituir um novo. Um novo subsistema pode também nascer, de forma menos radical, da especialização de subsistema maior.” (p. 24).

No caso do futebol, houve os dois movimentos. A especialização se iniciou nos anos de 1920 pelo crescimento desproporcional, comparado às demais modalidades. Foi reforçada pela profissionalização em 1933, ampliada no Estado Novo, alimentada pelo populismo e endeusada pelos militares com a conquista do Tricampeonato Mundial. O setor tomou corpo e mal pode ser contido pelo regime militar. Os passos seguintes, de

“rompimento”, foram dados em sua auto-emancipação, em 1979, e ao se assegurar da não interferência futura do Estado, com a CF88, em seu Artigo 217: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento”.

O “rabo preso” que o futebol tem com o Estado consiste em dívidas fiscais e previdenciárias as quais o próprio governo tem parcela de culpa, induzida pelos sucessivos governantes que não ousaram executá-las nos respectivos anos fiscais em que foram incorridas, pelo receio da impopularidade da medida. O que mais reforça o argumento do futebol, como subsistema próprio, ao considerá-lo como detentor de significativo volume de recursos e de débitos, dispondo de fortes atores em sua defesa. Tanto é assim que, depois de alguns anos de discussão, foi aprovada a Timemania como solução para o problema do passivo dos clubes com o Estado.

Outro argumento para a conceituação como novo subsistema é o fato que desde as negociações para a Lei Zico, ele se constituiu e vem se fortalecendo uma coalizão rival. Creio ser apropriado denominá-la pró-empresa, bem como sua oponente como pró-clubes. Naturalmente, os nomes são sugeridos pela discussão sobre o modelo “clubes-empresa”. O embate entre as duas coalizões se fez presente nas sucessivas tentativas de institucionalização do jogo do bingo, se exacerbou com a Lei Pelé, e no atual governo voltou a tona com o Estatuto do Torcedor, com a Lei de Moralização dos Clubes e com a Timemania.

Somando-se a estes argumentos, existe a avaliação de muitos especialistas e atuantes da área esportiva que a legislação se encontra por demais “futebolizada”, fazendo se necessário produzir uma legislação geral para o esporte e outra apenas para o futebol, O que reforça a percepção de que esta modalidade já é pensada e tratada como subsistema específico. Desta forma, conceitualmente o subsistema do futebol poder ter estrutura de crença e valores similar a apresentada no quadro 11.

Quadro 11- Estrutura de crenças e valores para o subsistema do futebol

Centro profundo (normativo)	
Pró-clube	Pró-empresa
Esporte como meio de negócio particular ou grupal	Esporte como negócio empresarial

Aspectos centrais	
Pró-clube	Pró-empresa
Patrimonialismo	Mercado
Clientelismo	Liberalismo e individualismo
Administração amadora	Administração profissional
Personalismo	Racionalismo burocrático
Caixa preta	Transparência e <i>Accountability</i>

Aspectos secundários	
Pró-clube	Pró-empresa
Estrutura formal rígida e hierarquizada	Estrutura formal hierarquizada mas flexível (clubes e
Ajuda estatal (Timemania)	Apoio estatal (regulamentação)
Isenção fiscal	Adequada carga tributária

Fonte: Inspirado em (SABATIER & HANK, 1993)

Pelos argumentos acima concluo, a luz da *ACF*, que o futebol se mostra como subsistema a parte, embora estritamente ligado ao subsistema esportivo e dentro dos princípios do autor rendimento. Pensando geometricamente, até por sugestão do desenho esquemático da *ACF* (quadro 1) os subsistemas do futebol e do esporte de alto rendimento podem ser concebidos como planos ou mesmo volumes que se interpoem.

A criação

O estudo reforça a conclusão de outros trabalhos de que o marco inicial de criação da estruturação formal do esporte no Brasil foi o Decreto-Lei n.º 3.199, de 1941. As razões para a intervenção do Estado estavam ligadas, por um lado, a padrão de intervenção estabelecido pelo Estado Novo em todas as áreas sociais e econômicas e, por outro, pela necessidade de estruturar em bases corporativas o setor que se apresentava disperso e em conflito. Soma-se isto as razões de cunho ideológico ligadas ao movimento higiênico-eugênico.

O DL 3.199 estruturou implementou o modelo hierárquico e rígido do Comitê Olímpico Internacional, que por definição obrigou ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento - EAR. Portanto, considerando sob a ótica da política pública, **o EAR foi configurado como predominante e apoiado pelo Estado desde o DL 3.199.**

O que se poderia se perguntar é se haveria alternativa ao profundo envolvimento do Estado. Está é questão abordada por Linhales (1996) e Malhães (2002) que entendem que a ação estatal sufocou uma saudável estrutura associativa pluralista. Estudos sobre o desenvolvimento do esporte em outros países demonstram a alternativa do mercado – casos, por exemplo, dos EUA, Inglaterra e Austrália. Porém, mesmo nestes países em que a “mão invisível” se viu em condições de empurrar o esporte, seu desenvolvimento se deu também a partir do alto rendimento que, através do “efeito imitação”, desencadeado pelos clubes e ídolos sobre a população, aumentava progressivamente a demanda e a base de praticantes (HOULIHAN, 2001).

O Estado Novo e o populismo que o seguiu não conseguiram o mesmo efeito. As evidências consideradas pelo estudo indicam que a despeito da estruturação estatal a favor do EAR, **a oferta de bens públicos esportivos foi inferior a demanda**, o que restringiu a base para a seletividade da matéria prima ao EAR, tornando-o ainda mais elitista. A exceção na restrição da base foi o futebol.

Conforme argumentado ao fim do quarto capítulo, o modelo permaneceu até o fim dos anos 1960 sem significativa alteração. O período populista apenas o fortaleceu estruturalmente, mas não qualitativamente, dada às restrições impostas por práticas clientelista e patriarcais impregnadas no subsistema esportivo nascente. Apenas o futebol conseguiu melhorar à custa de muitos erros, decepções e pelo aumento da pressão pela conquista do título mundial. **A atenção do Estado para a ampliação da base de praticantes só se deu no início de 1964 e o fator indutor foi o baixo desempenho das demais modalidades.**

A ampliação e hegemonia

O período do regime militar (1964-1985), conforme abordado no quinto capítulo, mostrou-se paradigmático para o EAR. O “ponta pé inicial” para o projeto de tornar o País uma potência olímpica foi oficialmente dado pela Portaria 148 do MEC, em 1967, ao recomendar a substituição das seções de ginástica pelos jogos e competições. Em 1969 houve o reforço do grupo do Diagnóstico, que estabeleceu o esporte educacional como base privilegiada para a aceleração do EAR. A parte executiva do projeto coube ao Departamento de Educação Física de Desportos e seu plano de mesmo nome, lançado em 1971.

A análise do conjunto de Decretos, do direcionamento das ações e do conteúdo discursivo dos documentos oficiais permitiria conjecturar não apenas pela predominância, mas pela hegemonia do EAR, no sentido gramsciano. Tal hegemonia seria fruto da ação deliberada da coalizão pró-EAR, então em situação privilegiada de poder, para a concretização de suas crenças e valores em ação concreta de Estado.

Entretanto, isto não indica que o EAR seja hegemônico por si, o que deveria ser objeto de outra discussão. **O que este estudo indica é que os valores do alto rendimento foram assumidos por grupo de atores interessados em sua propagação na maior amplitude possível devido ao projeto ideológico de Estado.** O que pela ACF é a definição básica para uma coalizão. Assim, **prefiro tratar a recorrente citação pela literatura desta “hegemonia” como um elevado grau de predomínio**, efeito do sucesso do uso de recursos (políticos, econômicos, técnicos, humanos, etc.) da coalizão pró-EAR. Outro elemento que dificulta esta discussão é o fato de os autores citarem o termo, mas não precisarem o sentido, se etimológico ou gramsciano, o que obriga a interpretação pelo contexto e pela linha ideológica do autor.

Prova de que a questão da hegemonia é “espinhosa” está na quase simultânea reação de parte da comunidade de Educação Física e de educadores que fizeram a **crítica ao modelo piramidal** e induziram à chamada crise de identidade da disciplina. Outro ponto “contra-hegemônico” foi o surgimento do movimento do **Esporte Para Todos**, que inclusive obrigou à incorporação deste conceito na Campanha Nacional de

Esclarecimento Esportivo também lançada em 1971. **Considero que os dois movimentos marcam o surgimento da Coligação rival, a pró-EPE.**

Constitucionalização

O estudo permitiu abordar importante questão remanescente do capítulo seis: se há evidências produzidas por outros autores (Linhales, 1996; Veronez, 2005) de que a forças progressistas foram suplantadas pela coalizão pró-EAR no período o que explica as mudanças constitucionais a seu favor: esporte como direito social, incentivo ao lazer, prioridade ao esporte educacional?

Em realidade, o conceito do esporte com um direito social já vinha sendo apresentado e discutido desde o fim da década de 1970. Considero a Comissão de Reformulação do Esporte, criada em 1985, como ator institucional importante no subsistema esportivo, apesar de ter sido considerada conservadora e não representativa. Ela foi liderada por Manuel Tubino, também importante protagonistas, já à época propagava os conceitos do EPT e a crítica ao predomínio do EAR. A Comissão defendeu estes pontos no relatório apresentado à comissão específica no processo constituinte. Mesmo o CND, ainda munido de todo o aparato autoritário, mas “sobre nova direção” atuou no sentido de mudanças em linhas mais democráticas, revendo distorções e práticas equivocadas na categoria do esporte educacional.

Por essas razões e apenas para o período em questão, situo a ação da Comissão e do CND como significativamente favoráveis a coalizão pró-EPE, sem ter sido contra a coalizão pró-EAR. Situação também contemplada pela *ACF* quando reconhece que órgãos ou agências executivas, dependendo das circunstâncias podem mudar o apoio entre coalizões ou mesmo apoiar ambas em aspectos específicos.

Também cabe a consideração que, embora a Coalizão pró-EPE se encontrava em formação, não significa que a mesma não tenha conseguido veicular seus valores e influenciado a revisão de aspectos secundários e mesmo centrais da outra coalizão pelo processo de *enlightment function* e *policy-oriented learning* que se iniciaram nos anos 1970 e teve seu ponto de ápice na década de 1980.

Dos pontos que se tornaram favoráveis à coalizão pró-EPE e resultantes do processo constituinte, dois fazem parte dos aspectos secundários da estrutura de crenças e valores das duas coalizões, o que pela *ACF* os tornam mais susceptíveis de mudanças: o esporte como direito social (“direito de cada um”) e o incentivo do Estado ao lazer (esporte participativo). Já o terceiro ponto, posto textualmente no inciso II do Artigo 217: “promoção prioritária do desporto educacional” está estabelecido como um dos aspectos centrais da estrutura de crenças e valores da coalizão pró-EPE, o que o tornaria de difícil aceitação pela coalizão pró-EAR se esta tivesse tido a percepção de que isto ameaçaria sua predominância.

Há que se considerar que o inciso II representava um valor, mais especificamente um mandamento, e não ainda um curso de ação concreta de política pública, o que ajuda a explicar a não interpretação como ameaça aos interesses do EAR. Mesmo por que este também estabeleceu incisos de seu interesse. Outra explicação para a não-ameaça é proximidade com que a coalizão pró-EAR sempre tratou o esporte educacional, tido por esta como base formadora.

Em síntese, o estudo enfatiza que no **processo de constitucionalização do esporte houve ganho significativo para as duas coalizões** pelo reconhecimento do esporte como subsistema de implicações sociais e econômicas importantes, para o qual o Estado deixou de ter papel predominantemente normatizador e fiscalizador para agregar também e definitivamente o de fomentador: “É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais”.

Entre os autores estudados e que percorreram o período que perdurou o controle estatal autoritário sobre o setor esportivo no Brasil, inaugurado em 1941 com o DL 3.199 e reestruturado, em 1975, com a Lei 6.251, há certo desacordo sobre seu fim. Tubino estabelece 40 anos, terminando no início dos anos 1980, anteriormente a sua ida ao governo. Linhares considera 1985 com início da Nova República. Manhães prefere o marco da Constituição Federal de 1988. Já Castellani Filho e Veronez advogam que o padrão de intervenção estatal só teve fim em 1993 com a Lei 8.672 (Lei Zico), portanto, que perdurou por 52 anos.

A “ministerialização”

A ascensão do esporte dentro da estrutura institucional brasileira remonta a 1937 com a criação da Divisão de Educação Física (DAF) sob o Ministério da Educação e Saúde Pública. Passou para Departamento de Educação Física e Desporto (DED) sob o MEC em 1970, depois foi elevado a Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED), em 1978. No governo Collor ganhou status ministerial como Secretaria dos Desportos da Presidência da República (SEDES/PR). No governo de FHC teve o cargo de Ministro Extraordinário, em 1995, para em 2000 dividir a pasta ministerial com o Turismo (MET). Por fim, em 2003 alcançou o patamar de Ministério do Esporte (ME), sendo uma das pastas de maior inserção na mídia no segundo mandato de Lula. Sem dúvida, trata-se de uma evolução que reflete a própria ascendência do setor esportivo em seus três aspectos principais: social, econômico e o político.

A subdivisão em secretarias diretamente relacionadas com as três categorias constitucionais demonstram o foco institucional em permitir claro canal de endereçamento de questões ao Estado. As secretarias funcionam como indutoras de vários programas, muitos deles já de longa execução, alguns, embora com outros nomes, vindos do governo anterior, dando caráter de continuidade entre governos.

Fato é que o esporte, no geral, nunca esteve em tanta evidência e tão fortalecido estruturalmente como na atualidade. Grande parte do mérito desta situação deve ser creditada ao esforço institucional promovido pela estrutura ministerial atual e passada recente.

A *ACF* estabelece que as coalizões procuram influenciar a ação dos órgãos estatais, inclusive cooptando agentes ou alocando nestes os atores que melhor representem seus interesses. Contudo, a apreciação mais profunda sobre em que medida isto ocorreu ou vem ocorrendo situa-se além do escopo deste trabalho, mas se mostra como interessante agenda de pesquisa posterior.

A evolução organizacional

Em termos de desenho do sistema esportivo (organogramas), o trabalho mostra que houver considerável evolução quanto ao grau de flexibilidade à disposição das entidades desportivas e mesmo dos atletas. A hierarquia rígida do DL 3.199/41 e da Lei 61.251/75 deu lugar a possibilidade de múltiplas filiações e a criação de ligas independentes com a Lei Zico e a Lei Pelé. Isto ajudou a combater problema o crônico do “mandorismo” dos dirigentes que na linha hierárquica única impunham decisões arbitrárias sem que os atletas pudessem fugir a este comando.

A divisão classista (estrutura esportiva das empresas) foi incorporada ao sistema formal e o desporto universitário e de 1º e 2º graus foi unido na categoria educacional. O único setor que permanece em separado é o setor militar que evolui para estrutura de competições e de modalidades apropriadas ao desempenho da função.

A análise da evolução dos organogramas indica que a antiga divisão estanque em colunas hierarquizadas deu viés a matriz em que as colunas representam as categorias de manifestação esportiva e suas hierarquias, ao passo que as linhas representam o entrelaçamento dos três níveis governamentais, federal, estadual e municipal, com o sistema esportivo nacional.

Questões a serem respondidas

A Tese tem de responder às três questões que foram estruturadas sobre as hipóteses iniciais do trabalho. Portanto, volto às questões apresentado ao fim do primeiro capítulo. Contudo, antes de apresentá-las, faço as seguintes considerações.

Como parâmetro para avaliar a correção dos produtos (*outputs*) de política pública resultantes desta ascensão geral do setor esportivo no período recente, tomo como referencia a Constituição Federal de 1988.

Como já ressaltado anteriormente, os preceitos constitucionais para o esporte foram estabelecidos de forma vaga. Termos como “fomentar práticas”, “incentivará o lazer”,

“tratamento diferenciado” “proteção e o incentivo” dizem a direção (vertical ou horizontal), mas não o sentido (direito ou esquerda, para cima ou para baixo). Também a legislação infraconstitucional não fixou valores quantitativos ou mesmo de proporções de aplicação de recursos entre as três categorias de manifestação esportivas. Assim, há que se levar em conta o exercício da interpretação, o que cada um pode fazer segundo seus interesses e valores, dentro de ampla margem de argumentação.

A meu ver, a direção do Artigo 217 é a de prover equilíbrio horizontal a um padrão que se mostrou indesejavelmente verticalizado e dominando (predominante) pelo EAR. O sentido é o de desconcentração de recursos de um centro, o EAR, para suas duas alas, o esporte participativo e o esporte educacional.

1ª Questão - A coalizão pró-EAR ainda se apresenta como predominante no cenário esportivo institucional ou vem perdendo força, espaço e influência (poder) devido a ascensão da coalizão pró-EPE desde o período de democratização, especialmente com a CF88?

Minha hipótese inicial, que era pela perda do “poder” pela coalizão pró-EAR não se confirmou.

Em realidade, houve movimento contrário: uma manutenção da força da coalizão pró-EAR. Isto pode ser demonstrado pela análise da evolução da distribuição dos gastos. Há um sensível aumento nos gastos com o EAR, mesmo sem considerado apenas os gastos do ME com seus programas finalístico, sem o Pan-2007. Neste primeiro caso a percentagem passa de 21% no último governo (FHC) para 45,3% no atual (Lula). Se considerado os recursos alocados para o Pan-2007 via o ME, a percentagem sobe significativamente para 68,6%. A distorção é ainda se maior considerando todos os gastos da União com o Pan-2007, situação em que a percentagem aplicada no EAR chega a quase 80%.

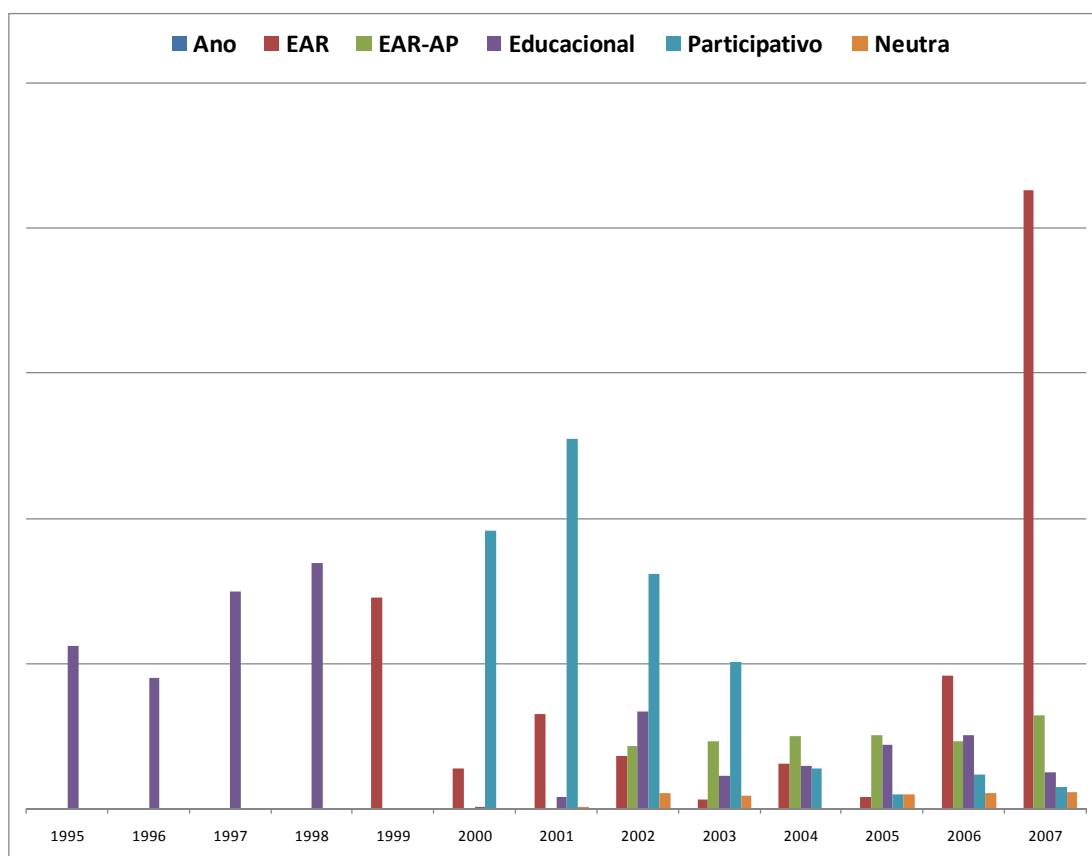
Tabela 19 - Comparativo de gastos entre governos e categorias esportivas

Categorias	FHC (1995-2002)	LULA (2003-2007) sem o Pan-2007	LULA (2003-2007) com o total do ME	LULA (2003-2007) com o total da União para o Pan-2007
Neutro	1,0%	6,0%	3,4%	2,2%
EAR	21,0%	45,3%	68,6%	79,8%
Educacional	39,0%	23,9%	13,7%	8,9%
Participativo	39,0%	24,8%	14,2%	9,2%
Total	100,0%	100,0%	100%	100%

Fonte: Inspirado em (CGU, 2008; TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, 2008).

O mesma conclusão é reforçada pelo gráfico 7, que desagrega os dados por categoria e adicional a categoria EAR-AP (AP significando recursos da Lei Agnelo-Piva). A categoria EAR e EAR-AP conceitualmente é a mesma. Apenas as desagreguei para melhor comparação entre as categorias. A intenção do gráfico é apenas a da comparação das áreas.

Gráfico 7 - Evolução dos gastos por ano e por categoria esportiva



Fonte: Inspirado em (CGU, 2008; TRANSPARÊNCIA PÚBLICA, 2008).

Portanto, se consideramos correto o argumento principal da *ACF* de que a política pública é resultado da ação de coalizões dentro do subsistema em questão, assumindo também que a principal variável para medir este resultado é o gasto público com o subsistema, então **o resultado é que a coalizão pró-EAR continua muito forte e até aumentou sua predominância do governo FHC ao período Lula.**

2ª Questão - A coalizão pró-EPE já é capaz de influenciar e/ou ocupar posições institucionais chaves para a formatação de nova agenda esportiva governamental?

Minha hipótese inicial era que sim. Contudo, ela se confirmou apenas em parte e se considerarmos que a criação da Secretaria Nacional de Esporte Educacional e da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Laser colocou a coalizão pró-EPE em igualdade de condições institucionais com a coalizão pró-EAR, representado pela Secretaria Nacional de Alto Rendimento. Entretanto, podemos voltar a situação da questão anterior se considerarmos o volume de recursos de cada secretaria para executarem seus programas.

A outra medida de posição institucional é a representatividade entre as três categorias de manifestação esportiva dentro do órgão superior de aconselhamento, o atual Conselho Nacional do Esporte. Os números na tabela 19 revelam uma sobre-representação do EAR e o contrário para o esporte educacional e o participativo, em todos os anos pontuados. O ano de 2001 se refere à Câmara Setorial do Esporte.

Tabela 20 – Evolução da representatividade no órgão superior de aconselhamento

Anos	EAR	Educa- cional	Partici- pativo	Impon- derável
1993	73,3%	0,0%	0,0%	26,7%
1998	30,0%	0,0%	0,0%	70,0%
2000	40,0%	13,3%	13,3%	33,3%
2002	52,9%	5,9%	0,0%	47,1%
2003	63,6%	4,5%	9,1%	22,7%
2001 *	61,5%	30,8%	0,0%	7,7%

Fonte: inspirado em quadros anteriores de representatividade do Conselho

Portanto, torna-se difícil sustentar que a coalizão pró-EPE possa influenciar a agenda da política pública do esporte pelo CNE na mesma medida que a pró-EAR consegue lograr.

3ª Questão - O Ministério do Esporte e a reestruturação institucional promovida pelo mesmo já se mostra capaz de alterar o padrão da política pública esportiva do predomínio do EAR?

Minha hipótese inicial também era que sim. Entretanto, tendo em vista o resultado para as duas primeiras questões tenho que reconsiderar a hipótese e admitir a maior possibilidade do não. Por uma razão lógica e simples, não há maior interesse político na reversão do padrão.

Entendo que a explicação para esta questão tem que recorrer ao terceiro aspecto fundamental relacionado ao esporte, o aspecto político. A decisão de criação do ME foi decisão política do atual governo como meio de reconhecer e melhor atender a crescente demanda deste setor. Também político foi a decisão de passar a pasta ao PC do B. O partido, que no início não a queria, mas logo percebeu o real potencial da área e passou a explorá-lo de forma efetiva, atendendo também aos interesse do próprio governo de ganhar mais visibilidade com a área esportiva.

Minha leitura é de que a orientação do atual governo e do PC do B na decisão para o melhor investimento político foi o do maior apoio e fortalecimento do EAR devido sua inigualável capacidade midiática e de mobilização popular, o que significa popularidade ao governo. Esta linha de pensamento ajuda a explicar o apoio irrestrito aos sucessivos aumentos no orçamento do Pan-2007, e ao esforço de candidaturas para a Copa do Mundo de 2014 e para a Olimpíada de 2016.

Como explicar o “erro” de avaliação inicial das hipóteses do trabalho? Quando de minha decisão pelo tema, busquei a leitura de toda a documentação disponível no site do ME, a maior parte dos documentos foram produzidos pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de Laser, que num primeiro momento procurou ditar a linha de conduta (agenda) do novo ministério, se colocando a favor de uma divisão mais

equânime de esforço e de recursos do Estado entre as três categorias de manifestação esportiva, até como meio de fortalecer a si própria. Ou seja, tive leitura inicial enviesada das propostas e objetivos do ME e que agora, ao final do trabalho se chocam com a realidade dos números.

Deve-se reconhecer que os números do ME foram significativamente inchados devido ao esforço orçamentário para a realização do Pan-2007; contudo, a Tese não teve por tema apenas a política conduzida pelo ME e, sim, o Estado e sua política pública para o esporte. Sendo o objeto de estudo justamente a desproporção dos gastos e a predominância do EAR. Em que medida isto é bom ou ruim, é assunto que exige maior aprofundamento.

Como última consideração, convém reforçar que o processo de constitucionalização do esporte, por meio do Artigo 217, abriu espaço institucional de atuação para as coalizões, cabendo a estas ocuparem este espaço de acordo com os recursos que possam vir a angariar. Desde então, a coalizão pró-EAR mostrou ter feito isto de forma mais efetiva. Cabendo a coalizão pró-EPE buscar o equilíbrio necessário dentro do subsistema. Como isto será feito é algo que a tese não se ocupou em responder.

Bibliografia

Livros e artigos:

ABE. (1935). Educação Física. Anais do VII Congresso Brasileiro de Educação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação.

ABRANCHES, S. H., SANTOS, W. G., & COIMBRA, M. A. (1994). Política Social e Combate à Pobreza. Rio de Janeiro: Zahar.

ABRUCIO, F. L., & LOUREIRO, M. R. (2004). Finanças Públicas, democracia e accountability. In: P. ARVATE, & C. BIDERMAN, Economia do Setor Público no Brasil. ELSEVIER.

AGUIAR, R. d. (1982). Desporto Escolar. Em aberto , 1-5.

ALVES, J. A., & PIERANTI, O. P. (22 de novembro de 2006). Estado e Esporte: a Formulação de uma Política Nacional no Brasil. EnAPG - 2006 .

ANDERSON, J. (1979). Public Policy Making. New York: Holt, Rinehart, and Winston.

ANTONELLI, F. (1963). Psicologia e Psicopatologia dello Sport. Roma: Leonardo.

ARAUJO, A. G. (2002). Placar Favorável. Revista Marketing .

BARBANTE, J. V. (1994). Dicionário de Educação Física e Esporte. São Paulo: Manole.

BARBERO, J. I. (1993). Introduccion. In: Materiales de Sociologia del Deporte. Madrid:: La Piqueta.

BERRY, J. (1977). Lobbying for the People. Princeton: Princeton University Press.

BETTI, M. (1991). A educação física na escola brasileira de 1.º e 2.º Graus: uma abordagem sociológica. São Paulo: USP.

BETTI, M. (2004B). A janela de vidro: esporte, televisão e educação física. Campinas: Papirus.

BETTI, M. (2006). O papel da Sociologia do Esporte na retomada da Educação Física. Revista brasileira de Educação Física , 191-193.

BETTI, M. (1997). Violência em campo: dinheiro, mídia e transgressão às regras no futebol espetáculo. Ijuí: UNIJUÍ.

BNL. (24 de setembro de 2004). Curiosidades: Você sabia? A primeira loteria esportiva envolvia a Copa do Mundo de Futebol. Acesso em 25 de fevereiro de 2008, disponível em Boletim Novidades Lotéricas: http://www.magocom.com.br/bnl/ver_extra.asp?cod=279

- BOUDENS, E. (2002). CPI CBF/NIKE: Textos e contextos III - Justiça Desportiva. Brasília: Câmara dos Deputados.
- BOUET, M. (1968). Signification du Sport. Paris: Firmin.
- BOURDIEU, P. (1984). Distinction: A social Critique of the Judgment of Taste. Boston: Harvard university Press.
- BOURDIEU, P. (1977). Outline of a Theory of Practice. Boston: Cambridge University Press.
- BOURDIEU, P. (1983). Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada.
- BOURDIEU, P. (Setembro de 1988). Vive la Crise!: For Heterodoxy in Social Science. Theory and Society , pp. 773-787.
- BRACHT, V. (1995). As ciências do esporte no Brasil. In: A. F. Neto, & S. V. (Orgs.), As ciências do esporte no Brasil. Campinas: Autores Associados.
- BRACHT, V. (1992). Educação Física e aprendizagem social. Porto Alegre: Magister.
- BRACHT, V. (1997). Sociologia Crítica do Esporte: uma contribuição. Vitória: UFES - Universidade Federal do Espírito Santo.
- BRACHT, V., & ALMEIDA, F. Q. (2003). A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da Educação Física. Revista Brasileira de Ciencias do Esporte , 87-101.
- BRASIL. (1985C). Ministério da Educação/SEED. Uma nova política para o desporto brasileiro - Esporte Brasileiro, Questão de Estado. Brasília: Comissão de Reformulação do Desporto.
- BRASIL. (1984). Anais do Ciclo de Debates: Panorama do esporte brasileiro. Brasília: Câmara dos Deputados/Comissão de Esporte e Turismo.
- BRASIL. (1981). Diretrizes gerais para a educação física e desportos – 1980/1985. Brasília: MEC.
- BRASIL. (1985B). Exposição de Motivos do Ministro da Educação Marco Maciel - Decreto que institui a Comissão de Reformulação do Desporto Brasileiro. Brasília: MEC.
- BRASIL. (1985C). Ministério da Educação/SEED - Uma nova política para o desporto brasileiro - Esporte. Brasília: Comissão de Reformulação do Desporto - Relatório Conclusivo.
- BRASIL. (1971E). Plano de Educação Física e Desporto – PED. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Educação Física e Desportos.
- BRASIL. (1976B). Política nacional de educação física e desportos: Plano nacional de educação física e desportos – PNED. Brasília: Ministério da Educação e Cultura - Departamento de Educação Física e Desportos.
- BRASIL. (1991). Projeto de modernização do esporte no Brasil. Brasília: Imprensa Nacional .
- BRASIL, M. d. (1985C). Uma nova política para o desporto brasileiro - Esporte. Brasília: Comissão de Reformulação do Desporto - Relatório Conclusivo.

- BROHM, J. M. (1993). Tesis sobre el deporte. In: Materiales de Sociologia del Deporte. Madri: La Piqueta.
- BROHM, J.M. (1982). Sociología política del deporte. Cidade do México: Fundo de cultura econômica.
- BUENO, L. (2004). Controle de Armas: um estudo comparativo de políticas públicas entre Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Austrália e Brasil. São Paulo: IBCCRIM.
- CAGIGAL, J. M. (1979). Cultura intelectual y cultura física. Buenos Aires: Kapelusz.
- CAILLOIS, R. (1994). Los juegos y los Hombre: la máscara y el vertigos. México: Editora Fondo de cultura económica.
- CALDAS, W. (1994). Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. Revista USP .
- CARAN, E. M. (1989). Administração pública e o desenvolvimento dos esportes no Brasil. Revista Brasileira de Ciências do Esporte , 10 n.3.
- CASTELLANI FILHO, L. (1988). A Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papirus.
- CASTELLANI FILHO, L. (1999). A Educação Física no Sistema Educacional Brasileiro: Percurso, Paradoxos e Perspectivas. Campinas: UNICAMP - Faculdade de Educação Física.
- CASTELLANI FILHO, L. (1985). Digressões sobre a política esportiva no reino do faz-de-conta. Revista Sprint , Ano IV, Volume III (Especial), 20-24.
- CASTELLANI FILHO, L. (1985). Política esportiva no reino do faz-de-conta. Sprint , 20-24.
- CAVALCANTI, K. B. (1984). Esporte para todos: um discurso ideológico. São Paulo: IBRASA.
- CBDU. (2008). Histórico. Acesso em 31 de janeiro de 2008, disponível em Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU): <http://www.cbdu.org.br/?pg=sobre>
- CHARTIER, R., & VIGARELLO, G. (1982). Les trajectories du sport: pratiques et. Paris: Le Débat.
- CLUMPNER, R. A. (1986). Pragmatic Coercion: The Role of Government in Sport in the United States. In: G. REDMOND, Sport and Politics: the 1984 Olympic Scienfific Congress Proceedings (pp. 5-12). Eugene: Human Kinetics Publishers.
- COOPER, K. H. (1972). Método Cooper: Aptidão física em qualquer idade. Rio de Janeiro: EDITORA FRUM.
- COSTA, L. P. (2006). Atlas do Esporte no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEE.
- COSTA, L. P. (1971). Diagnostico de Educacao Física e Desportos No Brasil. Rio de Janeiro: FENAME.
- COSTA, L. P. (1983). Fundamentos do Esporte para Todos. Brasília: MEC-SEED.

- DARIDO, S. C. (2003). Educação Física na escola: questões e reflexões. Rio de Janeiro: Guanabara.Koogan.
- DIEM, C. (1966). História de los Deportes. Barcelona: Luís de Corlt.
- DONNELLY, P., & HARVEY, J. (1999). Class and gender: intersections in sport and physical activity. In: P. W. Mills, Sport and gender in Canada. Ontário: Oxford University Press.
- DRAIBE, S. (1985). Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituicao do Estado e as alternativas da industrializacao no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz.
- DYE, T. (2002). Understanding public policy. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- EASTON, D. (1965). A Systems Analysis of Political Life. New York: Jonh Wiley.
- ELIAS, N. (1980). Introdução à sociologia. São Paulo: Martins Fontes.
- ELIAS, N., & DUNNING, E. (1992). A busca da excitação. Lisboa: Difel.
- EPPENSTEINER, F. (1973). El origen de los Desportes. In: I. N. Deportes, Citius, Altius, Fortius. Madri: Instituto Nacional de Educacion Física y Deportes.
- FAUSTO, B. (1970). A Revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense.
- FEIO, N. (1978). Desporto e Política. Lisboa: Compendium.
- FILHO, M. (2003). O Negro no Futebol. Rio de Janeiro: MAUADA & FAPERJ.
- FREY, J. H., & EITEZN, D. S. (1991). Sport and Society. Annu. Rev. Sociol. , 503-522.
- FREYRE, G. (1967). Sociologia. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GEBARA, A. (1995). Brazilian Literature on History of Physical Education: A First Approach. (3. W. Congress, Ed.) 72-73.
- GEBARA, A. (1995). Esportes: cem anos de História. Anais do III Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física .
- GEBARA, A. (2000). Norbert Elias e a Teoria do processo civilizador: contribuição para a análise e a pesquisa no campo do lazer. In: H. Bruhns, Temas sobre o lazer. Campinas, São Paulo: Autores Associados.
- GOEDERT, R. T. (2005). A cultura joven e suas relações com a educação física escolar. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.
- GÓIS JUNIOR, E., & LOVISOL, H. R. (2005). A educação física e concepções higienistas sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileira dos anos de 1930. Revista Portuguesa de Ciências Desportivas , 5, 322, 328.
- GONSALVES, V. E. (1985). Futebol e poder. In: G. Dlegues, Esporte e poder. Petrópolis: Vozes.

- GOODWIN, L. e. (1981). The Evolution and Implementation of Federal Welfare Policy. In: D. M. Sabatier, Effective Policy Implementation (pp. 147-168). Lexington: DC. Health.
- GOYAZ, M. d. (2003). As possibilidades e limites da ginástica no campo do lazer. Campinas: UNICAMP.
- GREEN, M., & HOULIHAN, B. (abril de 2004). Advocacy Coalitions and Elite Sport Policy Change in Canada and the United Kingdom. *International Review for the Sociology os Sport* , pp. 387-403.
- GUIRALDELLI JÚNIOR, P. (1988). Educação Física Progressista. A Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira. São Paulo: Loyola.
- GUTIERREZ, G. L. (2001). Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas. Campinas: Autores Associados.
- HEROLD JUNIOR, C. (2005). Da instrução à educação do corpo: o caráter público da educação física e a luta pela modernização do Brasil no século XIX (1880-1915). *Educar - Editora UFPR* , 237-255.
- HOBSBAWM, E. J. (1992). A era dos impérios: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWM, E. (2004). Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terr.
- HOBSBAWM, E., & RANGER, T. (1984). A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra.
- HOLT, R. (1992). Sport and the british: a modern history. Oxford: Claredon.
- HOULIHAN, B. (2001). Sport, Policy and Politics: A Comparative Analysis. New york: Routledge.
- HUDSON, H. (Diretor). (1981). Chariots of Fire [Filme Cinematográfico].
- HUIZINGA, J. (1992). Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Perspectiva.
- HUMBERTO, C. (23 de janeiro de 2008). Fifa dira "não" a Lula e Evo. Acesso em 23 de janeiro de 2008, disponível em Cláudiohumberto.com.br: <http://www.claudiohumberto.com.br/>
- JONES, C. (1977). An Introduction to the Study of Public Policy. Belmont: Wadsworth.
- KASZNAR, I. K. (1998). O Esporte Como Indústria - Solução para criação de riqueza e emprego. Rio de Janeiro: Confederação Brasileira de Volley-Ball / Fundação Getúlio Vargas.
- KINGDON, J. (1995). Agendas, Alternatives and Public Policies. Michigan: HarperCollins College Publishers.
- LABERGE, S., & SANKFF, D. (1988). Physical activities, body habitus, and lifestyles. In: H. J., & H. CANTELON, Not just a game (pp. 267-86). Ottawa: University of Ottawa Press.
- LAMAISSON, P. (fevereiro de 1986). From Rules to Strategies: An Interview with Pierre Bourdieu. *Cultural Anthropology* , pp. 110-120.

- LASSWELL, H. (1951). The Policy Orientatin. In: D. L. Lasswell, The Policy Sciences. Stanford: Stanford Univ. Press.
- LEMOS, R. J. (1984). Corpo e mente: o humano direito de usar com alegria. Brasília: 1984.
- LINHALES, M. A. (1997). Políticas públicas para o esporte no Brasil: interesses e necessidades . In: E. S. SOUZA, & T. M. MAURO, Trilhas e partilhas: educação física na cultura escolar e nas práticas sociais. Belo Horizonte: Cultura.
- LINHALES, M. A., & VAGO, T. M. (2003). *Esporte escolar: o direito como fundamento de políticas públicas*. Caxambú : Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE.
- LOVISOLO, H. (1993). Transformações Sócio-culturais na Educação Física,Esporte e Lazer. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho.
- LUSCHCEN, G. (1990). On theory of science for the sociology of sport: new structuralism, action, intention and practical meaning. Review of Sport Sociology , 25, 49-61.
- LYRA FILHO, J. (1973). Introdução à Sociologia dos Desportos. Rio de Janeiro: Bloch.
- LYRA FILHO, J. (1952). Introdução ao direito desportivo. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti.
- LYRA FILHO, J. (sem data). (E. D. MANHÃES, Entrevistador)
- MACIEL, M. (1988). O esporte e o progresso social. In: J. M. Tubino, Repensando o esporte brasileiro. São Paulo: IBRASA.
- MACINTOSH, D. (1986). Canadian Government Involvement in Sport: Some Consequences and Issues. In: G. REDMOND, Sport and Politics (pp. 21-32). Eugene: Human Kinetics Publishers, Inc.
- MAGALHÃES, O. D. (1935). O valor da recreação para o adulto. Anais do VII Congresso Nacional de Educação - Associação Brasileira de Educação (pp. 220-226). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação.
- MAGNANE, G. (1969). Sociologia do Esporte. São Paulo: Perspectiva.
- MAINWARING, S. (2004). Igreja Católica e política no Brasil (1916 - 1985). São Pualo: Brasiliense.
- MAJONE, G. (1980). Policies as Theories. Omega 8.
- MANHÃES, E. D. (2002). Política de esporte no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A.
- MARINHO, I. P. (1943). Contribuição para a História da Educação Física no Brasil; Brasil Colônia- Brasil Império- Brasil República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- MARINHO, I. P. (1952). História da educação física e desportos no Brasil. Rio de Janeiro: DEF-MES.
- MARINHO, I. P. (1952). História da Educação Física e Desportos no Brasil. Rio de Janeiro: DEF/M.

- MARINHO, I. P. (1952). História da educação física e dos desportos no Brasil (Brasil-Colônia, Brasil-Império, Brasil-República. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1952.
- MARINHO, I. P. (1980). História da Educação Física no Brasil. São Paulo: Cia do Brasi.
- MARINHO, I. P. (1980). História geral da Educação Física. São Paulo: Cia Brasil.
- MAZO, J. Z. (2000). Laboratório de Pesquisa do Exercício - LAPEX. Movimento , 1-100.
- MAZO, J., & GAYA, A. (2006). As associações desportivas em Porto Alegre, Brasil: espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. Revista Portuguesa de Ciência do Desporto , 205-213.
- MAZONI, T. (1941). O esporte a serviço da pátria. São Paulo: Olympicus.
- ME. (2004). 1a Conferência Nacional do Esporte - Texto Básico. Brasília: Ministério do Esporte.
- ME. (2005). Política Nacional do Esporte. Brasília: Ministério do Esporte.
- MELLO FILHO, Á. (1995). O Desporto na ordem jurídico-constitucional brasileira. São Paulo: Malheiros Editores LTDA.
- MELO FILHO, Á. Desporto Constitucionalizado.
- MELO FILHO, Á. (1988). Direito Constitucional Desportivo Comparado. In: M. S. PARENTE FILHO, Á. MELLO FILHO, & M. J. TUBINO, Esporte Educação Física e Constituição (pp. 29-32). São Paulo: IBRASA.
- MELO FILHO, Á. (1988). HO, Álvaro; TUBINO, Manoel José Gomes. In: M. S. PARENTE FILHO, Á.
- MELLO FILHO, & M. J. TUBINO, Esporte Educação Física e Constituição. São Paulo: IBRASA.
- MELO, V. A. (1996). Escola Nacional de Educação Física e Desportos - uma possível história. Tese Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação Física.
- MELO, V. A. (2004). História da educação física e do Esporte no Brasil: panorama e perspectivas. São Paulo: Ibrasa.
- NUNES, E. (1997). A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocráticos. Brasília: ENAP.
- O'DONNELL, G. (Julho de 1998). Horizontal Accountability in New Democracies. Journal of Democracy , 9, pp. 112-126.
- OSTROM, E. (1990). Governing the Commons. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- PADILHA, S. d. (2008). Acesso em 21 de fevereiro de 2008, disponível em Sylvio de Magalhães Padilha: <http://www.sylviodemagalhaespadilha.com.br/capitulos.htm>

- PARENTE FILHO, M. S. (1988). Exposição Introdutória sobre a discussão da educação física e desporto na Assembléia Constituinte de 1988. In: M. S. PARENTE FILHO, Á. MELLO FILHO, & M. J. TUBINO, Esporte Educação Física e Constituição. São Paulo: IBRASA.
- PARENTE FILHO, M. S., MELLO FILHO, Á., & TUBINO, M. J. (1988). Esporte Educação Física e Constituição. São Paulo: IBRASA.
- PETERS, B. G. (1986). American Public Policy: Promise and Performance. Chatham: Chatham House.
- PIETRO CARZOLA, L. M. (1979). Deporte y estado. Madri: Editorial Labor.
- PILZ, G. A. (1991). Sociologia do Esporte na Alemanha. Estudos Histórico - FGV/CPDOC .
- PRESSMAN, J., & WILDAVSKY. (1979). Implementation. Berkeley: University of California Press.
- PRONI, M. W. (1998). Esporte-espetáculo e futebol-empresa - Tese doutorado. Campinas: Unicamp - Faculdade de Educação Física.
- ROBSBAWM, E., & RANGER, T. (1984). A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra.
- RODRIGUES, C. C. (2005). Saúde do Corpo, Rendimento no Trabalho: A Política do Esporte no Estado Novo em Florianópolis. Acesso em 21 de dezembro de 2007, disponível em Simpósio - Muitas faces de uma guerra: 60 anos do término da segunda guerra e o processo de nacionalização no sul do país: www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/anais/st4/st4carlos.doc
- RODRIGUES, M. A. (2006). CONSTITUIÇÃO E ENRAIZAMENTO DO ESPORTE NA CIDADE: Uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.
- SABATIER, P. A., & HANK, C. (1993). Policy change and learning: an advocacy coalition approach. Boulder: Westview Press, Inc.
- SALDANHA, J. (2002). Prefácio. In: E. D. MANHÃES, Política de esportes no Brasil. Paz e Terra S/A: São Paulo.
- SANTOS, J. A. (2000). Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890 - 1947). São Paulo: Dissertação de Mestrado, FLCH-USP.
- SANTOS, J. R. (1981). História Política do Futebol Brasileiro. São Paulo: Brasiliense.
- SANTOS, L. M. (2002). A evolução da Gestão no Futebol Brasileiro. São Paulo: FGV-EAESP.
- SARTORI, G. (Dezembro de 1970). Concept Misinformation in Comparative Politics. (A. P. Association, Ed.) American Political Science Review , 64, pp. 1033-53.
- SCHATTSCHNEIDER, E. E. (1960). The Semi-Sovereign People. New York: Holt, Rinehar.
- SCHIMITTER, P. C. (1979). Still the century of corporatism. In: P. C. SCHIMITTER, & LEHMBRUCH, Trends Towards Corporatist Intermediation. Beverly Hills: Sage.

- SCHNEIDER, O. (2000). INTELLECTUAIS, PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO FÍSICA: contribuição de Rui Barbosa, Manoel Bomfim e Fernando de Azevedo. CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. Vitória: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.
- SIGOLI, M. A. (2004). A história do uso político do esporte. Revista Brasileira de Ciência & Movimento , 12.
- SILVA, J. A. (1995). Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros.
- SILVA, J. A., & CARVALHO, F. A. (2006). A Lei Pelé e a Governança em Organizações Desportivas: um Estudo Empírico sobre Evidenciação Contábil em Clubes de Futebol. São Paulo: EnAPG.
- SILVEIRA, B. (1988). "Muda Brasil começa no esporte escolar". In: M. J. TUBINO, Repensando o esporte brasileiro. São Paulo: IBRASA.
- SUSSEKIND, H. (1996). Futebol em Dois Tempos. Rio de Janeiro: Relume Dumara.
- THIRY-CHERQUES, H. R. (Jan./Fev. de 2006). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Revista de Administração Pública , 40.
- TOLEDO, L. H. (2000). No país do futebol. Rio de Janeiro: Zahar.
- TRUMAN, D. (1951). The Governmental Process. New York: Alfred Knopf.
- TUBINO. (1996). O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias. São Paulo: IBRASA.
- TUBINO. (1987). Teoria Geral do Esporte. São Paulo: IBRASA.
- TUBINO, J. M. (1996). O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias. São Paulo: Ibrasa.
- TUBINO, M. J. (1996). O esporte no Brasil. São Paulo: Ibrasa.
- TUBINO, M. J. (1988). Repensando o esporte brasileiro. São Paulo: IBRASA.
- TUBINO, M. J. (1987). Teoria Geral do Esporte. São Paulo: IBRASA.
- VARGAS, G. (1995). Diário. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora FGV / Siciliano.
- VAUGRAND, H. (junho de 2001). Pierre bourdieu and Jean-Marie Brohm - Their schemes of intelligibility and issues towards a theory of knowledge in the sociology of sport. International Review of the Sociology of Sport , pp. 183-2001.
- VERONEZ, L. F. (2005). Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Campinas: UNICAMP - Faculdade de Educação Física.
- WECKNER, I. (21 de 08 de 2007). Jornal do Comércio. Acesso em 10 de 10 de 2007, disponível em Jornal do Comércio: <http://www.jcam.com.br/noticiasLivres.asp?IdNot=1040>
- WEFFORT, F. (1968). Classes populares e política. São Paulo: USP.

WERNECK, C. L. (2003). Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964), Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.

WECKNER, I. (21 de 08 de 2007). Jornal do Comércio. Acesso em 10 de 10 de 2007, disponível em Jornal do Comércio: <http://www.jcam.com.br/noticiasLivre.asp?IdNot=1040>

WIKIPEDIA. (9 de outubro de 2007). Wikipedia, the free encyclopedia. Acesso em 13 de outubro de 2007, disponível em Wikipedia, the free encyclopedia: http://en.wikipedia.org/wiki/1996_Summer_Olympics

WILDAVSKY, A. (1979). Speaking Truth to Power. Boston: Little Brown.

ZARNOWSKI, F. (1993). A look at olympic costs. International Journal of Olympic History , 1.

Internet:

ACM. (2007). Acesso em 19 de novembro de 2007, disponível em Associação Crista de Moços: <http://www.acmrio.org.br/historico.php>

ACPCPSI. (06 de junho de 2006). Turfe, Copa do Mundo e o Pacheco. Acesso em 08 de março de 2008, disponível em Associação Carioca do Proprietários de Cava Puro-Sangue Inglês: http://www.raialeve.com.br/conteudo/index.php?cod_cont=4046&&cod_secao=4&&mes=06&&ano=2006

ADAMI, A. (2004). A Rádio Record de Paulo Machado de Carvalho: Uma Nova Linguagem. Acesso em 06 de janeiro de 2008, disponível em Sociedade brasileira de estudos interdisciplinares de comunicação: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/17636/1/R2351-1.pdf>

ADITAL. (09 de dezembro de 2002). O PCdoB e o ministério do Esporte. Acesso em 06 de abril de 2008, disponível em ADITAL - Notícias da América do Sul e Caribe: <http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?busca=&cod=4777&lang=PT>

AGÊNCIA_ESTADO. (27 de outubro de 2000). Governo decide extinguir o Indesp. Acesso em 26 de março de 2008, disponível em Boliche - On Line: <http://www.boliche.com.br/noticias/2000/0071.htm>

ALMEIDA, M. A. (agosto de 2007). Efdeport.com. Acesso em 25 de março de 2008, disponível em Discussão sobre as mudanças na legislação desportiva brasileira: caso do futebol e a Lei do Passe: <http://www.efdeportes.com/efd111/legislacao-desportiva-brasileira-caso-do-futebol-e-a-lei-do-passe.htm>

ALMEIDA, M. A. (2006). Lazer no Estado Novo e os usos do tempo livre. Acesso em 25 de novembro de 2007, disponível em EF y Deportes, revista digital: <http://www.efdeportes.com/efd98/tlivre.htm>

AMORIM, R. (agosto de 2005). Loteria esportiva: Clubes resistem à idéia de virar empresas e fazem lobby no Congresso pela Timemania. Acesso em 01 de abril de 2008, disponível em Época: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG71515-6014,00.html>

ARAUJO, L. E. (28 de julho de 2003). Entrevista: Carlos Arthur Nuzman - "O Brasil precisa da Olimpíada". Acesso em 06 de março de 2008, disponível em Isto é gente: <http://www.terra.com.br/istoegente/208/entrevista/index.htm>

ARAUJO, C. (28 de outubro de 2000). Indesp: fim. Por um novo esporte. Acesso em 29 de março de 2008, disponível em O Estado de S.Paulo: <http://www.tecnoformas.ind.br/indesp.htm>

ARMSTRONG, C. (agosto de 2003). "Christian History Corner: Muscular Christianity's Prodigal Son, College Sports". Acesso em 03 de fevereiro de 2008, disponível em Christianity Today Magazine: a magazine of evangelical conviction: <http://www.christianitytoday.com/ct/2003/augustweb-only/8-11-52.0.html>

ASSAF, R. (24 de março de 2001). Uma luta de quase 70 anos. Acesso em 23 de março de 2008, disponível em Jornal do Brasil: <http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/esportes/2001/03/23/joresp20010323002.html>

AZEVEDO, C. (2008). A CPI que tinha (quase) tudo para não dar certo. Acesso em 02 de abril de 2008, disponível em Vermelho.org.br: http://www.vermelho.org.br/museu/principios/anteriores.asp?edicao=62&cod_not=145

BETTI, M. (2004A). Corpo, cultura, mídias e educação física: novas relações no mundo contemporâneo. Acesso em 25 de 11 de 2007, disponível em Efedepportes: <http://www.efdeportes.com/efd79/corpo.htm>

BNL. (22 de abril de 2002). Bingo: Sobrevivência para os atletas. Acesso em 06 de abril de 2008, disponível em Boletim Novidades Lotéricas: http://www.magocom.com.br/bnl/ver_not.asp?noticia=121

BRACHT, V. (1999). A constituição das teorias pedagógicas da educação física. Acesso em 20 de outubro de 2007, disponível em Scielo - Scientific Electronic Library Online: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621999000100005&script=sci_arttext

BRASIL. (16 de julho de 1934). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 16 DE JULHO DE 1934). Acesso em 15 de 10 de 2007, disponível em Presidência da República: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm

BRASIL. (05 de outubro de 1988). Constituição Federal. Acesso em 09 de abril de 2008, disponível em Senado Federal: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>

BRASIL. (20 de fevereiro de 1945A). Decreto Lei 7.332 - Dispõe sobre as subvenções federais a entidades desportivas. Acesso em 07 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (17 de abril de 1939). Decreto Lei, 1.212 - Cria, na Universidade do Brasil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Acesso em 24 de janeiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (04 de abril de 1995B). DECRETO Nº 1.437, DE 4 DE ABRIL DE 1995 - Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, e dá outras providências. Acesso em 26 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (29 de abril de 1998B). DECRETO Nº 2.574, DE 29 DE ABRIL DE 1998 - Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Acesso em 28 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (18 de abril de 2002). DECRETO Nº 4.201, DE 18 DE ABRIL DE 2002 - Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências. Acesso em 31 de março de 2008, disponível em S F - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (06 de novembro de 1956). DECRETO Nº 40.296, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1956. Acesso em 17 de outubro de 2007, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (05 de fevereiro de 1958). Decreto nº 43.177, de 05 de fevereiro de 1958 - Institui a Campanha Nacional de Educação Física. Acesso em 07 de janeiro de 2008, disponível em Senado Federal: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (30 de dezembro de 1960). DECRETO Nº 49.639, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1960. Acesso em 17 de outubro de 2007, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (18 de 03 de 1964A). DECRETO Nº 53.741, DE 18 DE MARÇO DE 1964 - Dispõe sobre a execução do Plano Diretor de Educação Física e dos Desportos. Acesso em 09 de 02 de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (24 de março de 1964B). DECRETO Nº 53.820, DE 24 DE MARÇO DE 1964 - Dispõe sobre a profissão de atleta de futebol, disciplina sua participação nas partidas e dá outras providências. Acesso em 17 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (07 de agosto de 2007B). DECRETO Nº 6.180, DE 3 DE AGOSTO DE 2007 - Regulamenta a Lei no 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Acesso em 11 de abril de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (14 de agosto de 2007C). DECRETO Nº 6.187, DE 14 DE AGOSTO DE 2007 - Regulamenta a Lei no 11.345, de 14 de setembro de 2006, institui o concurso de prognóstico denominado Timemania. Acesso em 11 de abril de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (22 de junho de 1967). DECRETO Nº 60.891, DE 22 DE JUNHO DE 1967 - Provê sobre a transferência de órgão do Ministério da Educação e Cultura para Capital Federal. Acesso em 15 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (29 de julho de 1969B). DECRETO Nº 64.905, DE 29 DE JULHO DE 1969 - Provê sobre a constituição de Grupo de Trabalho. Acesso em 18 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (26 de janeiro de 1970A). DECRETO Nº 66.118, DE 26 DE JANEIRO DE 1970 - Regulamenta o disposto no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal. Acesso em 19 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (03 de março de 1970B). Decreto Nº 66.296, De 3 De Março De 1970 - Provê a estrutura do Ministério da Educação e Cultura e autoriza outras providências. Acesso em 19 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (27 de julho de 1970C). Decreto Nº 66.967, de 27 de julho de 1970 - Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Acesso em 19 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (03 de 06 de 1971A). DECRETO Nº 68.702, DE 3 DE JUNHO DE 1971 - Dá nova redação ao artigo 15 do Decreto nº 66.118, de 26 de janeiro de 1970. Acesso em 19 de 02 de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (03 de junho de 1971B). DECRETO Nº 68.703, DE 3 DE JUNHO DE 1971 - Regulamenta a aplicação dos Recursos da Loteria Esportiva. Acesso em 19 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (01 de novembro de 1971C). DECRETO Nº 69.450, DE 1 DE NOVEMBRO DE 1971 - Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. Acesso em 24 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (25 de agosto de 1977). DECRETO Nº 80.228, DE 25 DE AGOSTO DE 1977 - Regulamenta a Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Acesso em 25 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (17 de 03 de 1978). Decreto nº 81.454, de 17 de março de 1978 - Dispõe sobre o organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Acesso em 05 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ReexecutaPesquisaRealizada.action?sequencialConsulta=20080306160751768&codigoPortal=0>

BRASIL. (19 de julho de 1985A). DECRETO Nº 91.452, DE 19 DE JULHO DE 1985 - Institui Comissão para realizar estudos sobre o desporto nacional. Acesso em 08 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (11 de novembro de 1993B). DECRETO Nº 981, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1993 - Regulamenta a Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, que institui Normas Gerais sobre Desportos. Acesso em 24 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (19 de janeiro de 1939). DECRETO-LEI N. 1.056 - Institue a Comissão Nacional de Desportos. Acesso em 21 de 01 de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (14 de abril de 1941A). DECRETO-LEI N. 3.199 - Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Acesso em 26 de janeiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (15 de 09 de 1941B). DECRETO-LEI N. 3.617 - Estabelece as bases de organização dos desportos universitários. Acesso em 26 de janeiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (27 de abril de 1942). DECRETO-LEI N. 4.279 - DE 27 DE ABRIL DE 1942 - Declara isentas de impostos e taxas municipais, no Distrito Federal, nas condições que menciona, as entidades desportivas filiadas ao Conselho Nacional de Desportos. Acesso em 10 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (22 de 07 de 1943). DECRETO-LEI N. 5.698 - DE 22 DE JULHO DE 1943 - Dispõe sobre a cooperação financeira da União com as entidades privadas a que se refere o decreto-lei n. 527, de 1 de julho de 1938. Acesso em 07 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (01 de julho de 1938A). DECRETO-LEI N. 526 - DE 1 DE JULHO DE 1938. Acesso em 25 de janeiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (01 de julho de 1938B). DECRETO-LEI N. 527 - DE 1 DE JULHO DE 1938 - Regula a cooperação financeira da União com as entidades privadas, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde. Acesso em 05 de 02 de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (25 de junho de 1945B). DECRETO-LEI N. 7.674 - DE 25 DE JUNHO DE 1945 - Dispõe sobre a administração das entidades desportivas, especialmente sob o ponto de vista financeiro, e estabelece medidas de proteção financeira aos desportos. Acesso em 10 de

fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (17 de setembro de 1946). DECRETO-LEI N. 9.912 - DE 17 DE SETEMBRO DE 1946 - Dispõe sobre a construção de praças de esportes e dá outras providências. Acesso em 11 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (27 de maio de 1969A). DECRETO-LEI Nº 594, DE 27 DE MAIO DE 1969 - Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. Acesso em 18 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (25 de julho de 1969C). DECRETO-LEI Nº 705, DE 25 DE JULHO DE 1969 - Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Acesso em 18 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (06 de junho de 1986). LEI N. 7.486 - DE 6 DE JUNHO DE 1986. Acesso em 13 de março de 13, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (13 de janeiro de 1937). Lei n.º 378 - Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Acesso em 14 de janeiro de 2007, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon>

BRASIL. (19 de novembro de 1992). LEI Nº 8.490, de 19 DE NOVEMBRO DE 1992 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Acesso em 21 de 03 de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/PaginaDocumentos.action>

BRASIL. (14 de julho de 2000B). LEI Nº 9.981, DE 14 DE JULHO DE 2000 - Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Acesso em 28 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (16 de julho de 2001). LEI Nº 10.264, DE 16 DE JULHO DE 2001 - Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto. Acesso em 30 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (15 de maio de 2003A). LEI Nº 10.671, DE 15 DE MAIO DE 2003 - Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Acesso em 31 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:
<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (18 de abril de 2003C). LEI Nº 10.672 - DE 15 DE MAIO DE 2003 - Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Acesso em 31 de março de

2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (09 de julho de 2004A). LEI No 10.891, DE 9 DE JULHO DE 2004 - Institui a Bolsa-Atleta.

Acesso em 05 de abril de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (14 de setembro de 2006A). LEI Nº 11.345, DE 14 DE SETEMBRO DE 2006 - Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol. Acesso em 11 de abril de 2008, disponível em SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (29 de dezembro de 2006B). LEI Nº 11.438, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006 - Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Acesso em 11 de abril de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (02 de maio de 2007A). LEI Nº 11.472, DE 2 DE MAIO DE 2007 - Altera e acresce dispositivos à Lei no 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo. Acesso em 11 de abril de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (28 de novembro de 1968). LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968 - Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Acesso em 19 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (08 de outubro de 1975). LEI Nº 6.251, DE 8 DE OUTUBRO DE 1975 - Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências. Acesso em 25 de fevereiro de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (02 de setembro de 1976A). LEI Nº 6.354, de 2 de setembro de 1976 - Dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências. Acesso em 21 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (14 de abril de 1989). LEI Nº 7.752, DE 14 DE ABRIL DE 1989 - Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador. Acesso em 19 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (12 de abril de 1990). LEI Nº 8.034, DE 12 DE ABRIL DE 1990 - Altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, e dá outras providências. Acesso em 24 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON:

<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (06 de julho de 1993A). LEI Nº 8.672, DE 6 DE JULHO DE 1993 - Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Acesso em 20 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (06 de julho de 1993A). LEI Nº 8.672, DE 6 DE JULHO DE 1993 - Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Acesso em 20 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (09 de maio de 1996). LEI Nº 9.276, DE 9 DE MAIO DE 1996 - Plano Plurianual para o período de 1996/1999. Acesso em 03 de abril de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://informatica.jt.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/APO/LEGISLA%C3%87%C3%83O%20OR%C3%87AMENT%C3%81RIA/PLANOS%20PLURIANUAIS/PPA%201996%201999.PDF>

BRASIL. (24 de março de 1998A). LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998 - Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Acesso em 28 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/PreparaPesquisa.action>

BRASIL. (22 de dezembro de 1999B). LEI Nº 9.940 - DE 21 DE DEZEMBRO DE 1999 - DOU DE 22/12/99 - Altera dispositivo da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Acesso em 31 de março de 2008, disponível em S F - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (01 de janeiro de 1995A). MEDIDA PROVISÓRIA N.º 813, DE 1º DE JANEIRO 1995. Acesso em 26 de março de 2008, disponível em Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/MP813.pdf>

BRASIL. (18 de fevereiro de 1999A). MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.795, DE 1º DE JANEIRO DE 1999 - Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Acesso em 29 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (01 de janeiro de 2003A). MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 1º DE JANEIRO 2003 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Acesso em 05 de abril de 2008, disponível em S F - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (20 de fevereiro de 2004B). MEDIDA PROVISÓRIA Nº 168, DE 20 DE FEVEREIRO 2004 - Proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e jogos em máquinas eletrônicas denominadas "caça-níqueis", independentemente dos nomes de fantasia, e dá outras providências. Acesso em 30 de março de 2008, disponível em S F - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (26 de junho de 2000A). MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.011-9, DE 26 DE junho de 2000 - Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Acesso em 28 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (26 de outubro de 2000B). MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.049-24, DE 26 DE outubro DE 2000 - Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Acesso em 29 de março de 2008, disponível em Senado Federal - SICON: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>

BRASIL. (janeiro de 2003B). Mensagem ao Congresso Nacional 2003. Acesso em 30 de março de 2008, disponível em Presidência da República: http://www.presidencia.gov.br/noticias/publicacoes/mens03_04/

Brasil.com, B. (15 de março de 2007). Orçamento para Olimpíadas de Londres 2012 triplica. Acesso em 13 de outubro de 2007, disponível em BBC Brasil.com: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2007/03/070315_olimpiadaslondrescustofn.shtml

BRITO, R. (05 de 03 de 2008). A caixa-preta dos comunistas. Acesso em 06 de 04 de 2008, disponível em Revista Veja: http://veja.abril.uol.com.br/050308/p_052.shtml

BRUNET e CIT, F. (2002). The economic impact of the Barcelona Olympic Games,. (C. d. Olímpics, Ed.) Acesso em 13 de outubro de 2007, disponível em Centre d'Estudis Olímpics: http://olympicstudies.uab.es/pdf/wp084_eng.pdf

CAMPO_DESPORTIVO. (24 de dezembro de 2007). Mais de mil atletas ganham direito ao programa Bolsa-Atleta. Acesso em 23 de abril de 2008, disponível em Campo Desportivo: <http://campodesportivo.blogspot.com/2007/12/mais-de-mil-atletas-ganham-direito-ao.html>

CANNABIS, C. (2004). ESPECIAL: os 100 anos do futebol em Belo Horizonte. Acesso em 11 de dezembro de 2007, disponível em Abacaxi Atômico - Esporte Esportivo.: <http://www.abacaxiatomico.com.br/esportesportivo/fec/29.htm>

CAPEOESDOFUTEBOL. (2007). Campeões dos Campeonatos Estaduais. Acesso em 11 de 12 de 2007, disponível em Campeoesdofutebol.com.br: <http://www.campeoesdofutebol.com.br>

CARDOSO, F. H. (03 de março de 1995). Discurso na cerimônia de posse do Ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento. Acesso em 25 de março de 2008, disponível em Instituto Fernando Henrique Cardoso: http://www.ifhc.org.br/Upload/conteudo/95_1_04.pdf

CARDOSO, M. (abril de 1997). Havelange está gagá. Acesso em 26 de março de 2008, disponível em Veja: http://veja.abril.com.br/130897/p_009.html

CARLEZZO, E. (março de 2001). Lei Pelé, Caso Bosman e o Mercosul. Acesso em 16 de março de 2008, disponível em Jus Navigandi: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2229>

CARNEIRO, M. (04 de 10 de 2000). Os porões do futebol. Acesso em 02 de abril de 2008, disponível em Veja on-line: http://veja.abril.com.br/041000/p_178.html

CASTELLANI FILHO, L. (23 de 11 de 2000). Notas para uma Agenda do Esporte brasileiro. Acesso em 06 de 03 de 2008, disponível em Observatório do Esporte:
<http://observatoriodoesporte.org.br/notas-para-uma-agenda-do-esporte-brasileiro/>

CBCSPORT. (24 de 04 de 2003). Carl Lewis: drug accusations are 'dead issue'. Acesso em 22 de 12 de 2007, disponível em CBC sport:
<http://www.cbc.ca/sports/story/2003/04/24/lewis030423.html>

CBV. (2008). História do Vôlei Brasileiro. Acesso em 06 de março de 2008, disponível em Confederação Brasileira de Voleibol:
<http://www.volei.org.br/newcbv/institucional/historia.asp?pag=h-brasil>

CGU. (1999). Publicações > Balanço-Geral da União - Ano 1999. Acesso em 06 de 04 de 2008, disponível em Controladoria-Geral da União:
<http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/BGU1999.asp>

CGU. (2008). Publicações e Orientações > Prestação de Contas do Presidente da República - Ministério do Esporte. Acesso em 13 de abril de 2008, disponível em Controladoria Geral da União: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/PrestacaoContasPresidente/index.asp>

COB. (2006). Demonstração de aplicação de recursos provenientes da Lei Agnelo-Piva - 2006. Acesso em 13 de abril de 2008, disponível em Comitê Olímpico Brasileiro:
<http://www.cob.org.br/>

COB. (2004). INSTRUÇÃO NORMATIVA 1/2004. Acesso em 05 de abril de 2008, disponível em Comitê Olímpico Brasileiro - COB:
http://www.cob.org.br/site/sobre_cob/downloads/INSTRUCAO_NORMATIVA_IN_01-2004-internet.pdf

COB. (2008B). O Brasil nos Jogos - Jogos de Verão - Berlin 1936 XI Jogos Olímpicos. Acesso em 26 de 01 de 2008, disponível em Comitê Olímpico Brasileiro: <http://www.cob.org.br/>

COB. (2008A). O Brasil nos Jogos - Jogos Olímpicos de verão - Los Angeles 1932 X Jogos Olímpicos. Acesso em 20 de 01 de 2008, disponível em Comitê Olímpico Brasileiro:
<http://www.cob.org.br/>

COI, C. O. (2007). Olympic.org - Official website of the Olympic Movement. Acesso em 13 de outubro de 2007, disponível em Olympic.org - Official website of the Olympic Movement:
http://www.olympic.org/uk/index_uk.asp

COLOMBO, S. (1 de outubro de 2007). Para Hobsbawm, futebol de hoje sintetiza globalização. Acesso em 26 de outubro de 2007, disponível em Jornal da Ciência:
<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=50984>

CONFEEF. (dezembro de 2003). Um reconhecimento aos ilustres Mestres da Educação Física. Acesso em 05 de 02 de 2008, disponível em www.confef.org.br/RevistasWeb/n10/06_Homenagem_com_FIEP.pdf

CRUZ, J. (11 de março de 2002). Bolsa-Alela nacional. Acesso em 06 de abril de 2008, disponível em Correio Braziliense:
<file:///E:/Meus%20documentos/Esporte/ME/Proposta%20de%20bolsa%20atleta%20no%20fim%20do%20gov%20FHC.htm>

CRUZ, J. (02 de dezembro de 2001). Ensino obrigatório da educação física é prioridade nas propostas da câmara setorial que prepara uma nova política esportiva para o Brasil. Acesso em 07 de abril de 2008, disponível em Correio Braziliense:
http://www2.correioweb.com.br/cw/2001-02-20/mat_28041.htm

CRUZ, J. (03 de outubro de 2002). Governo estuda a criação, ainda no atual mandato, de uma agência nacional para fiscalizar o setor esportivo. Acesso em 06 de abril de 2008, disponível em Correio Braziliense:
http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20021003/pri_esp_031002_198.htm

DANTE, N. (03 de 2007). O símbolo de um momento mágico. Acesso em 08 de março de 2008, disponível em Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro:
<http://www.cccrj.com.br/revista/821/04.htm>

DECCACHE-MAIA, E. (2006). <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/pdf/es302.pdf>. Acesso em 29 de 01 de 2008, disponível em Esporte e Sociedade - Revista Digital:
<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/pdf/es302.pdf>

DRAIBE, S. M. (10 de 10 de 2002). Brasil, a proteção social após 20 anos de experimentação reformista. Acesso em 19 de março de 2008, disponível em Comciência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico: <http://www.comciencia.br/reportagens/ppublicas/pp10.htm>

DREWNICK, R. F. (01 de janeiro de 2007). Lei de incentivo: ela é boa para quem? Acesso em 14 de abril de 2008, disponível em Gazeta Esportiva.Net:
<http://www.gazetaesportiva.net/reportagem/outros/rep131.php>

E.EDUCACIONAL. (2007). Mas, afinal, o que é Educação Física? Acesso em 16 de outubro de 2007, disponível em E.educacional - A internet na educação:
http://www.educacional.com.br/educacao_fisica/educadores/educadores13.asp

EBF. (2008). UTOPIA E REALIDADE JUS-DESPORTIVA NO FUTEBOL. Acesso em 01 de abril de 2008, disponível em Escola Brasileira de Futebol:
http://www.ebfnet.com.br/port/ate_voce/entrevistas_detalhe.php?codigo=17&tipo=Artigo

ÉBOLI, E. (31 de julho de 2002). BNDES ajudará com dinheiro clubes em crise. Acesso em 01 de abril de 2008, disponível em Época:
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG49639-6009,00.html>

EDUCAÇÃO FÍSICA, F. (20 de setembro de 2007). Blogger Educação Física - FCT. Acesso em 10 de outubro de 2007, disponível em Blogger: <http://educacaofisica-ftc.blogspot.com/2007/09/aumenta-interesse-em-marketing.html>

ENLANCE. (2006). A Copa do Mundo e suas paixões, no olhar de Eric Hobsbawm. Acesso em 26 de 10 de 2007, disponível em Enlance - Revista marxismo revolucionário atual: http://www.enlace.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=152&Itemid=36

ESTADÃO. (17 de setembro de 2001B). CBF obtém vitória contra a CPI no STF. Acesso em 02 de abril de 2008, disponível em Estadao.com.br: <http://www.estadao.com.br/arquivo/esportes/2001/not20010917p44421.htm>

ESTADÃO. (17 de dezembro de 2001A). Rebelo quer corruptos fora do futebol. Acesso em 02 de abril de 2008, disponível em Estadao.com.br: <http://www.estadao.com.br/arquivo/esportes/2001/not20011217p51629.htm>

ESTRELA, A. L. (2007). INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA. Acesso em 26 de outubro de 2007, disponível em PUCRS - Campus Uruguaiana: <http://pucrs.campus2.br/~aluiz/Introducao%20Ed%20Fisica/Poligrafo%20Introducao.doc>

EXAME. (08 de agosto de 2001). Chegaram, afinal, os milhões. Acesso em 06 de abril de 2008, disponível em Revista Exame: http://portalexame.abril.com.br/degustacao/secure/degustacao.do?COD_SITE=35&COD_RECURSO=211&URL_RETORNO=http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0746/m0045484.html

FAJARDO, J. A. (abril de 2003). Superación de los conflictos de orden internacional por parte del Movimiento Olímpico de la era moderna a lo largo del siglo XX. Acesso em 17 de 11 de 2007, disponível em Efdeportes.com: <http://www.efdeportes.com/efd59/mo.htm>

FIFA. (15 de dezembro de 2007). Approval for Refereeing Assistance Programme and upper altitude limit for FIFA competitions. Acesso em 23 de janeiro de 2008, disponível em FIFA.com: <http://www.fifa.com/aboutfifa/federation/releases/newsid=660747.html>

FLORIPAMANHÃ. (02 de abril de 2008). 7º Fórum Internacional de Esportes começa nesta quarta-feira em Florianópolis. Acesso em 23 de abril de 2008, disponível em Floripamanhã: <http://floripamanha.org/weblog/2008/2879/>

FOLHA. (29 de janeiro de 2008). Acesso em 14 de abril de 2008, disponível em Folha On-line: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u367759.shtml>

FPPAF, F. P. (25 de novembro de 2003). Frente Parlamentar em Defesa da Atividade Física. Acesso em 15 de novembro de 2007, disponível em CARTA DO SETOR DE ATIVIDADES FÍSICAS AOS LEGISLADORES: <http://www.fpdatividadefisica.com.br/carta.htm>

FRANZINI, F. (maio de 1998). Futebol, identidade e cidadania no Brasil dos anos 30. Acesso em junho de janeiro de 2008, disponível em Efdeportes.com: <http://www.efdeportes.com/efd10/anos30.htm>

FREIRE, J. B. (2001). Um Idealista no Ministério. Acesso em 07 de 04 de 2008, disponível em De corpo inteiro: http://www.decorpointeiro.com.br/editorial_04.htm

GAMA, V. d. (2008). História do CR Vasco da Gama. Acesso em 07 de 01 de 2008, disponível em Clube de Regatas Vasco da Gama - site oficial:
<http://www.crvascodagama.com/?display=HISTORIA-2>

GAYA, A. (2007). PROESP-BR - PROJETO ESPORTE BRASIL. Acesso em 2007, disponível em Projeto Esporte Brasil: <http://www.proesp.ufrgs.br/institucional/PROESP-BR.pdf>

GAZETA_ESPORTIVA. (2008). História - Campeonato Brasileiro - Histórico - 1971-1979: "Onde a Arena vai mal". Acesso em 06 de 03 de 2008, disponível em Gazeta Esportiva:
http://www.gazetaesportiva.net/historia/futebol/campeonato_brasileiro/historico1.php

GAZETAESPOTTIVA. (2007). História - Campeonato Paulista. Acesso em 19 de 12 de 2007, disponível em Gazetaesportiva.net:
<http://www.gazetaesportiva.net/historia/futebol/paulistao/abertura.php>

GLOBOESPORTE. (30 de outubro de 2007). Custos para se realizar uma Copa. Acesso em 16 de novembro de 2007, disponível em globoesporte.com:
<http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL163524-9790,00.html>

GLOBOESPORTE.COM. (2007). Custos para se realizar uma Copa. Acesso em 30 de outubro de 2007, disponível em GLOBOESPORTE.COM:
<http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Futebol/Campeonatos/0,,MUL163524-9790,00.html> -

GRAEL, L. (01 de janeiro de 2007). Lars Grael: um esportista na política. Acesso em 01 de janeiro de 2008, disponível em Câmara dos Deputados - Agência Câmara:
<http://www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk=97179>

HAIDA, R. (12 de 02 de 2005). Barulho por nada - Caso Waldomiro Diniz completa um ano sem esclarecimentos. Acesso em 30 de -3 de 2008, disponível em Consultor Jurídico:
<http://conjur.estadao.com.br/static/text/32874,1>

HOULIHAN, B. (26 de Janeiro de 2003). The risks of an Olympic bid. Acesso em 3 de outubro de 2007, disponível em Guardian Unlimited:
<http://observer.guardian.co.uk/olympics2012/story/0,,882334,00.html>.

HOYLE, B. (2007). Football and the old Marxist who says that it explains the new world. Acesso em 19 de outubro de 2007, disponível em Times On line:
<http://www.timesonline.co.uk/tol/sport/football/article2599589.ece>

IKE, R. M. (2006). Understanding Religious Views in Policy Making. Acesso em 07 de maio de 2007, disponível em All Academic:
http://www.allacademic.com/meta/p_mla_apa_research_citation/1/4/0/2/3/p140234_index.html

INDESP. (2000). Programa Esporte Direito de Todos. Acesso em 03 de 04 de 2008, disponível em Avança Brasil: <http://www.abrasil.gov.br/nivel3/index.asp?id=100&cod=SESP>

JESUS, G. M. (1999). DO ESPAÇO COLONIAL AO ESPAÇO DA MODERNIDADE: OS ESPORTES NA VIDA URBANA DO RIO DE JANEIRO. Acesso em 19 de outubro de 2007, disponível em Universidade da Barcelona - Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.: http://www.ub.es/geocrit/sn-45-7.htm#N_22_

JORNALISTAS&CIA. (2008). J. Hawilla: Um olho no marketing esportivo, outro na mídia caipira. Acesso em 08 de março de 2008, disponível em JORNALISTAS & CIA On Line: <http://www.jornalistasecia.com.br/protagonista11.htm>

KFOURI, J. (abril de 1997). Juca Kfouri chuta o balde. Acesso em 17 de março de 2008, disponível em Centro Esportivo Virtual - CEV: <http://www.cev.org.br/kfour/caros-amigos.htm>

KLEIN, A. M. (2006). Preservando o espetáculo, garantindo a segurança e direito à cidadania. Acesso em 07 de abril de 2008, disponível em Ministério do Esporte: http://portal.esporte.gov.br/arquivos/Relatorio_final_paz_esporte.pdf

KOIFMAN, F. (2005). XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz. Acesso em 20 de novembro de 2007, disponível em Associação Nacional de História: <http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/textos/F%C3%81BIO%20KOIFMAN.pdf>

KRAKOVICS, F. (14 de dezembro de 2006). Comissão do Senado aprova projeto de incentivo ao esporte. Acesso em 11 de abril de 2008, disponível em Folha On-line: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u110795.shtml>

LANCEPRESS. (02 de março de 2008). Livro reacende suspeitas sobre manipulação em 1978. Acesso em 08 de março de 2008, disponível em LANCE!NET: <http://msn.lancenet.com.br/noticias/08-03-02/247663.stm>

LEANDRO, M. (15 de abril de 2007). educacaofisica.org. Acesso em 4 de outubro de 2007, disponível em http://educacaofisica.org/joomla/index.php?option=com_content&task=view&id=256&Itemid=2

LIGHT, R. (6 de fevereiro de 2007). International Education Research Conference. Acesso em 23 de novembro de 2007, disponível em The Australian Association for Research in Education: <http://www.aare.edu.au/01pap/lig01450.htm>

LIMA, M. A. (2008). Sport Club Corinthians Paulista: a origem da paixão. Acesso em 07 de 01 de 2008, disponível em klepsidra.net: <http://www.klepsidra.net/klepsidra4/corinthians.html>

LINHALES, M. A. (1996). A trajetória política do Esporte no Brasil: Interesses Envolvidos, Setores Excluídos. Acesso em 28 de fevereiro de 2008, disponível em Universidade Federal de Minas Gerais: Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional - EEFFTO: http://www.eeffto.ufmg.br/celar/_interface/main/biblioteca/livros/12.pdf

LISBOA, M., & PINTO, M. F. (maio de 2003). Da crítica a educação física escolar à educação física escolar crítica. Acesso em 07 de março de 2008, disponível em Efdeports: <http://www.efdeportes.com/efd60/efesc.htm>

MACEDO, R. L., SILVA, C. L., & CAPRARO, A. M. (março de 2003). O esporte no estado novo: esclarecimentos sobre a formação de categorias estabelecidos e “outsiders”. Acesso em 07 de dezembro de 2007, disponível em Faculdade de Educação Física - FEF - Unicamp: <http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais7/Trabalhos%5CxO%20esporte%20no%20estado%20no%20.pdf>

MARANHÃO, C. (1999). Jogada de milhões. Acesso em 7 de 12 de 12, disponível em Abril.com: http://veja.abril.com.br/110899/p_011.html

MARCASSA, L. (2000). Educação Física em face do projeto de modernização do Brasil (1900 - 1930): as histórias que se contam. Acesso em 01 de dezembro de 2007, disponível em Revista Pensar a Prática: <http://revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/32/30>

MARCHI JÚNIOR, W. (2007). A teoria do jogo de Norbert Elias e as interdependências sociais: um exercício de aproximação e envolvimento. Acesso em 03 de 11 de 2007, disponível em Unicamp - Faculdade de Educação Física: <http://www.unicamp.br/fef/publicacoes/conexoes/v1n1/9norbert.pdf>

MARCHI JÚNIOR, W. (2005). Jogo, esporte e sociedade: considerações preliminares para uma análise correlacional. Acesso em 11 de 11 de 2007, disponível em Unicamp - Faculdade de Educação Física: http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais9/artigos/mesa_redonda/art13.pdf

MATTOS, R. (06 de setembro de 2006). Loteria Timemania é aprovada nos moldes dos cartolas. Acesso em 11 de abril de 2008, disponível em Folha On-line: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u107652.shtml>

MÁXIMO, J. (1999). Memórias do futebol brasileiro. Acesso em 07 de outubro de 2007, disponível em Scielo Brasil - Scientific Electronic Library Online: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v13n37/v13n37a09.pdf>

ME. (2008B). Brasil no Pan. Acesso em 14 de abril de 2008, disponível em Ministério do Esporte: <http://www.brasilnopan.com.br/>

ME. (07 de abril de 2008A). INSTITUCIONAL » Comissões » Comissão Nacional de Atletas. Acesso em 06 de abril de 2008, disponível em Ministério do Esporte: <http://portal.esporte.gov.br/institucional/comissoes/cna/>

ME. (2008C). Institucional. Acesso em 23 de abril de 2008, disponível em Ministério do Esporte: <http://portal.esporte.gov.br/institucional/ministerio.jsp>

ME. (2008A). Ministério do Esporte - Organograma. Acesso em 11 de abril de 2008, disponível em Ministério do Esporte: <http://portal.esporte.gov.br/institucional/organograma/organograma.jsp>

ME. (29 de julho de 2003). Portaria Nº 98, de 29 de julho de 2003. Acesso em 07 de abril de 2008, disponível em Ministério do Esporte: http://portal.esporte.gov.br/conselho_esporte/legislacao/portaria_98_29_07_03.jsp

ME. (29 de março de 2007). Programa Esporte e Lazer da Cidade - Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer e Núcleos do Vida Saudável. Acesso em 09 de março de 2008, disponível em Ministério do Esporte:
http://www.uesb.br/editais/2007/maio/chamada_publica_sndel_2007.pdf

ME. (01 de junho de 2004). Senado aprova bolsa de até R\$ 2,5 mil para atletas. Acesso em 06 de abril de 2008, disponível em Ministério do Esporte:
http://www.fexpar.esp.br/Noticias/locais2004/bolsaatleta/noticia_detalhe4.htm

ME. (2004). Uma Política Nacional de Esporte. Acesso em 23 de abril de 2008, disponível em Ministério do Esporte:
http://www.esporte.gov.br/boletim_email/boletim_politica_nacional.asp

MELO, V. A. (2007). História da Educação Física e do Esporte no Brasil - Panorama, perspectivas, e propostas. Acesso em 16 de outubro de 2007, disponível em Universidade Castelo Branco: <http://www.castelobranco.br/pesquisa/docs/victor.doc>

MENEZES, M. S., CAPISTRANO, R. D., & SOUSA, M. d. (2008). Esporte no ambiente escolar: qual predomina, esporte da escola ou esporte na escola? Acesso em 20 de março de 2008, disponível em Sanny: http://www.sanny.com.br/pdf_eventos_conaff2/Artigo14.pdf

MET. (2002). Relatório Anual de Avaliação - PPA 2000-2003, exercício 2002. Acesso em 07 de abril de 2008, disponível em Ministério do Esporte e Turismo:
http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa%202000-2003/ppa_rel_aval/018_%20Esporte%20e%20Turismo.PDF

MINADEO, R. (2008). Marketing esportivo - Aspectos Diversos. Acesso em 20 de março de 2008, disponível em www.mktesportivo.com.br - O Portal do Marketing Esportivo:
<http://mktesportivo.com.br/Roberto%20Minadeo.htm>

MOHANK, K. P., & MOHAN, P. (03 de maio de 2003). This idol has feet of clay, after all. Acesso em 22 de dezembro de 2007, disponível em Sportstar:
<http://www.hinduonnet.com/tss/tss2618/stories/20030503002206000.htm>

NOGUERIA, R. (06 de maio de 2007). Bingo, o tema que paralisa 3 Poderes. Acesso em 30 de março de 2008, disponível em O Estado de S. Paulo:
<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=352840>

NRA. (2008). A Brief History of the NRA. Acesso em 01 de fevereiro de 2008, disponível em National Rifle Association: <http://www.nra.org/aboutus.aspx>

NUZMAN, C. A. (28 de julho de 2003). O Brasil precisa da Olimpíada. Acesso em 06 de abril de 2008, disponível em Isto é Gente:
<http://www.terra.com.br/istoegente/208/entrevista/index.htm>

O_Estado_de_São_Paulo. (09 de dezembro de 2001). A faxina no futebol. Acesso em 02 de abril de 2008, disponível em Jornal o Estado de São Paulo:
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp121220011.htm>

O_Globo. (28 de agosto de 2005). RIO FAZ UM APELO DESESPERADO PELA APROVAÇÃO DA TIMEMANIA. Acesso em 11 de abril de 2008, disponível em O Globo:
http://www.ceme.eefd.ufrj.br/ive/boletim/bive200509/imprensa%5Co_globo%5Cpdf_globo%5Crio.pdf

OLIVEIRA, M. A. (22 de outubro de 2007). PC do B pega carona em ministério e filia esportistas. Acesso em 06 de abril de 2008, disponível em Globo.com:
<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL154411-5601,00-PC+DO+B+PEGA+CARONA+EM+MINISTERIO+E+FILIA+ESPORTISTAS.html>

PANHOCA, H. (08 de setembro de 2003). Cidade do Futebol - Entrevista de Heraldo Panhoca. Acesso em 23 de fevereiro de 2008, disponível em CEVLEIS:
<http://listas.cev.org.br/arquivos/html/cevleis/2003-09/msg00206.html>

PEREIRA, L. E. (15 de outubro de 2007). Listas de discussão em listas.cev.org.br. Acesso em 16 de março de 2008, disponível em <http://www.cev.org.br/>:
<http://listas.cev.org.br/pipermail/cevnat/2007-October.txt>

PERRY, A. (2008). Victorian Sport: Playing by the Rules. Acesso em 03 de fevereiro de 2008, disponível em BBC - British History:
http://www.bbc.co.uk/history/british/victorians/sport_01.shtml

PINTO FILHO, D. (2008). Copa do Mundo de 1934 - Itália. Acesso em 27 de janeiro de 2008, disponível em Futebol Cia:
<http://www.futebolcia.com.br/SelecaoBrasileira/Copas/1934/1934.htm>

PORTELLA, L. J. (28 de setembro de 2006). Portella: Brasil tem sistema feudal no esporte. Acesso em 31 de março de 2008, disponível em Terra Magazine:
<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI1161751-EI6583,00.html>

PORTILLO, M. (23 de março de 2008). Tibet: the West can use the Olympics as a weapon against Beijing. Acesso em 29 de março de 2008, disponível em Times on-line:
http://www.timesonline.co.uk/tol/comment/columnists/michael_portillo/article3602819.ece

PRONI, M. W. (25 de março de 2007). Ética e futebol no Brasil: argumentos para reflexão. Acesso em 11 de março de 2008, disponível em Esporte e Sociedade - revista digital:
<http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/pdf/es505.pdf>

RAMOS, J. R. (2008). Rede Globo e a Ditadura Militar: atualização histórica e ideologia. Acesso em 28 de 02 de 2008, disponível em Sumário de revistas brasileiras:
http://www.sumarios.org/pdfs/403_1651.pdf

RANGEL, S. (14 de agosto de 2007). Gastos do governo no Pan-2007 serão alvo da PF. Acesso em 14 de abril de 2008, disponível em Folha On-line:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/esporte/ult92u319764.shtml>

RANGEL, S. (30 de março de 2004). Verbete: Entre a sorte e o azar. Acesso em 26 de março de 2008, disponível em Folha OnLine:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u776.shtml>

REDAÇÃO. (31 de março de 2008). CPB "ganha" R\$ 1,9 mi com incentivos. Acesso em 14 de abril de 2008, disponível em Máquina do Esporte: <http://maquinadoesporte.uol.com.br/v2/noticias.asp?id=8779>

REDAÇÃO. (2004). Hora do Povo. Acesso em 22 de 12 de 2007, disponível em Hora do Povo: <http://www.horadopovo.com.br/2003/setembro/19-09-03/pag4e.htm>

REIS, H. H. (16 de novembro de 2002). LAZER E ESPORTE: O CASO DO ESPETÁCULO FUTEBOLÍSTICO. Acesso em 26 de outubro de 2007, disponível em Recreacion - El portal de las redes de recreación: http://www.redcreacion.org/documentos/enarel14/Mt_efec07.html

REUTERS. (09 de abril de 2008B). COI nega planos para cancelar partes de revezamento da tocha. Acesso em 09 de abril de 2008, disponível em O Globo on-line: http://oglobo.globo.com/esportes/olimpiadas2008/mat/2008/04/09/coi_nega_planos_para_cancelar_partes_de_revezamento_da_tocha-426753219.asp

REUTERS, d. B. (25 de março de 2008A). REUTERS, do Brasil. Acesso em 29 de março de 2008, disponível em Mortes, prisões e protestos no Tibet mancham Olimpíada na China: <http://br.reuters.com/article/sportsNews/idBRB51542220080325>

RIBEIRO, D. (04 de abril de 2008). Bolsa-Atleta abre inscrições para 2008. Acesso em 06 de abril de 2008, disponível em Sport Marketing: <http://www.sportmarketing.com.br/2008/04/bolsa-atleta-abre-inscries-para-2008.html>

ROSEGUINI, G. (22 de junho de 2004). Governo fere Constituição ao bancar esporte, diz TCU. Acesso em 22 de março de 2008, disponível em Folha de São Paulo: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=131320>

RUGBY_SCHOOL. (2008). History and Traditions. Acesso em 03 de fevereiro de 2008, disponível em Rugby School: <http://www.rugbyschool.net/school/historyandtraditions/>

SANTOS, T. C. (18 de junho de 2002). Globalização, mundialização e esporte: o futebol como megaevento. Acesso em 08 de março de 2008, disponível em Galiza CIG: <http://www.galizacig.com/index.html>

SAPO. (09 de junho de 2007). Proibição de jogos de futebol em altitude provoca 'guerra' andina. Acesso em 22 de janeiro de 2008, disponível em SAPO.PT: http://dn.sapo.pt/2007/06/09/dnsport/proibicao_jogos_futebol_altitude_pro.html

SARMENTO, C. E. (2006). A regra do jogo: uma história institucional da CBF. Acesso em 23 de outubro de 07, disponível em FGV - CPDOC: http://www.cpdoc.fgv.br/Producao_intelectual/fotos/lancamentos/Destaque_LivroAREgraDoJogo.htm

SCHMITT, P. M., & GRISARD, L. A. (setembro de 2003). O Estatuto do Torcedor e seus reflexos nas finanças públicas à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal. Acesso em 31 de março de 2008, disponível em Jus Navigandi: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4395>

SCHWARTZ, L. (2007). Owens pierced a myth. Acesso em 15 de 10 de 2007, disponível em ESPN.com: <http://espn.go.com/sportscentury/features/00016393.html>

SENADO_FEDERAL. (2001). CPI do Futebol - Relatório Final. Acesso em 02 de abril de 2008, disponível em Senado Federal: <http://www.senado.gov.br/web/relatorios/cpi/cpiFutebol/default.asp>

SENADO_FEDERAL. (19 de 11 de 1999). Ministro do Esporte e Turismo presta depoimento no Senado sobre denúncias de irregularidades na liberação de jogos de bingo eletrônico. Acesso em 29 de 03 de 2008, disponível em OAB-SP: http://www2.oabsp.org.br/asp/clipping_jur/ClippingJurDetalhe.asp?id_noticias=7317&AnoMes=199911

SILVA, J. A. (julho de 2007). A transparência das demonstrações financeiras em organizações desportivas: um estudo da evidenciação contábil em clubes de futebol. Acesso em 31 de março de 2008, disponível em 4o Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade: <http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos72007/154.pdf>

SNDEL. (2005X). O esporte recreativo, o lazer, a saúde, a ciência & tecnologia. Acesso em 11 de fevereiro de 2007, disponível em Ministério do Esporte: <http://portal.esporte.gov.br/sndel/default.jsp>

SNE, S. N. (2002). Brasil tem projeto para incentivar esporte nacional. Acesso em 03 de 04 de 2008, disponível em Secretaria Nacional dos Esportes - SNE: <http://www.abrasil.gov.br/noticia.asp?id=243&cod=BUSCA>

SOARES, C. L. (2000). Notas sobre a educação no corpo. (U. F. Paraná, Ed.) Acesso em 16 de novembro de 2007, disponível em Educar em Revista: http://www.educaremrevista.ufpr.br/arquivos_16/lucia_soares.pdf

SPNET. (09 de janeiro de 2008). Lei de incentivo: SPFC já captou R\$ 12,7 mi. Acesso em 14 de abril de 2008, disponível em SPNET: <http://www.saopaulofc.com.br/news.php?cod=25316>

SPONSORSHIP. (2007). IV CONGRESSO BRASILEIRO DE SPONSORSHIP. Acesso em 10 de outubro de 2007, disponível em IV CONGRESSO BRASILEIRO DE SPONSORSHIP: <http://www.ahkbrasil.com/sportssponsorship/>

SPOSITO, M. P., & CARRANO, P. C. (09 de 2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. Acesso em 28 de 03 de 2008, disponível em Sielo do Brasil - científico Electronic Library Online: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782003000300003&script=sci_arttext

SYMAP. (2008). Sylvio de Magalhães Padilha - Capítulos. Acesso em 25 de janeiro de 2008, disponível em Sylvio de Magalhães Padilha: <http://www.sylviodemagalhaespadilha.com.br/principal.htm>

TAFISA, T. &. (2007). TAFISA. Acesso em 15 de outubro de 2007, disponível em TAFISA - Trim & Fitness International Sport for All Association: http://www.maxar.de/joomla/index.php?option=com_content&task=view&id=18&Itemid=41

TCU. (13 de 05 de 2005). Informativo TCU. Acesso em 02 de 04 de 2008, disponível em Tribunal de Contas da União:

http://www2.tcu.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/TCU/PUBLICACOES/PUBLICACOES_PERIODICAS/INFORMATIVO/INFORMATIVOS_ANTERIORES/256%20-%20INFORMATIVO%209%20A%2013%20DE%20MAIO%20DE%202005.PDF

TIBETAN_OLIMPICS_2008. (29 de 03 de 2008). Tebetan Olympics 2008. Acesso em 29 de 03 de 2008, disponível em Tebetan Olympics 2008: <http://www.tibetanolympics.com/>

TOLEDO, L. H. (28 de março de 2005). Pelé - Os mil corpos de um Rei. Acesso em 28 de março de 2008, disponível em NAU - Núcleo de Antropologia da USP: <http://www.n-a-u.org/toledo4.html>

TORRES, I. (18 de fevereiro de 2008). O fantasma dos bingos. Acesso em 25 de março de 2008, disponível em Correio Braziliense: <http://si.knowtec.com/scripts-si/MostraNoticia?&idnoticia=782892&idcontato=12581&origem=secao&nomeCliente=DEMOCRATAS&data=2008-02-18>

TRANSPARÊNCIA_PÚBLICA. (2008). Quadro de Programas - Ministério do Esporte. Acesso em 13 de abril de 2008, disponível em Transparência Pública:

http://www1.transparencia.gov.br/TransparenciaCliente/eo_quadro.jsp?CodigoOrgao=51000&TipoOrgao=1

TRANSPARÊNCIA_PÚBLICA. (06 de 04 de 2008). T. Acesso em 06 de 04 de 2008, disponível em Transparência Pública:

http://www1.transparencia.gov.br/TransparenciaCliente/eo_quadro.jsp?CodigoOrgao=51000&TipoOrgao=1

TUBINO, J. M. (2005). Educação Física e Esporte: da teoria pedagógica ao pressuposto do direito. Acesso em 17 de outubro de 2007, disponível em Manuel Tubino:

http://www.tubino.pro.br/EFesp_Teoria%20Pedagogica-Pressuposto%20do%20Direito.pdf

TUBINO, M. J. (2005). O esporte, a educação e os valores - por uma ética nas atividades físicas e esportivas. Acesso em 19 de março de 2008, disponível em Universidade Castelo Branco:

www.castelobranco.br/pesquisa/docs/tubino.doc

TUBINO, M. J. (2008). O esporte, a Educação e os Valores: por uma ética nas atividades físicas e esportivas. Acesso em 21 de 02 de 2008, disponível em UOL busca:

<http://lagosesportivo.vilabol.uol.com.br/artigos/edfisicaetica2007.htm>

UNESCO, S. I. (1978). Education - Right to Education. Acesso em 18 de outubro de 2007, disponível em UNESCO: http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=18448&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

UOL. (2004). UOL Olimpíadas 2004. Acesso em 7 de outubro de 2007, disponível em UOL.com.br:

<mhtml:file:///C:/Documents%20and%20Settings/Luciano%20Bueno/Meus%20documentos/Esp>

orte\UOL%20Esporte%20-

%20Olimpíadas%202004.mht!http://esporte.uol.com.br/olimpiadas/historia/barao.jhtm

UOL. (10 de março de 2007). UOL Olimpíadas 2004. Acesso em abril de outubro de 2007, disponível em <http://esporte.uol.com.br/olimpiadas/historia/barao.jhtm>

VALENTE, E. F. (2008). ESPORTE PARA TODOS: A DESESCOLARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E O UNIVERSALISMO OLÍMPICO. Acesso em 16 de 02 de 2008, disponível em Unicamp: <http://www.unicamp.br/fef/grupos/gehefel/Texto-Edinho1.txt>

VALLE, L. d. (26 de 06 de 1983). Amistoso de Vôlei Masculino 1983 - Brasil X União Soviética. Acesso em 06 de 03 de 2008, disponível em Yuo Tube: http://www.weshow.com.br/p/31423/amistoso_de_volei_masculino_1983_brasil_x_uniao_so_vietica

VASCO, T. (26 de 03 de 2007). REPORTAGEM - Racismo Multicor. Acesso em 09 de 04 de 2008, disponível em Blogblobs: <http://tatianavasco.blogspot.com/>

WACQUANT, L. (abril de 2007). Notas para Esclarecer a Noção de Habitus. Acesso em 10 de novembro de 2007, disponível em CCHLA - Centro de Ciências Humanas Letra e Artes: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/WacquartArt.pdf>

WADA, R. M. (22 de maio de 2003). Nota n.º 01 - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC. Acesso em 31 de março de 2008, disponível em Ministério da Justiça: <http://www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BAC042DEE-E12D-4AB9-BD42-2CC19777A4D6%7D&ServiceInstUID=%7B7C3D5342-485C-4944-BA65-5EBCD81ADCD4%7D>

WIKIPEDIA. (9 de outubro de 2007). Wikipedia, the free encyclopedia. Acesso em 13 de outubro de 2007, disponível em Wikipedia, the free encyclopedia: http://en.wikipedia.org/wiki/1996_Summer_Olympics

WOODARD, D. (2004). Costs of Hosting The 2004 Olympics. Acesso em 13 de outubro de 2007, disponível em About.com: http://mutualfunds.about.com/od/news/a/2004_olympics.htm

ZOUAIN, D. M., & ALVES, J. A. (2004). Fórum de Discussão Permanente de Políticas de Esporte. Acesso em 06 de 03 de 2008, disponível em FGV - EBAPE: <http://www.ebape.fgv.br/academico/pdf/relatorio.pdf>

Apêndice I – Figuras da evolução institucional do esporte

